



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 126, SEXTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 147ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 29 DE AGOSTO DE 2019

1.1 – ABERTURA	10
----------------------	----

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 45 anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, nos termos do Requerimento nº 668/2019, do Senador Roberto Rocha e outros Senadores.	10
---	----

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	10
--	----

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Roberto Rocha)	10
---	----

1.2.3 – Oradores

Senador Eduardo Gomes	12
-----------------------------	----

Senador Fernando Bezerra Coelho	14
---------------------------------------	----

Senador Angelo Coronel	16
------------------------------	----

Senador Rogério Carvalho	17
--------------------------------	----

Senador Elmano Férrer	19
-----------------------------	----

Senador Izalci Lucas	23
----------------------------	----

Sr. Sérgio Luiz Soares de Souza Costa, Diretor da Codevasf.	25
--	----

Sr. Marcelo Andrade Moreira Pinto, Diretor-Presidente da Codevasf.	26
---	----

1.3 – ENCERRAMENTO	28
--------------------------	----

2 – ATA DA 148ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE AGOSTO DE 2019

2.1 – ABERTURA	30
----------------------	----



2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 30

2.2.2 – Oradores

Senador Marcio Bittar – Inconformismo com a decisão do STF de anular sentença contra o ex-Presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, em processo da Lava Jato. Posicionamento sobre a CPI do Judiciário. Defesa do Governo Bolsonaro na condução da situação das queimadas na Região da Amazônia. 30

Senador Confúcio Moura – Reflexões sobre a importância do desenvolvimento da educação das crianças, especialmente na primeira infância. 35

2.2.3 – Requerimentos

Nº 722/2019, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 769/2015. 40

Nº 723/2019, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do casal Eidi Rodrigues de Lima e Romildo Schmidt em decorrência de queimada no Estado de Rondônia. 40

2.2.4 – Oradores(continuação)

Senador Paulo Paim – Comentários sobre documento encaminhado por S. Exa ao relator da reforma da previdência no Senado recomendando alterações com vistas a resguardar direitos trabalhistas. Leitura de documento recebido da Associação dos Oficiais Estaduais do Rio Grande do Sul reivindicando a manutenção da paridade e integralidade dos policiais e bombeiros militares na proposta de reforma da previdência. 41

Senador Eduardo Girão – Preocupação com o retrocesso no combate à corrupção no País ante as recentes ações do STF. 48

Senadora Zenaide Maia – Destaque à necessidade de o Senado revisar a proposta de reforma da previdência visando resguardar os direitos dos trabalhadores menos favorecidos. 51

Senador Zequinha Marinho – Anúncio da instalação da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas no Congresso Nacional, a qual será presidida por S. Exa. 53

Senador Styvenson Valentim – Insatisfação com a impunidade existente no Brasil, a exemplo do Sr. Arthur César de Menezes Soares Filho, envolvido em caso de corrupção no Rio de Janeiro. 56

2.3 – ENCERRAMENTO 59

3 – ATA DA 149ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 29 DE AGOSTO DE 2019

3.1 – ABERTURA 61

3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, nos termos do Requerimento nº 535/2019, do Senador Eduardo Girão e outros Senadores. 61



3.2.1 – Fala da Presidência (Senador Eduardo Girão)	61
3.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	62
3.2.3 – Execução da Música “Pai Nosso” por Lânio Silvério Thomáz.	63
3.2.4 – Oradores	
Sr. Jorge Godinho Barreto Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira	64
Senador Nelsinho Trad	67
Sr. Luciano Klein Filho, Biógrafo do livro "Bezerra de Menezes - Fatos e Documentos" e Presidente do Centro de Documentação Espírita do Ceará	69
Deputado Rafael Motta	73
Sr. Alexandre Caldini, escritor espírita	75
Sr. José Carlos de Lucca, orador espírita e Juiz de Direito do Estado de São Paulo	83
3.2.5 – Exibição de cena do filme sobre a vida do homenageado, “Dr. Bezerra de Menezes - O Diário de um Espírito”	86
3.2.6 – Oradores (continuação)	
Sr. Carlos Vereza, Ator e espírita	86
3.2.7 – Exibição do <i>trailer</i> do filme sobre Divaldo Pereira Franco	89
3.2.8 – Execução do Hino do Dr. Bezerra Menezes pelo Sr. Coronel Francisco Nunes	89
3.2.9 – Fala da Presidência (Senador Eduardo Girão)	89
3.2.10 – Realização de oração pela Sra. Olga Lúcia Espíndola Freire	89
3.3 – ENCERRAMENTO	90

PARTE II

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 148ª SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 43/2018.	92
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 29 e 251/2018 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 182 e 184/2019-CMA).	92
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 328/2017 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 183/2019-CMA).	95



Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado n^{os} 36/2016 e 292/2018; e os Projetos de Lei n^{os} 636, 1.389, 1.397, 1.927, 3.789 e 4.227/2019 sejam apreciados pelo Plenário (**Memorandos n^{os} 27 a 33 e 36/2019-CE**). 97

4.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 521/2019, na origem, em resposta ao Requerimento nº 19/2014, do Senador Aloysio Nunes Ferreira. 107

4.1.3 – Comunicações

Do Senador Mecias de Jesus, que comunica a alteração do nome do Partido Republicano Brasileiro para Republicanos (**Ofício nº 110/2019**) 109

Do Senador Jorge Kajuru, que comunica que S. Exa. assumirá a Liderança do Partido Patriota (**Ofício nº 41/2019**) 110

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (**Ofício nº 101/2019**). *Designado o membro* 111

Do Senador Cid Gomes, de endereço do escritório de apoio de S. Exa. (**Memorando nº 32/2019**). . 112

Da Liderança do Bloco Senado Independente, de substituição de membro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (**Memorando nº 118/2019**). *Substituído o membro* 113

4.1.4 – Documentos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Documentos encaminhados à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno 115

4.1.5 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Proposta de Emenda à Constituição nº 98/2019. 123

4.1.6 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 147/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 156/2015 . 125

Nº 224/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 377/2016 . 126

Nº 225/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 131/2018 . 127

Nº 243/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 3.715/2019 128

Nº 773/2019, na origem, que comunica o arquivamento da Medida Provisória nº 879/2019. 129

4.1.7 – Projetos de Lei

Nº 4775/2019, do Senador Eduardo Girão, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, (Lei Eleitoral) para determinar a redução à metade e a limitação, pelo prazo de vinte anos, do volume de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)*. 131

Nº 4776/2019, do Senador Flávio Arns, que *dispõe sobre o uso da planta Cannabis spp. para fins medicinais e sobre a produção, o controle, a fiscalização, a prescrição, a dispensação e a importação de medicamentos à base de Cannabis spp., seus derivados e análogos sintéticos*. 137

Nº 4779/2019, do Senador Zequinha Marinho, que *dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam e atual Fundação Nacional de Saúde – Funasa, contaminadas pelos inseticidas DDT (dicloro-difenil-tricloreto) e Malathion*. 144



4.1.8 – Realização de sessão

Realização de sessão especial, amanhã, às 14 horas, destinada a comemorar os 52 do Senac/DF, nos termos do Requerimento nº 520/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores. 152

4.1.9 – Requerimentos

Nº 721/2019, do Senador Elmano Férrer, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 1.284/2019. 154

Nº 722/2019, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 769/2015. 156

Nº 723/2019, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do casal Eidi Rodrigues de Lima e Romildo Schmidt em decorrência de queimada no Estado de Rondônia. 161

4.1.10 – Término de prazos

Término do prazo, em 27 de agosto de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 1.284/2019 166

Término do prazo, em 27 de agosto de 2019, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 797/2015 continue a sua tramitação. 166

Término do prazo, em 27 de agosto de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 342/2018 166

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 113/2015-Complementar, 198/2015 e 59/2018 166

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 47/2019-CAS, sobre o Projeto de Lei nº 1853/2019 168

Nº 48/2019-CAS, sobre o Projeto de Lei nº 580/2019 175

Nº 112/2019-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 98/2019 184

Nº 23/2019-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 2130/2019 200

Nº 24/2019-CMA, sobre o Projeto de Lei nº 3725/2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 773/2015) 208

Nº 25/2019-CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251/2018 215

Nº 26/2019-CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 328/2017 224

Nº 27/2019-CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29/2018 232

Nº 41/2019-CRE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 9/2019 242

Nº 42/2019-CRE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 215/2018 250

Nº 43/2019-CRE, sobre o Projeto de Lei nº 2519/2019 258

Nº 44/2019-CRE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 51/2019 266

Nº 45/2019-CRE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55/2019 273



PARTE III

6 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA

Ata da 1ª Reunião de eleição e posse de sua Diretoria; e de deliberação do estatuto, realizada em 28 de agosto de 2019 280

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 294**8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 297****9 – LIDERANÇAS 298****10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 300****11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 303****12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 305****13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 342**

Ata da 147ª Sessão, Especial, em 29 de agosto de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Roberto Rocha.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 20 minutos e encerra-se às 11 horas e 54 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar os 45 anos da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), nos termos do Requerimento nº 668, de 2019, deste Senador e de outros.

Convido para compor a Mesa o Sr. Marcelo Andrade Moreira Pinto, Diretor-Presidente da Codevasf. (*Pausa.*)

Convido também o Sr. Diretor Sérgio Luiz de Souza Costa. (*Pausa.*)

Convido o Senador Eduardo Gomes para compor a Mesa. (*Pausa.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional do Brasil.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Senador Fernando Bezerra, convido V. Exa. para fazer parte da nossa Mesa.

Quero cumprimentar os alunos do ensino médio da Escola Viva, de São Paulo, que estão aqui nos dando a alegria das suas presenças.

Nós queremos também registrar, com muitas satisfação, a presença: de vários Deputados Federais, cumprimentando a todos através do companheiro Hildo Rocha, Deputado do Maranhão; representando o Ministro de Estado da Cidadania, do Diretor do Departamento de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, Sr. Alcindo Gabrielli; da Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas, Christianne Dias; representando a Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, da Diretora do Departamento de Estruturação Regional e Urbana, Sra. Cláudia Moraes Mendes; do Secretário Adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Sr. Domingos Romeu Andreatta; do Coordenador-Geral de Conservação do Solo e Água do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. George Honório; do Coordenador-Geral de Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Mychel Ferraz; dos Superintendentes Regionais da Codevasf de vários Estados aqui presentes – e eu cumprimento a todos na pessoa do Sr. Jones Braga, Superintendente do Maranhão –; dos Diretores da Codevasf Fábio Miranda e Napoleão; e do Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, Sr. Sérgio.

Eu quero inicialmente agradecer muito a Codevasf por nos dar o privilégio deste momento. A Codevasf para nós, sobretudo do Nordeste e hoje também de vários Estados do Norte e alguns até do Centro-Oeste, é muito cara.

E a gente agradece pelo empenho deste evento a pessoa do até ontem Presidente, Sérgio, interino, Diretor de Infraestrutura, e também o nosso hoje Presidente Marcelo. Eu cumprimento o Sérgio hoje aqui na Mesa, cumprimentos extensivos a todos os diretores e funcionários também que ajudaram na organização deste evento, assim como aqueles do meu gabinete que também se empenharam muito para a realização deste evento.

Minhas senhoras e meus senhores, o Senado da República está reunido nesta manhã para celebrar os 45 anos de atuação da Codevasf, não tanto pela idade da companhia, mas, sim, pela sua capacidade regenerativa, sua habilidade de crescer sem perder a natureza e os ideais com que foi criada. Lembra-nos João Cabral, no poema A Educação pela Pedra, quando nos diz da lição de economia: seu adensar-se compacta, de fora para dentro, como uma cartilha muda.



Talvez essa sabedoria institucional venha da perseverança da vida do sertão nordestino; muito provavelmente virá também de uma percepção, tão à frente do seu tempo, já presente à Constituição de 1946, que estabelecia que o Governo Federal ficava obrigado a traçar e a executar um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e dos seus afluentes. Sua área de atuação foi definida pelo conceito da bacia hidrográfica, que corresponde à área na qual ocorre a captação para um rio principal e seus afluentes em decorrência de aspectos geográficos e topográficos. É uma visão revolucionária na época, anos antes de a ecologia ter assumido o papel preponderante nas pranchetas de planejamento. Na prática, essa definição pode ter tirado a guerra dos territórios, marcada pelas forças políticas das bancadas, e redistribuído para o alcance mais natural e ambiental gerador da vida e das populações urbanas e ribeirinhas.

O fato é que a Codevasf nos deu exemplos de crescimento sem envelhecimento institucional. Quando outras instituições viram morrer a seiva de sua razão de existir, a Codevasf, a cada dia, torna-se mais e mais importante no cenário nacional. Hoje alcançando 27% do Território nacional, ela abrange diversas bacias hidrográficas e realiza o mais nobre papel que é o de redução das desigualdades regionais.

Antes às voltas com a escassez de água da Bacia do São Francisco, hoje ela vê-se atuando em algumas bacias amazônicas, onde o desafio não é mais o aproveitamento do pouco, mas o da abundância. E os desafios continuam imensos para transformar a água em verdadeiro ativo econômico para a nossa população.

Outra virtude da empresa é se constituir como um braço do Governo Federal nas regiões onde atua, um braço autônomo, que consegue, independentemente do Governo do Estado ou dos governos municipais, fazer política pública entregando resultados.

Tudo isso são virtudes institucionais sem as quais nada aconteceria não fosse a extraordinária política de aperfeiçoamento constante de pessoal da empresa. Novos desafios, novas competências se apresentam. Esse é o segredo da Codevasf, que homenageamos nesta sessão, em reconhecimento a uma empresa que tem a sua missão gravada no coração de cada funcionário.

Eu parabeno todos os que fazem e fizeram a história da Codevasf, uma empresa exemplo de gestão e de compromisso com o País, sobretudo com o País que todos nós aqui conhecemos melhor, que é o País que está do meio do mapa para cima.

O Governo tem de governar com os olhos nos que mais precisam. E a Codevasf é uma das empresas do Governo Federal que efetivamente faz chegar àquele mais necessitado o benefício, seja miúdo – para nós, muitas vezes, aparentemente é, mas, para aquele cidadão humilde, não é –, como uma canoa com motor rabeta, como um *kit* de irrigação, como um equipamento que faz ele produzir mais e melhor, seja um equipamento maior, como uma estrada, como um aeroporto, seja o que for.

Nós compreendemos que a Codevasf ainda tem um papel muito grande para fazer em nosso País, Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Gomes.

Eu até falava há pouco e queria muito contar com os senhores, pois, como Relator da reforma tributária que tramita neste Senado, nós temos de encontrar mecanismos para promover o desenvolvimento regional de forma mais acelerada, porque está escrito na Constituição: a diminuição das desigualdades regionais seriam feitas. Já se passaram 30 anos, e elas se agravam. Nós entendemos que é preciso usar os fundos constitucionais, FNE, FNO, FCO, que têm dinheiro garantido, dando, quem sabe, um *upgrade* nesses fundos, para que uma empresa como a Codevasf possa investir em infraestrutura no Nordeste e na região onde ela atua.



Eu até pedi para deixar o mapa ali com a área de atuação da Codevasf hoje. Muitos brigam para se ampliar a sua área de atuação; nós do Maranhão mesmo brigamos muito, porque temos 12 bacias hidrográficas – 12! E o Tocantins, do Senador Eduardo, está lá inteiramente contemplado – é um prestígio dos Senadores do Tocantins nesta Casa, Senador Fernando Bezerra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – ... Muita força!

Essa área de atuação pega uma banda do Pará, ela vai chegar lá pertinho do Amapá, do nosso Davi Alcolumbre; ela vem bater aqui em Brasília. Agora, por que isso? Porque, ao incluir a Bacia do Rio Tocantins, necessariamente, ela teve que incluir aquilo, porque a Codevasf não inclui áreas ou Municípios, ela inclui bacias hidrográficas. O Rio Tocantins atua no Maranhão, em Imperatriz, por exemplo. Ao incluir a Bacia do Tocantins, ela necessariamente incluiu todas aquelas áreas que estão ali naquele mapa.

Isso amplia o desafio da Codevasf? Sim. Alguém diz assim: "Divide o recurso". Não, os recursos que atuam no Maranhão, por exemplo, são recursos de emendas dos Parlamentares, eu e os Deputados que estão aqui. Nós tínhamos uma parte do Maranhão fora da Codevasf. Aqueles Deputados votados naquela área não colocavam nem um tostão para a Codevasf, mas, agora, todos têm interesse em colocar. Inclusive, emenda de bancada, que era difícil colocar, porque não atuava no Estado todo, agora a gente coloca, de tal modo que vai crescendo a sua área de atuação, mas vai também crescendo o tamanho da sua força política.

Dito isso, eu quero passar aqui a palavra... *(Pausa.)*

Senador Angelo Coronel, muito bom dia, seja muito bem-vindo, companheiro, assim como o Prefeito de Matões, do Norte do Maranhão; o Prefeito do Município de Buriti do Tocantins; o Prefeito do Município de Araguatins, do Tocantins, e a Diretora da ANA, Sra. Christianne Dias.

Eu passo a palavra para o Senador Eduardo Gomes, do Estado do Tocantins. Em seguida, será o Senador Fernando Bezerra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Rocha, bom dia a todos os amigos e amigas.

Nosso Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – e do Araguaia e do Tocantins –, Sr. Marcelo Andrade Moreira Pinto; nosso Presidente, Sr. Diretor de Desenvolvimento e Infraestrutura da Codevasf, Sr. Sérgio Luiz de Souza Costa, o Serginho, o Sérgio aqui conhecido por todos nós; Sr. Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo do Presidente Jair Bolsonaro aqui no Senado e no Congresso; Senador Angelo Coronel, grande líder da Bahia, nosso querido Senador; amigos e amigas; nossos Prefeitos, Vereadores, líderes dos Municípios brasileiros presentes nesta sessão, a quem cumprimento em nome do Prefeito Borjão, de Buriti do Tocantins, e do Prefeito Cláudio Santana, da nossa querida Araguatins, às margens do Rio Araguaia; meu amigo Sebastião Madeira, Parlamentar, ex-Prefeito de Imperatriz, grande padrinho nosso aqui no Congresso Nacional, que foi quem nos recebeu aqui em 2002; meu querido Deputado Hildo Rocha, também Parlamentar experimentado, competente; eu tenho certeza de que, nesta sessão solene comemorativa dos 45 anos da Codevasf, o Senador Fernando Bezerra, que tem na sua vida a história integral da Codevasf e de seus avanços no apoio à vida, ao dia a dia da população nordestina deste País, contará com detalhes a história da Codevasf, de ontem e de hoje, mas eu vou me arriscar aqui a contar a história da Codevasf do presente também e do futuro.



A Codevasf já abraçou o Estado do Tocantins, através do Senador Roberto Rocha, que, em sua relatoria, incluiu a Bacia do Araguaia e do Tocantins sabiamente, entendendo que o Estado do Tocantins detém a veia aorta da hidrografia do Brasil. Por ali, boa parte da água potável deste País percorre o nosso Estado de norte a sul e tem influência decisiva em todas as bacias do nosso País.

Se a Codevasf já abraçou o Estado do Tocantins, o Estado do Tocantins vai abraçar a Codevasf, Presidente. Em pouco tempo aqui nesta Casa, mesmo tendo aqui relacionamento com diversos Parlamentares do Nordeste e de uma boa região de Minas Gerais, todos nós temos visto a política direta, incisiva na vida, no dia a dia do cidadão dos menores Municípios, dos mais necessitados deste País. E, como a Codevasf chega com modernidade, com ação direta, eu chego a arriscar aqui, Presidente Roberto Rocha, que a Codevasf é vítima de sua competência, porque está sempre à frente do tamanho que possui, pelas políticas públicas que realiza. Portanto, Presidente, no seu primeiro dia de luta, tem aqui mais um soldado ao seu lado. Tenho a boa notícia de que, por designação do Líder Fernando Bezerra, do Líder do nosso partido, o Senador Eduardo Braga, e também do Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Marcelo Castro, fomos designados Relator setorial do Ministério do Desenvolvimento Regional, que compreende o orçamento da Codevasf.

Faremos todos os esforços para que esta sessão comemorativa dos 45 anos seja a sessão de ponto de partida para a reestruturação, a ampliação, o fortalecimento da máquina administrativa da Codevasf, porque, no momento em que o Brasil discute privatizações, encerramento da atividade de algumas estatais, longe disso, a Codevasf vem mostrando nitidamente a necessidade de ampliação dos seus quadros, de fortalecimento da sua estrutura, porque atende diretamente milhões de brasileiros. Portanto, no Brasil em que o Presidente Bolsonaro repassa, ponto a ponto, a máquina administrativa, cortando os excessos, trazendo uma nova dinâmica, muito mais direta, de Administração Pública, é importante corrigir os erros, mas é muito mais importante fortalecer os acertos. E a Codevasf é um acerto da Administração Pública brasileira, agora já histórico com esses seus 45 anos.

Contem com o Estado do Tocantins, contem com o Senado para fortalecerem as suas atividades pelo atendimento direto. Como eu disse, a Codevasf é vítima de sua competência, e nós vamos melhorar esse quadro, destinando recursos e ampliando a capacidade de políticas públicas que atendem diretamente a população.

Não foi difícil acompanhar, na última semana, a informação de auditorias específicas em diversos pontos do Governo. Algumas, infelizmente, meu Líder, Senador Fernando Bezerra, apontam desvios contundentes nas políticas de assistência social que ultrapassam a casa do bilhão de reais. Imaginem se esse dinheiro, desviado dos programas sociais, desviado das políticas, muitas vezes equivocadas, de assistência direta ao cidadão, tivesse sido investido na produção, na assistência técnica e na capacidade que a Codevasf tem de multiplicar os recursos, dando ao cidadão melhores condições de vida.

Eu quero parabenizar a Codevasf pela sua história, pelo seu passado, pelo seu presente e quero comemorar, com esse compromisso de presente e futuro, a estruturação e a melhoria de serviços desta grande empresa brasileira.

Parabéns, Codevasf! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito bem! Parabéns, Senador Eduardo.



Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discursar.) – Presidente desta sessão solene dedicada à passagem dos 45 anos da Codevasf, o meu amigo Senador Roberto Rocha, Senador Eduardo Gomes, Senador Angelo Coronel, Senador Vanderlan, Srs. Deputados Federais, Srs. Prefeitos, eu quero cumprimentar o novo Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – e do Tocantins e do Araguaia e de tantas outras bacias que estão se incorporando à área de atuação da nossa querida Codevasf –, o Sr. Marcelo Andrade Moreira Pinto. Cumprimento também o Diretor de Desenvolvimento e Infraestrutura da Codevasf e, em nome dele, todos os demais diretores aqui presentes, superintendentes, coordenadores, o qualificadíssimo quadro técnico da Codevasf, que aqui eu vejo ocupando as cadeiras deste Plenário – enfim, cumprimento a todos saudando o Sr. Sérgio Luiz Soares de Souza.

Sr. Presidente, eu trouxe um discurso escrito, mas eu não vou lê-lo; eu vou falar aquilo que me toca o coração pela passagem desses 45 anos de atuação de uma empresa pública federal que orgulha os brasileiros.

Na realidade, a Codevasf crava na sua história a passagem de alguns homens que lutaram, primeiro, para criá-la e de outros que, ao longo desse período, defenderam, junto ao Poder Executivo federal, a prioridade dos investimentos para que a Codevasf pudesse cumprir o seu papel.

Eu quero iniciar lembrando o começo. E o começo da Codevasf foi na Constituinte de 1947, quando a Codevasf surgiu como empresa pública ainda como a Comissão do Vale, numa iniciativa da Constituinte de 1947, através do inesquecível Deputado Federal da Bahia Manoel Novaes. Daí veio a ideia, a semente. Depois de Comissão, ela foi para Suvale e finalmente para a Companhia de Desenvolvimento. E hoje nós estamos aqui a celebrar a passagem dos seus 45 anos.

Muitos Parlamentares – Senadores e Deputados Federais – cumpriram o papel de defender a empresa, de alargar o seu orçamento, de fortalecê-la e de defendê-la em muitas situações, sobretudo nos momentos de crise que o País enfrentou, quando as restrições orçamentárias por muitas vezes impediram que a Codevasf pudesse cumprir com os seus objetivos. Entre muitos que ajudaram a Codevasf nesse período, eu não poderia deixar de registrar a atuação dedicada e decisiva de um Parlamentar do meu Estado que foi o Deputado Federal Osvaldo Coelho, que, por muitos anos, abraçou a Codevasf como instrumento de desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Eu poderia aqui também lembrar muitos que tiveram a honra e o privilégio de comandar esta instituição. Certamente, eu terminarei pecando, pois irei aqui me esquecer de muitos Presidentes que tiveram a honra de dirigi-la, mas não posso deixar de me lembrar aqui de Eliseu Alves, de Aírson Lócio, de Erasmo Almeida e de muitos outros colaboradores que defenderam a Codevasf.

A Codevasf se orgulha do seu passado, mas a Codevasf se anima com a perspectiva do seu futuro. A Codevasf é o que é, porque deu certo, porque cumpriu com a sua missão. Inicialmente dedicada só ao Vale do São Francisco, a marca da Codevasf foi se espalhando dentro do Congresso Nacional e dentro da sociedade brasileira.

Eu sou de uma região que deve o seu sucesso à atuação da Codevasf. Eu sou do polo Petrolina-Juazeiro. Eu sou de Pernambuco, mas eu sou da Bahia. Essas duas cidades, esse polo hoje é a capital da fruticultura brasileira. Esse polo hoje gera mais de 150 mil empregos diretos. Esse polo hoje é responsável pela maior exportação de uva e manga do Brasil. Mais de 90% da manga exportada saem do polo Petrolina-Juazeiro. Mais de 90% da uva de mesa exportada pelo



Brasil saem de Petrolina e Juazeiro e saem de caminhão, de navio e de avião para abastecer os mercados mais exigentes da Europa, dos Estados Unidos, do Japão, da Coreia e de muitos outros mercados que estão sendo abertos para gerar riqueza, prosperidade e desenvolvimento.

O futuro da Codevasf, certamente, será ainda melhor do que o passado que ela construiu. E por quê? Porque, vendo o sucesso acontecer na região do São Francisco, os Parlamentares que representam os seus Estados no Senado e na Câmara dos Deputados trataram logo de alargar o território de atuação, primeiro levando para o Parnaíba, depois levando para as bacias dos rios maranhenses, e agora chegando às bacias dos rios do Tocantins. Eu diria que mesmo os Parlamentares de outras regiões, como é o caso do sul do País, como é o caso do norte do País, já começam a discutir, aqui no Senado Federal, que a Codevasf deveria, sim, ser uma empresa nacional para atuar em todo o território do País.

Às vezes, a gente fica com ciúme porque, ela crescendo demais, os recursos vão diminuindo para a região onde ela nasceu. E a gente fica sempre muito atento em que haja sempre uma lógica nessa expansão, para que, sobretudo, haja o compromisso daqueles que representam essas novas áreas que chegam à Codevasf de defender a instituição, de traduzir isso em recursos concretos no Orçamento Público Federal para que ela possa atuar com força, com desenvoltura, porque o sucesso dela original foi transformar terras áridas em perímetros de irrigação pública. Aqui posso citar os perímetros do Jaíba, em Minas Gerais; do Salitre, na Bahia; do Nilo Coelho, em Pernambuco; de muitos outros que se espalham também no Piauí. Nós não podemos deixar perder de vista que o potencial de agricultura irrigada no Brasil ainda é muito grande. Esses tempos de vaca magra vão passar. O Brasil vai se reencontrar com a sua trajetória de crescimento e desenvolvimento. E é preciso tirar dos projetos que estão ali nas gavetas da Codevasf os perímetros que precisam ser implantados, expandindo a área de fruticultura, de produção agrícola em muitos Estados brasileiros.

Por isso, eu quero aqui também levar uma palavra que é muito cara, sobretudo para os que representam Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: a Codevasf nunca poderá deixar de empunhar e levantar a bandeira da revitalização do São Francisco. Essa é uma tarefa urgente, essa é uma tarefa que precisa sempre ser prioridade nas ações da Codevasf. É o São Francisco que emprestou a ela o seu nome, e é ao São Francisco que nós deveremos dar toda a atenção, como rio da integração nacional, para que não venha a ser um rio morto, mas, sim, um rio vivo, que possa, através da sua água, gerar emprego com a irrigação, gerar energia, gerar transporte, levar água e promover o saneamento de centenas de cidades que fazem parte da Bacia do São Francisco.

Por isso, Senador Roberto Rocha, quero me congratular com a iniciativa de V. Exa. de promover esta sessão especial aqui no Plenário do Senado Federal para assinalar a passagem dos 45 anos da Codevasf. E quero cumprimentar todo o corpo técnico da Codevasf, que está diante de um grande desafio: ser o gestor e o operador da transposição do São Francisco, levando água para o Ceará, para a Paraíba e para o Rio Grande do Norte. E eu antevejo que a Codevasf poderá também ser uma grande produtora de energia solar, de energia renovável, a Codevasf alargando os horizontes da sua atuação.

Portanto, cumprimento todos pela passagem desse aniversário de uma empresa que orgulha o Brasil e orgulha o Nordeste brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.



Nós queremos convidar o Senador Angelo Coronel para fazer uso da palavra. Em seguida, convido-o para participar também da Mesa.

E aproveito para dizer, Senador Fernando Bezerra, do empenho de todos nós na busca de fortalecer a Codevasf, não só na ampliação da sua área, mas sobretudo na questão dos recursos orçamentários. Eu até quero dizer que nós temos estudado a possibilidade de converter os recursos de multas ambientais que têm fundo específico, que estão depositados na Caixa Econômica – muito dinheiro –, converter isso para a Codevasf, para promover o desenvolvimento regional. Não tem sentido esse dinheiro de multas ir para ONG. A Codevasf é uma empresa pública, e esse recurso nós defendemos que seja aplicado para a promoção do desenvolvimento regional. É mais uma fonte de recurso que eu acho que a Codevasf pode ter para atender melhor suas áreas de atuação.

Senador Angelo Coronel, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discursar.) – Queria cumprimentar o Presidente, requerente desta sessão, meu amigo, Senador atuante, maranhense, um dos defensores ardorosos da nossa Codevasf, Senador Roberto Rocha; Senador Eduardo Gomes, bravo e combativo representante do Estado do Tocantins, que faz um trabalho excepcional aqui, neste Salão Azul do nosso Congresso, o nosso Senador Fernando Bezerra. Eu sempre digo que talvez seja o Senador que mais conhece as entranhas do Governo porque ele sabe muito bem como conduzir a Liderança de um Governo tão difícil. Mas ele termina tornando ações difíceis, com a sua condução, com a sua capacidade, com a sua intelectualidade, levando causas impossíveis a se tornarem possíveis.

Queria cumprimentar o Presidente da Companhia de Desenvolvimento do São Francisco, conterrâneo, amigo, Marcelo Andrade Moreira Pinto, que ora assume essa empresa com uma responsabilidade muito grande. Na minha concepção, senhores e senhoras, a Codevasf é como se fosse um Estado dentro do Estado. A Codevasf terá um papel muito importante com você, Marcelo, por sua jovialidade, por sua capacidade, engenheiro de formação, filho de um pai engenheiro, filho de uma mãe arquiteta, que estão aqui nesta sessão lhe prestigiando e que vieram para a sua posse ontem.

Quero cumprimentar e pedir uma salva de palmas para Moreira Pinto e Denise, porque se não fossem eles, numa noite de lua cheia, não teriam gerado e feito Marcelo para que ele estivesse sentado nesta Mesa aqui no Senado da República.

Queria cumprimentar o Diretor de Desenvolvimento e Infraestrutura da Codevasf, Sérgio Luiz, que também desenvolveu um papel importante e vai desenvolver mais ainda porque continua nos quadros e é do quadro desta Casa.

Quero saudar os Deputados, Prefeitos e Vereadores que vieram a esta sessão; saudar a todos vocês da família Codevasf, porque vocês fazem parte de uma família unida – isso é que é importante. E quero saudar minha esposa Eleusa, que se encontra ali também. Eu sempre digo que, ao lado – não é atrás – de um homem, tem que haver uma grande mulher. E Eleusa é minha parceira. Eu sempre digo que ela é minha marqueteira, meu braço direito nas campanhas, e neste mandato não poderia ser diferente. Ela está ali simplesmente com o celular filmando para depois me corrigir caso eu erre o português no nosso pronunciamento.

Queria também saudar a todos vocês que vieram de outros Estados e que fazem com que esta companhia se desenvolva.



Mas hoje é dia de festa. Eu vim aqui somente para cumprimentar, por esses 45 anos, e dizer que a Codevasf é uma empresa que tem o carinho muito grande do povo da Bahia. É uma empresa realmente que executa muitas obras, principalmente no quesito hídrico, que é o mais importante, porque água é vida, e quando você cuida da água, você está cuidando da vida, do povo nordestino principalmente, do Nordeste, que sofre, e a Codevasf tem amenizado esse sofrimento. E você, Dr. Marcelo, será responsável juntamente com a sua equipe por amenizar mais ainda o sofrimento do povo nordestino.

Nós temos aí o canal integração. É a nossa integração com outros Estados, na qual a Codevasf tem uma responsabilidade muito grande. Mas o importante, mais ainda, é o que será o seu grande desafio, o desafio deste Governo: a transposição do Rio São Francisco – que é importante, mas sem a sua recuperação, sem a limpeza da sua calha, sem plantar matas nas suas margens, a Codevasf poderá no futuro não ter o que fazer porque não terá água para gerir. Então, a recuperação do Rio São Francisco talvez seja a maior bandeira deste Governo.

Mas eu sempre digo que o meu amigo Senador Otto Alencar, ao chegar ao Senado há cinco anos atrás, assumiu essa luta da recuperação do São Francisco. Luta que até então está sem a devida glória, sem o devido final.

Mas, senhores e senhoras, quando Dom Pedro II, no Império, no ano de 1877, disse que a luta dele era que o Nordeste não passasse fome, nesse momento eu conclamo, neste século XXI, que qualquer governante que esteja de plantão no Planalto lute não só para que o Nordeste não passe fome, mas para que o Nordeste não passe sede, porque com a sede a fome chega mais rápido.

Então, encerro as minhas palavras desejando, nos 45 anos dessa empresa jovem, dessa empresa pujante, dessa empresa viva, dessa empresa que mata a fome e dá água ao povo baiano e ao povo nordestino, que vocês consigam a cada dia abraçá-la como se estivessem abraçando um filho recém-nascido, porque 45 anos não é a idade da velhice, 45 anos ainda é uma empresa na flor da idade – eu tenho 61 anos e estou me achando engatinhando, não é a Codevasf com 45 que será uma empresa velha.

Parabéns Codevasf! Parabéns a essa família que faz essa empresa tão pujante crescer no Brasil e desenvolver o nosso nordeste brasileiro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito bem, Senador Angelo Coronel.

Se com 60 anos está engatinhando, imagine quando estiver correndo. (*Risos.*)

Senador Rogério, V. Exa. tem a palavra. É um prazer tê-lo aqui com a voz de Sergipe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Primeiro, quero dizer que o prazer é todo meu em participar desta sessão e participar de uma sessão com o senhor presidindo, Senador Roberto Rocha, e com o meu grande amigo, companheiro e sergipano, Senador Eduardo Gomes, este Senador que nos primeiros seis meses já mostrou toda a competência e, com certeza, apesar de não estar em Sergipe, vai fazer diferença para o Tocantins e para Sergipe também, porque ele é um sergipano. Então, é uma honra estar aqui hoje.

Queria cumprimentar o Presidente da Codevasf, Sr. Marcelo Andrade Moreira Pinto, e cumprimentar o Diretor de Desenvolvimento Infraestrutura, Sr. Sérgio Luiz Soares de Souza Costa.



A Codevasf tem a função de cuidar de um dos maiores patrimônios do Brasil, que é o Vale do Rio São Francisco, o Vale do Parnaíba, ou seja, a Codevasf é uma empresa que tem um objeto de trabalho que é fundamental para todo o nosso País.

O Rio São Francisco para nós que somos da Região Nordeste e para aqueles que são também mineiros tem um papel que é a salvação. Imagine a ausência deste rio para o abastecimento de água para consumo humano e para uma série de atividades de geração de energia, desde a geração de energia até a produção agrícola, que possui grandes fronteiras agrícolas e é responsável, hoje, pelo desenvolvimento de parte da Região Nordeste no Semiárido, o lugar mais seco que é a região de Petrolina, de Juazeiro, do Bonfim e a do meu Estado, na região de Neópolis, na região do baixo São Francisco, com a produção de arroz, a produção de frutas, a piscicultura.

O Rio São Francisco é, sem dúvida, o maior vetor de desenvolvimento econômico da Região Nordeste. E agora espero que o Vale do Parnaíba também seja incorporado à Codevasf e fique sob a responsabilidade da Codevasf. Além disso, essa empresa tem demonstrado ser, entre as empresas que compõem o leque de empresas do Governo Federal, uma das mais eficientes, uma das empresas que têm maior capacidade de execução, o que é muito importante num momento de crise econômica, de desemprego, de deficiência de projetos. A gente começa uma obra e não consegue concluí-la com o preço licitado, porque não há projetos executivos, há projetos malfeitos, não há estudos adequados. E a Codevasf tem demonstrado uma competência muito grande na elaboração de projetos executivos, na contratação, na execução de obras, não só no que diz respeito à revitalização dessas bacias hidrográficas, mas também no conjunto de atividades relativas ao Vale do São Francisco e do Parnaíba, ou seja, toda essa região que é abrangida pela Codevasf.

O Estado de Sergipe tem a vantagem de todos os Municípios estarem sob a influência e sob a guarda da Codevasf. É um privilégio para nós podermos contar com essa empresa. Espero que a gente a preserve. Vamos, aqui nesta Casa, garantir a preservação dessa empresa, como da Embrapa, como grandes patrimônios do Brasil e do povo brasileiro. E espero que V. Exa., na condição de Presidente, lute para manter essa empresa sob a guarda e o patrimônio do nosso País pela inteligência que acumulou. Às vezes, a gente perde a noção e pensa que o ativo são os prédios, as máquinas, mas o grande ativo de empresas como a Codevasf, como a Embrapa, que são propulsoras do desenvolvimento, é a sua inteligência, é o ativo de conhecimento, de tecnologia, é o ativo humano que se foi construindo, a cultura que essas instituições acumularam e, principalmente, a eficiência que elas adquiriram ao longo da sua existência. Por isso, para mim é uma honra.

Quero parabenizar a nova diretoria, parabenizar o Presidente e parabenizar os três Senadores que estão aqui hoje. Eu queria cumprimentar também o Angelo Coronel; o Fernando Bezerra Coelho, que esteve aqui; o Izalci, que está ali – chegou agora –; o Presidente desta sessão por esta sessão; e o meu amigo Eduardo Gomes, que é um grande Senador e vai fazer a diferença nesta Casa ao longo do seu mandato.

Muito obrigado.

Bom trabalho para vocês e boa sorte ao novo Presidente da Codevasf.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito obrigado, Senador Rogério.



Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer. Senador Elmano é do nosso vizinho Piauí, nosso companheiro.

Em seguida, vamos ouvir o nosso Senador do Distrito Federal...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Senador Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Não esquecendo de que o nosso Elmano é o popularmente conhecido Veín Trabalhador do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – É o Veín, não é velhinho, não.

Cadê o som aqui para o...

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para discursar.) – Além de Veín, outras coisas mais: Sr. Veín Durim, Sr. Veín Trabalhador, Sr. Veín Namorador, não sei. (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar a todos. Iniciando, cumprimento o nobre Senador Presidente desta sessão, Roberto Rocha; o nobre Presidente da Codevasf, que assumiu ontem, numa linda solenidade, Marcelo Moreira; cumprimentar aqui o meu querido Eduardo Gomes, que não é o Marechal, o Brigadeiro do Ar, mas é um grande Senador; cumprimentar o nosso Coronel, que também não é Coronel, é um grande Parlamentar – aqui são dois: o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Angelo Coronel, que não é coronel, nem ele brigadeiro.

Quero cumprimentar os diretores da Codevasf aqui presentes; o Sérgio, que presidiu, interinamente, a instituição até pouco tempo; enfim, quero cumprimentar os nobres Senadores aqui presentes; os diretores da Codevasf; os servidores da Codevasf.

Eu sei que os elogios já foram feitos à instituição. Realmente, nestes 45 anos, a Codevasf foi uma das maiores instituições no Vale do São Francisco e, a partir do ano de dois mil e pouco, também estendeu a sua atuação para o Vale do Parnaíba.

O Parnaíba é um rio que nasce e deságua no oceano, nasce no Nordeste percorre ali, une o Maranhão e o Piauí, mas deságua no oceano, no próprio Nordeste; enquanto que o grande Rio São Francisco, o Velho Chico, nasce nas Alterosas, em Minas Gerais, e transformou-se no rio de integração nacional.

Mas eu queria, neste momento, não só não fazer... Os elogios já foram feitos à instituição, eu queria dizer que eu já, ao longo dos meus mais de 70 anos, vi nascer e morrer muitas instituições no País. Nascer e morrer. E vi muitas instituições no País terem as suas grandes finalidades desvirtuadas, e isso seria responsável por suas mortes.

Então, meu querido Senador lá do Tocantins, eu já o nomei aqui, Eduardo Gomes, é uma crítica que eu vou fazer e permitam-me fazê-la.

Uma instituição que nasce no Brasil com dinheiro, inexoravelmente ela é expandida territorialmente. Inicialmente era no Vale do São Francisco, depois passou a atuar no Vale do Parnaíba e, agora, está já em Mato Grosso, no Tocantins – não sei.

Enfim, vejo que não é por aí que se enfrentam os problemas de uma região. O Semiárido continua desafiando a todos. O Semiárido está na área onde está o Rio São Francisco.

A Sudene, a que eu pertencia, agoniza. O Dnocs, com os seus cem anos, já está na UTI há muito tempo.



E, hoje, essa instituição, a Codevasf, está fazendo calçamento, está fazendo praças e muitas coisas que são afetas aos Municípios fazerem. A Codevasf foi criada não para isso, meu nobre Presidente, que está entrando nessa instituição aos 36 anos.

Nós temos de fazer uma autocrítica. A Sudene morreu. O Dnocs está morrendo. E, se nós nos omitirmos, essa instituição vai no caminho das demais. Não é isso que nós queremos.

Eu sou servidor público, aposentado, mas nunca perdi o meu compromisso com o Estado brasileiro, nunca servi a um Governo. Procurei ser pago pela sociedade para servi-la, sem jamais me servir dela. Servi à sociedade, pago por ela, para não me servir dela, e, sim, trabalhar por ela e para ela.

É isto que nós temos de fazer, num momento de festa, de aniversário: reflexão sobre as instituições.

O Nordeste agoniza por, muitas vezes, omissão nossa, políticos que viemos para cá mandados pelo povo e que, muitas vezes, traímos o povo que nos mandou para cá.

Então, eram essas palavras que eu queria dizer.

Qual é a reflexão daqueles que são a instituição, que são servidores dela, como eu fui servidor da Sudene? Ainda continuo adorando-a e sei que foi uma grande perda para o Nordeste e para o País. Fomos vencidos, como estamos sendo vencidos pelo caso da criminalidade.

Morrem por ano – aqui uma pequena digressão – por homicídio, como todos sabem aqui, mais de 62 mil pessoas. De outro lado, morrem no trânsito mais de 40 mil. Vejam: 100 mil pessoas por ano morrem através da criminalidade e do acidente de trânsito. E, quando se fala em criminalidade, aqui é o ponto fundamental que eu quero ressaltar: não é possível que a criminalidade, que as organizações criminosas continuem vencendo o Estado – vencendo o Estado!

E eu vejo, num momento como este, em que nós estamos mudando a ordem deste País com foco no vencimento da criminalidade, que não sei se está sendo mais uma prioridade do Governo, não sei. Estamos discutindo coisas importantes como é a reforma da previdência, a reforma tributária, mas nós começamos há mais tempo a discutir essa questão da criminalidade.

Enfim, feita essa pequena digressão, eu quero voltar ao foco, meu nobre Presidente, que assumiu ontem, eu estava presente, a direção dessa instituição, com uma competente diretoria, jovens, técnicos: é o momento de fazer uma reflexão sobre o que levou à criação da Codevasf e o que faz a Codevasf hoje. Esse é um ponto. O segundo é que eu fundamentei, aliás, aquele a que eu me referi, nobre Senador pelo Estado do Tocantins: nós temos que parar com isso de criar uma instituição e estendê-la pelo território afora.

A Codevasf foi criada para voltar-se para o Vale do São Francisco. Depois, nesta Casa, o Senador e ex-Governador Freitas Neto estendeu-a para o Vale do Parnaíba. Esses dois vales.

Nós políticos não podemos, meu querido e nobre Eduardo Gomes, digno Senador do Tocantins, desvirtuar os verdadeiros objetivos que levaram a criar uma instituição neste País, não temos esse direito, não temos esse direito.

Então, eu vim aqui só para levantar estes dois pontos: a Codevasf se expandido por outras regiões, saindo da Região Nordeste, que é um problema para o Brasil, indo para outras regiões, chegando... Até agora, eu soube que já está no Brasil Central, especificamente em Mato Grosso, um dos maiores centros produtores de grãos deste País.

E o outro: será que essa instituição foi criada para entrar em um Município e fazer praças, fazer calçamento, fazer um sistema simplificado de água para um povoado, para uma comunidade? Ou foi criada para realmente transformar a região, sobretudo, as regiões semiáridas do Nordeste,



não só se concentrando no Vale do São Francisco? O que está sendo feito, a transposição, não vai resolver o problema de água no Nordeste, não vai. Isso é para a reflexão dos senhores, que são da Codevasf, da nova diretoria que já tomou posse ontem.

Então, eu queria só pedir ao nobre Presidente, um jovem engenheiro, de 36 anos, 35... São 36?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – São 36 anos, uma criança. Eu já tenho quase duas vezes, aliás, tenho duas vezes isso, tenho duas vezes a sua idade, servindo o público, quer dizer, trabalhando, buscando. Quando eu comecei, era carro-pipa. A história era carro-pipa.

Permita-me que eu conte aqui. Hoje, na maior parte da Região Nordeste, a partir de setembro, outubro, sobretudo novembro, é o carrinho-pipa. Isso é uma vergonha. Isso é uma decepção. E nós, técnicos e dirigentes de instituições, não fomos competentes para enfrentar essa história de carrinho-pipa, que começou a ser uma grande atividade econômica e empresarial na Região Nordeste.

Então, eu queria parabenizar a toda diretoria atual, a diretoria que deixou, sobretudo a todos os servidores da Codevasf, pelo tanto que já realizaram não só no Vale do São Francisco, mas também no Vale do Parnaíba, porque eu sou testemunha do trabalho da Codevasf em nosso Estado do Piauí.

E sei que muitas vezes a instituição chegou a fazer o que os Municípios deveriam fazer, não porque era a atividade dela: pressões políticas. Pressões políticas. Eu tenho emendas parlamentares em que o Prefeito chegou inadimplente. Se é inadimplente, um órgão federal não pode suprir a inadimplência. O erro, a falha... Não, a Codevasf faz, a Codevasf faz. Isso é inconcebível. É inconcebível. Outros órgãos não fazem, a Codevasf vai fazer. Respondam por que a Codevasf vai fazer. Está compactuando com o que está errado.

Então, queria parabenizar essa grande instituição. Que ela não siga o caminho de muitas outras instituições, como o Dnocs. E há até uma tese de juntar as duas instituições. Que haja uma reação dentro dela, de seus servidores, de modo que cumpramos os objetivos para os quais a instituição foi criada.

Então, parabéns a todos, parabéns ao nobre Presidente. E desculpem, o que falou aqui foi o coração de um servidor público que não vai cansado, não; vou morrer com este discurso. Este é o discurso que o Nordeste quer, e é assim que nós vamos, viu, Coronel? Use a sua patente de Coronel, e o Eduardo Gomes, a patente de Brigadeiro Eduardo Gomes.

Então, um abraço, muito obrigado e parabéns a essa grande instituição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Obrigado, Senador Elmano Férrer.

Eu queria saber se o nobre Senador Izalci... Ah, está aqui o Izalci.

Mas eu quero também aproveitar a oportunidade desse convite à reflexão feito pelo querido amigo, conterrâneo, vizinho, Senador Elmano, e dizer o seguinte: a Codevasf busca, com essas expansões, claro que há limites... Ela não cresce área. Você não entra no... Não é Mato Grosso, é Mato Grosso do Sul. Um pedaço do Mato Grosso do Sul não é porque quer botar, é porque a Bacia do Tocantins alcança estes espaços territoriais: do Tocantins, um pedaço de Mato Grosso do Sul, um pedaço do Maranhão, um pedaço do Pará e tal.

É evidente que os recursos para a construção, por exemplo, de praças, ruas, mercados etc. são 100% de emendas parlamentares, não são do orçamento da Codevasf. Do orçamento da



Codevasf, de R\$360 milhões aproximadamente, tirando aí custeio, pessoal etc., fica muito pouco para investimento. Desse pouco que fica, quase tudo é para o Pisf, exatamente para o Programa de Integração do São Francisco, ou seja, do orçamento da Codevasf, muito pouco é colocado no Piauí, no Maranhão, Estados que têm uma atuação forte na Codevasf.

A atuação feita nesses Estados é decorrente de emendas de bancada. Evidente que o Deputado é eleito proporcionalmente, então ele representa partes, setores, segmentos da sociedade. Muitas vezes, o Deputado é votado num Município e passa dez Municípios para ser votado num povoado ou outro. Óbvio que, no exercício do mandato de Deputado, ele é demandado de um poço, de uma praça, de uma rua, e não é que ele queira que a Codevasf faça isso, mas é que, às vezes, a Prefeitura está inadimplente – e não é nem porque é adversário, mas é porque está inadimplente. Esse Parlamentar poderia fazer esse poço artesiano, por exemplo, pela Funasa, mas, quando ele faz pela Codevasf, ele privilegia a Codevasf, até porque uma parte desses recursos fica para a Codevasf, na administração dos recursos, como a Caixa Econômica etc., de tal modo que, quanto mais emendas tiver a Codevasf, mais recursos a Codevasf vai receber, além de força política.

Eu precisava, até porque conheço um pouco essa engenharia da empresa, dizer exatamente isso, quer dizer, a Codevasf não está com o seu orçamento... É verdade que diminuiu muito. Ela já teve, não sei, acho que o dobro. Hoje, está em R\$360 milhões, o que, realmente, é nada diante do potencial da Codevasf, do que ela faz e do que ela pode fazer. Cabe a nós, na formulação da principal peça do Governo, que é o Orçamento da República, olhar e buscar fontes de recursos para incrementar o orçamento da Codevasf.

Aqui eu falei, por exemplo, das multas ambientais. As multas ambientais, no Brasil, recolhidas pelo ICMBio, pelo Ibama, estão depositadas na Caixa Econômica. Querem que esses recursos sejam destinados a organizações não governamentais. Eles têm que ir para uma organização governamental, como a Codevasf. E eu conversei isso até com o Presidente da República. Mostrei a ele esse Projeto Travessia, que tem o objetivo de substituir as pontes de madeira em estradas vicinais, Senador Elmano, que há muito no Piauí, no Maranhão, no Tocantins, na Bahia. São pontes pequenas em estradas vicinais que, para a construção, todos os anos há que se derrubar árvores. Para uma ponte de 6m, derrubam-se seis árvores. Então, objetivamente, na defesa do meio ambiente, esse é um programa interessante. Assim, é justo converter essas multas para financiar programas como esse para o Nordeste, inicialmente.

Desse modo, a gente busca outras fontes de recurso. Senador Eduardo, nós temos, no Maranhão, a Base de Alcântara, que vai movimentar bilhões de dólares. Claro! É justo que uma parte seja um fundo de compensação para o Maranhão, porque a base é lá. E dois terços desses recursos nós estamos botando para as comunidades vulneráveis, que, infelizmente, no Maranhão, é o maior número do Brasil: quilombolas, quebradeiras de coco, assentados, indígenas etc. E um terço para o Iphan, para investir no patrimônio material e imaterial. Ou seja, é mais dinheiro para a Codevasf.

Isso duas iniciativas deste Senador. O conjunto dos Senadores, eu não tenho dúvida, vai fazer o orçamento da Codevasf crescer bastante, o que é importante. Só o Eduardo Gomes vai botar 100 milhões, não é? (*Pausa.*)

Só pode botar 100 milhões para o Tocantins. O Coronel vai botar bastante, o Izalci.

Eu quero, dito isso – e falo em homenagem ao Elmano, que é um Parlamentar querido aqui de todos nós –, trazer essas informações para poder, nesse convite, fazer a reflexão.



Passo agora a palavra ao querido amigo, Senador Izalci, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, meu Líder Senador Roberto Rocha, eu o cumprimento e ao mesmo tempo eu parabeno V. Exa. pela iniciativa desta sessão solene. Cumprimento também o meu querido amigo Eduardo Gomes, que será o nosso Relator realmente do desenvolvimento regional. Então, com certeza, a Codevasf estará contemplada bastante nesse orçamento. Eu fiquei com a área de educação. Mas, Eduardo, nós vamos fazer uma dobradinha – viu, Eduardo? – para poder realmente colocar um orçamento compatível com a instituição.

Cumprimento também o meu querido Elmano Férrer, nosso exemplo aqui na nossa Casa; o nosso querido General, a quem chamo de General, Angelo Coronel; o nosso Presidente, acho que o mais novo Presidente das empresas, o Sr. Marcelo Andrade Moreira Pinto; o nosso querido diretor, que, até há pouco tempo, também exercia provisoriamente a função de Presidente e agora é Diretor de Desenvolvimento de Infraestrutura, Sérgio Luiz Soares de Souza Costa. E cumprimento aqui todos os servidores desta grande instituição.

O médico e humorista Max Nunes disse certa vez que o Brasil precisa explorar com urgência a sua riqueza, porque a pobreza não aguenta mais ser explorada. É uma frase de humor, mas que retrata muito bem a nossa realidade, muito embora tenhamos empresas fortes e que fazem um trabalho importante para o nosso país. Uma delas é, sem sombra de dúvidas, a Codevasf, que hoje recebe a homenagem do Senado Federal.

Ainda patinamos na pobreza por falta de investimentos, especialmente em infraestrutura e na revitalização voltadas para o alimento de qualidade, na melhoria da qualidade da água, com a implantação de sistema de tratamento de esgoto, na recuperação hidroambiental, entre outras ações necessárias. Mas a Codevasf, assim como a Embrapa, tem sido a mola propulsora para o desenvolvimento do País e tem conseguido explorar as nossas riquezas do solo e das águas, com tecnologia de ponta e experiência ímpar.

A Codevasf é uma empresa que teve o seu embrião formado no pós-guerra. Ela ganhou apoios e passou por adaptações, até ter como sua missão desenvolver a região das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Além de ter a sua administração central, também referida como sede, localizada em Brasília, no Distrito Federal, a área de atuação da Codevasf no Distrito Federal corresponde às porções de algumas das regiões administrativas que integram a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e a outras porções que estão situadas na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins.

A atuação da Codevasf no DF e em cidades do Entorno foi tema de estratégias para estruturar o desenvolvimento da agricultura irrigada no Distrito Federal e em cidades também aqui do Entorno, que, agora, integram sua área de atuação.

Uma reunião realizada, no último dia 5 de julho, pela Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação da Codevasf buscou mapear e analisar as necessidades dessa região. Na ocasião, foram apresentados aos participantes do encontro dados dos resultados de intervenções da Codevasf no Semiárido brasileiro. Segundo informações do Relatório de Gestão 2018 da empresa, a companhia gerencia, atualmente, 35 projetos públicos de irrigação, com uma área irrigável total de 159 mil hectares, que beneficiam diretamente cerca de 16 mil famílias. A troca de experiência ocorrida no encontro viabilizará o desenvolvimento de projetos que promovam o surgimento de novos empreendimentos. Uma das possíveis contribuições da Codevasf para o avanço da produção



agrícola local é a aplicação de técnicas de gestão de água já implementadas pela companhia em outros Estados. A região precisa, sim, dessa tecnologia.

A Codevasf, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tem a missão de desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e também sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, por meio de execução direta ou mediante parcerias, executando obras e ações voltadas ao desenvolvimento, por meio de implantação de projetos de irrigação, revitalização de bacias hidrográficas, oferta de água para consumo humano e animal, apoio a arranjos produtivos e obras de infraestrutura hídrica.

Minhas senhoras e meus senhores, a Codevasf completa 45 anos de uma história de sucesso. Há mais de quatro décadas, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba impulsiona o crescimento econômico e social de uma das áreas mais carentes do País, mas também de grandes potenciais. Ao longo da sua história, a empresa destaca-se pelos investimentos em diversas ações, cujos impactos contribuem para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população dos 894 Municípios situados na sua área de atuação, que inclui regiões do Nordeste brasileiro, nos Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Piauí, Maranhão e Ceará, além do norte de Minas Gerais, Goiás e, agora, Distrito Federal.

Aqui no Distrito Federal, nós temos porções de sete regiões administrativas na área de atuação da Codevasf. São elas: Brazlândia, parcial, Bacia Hidrográfica do Tocantins; Fercal, integral, Bacia Hidrográfica do Tocantins; Paranoá, também parcial, Bacia Hidrográfica do São Francisco; Planaltina, também parcial, Bacia Hidrográfica do São Francisco; aqui no Plano Piloto, também parcial, Bacia Hidrográfica do Tocantins; Sobradinho I, parcial, Bacia Hidrográfica do Tocantins; Sobradinho II, também Bacia Hidrográfica do Tocantins.

Na segunda-feira, dia 27, eu estive com o Diretor Sérgio para debatermos os projetos que estarão na pauta para o DF. Saí da conversa mais animado com o que eu vi, especialmente no tocante às nossas regiões administrativas que precisam desse apoio e dessa atenção.

A Codevasf é uma empresa que tem experiência sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar brasileira. Portanto, nós aqui do DF esperamos que a Codevasf realize projetos importantes e que possa desenvolver a nossa área rural com técnicas avançadas e água abundante.

Comecei com a frase do médico e humorista Max Nunes, que nos provoca quando não fazemos o dever de casa, que é explorar nossas grandes riquezas.

Por isso é importante que celebremos uma empresa pública que explora de forma sustentável e com sucesso a riqueza de nossas bacias hidrográficas, aumentando a renda e a qualidade de vida da população.

Parabéns a todos que compõem o corpo técnico da Codevasf. Parabéns também aos colegas Senadores, na pessoa do meu Líder, Roberto Rocha, pela brilhante iniciativa de sugerir esta homenagem.

Parabéns à Codevasf e a todos os seus servidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Obrigado Senador Izalci. Muito obrigado.

Bom, encerradas as inscrições dos Srs. Senadores, eu queria passar a palavra, e peço a compreensão, sei que o horário já está avançado, mas seremos muito breves... O Sérgio é o Diretor e estava na Presidência até ontem. Ontem fez a transmissão do cargo para o Marcelo. Então, eu



acho que é correto, politicamente falando inclusive, que o Sérgio, em nome dos Diretores que estão aqui também, possa fazer o uso da palavra e, como servidor de carreira, possa também falar em nome dos todos os servidores da Codevasf.

V. Sa. tem a palavra.

Em seguida vamos ouvir o nosso presidente.

O SR. SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Roberto Rocha, que foi o requerente desta sessão solene. Quero cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, do Tocantins, o Senador Angelo Coronel, o Senador Izalci, que falou agora, o Senador Elmano.

Gostaria também de cumprimentar meus colegas de Diretoria, Fábio Miranda, Napoleão Casado. Queria cumprimentar também você, Marcelo, que assume agora, nosso Presidente. Queria cumprimentar, e aí permita-me nominalmente cumprimentar a todos os superintendentes, porque estes vieram de longe, o Rodrigo, o Warley, o Aurivalter, o César, o Marlan, o Elmo, o Inaldo e o nosso companheiro de longas datas, Jones Braga.

Queria cumprimentar todos os meus colegas de Codevasf, e queria cumprimentar também todos os maranhenses que aqui estão na pessoa da Superintendente Regional da Funasa, Maura Jorge.

Senador Roberto, fico muito feliz quando o senhor faz uma sessão solene nesta Casa Legislativa em nome da Codevasf, pelos seus 45 anos, fico feliz como funcionário da empresa que sou, porque, nesses 14 anos de empresa, quando entrei no Piauí e passei pelo Maranhão, lá me apaixonei ainda muito mais por aquele Estado, consegui saber o que realmente era desenvolvimento regional.

A Codevasf hoje trabalha no pequeno produtor na agricultura familiar, no apicultor lá do Piauí, no agricultor familiar da pesca lá no Maranhão, vem e passa pelos perímetros irrigados, nos quais são produzidos R\$2,7 bilhões/ano numa produção de 3,8 milhões de toneladas de frutas, ou seja, a Codevasf é pujante.

Hoje, o Polo Petrolina e Juazeiro é desenvolvido por causa da Codevasf. Lá se produz uva de alta qualidade e se produz o espumante que vai poder, daqui a pouco, provar. Então, a Codevasf, senhores, me deixa orgulhoso por essa capacidade que ela tem em promover o desenvolvimento regional.

Passamos por todas as áreas: a área do Fábio, que é a área da revitalização, já fizemos os planos de nascentes – não foi, Fábio? –, São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

Senador Eduardo Gomes, a gente tem uma boa notícia para o senhor. Criamos um grupo de trabalho para fazer o plano de desenvolvimento de nascentes da bacia do Estado do Tocantins, ou seja, nós já começamos a trabalhar nos Estados em que a nossa área de atuação é recente.

Então, meus amigos, quero ser breve pelo andar da hora, mas quero dizer que saio daqui desta Casa Legislativa, Senador Roberto Rocha, feliz por essa homenagem e por participar desse momento tão precioso para a empresa nesses seus 45 anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Obrigado, Sérgio.

Nós passamos, agora, a palavra ao nosso Presidente Marcelo, que é o nosso empossado de ontem e que, desde ontem, é o Presidente desta importante companhia.



Com a palavra V. Sa., Marcelo.

Quero registrar aqui a presença do Prefeito Mercial Arruda, do Maranhão.

O SR. MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO (Para discursar.) – Bom dia.

Queria cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Roberto Rocha; o Senador Eduardo Gomes, de Tocantins; o meu conterrâneo, Senador Angelo Coronel; Senador Fernando Bezerra, que teve que se ausentar há pouco; Senador Rogério Carvalho, de Sergipe; Senador Elmano Férrer, do Piauí; Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal; e os demais convidados também, o Deputado Federal Hildo Rocha e também os demais Deputados; o Sr. Alcindo Gabrielli, que está representando o Ministro do Estado da Cidadania; o Sr. Domingos Costa Correa, Prefeito do Município de Matões do Norte, no Maranhão; o Prefeito do Município de Buriti, no Tocantins, Sr. Américo Reis; o Prefeito do Município de Araguatins, no Tocantins, Sr. Claudio Santana; a Sra. Christianne Dias, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas, que teve que se ausentar; representante da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, Sra. Cláudia Moraes Mendes; Coordenador-Geral de Conservação do Solo e Água do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. George Honório; Superintendente Regional da Codevasf de Alagoas, Sr. James Marlan; Superintendente Regional da Codevasf da Bahia, Sr. Elmo Nascimento; Superintendente Regional da Codevasf do Maranhão, Sr. Jones Braga; Superintendente da Regional da Codevasf de Pernambuco, Sr. Aurivalter Cordeiro; Superintendente Regional da Codevasf do Piauí, Sr. Inaldo Guerra; Superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Sr. Mauro Jorge; e Diretores da Codevasf, Sr. Sérgio Costa, Sr. Fábio Miranda e Sr. Luis Napoleão Casado.

Em primeiro lugar, queria agradecer aos signatários do requerimento que deu origem a esta sessão especial em homenagem à Codevasf, os Senadores Roberto Rocha, Alvaro Dias, Arolde de Oliveira, Elmano Férrer, Otto Alencar e Telmário Mota. Cumprimento V. Exas. em nome de todos os colaboradores da Codevasf.

Faço também uma saudação aos gerentes, analistas, assistentes, auxiliares e colaboradores da Codevasf que atuam na sede da instituição em Brasília e, em seus nomes, àqueles que atuam em superintendências, escritórios e centros da Companhia nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Piauí e Maranhão.

Como nordestino, conheço a relevância das ações da Codevasf na promoção do desenvolvimento regional, o que fortalece ainda mais o meu comprometimento com a missão que me foi dada.

Fazendo um apanhado histórico, a Companhia foi fundada há 45 anos, em julho de 1974, para suceder a Superintendência do Vale do São Francisco, a Suvale, e a Comissão do Vale do São Francisco. Assim, a Codevasf é herdeira do legado de realizações e continuadora do trabalho dessas duas instituições. É, portanto, justo e correto que fique aqui registrada a homenagem da Codevasf à Comissão do Vale do São Francisco e à Superintendência do Vale do São Francisco.

Por missão e vocação, a Codevasf busca, desde o início de sua trajetória, realizar tarefas desafiadoras. Entre elas, a mais nobre e abrangente é de oferecer estrutura e suporte para que homens e mulheres vivam plenamente em superação à adversidade climática nas regiões onde a companhia atua.

Foi com esse princípio que a Codevasf implantou e manteve, ao longo das últimas décadas, projetos públicos de irrigação ao longo da Bacia do Rio São Francisco, contornando diversos



obstáculos. Esses projetos foram fundamentais para o vigoroso desenvolvimento observado no Vale do São Francisco.

É notório o exemplo da região dos Municípios de Petrolina e Juazeiro, em Pernambuco e na Bahia, que se tornou um grande polo de fruticultura, com produção que abastece o mercado interno e externo. Esses projetos são responsáveis pela geração de muitos empregos, pelo fortalecimento de indústrias, pela formação profissional em agricultura, infraestrutura e comércio e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento dessas comunidades em seu entorno.

Outra importante tarefa empreendida pela Codevasf é a promoção de acesso à água, especialmente em regiões de clima semiárido, de poucos rios perenes e de chuvas escassas e em comunidades distantes dos grandes centros urbanos. Nesses locais, implantamos cisternas, poços, adutoras, barragens e sistema de abastecimento, barreiros e levamos água limpa para casas, escolas e postos de saúde. Buscamos soluções para prover água a pessoas, plantas e animais em áreas remotas do Nordeste brasileiro.

Outra linha de atuação da empresa é a revitalização ambiental. A Codevasf protege nascentes e matas ciliares, contém o avanço de processos erosivos, executa ações para a preservação dos recursos hídricos e recupera áreas degradadas. Para conservar a qualidade da água e dos solos, foram implantados diversos sistemas de esgotamento sanitário, para atendimento em inúmeros Municípios nessas regiões.

Ainda no contexto da revitalização, a Codevasf mantém centros integrados de agricultura e recursos pesqueiros responsáveis pela produção de peixes de espécies nativas para repovoamento de corpos d'água em suporte ao equilíbrio ecológico e atividade pesqueira. A companhia também realiza a soltura de alevinos, conhecida como peixamentos, e lança milhares de espécies nativas em rios e reservatórios.

A Lei nº 6.088, de 1974, confiou à Codevasf a missão de promover desenvolvimento no Vale do São Francisco. O histórico de realizações da companhia fez com que Deputados e Senadores de diferentes legislaturas – muitos deles aqui presentes – dessem novas redações a essa lei, confiando à instituição missão semelhante em outras bacias hidrográficas, reconhecendo, assim, o relevante trabalho que essa instituição vem executando.

A Codevasf, hoje, atua em 17 bacias hidrográficas principais, o que equivale a 27% do Território nacional. Alcançamos 1.641 Municípios em 12 Estados e no Distrito Federal.

A companhia também tem diante de si a importante missão de operar o Projeto de Integração do Rio São Francisco, uma estrutura que levará água a 12 milhões de pessoas em cerca de 400 Municípios nos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Assim, a companhia move-se, com vigor, em direção a novos desafios e regiões.

É muito importante destacar a reconhecida capacidade técnica dos funcionários da companhia. A visão desses profissionais é treinada para que se deparem com um curso d'água e enxerguem a possibilidade de irrigação para gerar desenvolvimento; em uma horta, enxerguem a segurança alimentar de uma família; em um barreiro, enxerguem os meios para matar a sede dos animais. O olhar dos profissionais do desenvolvimento é treinado para ver potenciais e oportunidades em todos os Municípios atendidos pela Companhia.

Estamos aqui hoje reunidos em celebração a tudo o que a Codevasf tem realizado, mas sabemos, claramente, quais são os desafios que mais esperam por nossa atenção e reconhecemos a grandiosidade das tarefas que nos aguardam.



A Codevasf e seus profissionais continuarão a lidar com grandes desafios e, simbolicamente, renova esse compromisso nesta sessão especial do Senado.

Para finalizar, coloco a Codevasf à disposição do Congresso Nacional para esclarecer dúvidas, ouvir propostas de melhoria, avaliar projetos potenciais e atuar na indução do desenvolvimento nas áreas de sua abrangência.

Convido todos os senhores a conhecer um pouco mais dessa história numa exposição dos nossos projetos que preparamos no Salão Branco na saída do Congresso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito obrigado, Marcelo, Presidente para Codevasf.

Nós caminhamos para o final desta sessão, após cumprida a finalidade dela, agradecendo a todos que nos honraram com o seu comparecimento, de forma especial, aos servidores da Codevasf, aos diretores, ao Presidente, a quem desejamos, como disse ontem, apenas sorte, porque, com o talento dele já reconhecido, claro, o sucesso está garantido.

Nós também cumprimentamos todos os Senadores e lhes agradecemos na pessoa do querido Senador Elmano Férrer, e desejamos muito boa sorte a todos.

A sessão está encerrada. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 54 minutos.*)



Ata da 148ª Sessão, Não Deliberativa, em 29 de agosto de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Styvenson Valentim e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e encerra-se às 16 horas e 25 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Zenaide Maia, Marcio Bittar.

O Senador Marcio Bittar é convidado a usar a tribuna, como hoje é sessão não deliberativa, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discursar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, aqueles que nos prestigiam com a audiência da TV Senado, quero mencionar alguns assuntos.

O primeiro, a decisão do Supremo Tribunal Federal de anular o processo do ex-Presidente do Banco do Brasil Bendine me é uma decisão assustadora, porque vários assessores, advogados, juristas estão dizendo que o argumento que fez o Supremo anular o processo é um argumento frágil, porque tanto o ex-Presidente do banco como aqueles que delataram, ambos são réus, e parece que o entendimento é claríssimo de que entre réus não há aquele que tenha que falar primeiro ou por último. Portanto, o argumento da defesa do ex-Presidente não seria válido. O que fica parecendo é que é um caminho aberto para que, daqui a pouco, outros que já foram processados e condenados em segunda instância, assim como o ex-Presidente do banco, o Bendine, possam também ter seu processo anulado.

Eu, Sr. Presidente, sou um daqueles que não andam como folha seca ao vento. Não, não, porque tenho consciência histórica de que nem sempre a maioria está com a razão. Olha o que aconteceu na Segunda Guerra Mundial, olha o que aconteceu na Alemanha nazista, olha o que aconteceu na Itália fascista, na Rússia comunista, na China, para ficar nesses exemplos, quando os maiores facínoras da humanidade, do século passado, em determinado momento, tiveram a ovação da sua população, e nem por isso estavam corretos.

E aí fui um daqueles, Sr. Presidente, que não assinei a CPI contra o Judiciário, porque entendia, naquele momento, que o Brasil tinha uma agenda de socorro – SOS Brasil – para salvar o Governo Federal, os Governos dos Estados e vários Municípios do Brasil. Precisávamos fazer as reformas propostas pelo Governo eleito em 2018. E eu entendi, disse isso na CCJ claramente, publicamente, que nós inverteríamos a agenda do Brasil.

Conheci também os argumentos jurídicos que ajudaram a me dar mais força para afirmar, porque o argumento jurídico dava conta de que provavelmente alguém ia entrar no Supremo para saber se procedia ou não, se nós teríamos esse poder ou não, e o Supremo é que teria que julgar. Portanto, haveria uma contenda jurídica. Então, esses argumentos, muito bem delineados, defendidos pelo nosso Senador Pacheco, lá de Minas Gerais, o Rodrigo, um colega absolutamente competente, contribuíram para que o meu voto e a minha não assinatura tivessem clareza. E eu disse, com toda a firmeza, que conhecia, a partir daquele momento, argumentos jurídicos, mas que a minha argumentação era nesse campo mais político, porque eu entendia que o Congresso Nacional se afastaria da pauta urgente, que era a pauta das reformas econômicas.

Mas o que nós observamos nesses últimos meses é que o Congresso Nacional, num momento talvez único, assumiu uma pauta independente da sua relação com o Poder Executivo. Acho que é um momento raro. Não vou dizer que seja único, mas é um momento raro em que o Congresso



Nacional, independentemente da relação harmoniosa ou não com o Palácio do Planalto, tomou a agenda em suas mãos. Por isso, eu parabeneizei aqui nesta tribuna o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que cumpriu, a meu ver, um papel fundamental.

Então, o Poder Legislativo hoje já deu provas de que a agenda econômica de reformas do Brasil está nas mãos do Congresso Nacional. E aqui está a reforma da previdência, no Senado, e, com certeza, daqui a 60 dias, estará aprovada, como vamos aprovar alguma mudança na reforma tributária, pelo menos no que diz respeito à questão da Federação.

Então, há prova, Sr. Presidente, que agora eu já não tenho mais a mesma preocupação. E, quando eu vejo o Supremo Tribunal Federal tomar decisões como essa, eu paro e penso se, de fato, não é o momento de fazer com que essa CPI prospere porque, de um lado, o Congresso já demonstrou que não para por conta dessa relação com o Executivo – as reformas estão caminhando – e, por outro lado, o Supremo continua tomando atitudes que parece que se acha acima de tudo e de todos. Essa era a primeira observação, Sr. Presidente.

Agora, no mais, eu gostaria de mencionar mais uma vez esta questão sobre a Amazônia. Impressiona-me, Presidente Paim. Aqui nós temos nosso outro Senador, que foi Deputado Federal e Governador de Rondônia, Confúcio. Eu fico impressionado, colega Confúcio, e me impressiona ao longo dos anos. Em 2016, a Gisele Bündchen, brasileira bilionária que vive praticamente na Europa e nos lugares mais desenvolvidos do mundo, sobrevoou a Amazônia, e há uma imagem em que ela estava chorando por ver algumas áreas desmatadas e algumas delas em fogo. Eu fico imaginando, Sr. Presidente, com todo o respeito que essa artista da moda merece, como merece qualquer brasileiro, por mais rico ou mais pobre que ele seja, quando esta mesma artista da moda sobrevoa a Europa, então ela deve chorar do começo ao final, Sr. Presidente. Se aqui no Brasil uma pessoa tão famosa vai às lágrimas porque vê um pedaço da vegetação nativa desflorestado, o que dizer da Europa?

Agora, recentemente, eu fiquei impressionado, Sr. Presidente, porque nós temos vários artistas que acham que porque são artistas são cientistas. Eles acham que porque são artistas ou jornalistas, muitas vezes sustentados com dinheiro público, entendem de tudo. E aí vem uma cantora brasileira, um dia desses, Anitta, dando lição de moral sobre a Amazônia, e numa ignorância medonha dizendo que a Amazônia é o pulmão do mundo. Meu querido ex-Governador Confúcio, ninguém mais acredita nisso porque isso não é verdade. Então, são argumentos frágeis e de pessoas que se preocupam com um tema que é uma agenda de fora para dentro.

Eu não observei agora, mais uma vez, por que esses movimentos internacionais, que demonstraram claramente o seu interesse na riqueza brasileira, não estão tão preocupados com a Bolívia, Sr. Presidente? A Bolívia tem quase meio bilhão de hectares, proporcionalmente é a maior queimada da Amazônia neste momento, e não há no mundo essa volúpia porque não há o interesse que têm, descaradamente, na Amazônia brasileira.

E, aí, Sr. Presidente, eu queria passar alguns dados para aqueles que nos assistem em suas casas. Os dados da Nasa sobre incêndios florestais no Brasil, em 2019: o Satélite Aqua, da Nasa, capturou imagens das queimadas no Brasil. "[...] Observações por satélite [entre aspas] indicaram que a atividade total de incêndio na Bacia Amazônia estava ligeiramente abaixo da média em comparação com os últimos 15 anos."

Resumos dos dados do Inpe de 1998 a 2019. Em 2019, este ano, foram detectados 76 mil focos de incêndio no País. A média anual, entre 1998 e 2019, é de 22 mil. O pior ano, 2007, com 393 mil focos de incêndio. Sr. Presidente, quem era a ministra? Um daqueles que estava aqui



ontem. Vamos falar a verdade! Os ex-ministros do meio ambiente que estiveram aqui ontem, em uníssono, diziam praticamente que a derrubada e a queimada deste ano são culpa do Bolsonaro. Sr. Presidente, esses aqui são dados do Inpe! Um dos ex-ministros que estava aqui ontem é a Marina, do meu Estado. O ano em que se bateu o recorde de queimadas, segundo o próprio Inpe, era o ano em que ela era Ministra e que o Lula era o Presidente do Brasil. Está aqui, Sr. Presidente. São dados do Inpe.

Outro ex-ministro, do Rio de Janeiro, uma figura conhecida cujo nome me fugiu agora, foi dizer que era um absurdo que o Brasil não quisesse o dinheiro do Fundo Amazônia. Sr. Presidente, às vezes, eu acho que há pessoas que têm dificuldades de raciocinar ou, então, estão comprometidos.

Eu disse desta tribuna por várias vezes e vou repetir: o dinheiro do Fundo Amazônia, como estava, não podia continuar, porque era um crime de lesa-pátria. E essa conversa mole de um ex-ministro do meio ambiente, que aceitou que dinheiro estrangeiro criasse milhares de ONGs, um exército de homens e mulheres no Brasil contra o nosso progresso, contra os nossos interesses e a favor de países como a Noruega, ontem estava aqui de novo, achando o quê? O que o ex-ministro deseja? Que nós, brasileiros, aceitemos a esmola – e vou repetir, Sr. Presidente: a esmola! – da Noruega em troca de entregar a soberania brasileira.

Sr. Presidente, como dizem na educação que a arte de ensinar é repetir, eu vou repetir. É a quinta vez que eu falo isso aqui da tribuna. A Noruega liberou 1,1 bilhão para o Fundo Amazônia. Sumiu! Se procurar na Amazônia o emprego gerado com esse dinheiro ou um metro de esgoto, não vai achar nada. Parou tudo na manutenção das pessoas, e essas, sim, defendem qualquer dinheiro que venha de fora, desde que vá para o interesse delas. E a empresa Hydro, norueguesa, que derramou dejetos no Pará, conseguiu 7,5 bilhões de isenção do Governo brasileiro. E é isso que o ex-ministro veio aqui ontem defender? Não, Sr. Presidente!

Não tenho – já disse – compromisso de base de apoio com ninguém. Eu atuo, como ensinou o meu finado pai, com a minha consciência. E é a minha consciência que diz que o Presidente Bolsonaro e Ricardo Salles estão corretos. Qualquer dinheiro é bem-vindo, desde que não seja travestido de ajuda, uma interferência na soberania nacional. Mais uma vez, repito: esses ex-ministros deveriam primeiro ter vergonha e explicar que o auge de queimada e derrubada na Amazônia foi no período deles. Expliquem isso primeiro.

Sobre o céu escuro em São Paulo, o Inpe, por meio de sua própria assessoria disse – abre aspas: "Podemos adiantar que as queimadas tiveram quase nada nesse contexto, e a parte que teve é fundamentalmente a parte da Bolívia, que foi devido, principalmente, a nuvens baixas e médias e a nuvens densas associadas à frente fria que entrou em São Paulo."

Matéria sobre reações tradicionais, na *Folha de S.Paulo*, em 23 de agosto: "França e Irlanda ameaçam acordo União Europeia-Mercosul se o Brasil não proteger a Amazônia". Que moral tem a França, Sr. Presidente, que viu queimar a Notre-Dame? Eles não conseguiram evitar o fogo na Notre-Dame e agora querem – pois falaram, está aqui a manchete – colocar algum tipo de sanção ao Brasil?

No *O Globo* – abre aspas: "Finlândia cogita banir importação de carne brasileira na Europa por causa de incêndios da Amazônia" – fecha aspas. Aí, Sr. Presidente, às vezes, e digo com toda... Posso até ferir algum colega, mas é o que eu penso. Eu tenho vergonha quando eu vejo colegas no Senado, na Câmara Federal, políticos brasileiros, lideranças brasileiras falando dessa tal imagem do Brasil, caindo nesse conto do vigário. Isso é o conto do vigário. A Irlanda ameaça que não vai



comprar carne brasileira; a França ameaça que não vai comprar... Tudo mentira! Qual é a lógica dessa afirmação? Vassalagem! Vassalagem! Alguém já viu a Europa se preocupar com o meio ambiente da Rússia, Sr. Presidente? Faz sanção para a Rússia! Faz boicote para a Rússia! Veja se eles têm coragem.

É como eu dizia para alguns amigos meus, anos atrás: "A democracia no Brasil não é perfeita, mas é bem melhor do que no Oriente Médio". Aqui você pode, não sendo cristão, subir num caixote e criticar a Bíblia. Suba no Oriente Médio num caixote, pegue o Alcorão e o critique. Veja se você desce de lá. E lá, no Oriente Médio, a Europa ameaça com boicote? Não ameaça, não. Ameaça a China? Não! Mas ameaça o Brasil. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque, infelizmente, nós temos aqui um grupo de vassalos.

E não é só na política, não; é até no agronegócio. Alguns empresários do Sul, do Sudeste e até do Centro-Oeste, que já estão estabelecidos, aceitam vergonhosamente abaixar a cabeça para a ameaça de uma região que não produz a comida que come em nome de não perder o seu negócio. Isso, Sr. Presidente, para mim, só tem uma palavra: vassalagem. E eu fico envergonhado quando eu vejo figuras e mais figuras ilustres repetindo a mesma ladainha: "Olha a imagem do Brasil! Olha a imagem do Brasil!".

Sr. Presidente, vamos colocar um pouco os pingos nos is. Ontem foi eleito aqui um colega nosso, que eu respeito muito, o Zequinha, do Pará, para presidir a Comissão – agora não é mais temporária, é permanente – Permanente sobre Mudanças Climáticas. Eu, que sou cristão, fico pensando o seguinte: se o Congresso Nacional vai querer investigar a causa das mudanças climáticas no Planeta, primeiro, ele vai ter que conversar, Sr. Presidente, é com Deus. Se estiver muito ocupado, é com São Pedro.

Amigos, as maiores mudanças climáticas do Planeta aconteceram quando a ação humana era nada. E eu pergunto, Sr. Presidente: se essa Comissão for mesmo racional, for mesmo pesquisar e se convencer de que mudança climática no Planeta não é o homem que produz, ela acaba de existir? Porque, Sr. Presidente, para cuidar dos assuntos que o homem produziu e que, portanto, o homem pode e deve enfrentar, nós já temos as Comissões de Meio Ambiente no Senado e na Câmara Federal.

Queimada e fumaça é um problema provocado pela ação humana? Sim – alguns até criminosos, outros, não, mas é um problema provocado pela ação humana. E os esgotos a céu aberto no Brasil inteiro? Eu peço licença para dizer que um dos maiores problemas ambientais no Brasil é que mais de 100 milhões de brasileiros fazem suas necessidades no rio, Sr. Presidente; eles não têm esgoto. Então, esse é um problema que o homem tem que enfrentar? Sim, é claro que tem. Reflorestar cidades que não têm mais parque é um problema para o homem resolver? É. Desassorear rios – muitas vezes, provocado pela ação humana – é tarefa do homem? Sim.

São tarefas fáceis? Não! Eu disse aqui. Conter queimada é tarefa fácil? Não é. Se fosse fácil, Portugal não tinha visto morrer mais de 60 europeus no fogo de dois anos atrás. No Brasil, por enquanto, graças a Deus, ninguém morreu. Se fosse fácil, os Estados Unidos não teriam na Califórnia, que, sozinha, é mais rica do que o Brasil, fogo cíclico. E isso não é lá num lugar longe e ermo, é na beira de mansões. E os artistas de Hollywood, famosos, não conseguiram, com qualquer campanha que seja, evitar até hoje. A Austrália, a mesma coisa, tem fogo cíclico. Portanto, se fossem fáceis, essas questões seriam resolvidas já nos governos passados, mas não são tarefas fáceis.



Agora, essas são ações que foram provocadas pela ação humana. E aí as Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara, junto com os Executivos, têm, sim...

Agora, eu vejo pouco foco naquilo que o homem provocou e que o homem deve enfrentar, mas aí desfoca para outra ideia. Qual ideia? Ora, quando veem aquela geleira caindo, dizem: "O homem é que está acabando com a natureza". Que ignorância! Aquele gelo foi feito há 200 anos, Sr. Presidente, portanto, muito antes da fase do capitalismo, da fase industrial, da Revolução Industrial.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – É gelo produzido lá na calota polar. Ele vem vindo, vem vindo, vem vindo e, uma hora, vai se encontrar com águas em temperaturas mais quentes e derreter.

Sr. Presidente, ao terminar, agradecendo sua paciência, eu queria dizer que eu, como acriano, tenho a maior honra de representar o meu Estado, Estado que foi feito... É lógico que todos nós temos história – o Rio Grande do Sul tem sua história peculiar, assim como São Paulo e Rondônia –, mas eu louvo aqui muito a história do meu Estado, do Acre, uma história de gente valente, brava, corajosa. O Brasil precisou, por mais de uma vez, convidar brasileiros do Norte e do Nordeste, principalmente, para ocupar aquele território, para transformá-lo em Acre. Milhares de pessoas morreram, Sr. Presidente, para fazer daquele pedaço de chão o Brasil. E o que eu lamento, como brasileiro, como representante daquela gente, é que, depois, quando os seringais já estavam acabados, veio a Segunda Guerra Mundial, em que a Dona Alemanha...

E, se continuar com essa brincadeira, Sr. Presidente, eu vou ter que começar a lembrar – e, para a história, cem anos não é nada – quem provocou as duas maiores guerras mundiais, pois falam como se tivessem moral histórica para falar, como se fossem detentores do arcabouço dos direitos humanos da humanidade, mas ainda têm contas a pagar. O que disse Angela Merkel, quando abriu mais as suas fronteiras – que depois ela fechou, porque a pressão interna obrigou – para receber imigrantes? Que ainda era parte de uma dívida histórica que a Alemanha nazista tinha com a humanidade.

Agora, como brasileiro, o que eu lamento, Sr. Presidente, é que, neste debate, se perca a razão e se vá para um campo totalmente emocional. E aí você observa, nas redes sociais, de um lado e do outro, a militância; e, quando vira militância, pouco se acrescenta à racionalidade.

Eu quero terminar dizendo aqui de uma acriana cujo nome eu até agora não sei, mas é uma mulher que gravou um vídeo falando sobre este momento. Eu vi agora há pouco esse vídeo e queria muito ter o nome dessa mulher, que é acriana, que nasceu a 14km de Rio Branco e que dava agora há pouco um depoimento, que viralizou nas redes, dando conta de que esta discussão toda acontece, mas as pessoas sequer sabem que o povo acriano, o povo da Amazônia, continua, às vezes, a 14km do centro de uma cidade, tendo que andar na lama para poder chegar a um posto de saúde ou a uma escola.

Eu espero, Sr. Presidente, que tudo isso que está acontecendo possa servir para que nós, junto com o Executivo, possamos produzir alguma coisa que sirva efetivamente para combater o maior mal da Amazônia que é a pobreza. E que a gente possa criar, daquilo que é possível, uma agenda que ajude a tirar a região da incrível pobreza que permanece lá.

E, no mais, quero dizer a tantos artistas: estudem mais! Não gastem a imagem de vocês, cantores, artistas, sem se dedicar um pouquinho mais ao estudo. Que a Anitta vá estudar um



pouquinho mais antes de dizer que o oxigênio da humanidade é produzido pela Amazônia, quando, na verdade, é produzido pelos oceanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Este foi o Senador Marcio Bittar, que falou em relação ao meio ambiente e falou também do seu Estado, o Acre.

Por ordem de inscrição, é agora o Senador Confúcio Moura; em seguida, este Senador; na sequência, o Senador Eduardo Girão; e, em seguida, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores presentes, senhores funcionários, visitantes, telespectadores e todos aqueles que estão nos vendo aí Brasil afora, eu vou aqui falar hoje sobre quando deve se iniciar o período de educação de uma criança.

Eu recomendo aos pais, às mães, às mulheres grávidas do Brasil, àquelas que têm neném pequenininho, no primeiro ano de vida, que, se tiverem possibilidade, na sua casa ou na casa de vizinhos, assistam a um documentário da Netflix chamado O Começo da Vida. São cinco séries muito importantes para ajudar as gestantes, as mãezinhas novas e as avós a entenderem a dinâmica da educação através desse documentário chamado O Começo da Vida.

Eu passei a entender – e o Osmar Terra, do Ministério da Cidadania, também defende isto bastante – que a educação começa ainda com o neném na barriga da mãe. Agora, como educar um feto? Como educar um embriãozinho? E assim vai até o nascimento. Através do pré-natal, dando assistência à mãe, à grávida. Se ela for uma mulher que vive sem o marido, às vezes com dificuldade, desempregada e grávida, a prefeitura ou o Estado deve identificar onde ela mora e patrocinar o pré-natal correto, buscando-a em casa para fazer os exames, as vacinas, o ultrassom, dando a alimentação correta, para que nasça um menino sem restrições carenciais importantes, baixo peso ou sequelas neurológicas por carências múltiplas. Então, a educação a gente tem que começar... Todos os Prefeitos e as secretarias de assistências sociais do Brasil inteiro devem aderir ao programa Criança Feliz, criado no antigo Ministério do Desenvolvimento Social, muito bem criado, que teve continuidade agora no Ministério da Cidadania pelo competente Ministro, médico e Deputado Federal Dr. Osmar Terra. Então, é isso! Quem quiser cuidar dessa primeira infância, quem cuida bem dos primeiros três anos... Antes de a criança ir para escola, ir para a creche, ela deve receber toda a orientação.

Aqui muita gente está me vendo falar, mas os que têm acima de 50 anos lembram-se de como eram os nossos brinquedos. Eu já tenho 71, mas aqueles que têm 50, que vieram do interior, lembram-se de como fazíamos os brinquedos com as próprias mãos, soltávamos pipas, brincávamos de bola de gude, subíamos em pé de manga, fazíamos balanço em árvores. Era divertido: criávamos os brinquedos e íamos compondo um cenário divertido em nosso cérebro. Hoje vão ao *shopping* e enchem as malas e os pacotes de brinquedos, brinquedos bonitos, brinquedos caros, brinquedos eletrônicos, brinquedos remotos, e levam para os filhos, jogando lá. O menino enjoa e, em uma semana, não quer mais. A gente soltava pião, brincava, corria, movimentava. Eu era pequenininho e ia criando essas circunstâncias de educação com a vida. Agora não! Tudo vai mudando, vai mudando, vai mudando.

E mais: agora, essa geração chamada alpha, que tem abaixo de dez anos – nasceram recentemente –, nem brinca mais. Eles usam o computador para fazer jogos. O neném já nasce metendo o dedo no computador. São meninos que comem muito, quando são de classe média;



outros, como não têm computador, não comem quase nada. É por aí fora. Então, eles ficam brincando jogando em computador e não correm mais na rua, não brincam mais, não se movimentam mais.

Essa primeira infância, nesses primeiros anos de vida, lúdicos, importantes e atenciosos, é realmente a base da formação do conhecimento. O primeiro conhecimento é o conhecimento prático, o conhecimento da vida, entendendo a família, entendendo os pais, mamando no peito da mãe. Isso tudo é educação.

E aquelas famílias mais carentes, necessitadas precisam de creche rápido para a socialização, para a alimentação, para os brinquedos comuns. Dessa fase da creche, as famílias de classe média que oferecem bom atendimento aos filhos não precisam tanto, mas a grande massa de pessoas carentes necessita da creche. Isso não é para aprender a ler ainda; é para socializar, para conversar, para acabar com os medos. Lá na frente, com cinco, seis anos, a criança deve ir para a escola, pegar o sequenciamento natural e, aos oito anos, deve aprender a ler, escrever e entender. Aos oito anos, a criança tem que ser alfabetizada.

A gente não pode desprezar as periferias, as áreas rurais do Brasil, onde ninguém liga para repetência, onde ninguém liga para o menino que está faltando aula há uma semana – ninguém vai atrás dele, ninguém vai. O ambiente escolar não propicia uma bicicleta para um agente ir atrás desse aluno e ver o que está acontecendo ou para avisar ao pai que o menino não está indo para a escola. E vai afrouxando, vai saindo. É por isso que 25% aproximadamente – um pouco mais, um pouco menos, é perigoso falar estatística em discurso, porque a gente pode errar – das crianças que entram na escola no primeiro ano não terminam o ensino médio. Se você fizer o cálculo da quantidade de jovens brasileiros que deixaram de estudar, o número é muito grande. Onde estão esses jovens? Onde estão esses meninos que abandonaram a escola? Vadiando por aí fora, sem eira nem beira, sem horizontes, sem perspectiva. Isso é muito ruim! Então, é função do Estado cuidar bem dessas crianças, desses jovens brasileiros, oferecendo a eles ótimas condições de educação.

Eu, mais do que nunca, agora, estou crente de que a gente deve começar a educação pelos Municípios mesmo.

E vejo aí agora os dois Senadores que estão aqui – Girão e Styvenson – e que são amantes da educação. Eles sabem que, ano que vem, a gente termina o período do Fundeb, do fundo de financiamento da educação básica e valorização dos professores. Vai encerrar este ciclo. E a gente tem que trabalhar, neste um ano e cinco meses para frente, para procurar entender a dinâmica da distribuição desse dinheiro.

Eu não vou citar o Estado nem a cidade, para que eu não seja agressivo com as pessoas, mas há cidades brasileiras que gastam até R\$12 mil por ano por aluno, e os alunos não aprendem; e há Estado que gasta R\$2 mil ou R\$3 mil, e o aluno aprende. Então, isso quer dizer que o financiamento, o dinheiro não está sendo bem aproveitado. O dinheiro e o conhecimento: não existe um paralelismo.

E o que nós queremos, com isso, é que o recurso do Fundeb, meus Senadores, não vá para o fundo do Estado. Eu acho que a burocracia do MEC e das secretarias estaduais come o dinheiro todo; come na fraude das licitações, no gasto desnecessário, no desperdício, nas compras desnecessárias, enfim.

Eu não vou falar aqui também o Estado para não ser infeliz ou descortês com os Governadores do passado, mas há um Estado – que eu conheço bem – que, para gastar o dinheiro



da educação no fim do ano, comprou a enciclopédia Barsa em Espanhol, não tendo nem o cuidado de comprar a enciclopédia em português! E ficou aquele monte de enciclopédia no almoxarifado estragando, mofando, não tinha nem para onde ir. Nem sei que fim deram para isso. Vejam bem como é a coisa!

A saída, Senador Styvenson e Senador Girão, mais lógica é que o Fundeb repasse o dinheiro, a partir do ano 2021, direto para a escola. Quem precisa de dinheiro é o menino, é o menino que não tem sapato, é o menino que precisa ir ao dentista, é a criança que está precisando de um exame e de uma consulta, o menino que não enxerga direito, o menino que não está aprendendo, porque está surdo. Então, esse dinheiro na escola dá liberdade ao conselho escolar para definir os seus destinos, comunitariamente, transparentemente. Esse negócio de ficar com essa dinheirama fazendo licitações centralizadas, gigantescas, aqui em Brasília ou em qualquer lugar, para depois pegar uma transportadora para levar caderno e livro a 3 mil quilômetros, 4 mil quilômetros, indo até por barco... Mandem o dinheiro! E o Estado e a União podem, para facilitar a vida, fazer um registro de preços regionais a que as escolas podem ter acesso de maneira fácil. Seria um guarda-chuva licitatório para o Brasil inteiro! É isso que a gente precisa fazer: ter cuidado, ter foco.

Eu acredito que a educação... E eu tenho andado em muitas prefeituras, estou vendo os Prefeitos interessados. É coisa que a gente não via antigamente: Prefeito falar em educação. Agora, não. Eles estão interessados em educação, porque realmente a necessidade é grande.

As escolas estão também precisando de reparos, principalmente na parte elétrica, nos banheiros das escolas. O primeiro lugar que eu entro, quando eu visito uma escola, é o banheiro, para depois visitar a diretora, visitar o refeitório – eu vou ao banheiro! Eu sou médico, velho, desatualizado... Aí é o seguinte: eu vou ao banheiro; se não houver sabão no banheiro, se não houver descarga no banheiro, se não houver água para lavar as mãos, eu não preciso mais falar com ninguém, não vou visitar diretor, não; não me interessa. Se não arrumar o banheiro da escola, o mínimo que se pode dar a um aluno é a higiene, lavar as mãos. Se uma criança vai ao banheiro, em que não há papel higiênico, não há sabão para lavar as mãos, o que eu quero ver naquela escola? Eu vou falar com essa diretora o quê? Nada. Eu só posso dizer: "Minha filha, não há um dinheiro para comprar uma barra de sabão de coco, raspar, misturar com água, botar numa garrafa PET, botar de boca para baixo, fazer um buraquinho com um prego para o aluno lavar as mãos com água de sabão de coco?". Onde não há isso ou qualquer coisa nesse sentido?

A educação eu vejo na vida... E todos nós conhecemos muita gente do interior analfabeta ou que tenha as primeiras letras que tocam supermercado, que cuidam de uma fazenda, que tem as suas coisas. E eles têm uma matemática empírica e fazem contas sem saber fazer conta; eles sabem economizar, eles sabem poupar, eles sabem transmitir aos filhos valores – valores importantes de respeito às pessoas, de não roubar nada de ninguém. Se um neném pega uma coisinha na casa do vizinho, ele manda devolver e vai junto com o neném para devolver aquela coisa. São aprendizados que somente o pai e a mãe podem passar para os filhos. Não há professor no mundo que substitua um pai ou uma mãe. Não existe. E muita gente que está me escutando nas suas casas sabe que isto é verdade: a gente aprende muito com os nossos pais.

Nem vou contar para vocês a minha história... Eu cresci aqui em Brasília. Eu sou nascido no Tocantins, mas vim para Brasília pequeno. Meu pai foi candango, foi construtor dessas obras do tempo de Juscelino. Eu morava na Vila Planalto. Aqui, bem aqui, havia uma empresa chamada Rabelo, uma empresa de construção civil. Nós morávamos numa casa de tábua bem aqui pertinho. Então, eu acompanhei, não caí do céu aqui no Senado. A gente vem de um trabalho gradativo,



peregrinando de baixo para cima para chegar aqui. Eu me lembro de que esses ensinamentos de nossos pais, antigos e simples, são indispensáveis. É por isso que a gente ama os nossos pais, as nossas mães, as nossas avós, porque tinham uma especial devoção pela família, tinham uma especial transmissão de conhecimentos sérios para os seus netos e filhos. Havia as tias. Todo mundo zelava por todo mundo. Isso é extremamente importante.

É isto que eu quero dizer aqui para vocês nesse meu discurso. Primeiro, a primeira infância; depois, o cuidado nos primeiros anos de vida. Se a gente fizer uma base bem-feita, cuidar bem cuidado do nenenzinho, da gravidez, do adolescente, por certo ele terá um futuro extremamente proveitoso. Ele será um ser humano especial, diferente e produtivo.

Não vou falar nada do Brasil, não vou falar mal do nosso País, não vou dizer das coisas, das mazelas que temos. Eu acho que estamos numa forte crise econômica, mas parece que foi uma bênção divina, Girão, você ter vindo para cá agora, assim como o Styvenson, porque é neste momento de dificuldade em que estamos aqui, para contribuir, para gerar para o mundo uma confiança – gerar para o mundo uma confiança! – e, depois dessa confiança estabelecida...

O dinheiro está centralizado no mundo, gente! A metade da riqueza mundial está nas mãos de 56 famílias – a metade da riqueza mundial está nas mãos de 56 famílias no mundo. Está sobrando dinheiro no mundo, e não sabem o que fazer; e aqui no Brasil tem tudo para fazer, nós só precisamos fazer o dever de casa para o recurso chegar, para se fazer o saneamento, para se fazer o esgoto sanitário onde nós não temos lá no meu Estado – na Amazônia, não há –, para fazer ferrovias para ajudar os produtores rurais, hidrovias, pontes, duplicações das rodovias, escolas boas, investimento na área de saúde, de tecnologia, de energia elétrica e outras formas de energias alternativas.

O dinheiro existe, só que o Brasil precisa fazer o dever de casa. É por isso que nós chegamos em boa hora aqui, no Senado, em excelente momento...

(Soa a campainha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... para que possamos gerar essas expectativas positivas para ajudar e contribuir para que as futuras gerações sejam melhores que as nossas.

Muito obrigado.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador Confúcio, se me permitir, estou aqui atento, ouvindo a aula que o senhor está dando no seu discurso. O senhor fala muito bem de educação, fala com o coração, fala com propriedade, conhece a causa e conhece o problema.

Já que citou tanto a mim como ao Girão por essa mudança, por essa tensão – o senhor hoje mesmo citou que há joias da Coroa, e a principal é a educação, para o senhor, para mim, para Girão e para todos aqui –, eu preciso dizer que essa... Vou falar do tema de agora, corrupção, vou falar do tema que o senhor está falando, sobre a má gestão, ou de tudo que o senhor estava explanando sobre o cuidado que a gente tem que ter com quem realmente vai herdar tudo isso.

Nós herdamos aqui um Senado desacreditado.

(Soa a campainha.)

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN) – Nós herdamos porque nós chegamos aqui agora. Nós herdamos aqui um Parlamento que muito fala e pouco faz. As pessoas não estão mais querendo isso, elas querem ação. Então, nossa fala tem um motivo, tem um propósito, mas o



propósito que as pessoas querem lá fora, que estão esperando lá no seu Estado, em Rondônia, no meu Estado, Rio Grande do Norte, e no Ceará, é realmente a eficácia, a eficiência, a ação, a atitude. E essa atitude nossa tem que passar do Parlamento: quando retornarmos para as nossas cidades, quando destinarmos emenda ou algum recurso para a educação, ir fiscalizar, ir ver se está chegando justamente a quem realmente precisa, ao aluno, para que ele não fique desamparado com aquele banheiro quebrado, sem papel higiênico, sem o sabão.

Ele foi bem na origem, Girão: se não há o mínimo, como é que se pode exigir o máximo de uma população?

Então, fico feliz em ter o senhor aqui do lado e chamo o senhor de professor e mestre, porque sempre está nos ensinando, como nos ensinou agora.

Obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Senador Confúcio, eu gostaria também de, se o senhor me permitir um aparte, fazer algumas colocações e dizer que tenho muita gratidão por poder servir aqui, ao lado dos senhores, com todas as minhas limitações e imperfeições, que são muitas. Mas eu tenho aprendido muito aqui com vocês, com o senhor, com o Senador Paulo Paim, Presidente da sessão, uma pessoa que eu admirava muito antes de aqui chegar, por estar sempre com o olhar humano, sabendo lidar com o divergente com respeito.

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – E V. Exa., que é um patrono da educação aqui nesta Casa, está sempre defendendo a bandeira de uma educação. Hoje tocou num assunto muito importante, que é a primeira infância. Eu tive oportunidade de conversar com o Ministro Osmar Terra, que é outro idealista. Ele falou que, naqueles cem primeiros dias ali, se decide muito da vida da criança. É crucial que ela tenha uma boa alimentação, que ela tenha todo o carinho, todo o cuidado.

Antes de chegar na primeira infância, isto aqui é um bebê com 11 semanas de gestação. Ele cabe na mão. É um período em que geralmente acontece o aborto. Esse é o princípio da violência, como dizia Madre Tereza de Calcutá. Ele já tem os rins constituídos, o fígado; tem até unha esse bebê. E o aborto é feito a três por quatro, infelizmente, no Brasil ainda, por falta de esclarecimento. Eu acho que nós precisamos de mais campanhas educativas nesse sentido, porque não é só a vida dessa criança que é destruída: a saúde da mulher fica com consequências para toda a existência, consequências emocionais, psicológicas e até físicas. A mulher que faz o aborto em relação à mulher que não faz o aborto, tem uma propensão maior a desenvolver problemas, como crise de ansiedade, depressão, envolvimento com álcool e drogas e suicídio, que é uma epidemia mundial.

Então, parabéns pelo fato de o senhor tocar neste assunto! Estamos juntos, combatendo o bom combate.

E, como falou aqui o Senador Styvenson, o ambiente que estamos vivendo no País está com nebulosidade, com a questão do combate à corrupção, com todas essas questões, por falta muitas vezes de diálogo, com os Poderes sendo questionados pela população. E estive na manifestação agora em Fortaleza, e foi a maior de todas as manifestações. O povo pedindo justiça, o povo pedindo que seja investigado o Poder Judiciário, por exemplo.



Mas eu tenho muita fé em que vai acontecer, em que está muito próximo de acontecer, em que esse avanço na ética do País vai triunfar. Sabem por quê? Porque quem está no comando não somos nós, não é o Presidente do Senado, não é o Presidente da Câmara, não é o Presidente da República. Quem está no comando é Jesus.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Então, a gente não tem que duvidar, porque tudo coopera para aqueles que amam a Deus. E a maioria do povo brasileiro... É a maior nação católica do mundo, é a maior nação evangélica do mundo, é a maior nação espírita do mundo. Inclusive, daqui a pouco nós teremos uma sessão solene aqui, às 16h, em homenagem ao Dr. Bezerra de Menezes, um grande humanista, pacifista, espírita, um dos responsáveis pela abolição da escravidão no Brasil.

Nós vamos ter grandes palestrantes aqui. Falarão, inclusive um deles daqui, o Alexandre Caldini, o Carlos Vereza, o Coronel Nunes, que também vai nos brindar... E, à noite, vai ser transmitida na TV Senado esta sessão.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento! É uma honra estar ao seu lado, o senhor que foi Governador, que conhece bem esse assunto da educação e tantos outros que tem...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... compartilhado conosco.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado. Sr. Presidente, eu incorporo os dois apartes ao inteiro teor do meu pronunciamento.

Muito obrigado pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, *(Fora do microfone.)* Senador Confúcio Moura.

Foi apresentado requerimento de urgência que será publicado na forma regimental para o Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, que altera a Lei 9.294, de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas para ampliar o alcance das medidas antitabaco.

O requerimento será incluído na Ordem do Dia do dia 3 de outubro. Aliás, 3 de setembro, exatamente.

Antes de usar a tribuna, eu ainda vou ler mais um requerimento. Em seguida, eu passo para o Senador Styvenson Valentim, que vai presidir os trabalhos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar às filhas, aos familiares e aos amigos, pelo falecimento do casal Eidi Rodrigues de Lima e Romildo Schmidt, causado pelas queimadas em Rondônia.

Requeiro, portanto, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo, que passo a ler.

"A trágica história do casal que morreu fugindo de queimada em Rondônia" – matéria da BBC Brasil. Segue o resumo:

A casa de madeira coberta por lona e palha representava a maior conquista da dona da casa Eidi Rodrigues de Lima, de 36 anos, e do seu companheiro, o produtor rural Romildo Schmidt, de 39 anos.



O casal morava no assentamento Galo Velho, na zona rural de Machadinho d'Oeste, em Rondônia, Município a pouco mais de 350 quilômetros da capital Porto Velho.

[...] Era a primeira residência própria deles, que anteriormente moravam em um sítio no Município do Vale do Anari, Rondônia, onde prestavam serviços rurais.

No assentamento, o casal se mudou para a residência de quatro cômodos – dois quartos, cozinha e sala; o banheiro ficava na área externa – junto a três filhas.

[...] O casal costumava dizer que estava feliz, morando ali com a família [...] [no meio da floresta]. A maior preocupação deles sempre foi com as queimadas feitas na região, principalmente durante o período de estiagem.

Nos assentamentos da região rural de Machadinho d'Oeste, conforme pessoas que vivem no local, é comum que pequenos produtores coloquem fogo no mato para fazer a renovação do pasto, ampliar a área de criação ou para outras culturas agrícolas.

Desde que chegaram ao assentamento, Eidi e Romildo sempre temeram que as chamas pudessem atingir a propriedade deles [...]

No dia 13 de agosto agora, o maior temor do casal se tornou realidade. Eles viram a casa ser atingida pelas chamas. Enquanto tentavam fugir, morreram [...] [queimados].

Aqui a gente sempre faz voto de pesar para grandes autoridades; esse casal que morre queimado em Rondônia, para mim, tem que entrar para a história como mártires das queimadas no Brasil. A morte de Eidi e Romildo é exemplo trágico das consequências das queimadas florestais no Brasil.

[...] Em 2019 foram registrados os maiores números dos últimos sete anos.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram registrados, até a terça-feira 27, 82,2 mil pontos de incêndio pelo País. O número representa 80% a mais do que o registro do ano passado.

Rondônia é o quarto Estado com mais registros de queimadas no Brasil. De janeiro até segunda-feira 26, foram 6.441 focos de incêndio, segundo o Inpe.

A lista de Estados brasileiros com mais incêndios neste ano é liderada por Mato Grosso, 15,4 mil; Pará, 10,7 mil; Amazonas, 7,6 mil; Tocantins teve registro semelhante a Rondônia, 6.436. Os cinco fazem parte da Amazônia Legal – o conjunto de Estados com área de Floresta Amazônica.

A Nasa apontou, na semana passada, que 2019 é o pior ano de queimadas na Amazônia brasileira desde 2010 [...].

É esse o pronunciamento, que na verdade é a justificativa do requerimento que fiz pelo falecimento do casal, causado pelas queimadas em Rondônia.

O Senador Styvenson Valentim está aqui, muito bem. Convido V. Exa. Já fiz o meu requerimento de pesar e agora eu falo na tribuna sobre outras duas questões.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Styvenson Valentim.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Styvenson Valentim, todos vocês acompanham – a Senadora Zenaide tem me acompanhado quase diariamente – que eu tenho demonstrado toda a minha preocupação, não só com as queimadas, porque já todos nós falamos da tribuna ao longo desse



período em que se iniciou essa situação que abalou o mundo – ou pelo menos deixou homens e mulheres no mundo todo preocupados. Há divergência na análise? Há; mas cada um coloca respeitosa e o seu ponto de vista, como colocou um dos Parlamentares que me antecedeu, que foi o Senador Marcio.

Sr. Presidente, vou falar, mais uma vez, de previdência. Agradeço aos Senadores da Comissão de Direitos Humanos. Nós suspendemos inclusive as reuniões deliberativas desta semana e já da semana passada, para que eu pudesse fazer debates sobre a previdência. Já fizemos, lá na Comissão de Direitos Humanos, em torno de 50 debates sobre a previdência, utilizando, naturalmente, o sistema de comunicação do Senado – Rádio, TV e Agência – para que a população brasileira saiba que reforma da previdência é essa.

Sabemos que 90% não sabe. E fui aqui generoso ao dizer que 90% não sabe, porque eu lembrava, ainda outro dia aqui, que nem nós Senadores conhecemos na íntegra essa proposta, e olhem que eu trabalho em cima dela dia e noite. Cada dia me surpreendem mais fatos que estão lá.

Claro, reconheço que a Câmara diminuiu o prejuízo; reconheço que o Senador Tasso Jereissati – e vou falar sobre isso, até porque estive com ele hoje pela manhã – também aponta alguns caminhos na direção de diminuir o prejuízo, mas entendo que, como se trata de um tema que envolve, no mínimo, a vida de 200 milhões de brasileiros – nem vou falar dos 210 milhões, mas falo agora de 200 milhões de brasileiros –, esta Casa tem que aprofundar o debate de forma tal a que seja um instrumento de comunicação junto à sociedade, para que esta entenda o que significa essa reforma.

Vamos ao fato, ao último, o de hoje. Primeiro, tivemos uma audiência muito boa – a Senadora Zenaide participou –, hoje pela manhã, debatendo a previdência e a proposta que está em debate na Casa. Falo de uma reunião que tive, hoje pela manhã, com o Relator, o Senador Tasso Jereissati, oportunidade em que fui acompanhado pela Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores, a Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a Central Geral dos Trabalhadores e a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). E lá, nessa reunião com o Senador Tasso Jereissati, com as oito centrais que estavam representadas, nós colocamos para ele algumas preocupações, e ele pediu, o Senador Tasso Jereissati, que, baseados na reunião que tivemos hoje pela manhã, nós apresentássemos emendas, de preferência supressivas – e foi isso que nós fizemos –, que possam melhorar o texto. Claro que ele vai analisar esse documento e vai ver o que é possível acatar ou não.

Mas vamos só aos títulos.

Carência. Tempo mínimo de contribuição. Suprimimos o *caput* do art. 19 da PEC, o que resolve essa questão de forma tal que todos ficarão com a idade de 15 anos, e não alguns com 15 e outros com 20. Parece que há simpatia por parte do Relator.

Pensão por morte inferior ao salário mínimo. É só suprimir o art. 40, §7º, e do 201, e, com isso, fica alterada a PEC para assegurar que ninguém vai receber menos de um salário mínimo.

Aposentadoria especial. É só suprimir também... Supressão. E por que falo tanto em supressão? Suprimindo, não volta para a Câmara a proposta e pode ser, então, promulgada de imediato.

Supressão das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I, art. 19 da PEC, que prevê as idades mínimas de 55, 58 e 60. Suprimindo as alíneas que falei, vamos garantir que as pessoas vão se aposentar



quando for área especial. A Senadora Zenaide, que é médica, tem falado muito sobre o assunto também. Áreas insalubres, penosas e perigosas que prejudicam, e muito, a saúde e a vida das pessoas.

Os mineiros do subsolo, eu sempre dou como exemplo: com 15 anos no subsolo, eles saem com o pulmão prejudicado – e muito. Calcule um metalúrgico, com 25 anos, em uma área insalubre, perigosa e penosa; ou mesmo uma professora, num período de 25 anos, ter que trabalhar 10 anos a mais, depois do tempo que ela já concluiu na área considerada também penosa.

Com esses dados primeiros e com esse movimento que fizemos com as centrais, pode-se suprimir isso sem que tenha que voltar para a Câmara.

Valor da aposentadoria por incapacidade permanente. Também é só suprimir os incisos do art. 26. São dois incisos.

Elevação do valor da aposentadoria. Ali, só com a supressão do *caput* do §1º do artigo, estará garantido que não haverá prejuízo, pois o cálculo não será mais baseado nas cem contribuições, no longo de toda a vida, e continuará sendo 80% das maiores contribuições, de 1994 para cá, como é hoje.

Reversibilidade das cotas da pensão por morte. É só fazer a supressão do §1º do art. 23, que estará resolvido também.

Contribuição dos servidores inativos. É só suprimir também o §18 do art. 40 e os mais abaixo aqui por mim listados – estou resumindo.

A alíquota extraordinária. Também é só fazer a supressão do §1º-B e §1º-C do art. 149, e outros respectivos, que vão na mesma linha. Também não poderá haver alíquotas extraordinárias em cima daqueles que já estão aposentados.

Abono salarial. Para manter cidadãos, homens e mulheres, que ganham até de dois salários mínimos – estou falando tudo aqui de setores que menos ganham. Se nós fizermos a supressão que estou pedindo aqui, de acordo com o documento que construímos junto com as centrais, aqueles que ganham até dois terão direito a um salário mínimo, uma vez por ano. Se não suprimir, 13 milhões de pessoas que ganham até dois salários mínimos, perderão esse abono de um salário mínimo.

Contratação por valor inferior ao salário mínimo (contrato de trabalho). Também aqui suprimindo. Pelo artigo que estamos propondo, estaria resolvido, senão vai se criar um problema, pois o cara não ganha correspondente a um salário mínimo. Para pagar a previdência, ele tem que pagar sobre um salário mínimo. Vamos dizer que ele trabalhou o mês todo e ganhou R\$500. Como é que ele faz? Ele vai ter que pagar sobre os R\$500, que ele não recebeu, o percentual de 7% ou 8%, para garantir o direito ao benefício. Também entendemos que isso é inadmissível.

Há um outro artigo que, infelizmente, como veio da Câmara, privatiza os chamados benefícios não programados, do tipo acidente no trabalho. Todos irão para a área privada. Calculem: a área privada, um seguro privado, é que vai julgar se você tem direito ou não pelo acidente que aconteceu dentro da empresa.

Eu fui supervisor de segurança no trabalho. Trabalhei muito tempo em fundição, forjaria, metalurgia, e sempre, quando ia para decisão final – e presidi muitas CIPAs –, ficava aquela briga entre ato inseguro e condição insegura. A tendência da parte que tem o poder da caneta, que é o empregador, sempre dizia que era ato inseguro. Eu provava que era condição insegura e que, por isso, aconteceu o acidente.



Se algo semelhante a isso passar, tudo vai ser considerado ato inseguro, ou seja, a responsabilidade vira do trabalhador. Acidenta-se e não vai receber nada.

Enfim, Sr. Presidente, fiquei responsável de entregar esse documento em mãos para o Senador Tasso Jereissati. Então, neste momento, dirijo à Mesa o documento, que está assinado, para que a Mesa, por gentileza, remeta ao Senador Tasso Jereissati, porque já tivemos conversa hoje pela manhã, o.k.? E, se for necessário, eu também entrego em mãos para ele.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero ler um documento que recebi, porque, às vezes, alguns têm a mania de dizer que nós dos direitos humanos só nos preocupamos com os presos. Não é verdade. Na Comissão de Direitos Humanos aqui, eu recebo, a todo momento, policial civil, Polícia Federal, policial militar – ontem, eu recebi os vigilantes; a senhora estava lá –, bombeiros, enfim, todos os setores. Então, o documento que eu vou ler aqui e que vou também pedir que remetam, por gentileza, ao Relator, com quem temos tido um bom diálogo... Claro que eu sei que nem tudo que estou lendo e estou propondo ele vai acatar, mas sei que parte ele poderá acatar, como já acatou a questão do BPC. Não fui só eu, mas diversos Senadores. A senhora encaminhou. Se não me engano, a Eliziane Gama foi a primeira que encaminhou. Todos encaminharam. Ele já acatou esse, que é fundamental para proteger aqueles que ganham o BPC.

Eu leio o seguinte documento:

Associação dos Oficiais Estaduais do Rio Grande do Sul

[Polícia Militar]

Ofício [...]

Exmo. Sr. Paulo Paim [...], me dirijo a V. Exa. para reivindicar solidariedade e reconhecimento aos policiais e bombeiros militares do Brasil, no "sentido prático do seu voto [...] [e dos seus colegas do Senado] e das medidas necessárias [...].

Senador Styvenson, que é um especialista na área e tem nos ensinado muito, eles não estão pedindo nada. Eles não estão pedindo que incluam nada. Eles só estão pedindo, pelo menos, no que trata da questão deles, que se mantenha o texto que veio da Câmara, só isso, porque eles sabem que há o movimento de alguns Governadores para tirar o direito adquirido deles. Aí eles dizem:

[Pedimos a V. Exa.], no "sentido prático do seu voto e das medidas necessárias para a manutenção [do que já está no texto da PEC 6] do texto do Relator na Comissão de Justiça, Senador Tasso Jereissati" [aqueles elogios, inclusive, ao Senador Tasso Jereissati], o qual manteve a paridade e integralidade dos policiais e bombeiros militares na PEC 6.

Aqui não é incluir nada. Só estão pedindo que não venha alguém aqui no Plenário querer retirar um direito deles. Aí eles dizem:

Infelizmente recebemos a notícia [...] [eu nunca gosto de citar o nome; eu vou dizer aqui: de um Governador que] foi a Brasília na tarde de 27 de agosto de 2019 [não é *fake news*; é verdade absoluta], com a "possível intenção de buscar um Senador para fazer uma emenda supressiva".

Então, eu faço um apelo aos meus colegas Senadores que não aceitem essa emenda supressiva dos policiais e bombeiros militares:



[...] somos os representantes do Estado. Quando entramos em qualquer lugar para combatermos os crimes e calamidades, que causam tanta insegurança à população, nossa pronta ação se realiza mesmo com o "risco da própria vida". Isso faz parte do texto de nosso juramento quando entramos em nossas corporações. [Sabíamos disso, assumimos o risco, mas não tirem o nosso direito].

Com certeza não somos perfeitos, mas combatemos diariamente a guerra urbana decorrente de crimes praticados neste país.

Esclareço que recentemente começamos a participar da política e, em nossa profissão, permanecemos trinta anos ou mais na ativa. A maior parte de nós acredita no sistema. Assistimos a colegas morrerem em combate, acompanhamos colegas que ficarão o restante de suas vidas em cadeiras de rodas, outros com sequelas [muito, muito] graves, sejam físicas [...] [ou] psicológicas. Estes homens e mulheres são mães [também] e [são] pais de família que enfrentam as dificuldades da vida e precisam ter garantias jurídicas [como têm os outros setores da segurança], para que tenham a certeza do amparo do Estado e exerçam com plenitude a nobre missão de bem servir a população na jornada de 24 horas diuturnamente.

Esclarecemos àqueles que não nos compreendem que somos nós, Policiais e Bombeiros, os primeiros a serem chamados pela sociedade quando ela se encontra em dificuldades, seja necessitando um salvamento, um resgate, seja quando são ameaçadas ou vítimas de violência no seu [...] [dia a dia].

Não percebemos adicional noturno [não], fundo de garantia [também não] e outros direitos civis. A única garantia que nos ampara neste sentido é a carreira com paridade e integralidade de salários para os ativos e da reserva [que poderemos deixar para as nossas famílias, para a esposa, no caso].

As estatísticas do ano 2014 demonstram a dedicação no combate ao crime e a consequente vitimização dos Militares Estaduais do Brasil.

Fonte [ele dá a fonte direitinho]: <https://aopm.com.br/nos-somos-o-brasil-que-mais-mata-policiais-no-mundo-o-brasil-vive-uma-querra-civil-do-crime-e-da-impunidade-que-devastam-o-pais/>

"Em um artigo anterior, datado de 2 de fevereiro de 2014, o número de policiais mortos no Brasil era na casa de 500 por ano. Esse número, absurdo e de guerra civil, é ainda mais chocante quando comparado aos da polícia dos Estados Unidos da América do Norte. Por lá, por ano, morrem em média 70 policiais. [Repito a comparação que ele faz: aqui morrem 500 por ano; nos Estados Unidos, morrem 70]. O Brasil tem 200 milhões de pessoas e os Estados Unidos, 300 milhões, o que mostra que, ao invés do paraíso utópico prometido [...] [pelos setores], foi entregue um inferno real, já que o Brasil tem em média de quase 70 mil homicídios por ano, enquanto nos EUA são 12 mil".

Enfim, esse é o documento que eu peço, gentilmente, também que – e V. Exa. é claro que vai comentar – seja remetido ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senador Paulo Paim, quero agradecer o manifesto e a sua defesa em relação à classe à qual eu pertença.

Eu preciso dizer para todos ouvirem que eu espero que esse argumento dessa emenda corroborada aí, com o apoio desses Governadores ou desse Governador cujo nome o senhor não expôs, mas deveria expor, para dar transparência, seja mais forte que esse argumento que o senhor



leu, porque, quando o senhor diz 500 por ano, eu acho que não está incluída a quantidade de depressivos, de suicídios...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está não, está não.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – ... dos incapacitados...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é uma média de três anos atrás – de três anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – E existe um índice de suicídio muito grande nessa categoria, nessa profissão. É uma profissão que justamente lida com os problemas de uma sociedade e, muitas vezes, nem dele é, é de um outro que ele nem conhece

Quando o senhor leu o nosso juramento, dedicar a própria vida à manutenção da ordem pública, só não está lá no nosso juramento também, no nosso estatuto, que nós iríamos ficar desprotegidos dessa forma que desejam agora.

É um pedido simples que mantém o que a Câmara já trouxe e está até aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só manter, é o que eles estão pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – Que não mude.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – Que não mude, só isso, permanecer.

Agora, eu vou deixar mais claro aqui agora, Senador Girão, Senadora Zenaide, pois peço também a compreensão e o apoio de todos os Senadores que estão ouvindo para a PEC 113-A.

O que é isso? Pessoas como eu, capitão da PM que vai acabar esta Legislatura com 49 anos, idade ativa ainda, fisicamente bem, pois espero me manter assim, por isso que eu faço atividade física, psicologicamente bem, que a gente possa retornar, que a gente possa ter a opção de retornar para as unidades militares de origem. Isso seria até uma economia para a previdência. É melhor, então, ficar me pagando na reserva, e eu apto ao serviço, sem estar na atividade?

Então, essa PEC entrou em pauta e tiraram de pauta com o argumento também de alguns Governadores...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – ... de que seria prejudicial a quem está de serviço concorrendo às escalas, às promoções de serviço.

Não vejo prejudicialidade nenhuma. Prejudicada fica a população que fica sem efetivo. Prejudicada fica a população que me colocou aqui pelo serviço bem prestado que eu prestei a ela. E, se eu quiser voltar, tenho o direito de voltar.

Então, são PECs como essa que a gente tem que aprovar para valorizar a categoria policial, pois já bastam os poucos salários, o mau pagamento, o estresse, a desproteção total que nós damos a eles. Então, apoio, claro, sempre vou apoiar essa categoria policial, porque, além de ter feito parte dela, ainda pretendo voltar.

É por isso que eu quero que essa PEC passe para que dê a oportunidade de sanar essa falha legislativa.



Se todos os outros profissionais da área de segurança podem voltar, por que os policiais militares e bombeiros não podem retornar também para as suas unidades de origem?

Então, era isso que eu precisava falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento V. Exa. e ao mesmo tempo digo...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Styvenson Valentim, vou fazer uma deferência justa a V. Exa.

Houve algumas propostas que vieram em uma linha, aí sim, absurda em relação às forças de segurança. Encaminhei a V. Exa. e V. Exa. disse: "Nisso aqui eu não dou aval, se quiser dê para outro, eu não dou, porque isso aqui é um absurdo".

Mas uma proposta como essa é muito coerente, como esta outra sobre a qual eu já tive uma discussão na bancada e me posicionei favorável ao tema. Qual é o problema? Qual o problema?

Então, conte com o meu apoio nessa proposta que V. Exa. descreveu aí muito bem e eu quis dar este depoimento.

V. Exa. poderia dizer: "Bom [tendo uma visão corporativista], eu sou do setor, o Paim enviou para eu relatar, tomara que passe". Não, V. Exa. disse que era um absurdo, que, se dependesse de você, estaria prejudicada.

Daí, avoquei para mim, entendendo a sua sugestão, e reconheci como se já estivesse prejudicada.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senador, eu sempre vou contar com o senhor e com outros Senadores que são justos. Eu não vi, naquele momento, naquela proposta que o senhor me passou, algo que fosse justo. Para isso, não! Eu defendo, sim, uma categoria, mas dentro de limites para diferenciar um ponto. E o senhor sabe do que eu estou falando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sei, sei.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Diferenciar impostos, tudo isso, não. Isso aí não. A gente luta, sim, por um bom trabalho, por uma boa condição, para que ele não saia da previdência, para que ele tenha essa proteção. Agora, privilégios desnecessários, não. Isso aí não. Vamos ser justos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu que agradeço.

Senador Girão com a palavra.

Senador Girão, o senhor vai ter uma audiência já, já. Então, se eu reduzir o tempo para dez minutos, está bom? A Senadora Zenaide vai falar? *(Pausa.)*

E aí, Girão, pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Vou tentar.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – É do senhor a audiência. É o senhor que sabe.



O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Eu queria, Presidente, Senador Styvenson Valentim, neste momento em que eu subo mais uma vez a esta tribuna, saudar a todos os presentes, funcionários, assessores, Senadores, Senadoras, convidados da sessão que nós teremos daqui a pouco em homenagem a um grande humanista, pacifista, Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, cearense. Nós vamos ter oportunidade de conhecer hoje a vida que ele trilhou, famosa, tanto no Brasil quanto no mundo, pela caridade, pelo amor ao próximo, pelo desapego.

Mas eu queria subir a esta tribuna, primeiramente, agradecendo aqui a presença de amigos que vieram também para esta sessão solene em homenagem ao Dr. Bezerra de Menezes: Francisco de Assis Nunes; Vagner de Oliveira Nunes, seu filho; Anelise Ramos, do Centro Espírita Nosso Lar, e Daniela, também da mesma instituição; Alexandre Caldini, grande irmão, amigo, que vai ser um dos palestrantes; e – daqui a pouco também chegará aqui – o ator Carlos Vereza, que interpretou o Dr. Bezerra de Menezes no cinema. Hoje, a gente vai ter esta sessão às 16h, que será transmitida à noite, na TV Senado, às 22h.

Mas eu subo a esta tribuna aqui, Sr. Presidente, para dizer, mais uma vez – eu não vou me cansar de falar sobre isto, porque, por mais que a gente esteja vivendo um momento, Senadora Zenaide, turbulento no nosso País, em que a gente precisa de muita inspiração, de muita serenidade, de sabedoria para lidar com fé, com esperança, nós precisamos agir –, que a maior crise que nós vivemos hoje não é a crise econômica, não é a crise social, com 13 milhões de desempregados – é uma vergonha para um País riquíssimo como o Brasil a gente ver aquelas filas nas reportagens, de pessoas buscando emprego –, não é a crise política. A maior, a mãe de todas as crises que a gente vive é a crise moral, a crise ética, que ainda persiste, que é uma chaga no nosso País, que é a questão da corrupção.

Então, eu subo desde o início. Desde o primeiro dia em que nós assumimos, nós temos desenvolvido um trabalho aqui nesta Casa, dizendo que a população brasileira deveria ficar em estado de alerta com as movimentações vindo, especialmente, dos tribunais superiores do País.

Naquela oportunidade, eu falava sobre o julgamento que – logo no início do mandato, em março, eu subi aqui – decidiria se crimes eleitorais, por sua especificidade, atrairiam a competência para que todos os fatos conexos fossem examinados pela Justiça Eleitoral.

Desde aquele momento, já despontava, por parte da Suprema Corte deste País – o STF –, uma flagrante campanha no sentido de promover um desmanche da Operação Lava Jato e sepultar todos os ganhos que nós tivemos, nos últimos cinco anos, no combate à corrupção, lavagem de dinheiro obtidos por esta operação, que eu considero – respeitando quem pensa diferente – um grande patrimônio hoje do povo brasileiro, que já conseguiu trazer R\$13 bilhões de volta aos cofres públicos, de desvio de empresas brasileiras, como a Petrobras, dinheiro do povo brasileiro que foi desviado pelo crime do colarinho branco, com empresários, com políticos, que nunca eram punidos neste País e começaram a ser punidos.

Mas o maior ganho dessa operação não é trazer esses R\$13 bilhões – não são R\$13 milhões, não, são R\$13 bilhões – de volta para a Nação. Eu acho que o maior ganho dessa operação – e eu falo dessa operação, mas há muitas outras no País que combatem a corrupção – é resgatar a esperança do povo brasileiro na Justiça deste País.

Vocês não têm ideia de milhões e milhões de brasileiros que voltaram a acreditar, novamente, no Brasil, voltaram a acreditar na ética, que a Justiça, de fato, é para todos. O fato agora é que todas essas conquistas, no sentido do enfrentamento energético, da malversação do dinheiro



público, que envolveu agentes políticos, empreiteiras, funcionários de estatais, operadores financeiros, estão sob o ataque ardiloso das instituições que deveriam preservar, pela sua manutenção e efetividade, entre elas o nosso STF.

Inúmeros são os indícios dessa trama sombria, que, eu repito aqui, envolve os três Poderes da República hoje, infelizmente.

Senão, vejamos: se já não bastassem as decisões como o envio para a Justiça Eleitoral dos crimes de caixa dois, ou aquela que suspendeu o uso de informações de órgãos de controle, como o Coaf e a Receita Federal, sem autorização judicial, ou ainda daquela que impediu investigações sobre 133 influentes contribuintes com rendimentos suspeitos de fraude, tivemos na data recente, 20 de agosto, mais uma tentativa de ferir de morte a Operação Lava Jato e suas ramificações por todo o Brasil. Estou me referindo à decisão emanada pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que, por três votos a um, anulou a sentença da lavra do ex-Juiz Federal e atual Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, que, em março de 2018, condenou o ex-Presidente do Banco do Brasil e da Petrobras Aldemir Bendine, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ressalta-se que, mesmo tendo sido reduzida, tal condenação foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O julgamento recente dessa terça-feira agora, desta semana, é sem dúvida um considerável retrocesso e abre precedente, sim, para que, segundo os operadores da própria força-tarefa da Lava Jato, outros 143 réus, dos 162 condenados no âmbito da operação, acionem o próprio STF para anular 32 sentenças condenatórias. A decisão foi tomada por uma questão técnica processual que, repito, infelizmente abrirá as portas para que outros criminosos de colarinho branco, todos, devidamente julgados e condenados pela Justiça brasileira, possam sorrateiramente se beneficiar nos seus respectivos processos.

A banca que defende o ex-Presidente da Petrobras e do Banco do Brasil ressaltou que houve cerceamento de defesa do acusado, pois o Juiz Moro abriu prazo conjunto para todos os réus se manifestarem nas alegações finais do processo. No entanto, para a defesa, o correto seria, primeiro, se manifestarem os réus que firmaram acordo de delação premiada e, em seguida, os outros acusados. Porém, como muito bem defendeu o Ministro Edson Fachin em seu voto, que foi vencido, tal preceito jurídico alegado por esse ex-Presidente da Petrobras e do Banco do Brasil, que recebeu R\$3 milhões em propina pagos pela Odebrecht, ou seja, a apresentação de alegações finais em momentos diversos por corréus delatores e delatados, não há previsão legal que lhe dê sustentação.

Como a colaboração premiada é uma das estratégias que pode ser usada pela defesa, a opção por esse instituto, para o relator, não autoriza que o juiz faça distinção entre colaboradores e não colaboradores.

A Subprocuradoria-Geral da República, quando da defesa da manutenção da condenação, deixou claro que Bendine, desde o início da ação penal, teve, sim, amplo acesso ao direito de defesa, não havendo, sob hipótese nenhuma, que se falar em cerceamento de defesa ou quaisquer outras irregularidades nos ritos processuais que conduziam a condenação desse transgressor da lei.

Em tempo, esse impedimento foi esposado pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do Agravo Regimental em Habeas Corpus nº 437.855 no próprio STJ. O fato é que, como já dito, essa interpretação da 2ª Turma do STF – uma interpretação de hermenêutica – vai de encontro às decisões da 13ª Vara Federal de Curitiba, do TRF da 4ª Região e também do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, duas instâncias e um tribunal superior terão o acórdão de



instaurar uma enorme insegurança jurídica e instabilidade jurisprudencial que poderão acarretar a perda da efetividade das sentenças e, por conseguinte, a impunidade dos criminosos.

Buscando reduzir esse risco e dirimir as dúvidas suscitadas, o Ministro Edson Fachin, numa movimentação extremamente oportuna... Eu quero ressaltar, mais uma vez, que, por mais que o Supremo Tribunal Federal esteja sendo questionado por muitos Senadores desta Casa que querem a CPI da Lava Toga, que querem que sejam deliberados *impeachments* – vários que estão na gaveta desta Casa –, nós sabemos da importância daquela instituição para a democracia. É muito importante resguardar a instituição, e a gente sabe que a maioria dos Ministros que lá estão são cumpridores dos seus deveres e estão fazendo um bom trabalho, mas alguns indícios, fatos determinados que nós pudemos ver aqui nos requerimentos desta CPI e dos *impeachments* precisam ser avaliados, até para o bem da Casa, para que possa ser preservada a Casa num momento em que a população brasileira está indo às ruas, cada vez em maior número, participando, questionando algumas atitudes do Supremo Tribunal Federal.

Então, eu queria dizer que...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... caberá agora ao Presidente do STF ter a sensibilidade. Eu acredito. Eu acredito, sim, no ser humano. Acredito na reflexão. Acredito no arrependimento, sim. E nós temos de estar abertos para que isso, para que ele coloque, imediatamente – é o mínimo que se espera, e eu faço aqui um pedido ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli –, em pauta esse julgamento, para que os onze Ministros do Supremo se posicionem sobre essa decisão da Segunda Turma, que deixou o Brasil inteiro, mais uma vez, escandalizado com o Supremo Tribunal Federal.

Então, que seja decidido pelo Colegiado. E eu espero muito bom senso dos Ministros, porque a gente não pode retroceder no combate à corrupção – não!

Para encerrar meu pronunciamento, eu queria dizer, senhoras e senhores, que não se justifica, neste momento, um dos mais significantes da história recente de nossa República, colocar em jogo o futuro, o avanço da ética, numa vã discussão sobre essas questões técnicas, menores. Eu acredito que nós precisamos ter muita responsabilidade neste momento.

Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de que essas pessoas que estão sendo condenadas por corrupção de toda ordem, além das demais que compõem o submundo do crime do colarinho branco, da corrupção e do desrespeito à nossa ordem jurídica, terão muito o que comemorar caso esse desastroso veredicto da Segunda Turma do STF venha a ser mantido.

Afirmo ser mais do que necessário denunciar ao sofrido povo brasileiro que o argumento supostamente técnico de que delatores e delatados devem ser tratados de maneira desigual no âmbito de uma ação penal em que todos são julgados por crimes graves, como lavagem de dinheiro, corrupção ativa, corrupção passiva, evasão de divisas, sonegação fiscal, entre outros, na verdade, pode estar escamoteando propósitos inconfessáveis.

Por fim, Sr. Presidente, me comprometi com o povo do meu Ceará, a terra da luz, vizinha ao Estado dos dois Senadores que estão aqui presentes, Senadora Zenaide e Senador Styvenson Valentim; eu me comprometi com o povo cearense que pautaria o meu mandato com base na ética, na honestidade, na verdade.

Portanto, imbuído dessa obrigação republicana, serei, sim, uma caixa de ressonância dos anseios da nossa população, essa mesma que tem ido às ruas lutar por um Brasil mais justo, mais transparente.



Portanto, enquanto Deus me der vida e saúde... E eu agradeço muito as orações que eu tenho recebido, as mensagens de todo o País, isso me fortalece muito, porque nós precisamos aqui de muita serenidade, de muita tranquilidade, porque a guerra é espiritual – é espiritual –, e precisamos de força para seguir adiante e, graças a Deus, a gente tem recebido essa força do povo brasileiro. Eu agradeço.

Enquanto Deus me der vida e saúde, não me calarei diante dos possíveis desmandos advindos, seja da mais alta Corte da Justiça deste País, ou de qualquer outro Poder: aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, e no Poder Executivo também, que...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... merece dar explicações sobre essa história de jogar Coaf para um lado, jogar Coaf para o outro, colocar como apêndice do Banco Central, interferência na Polícia Federal, que é uma das instituições mais acreditadas no Brasil, interferência na Receita Federal... Nós não toleraremos isso, custe o que custar.

Que Deus abençoe o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – Não dá nem para apartear porque o tempo está curto. O senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – Terminou. Mas vá, Zenaide...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – Você vai usar a palavra? *(Pausa.)*

Há tempo ainda.

Girão, assumo aqui, porque eu vou tentar falar daqui a pouco.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, povo brasileiro que está nos assistindo, eu quero falar aqui sobre a reforma da previdência. É algo que vai mexer com a vida de todos os brasileiros e condenar um bocadinho a nunca se aposentar.

A reforma da previdência, como está apresentada aqui, que veio da Câmara, que já tirou algumas coisas que prejudicavam cada vez mais os homens e as mulheres deste País, que trabalham, seja no serviço público, seja no privado, ela não tira privilégios. Sabe por que ela não tira privilégios? Porque quem tem privilégio não é trabalhador; quem tem privilégio são grandes empresas que sonégam a Previdência. Não sou eu que estou dizendo, a Receita Federal mostra que no ano passado o Governo deixou de arrecadar 620 bilhões dos grandes devedores deste País. Privilégio tem grandes empresas, que, quando ficam devendo, vêm a esta Casa com uma medida provisória e fazem Refiz bilionário.

Eu cito aqui a MP 795, a medida provisória de dezembro de 2017: anistiou petroleiras estrangeiras por 25 cinco anos, gente. Não paga nem um imposto, nem o Imposto sobre Produto Industrializado, nem o Imposto de Renda, nem PIS, nem Pasep, nem Confins, nem CSLL.

Aí estão os privilégios, senhores, que querem desmontar a seguridade social deste País. Estão punindo quem trabalha, tanto o serviço público como o privado, dizendo que tem privilégio. Não



gera emprego. É tanto que o próprio Secretário Especial da Previdência disse, na quarta-feira, que ontem fez oito dias, que realmente não gera empregos e também não tira o País da crise econômica. Isto eu não me canso de dizer: o que tira o País da crise econômica é investimento nos setores que geram emprego e renda.

Estamos aí com 30 milhões entre desempregados e subempregados e a saída é tirar o direito dos trabalhadores se aposentarem, gente, e ainda acabaram com a aposentadoria especial. Ninguém neste País se aposenta mais por tempo de serviço só; ainda restavam as pessoas que trabalham em lugares insalubres, como o Senador Paulo Paim falou aqui, os mineiros, porque quem disse que o ser humano, homem ou mulher, não resiste mais do que determinado tempo trabalhando em ambiente nocivo não fomos nós, é a ciência que mostrou que aquele homem e aquela mulher trabalhando ali teria que deixar de se expor antes dos outros, mas aqui não se respeita nada disso. Policiais federais, alta periculosidade, que é mais do que insalubridade, ninguém está preocupado com isso. Estão aqui querendo fazer uma PEC paralela, que eu digo: sabem quando vai sair essa PEC? Não é de interesse do Governo, então não sai.

Então, por que a pressa desta Casa nem revisar? Como foi dito aqui, a maioria não conhece a reforma da maneira que está sendo apresentada. Por que essa pressa se não vai gerar emprego? Por que essa pressa se não vai resolver o problema financeiro deste País? Governo, pegue o dinheiro dos bancos estatais e invista na construção civil, na agricultura familiar, no comércio. Pare com essa história de dizer que reforma gera emprego e renda.

Eu digo o seguinte: isso é uma preocupação muito grande, não é questão de ser do lado do Governo ou não ser. Até que eu discordo aqui do Girão quando ele diz que não é para o Presidente da República nomear o Diretor-Geral da Polícia Federal. No mundo inteiro, a Polícia Federal e o Exército são subordinados a um Poder, porque é uma parte da sociedade e é um direito do Presidente da República. Se a gente quer defender policiais federais, vamos aprovar o plano de cargos e salários deles; vamos oferecer condições de trabalho. Isso é, sim, defender.

Mas, voltando à previdência, a esta Casa a sociedade brasileira clama, Senado. Nós estamos pedindo mais tempo para revisar e ver. Você vê que todo dia vem uma categoria que está sendo prejudicada. Entendeu? Eu não sei porque esse pavor de a gente revisar, mudar alguma coisa para voltar para a Câmara. Qual é o problema? A Câmara passou quase seis meses, gente, punindo aquele que menos ganha. Cadê o social? Cadê o espírito cristão, o olhar diferenciado para o ser humano? Nós teríamos que parar de olhar para os seres humanos, e eles passarem a ser um número, uma cifra. E não são.

E digo mais: quem leva o País nas costas se chama trabalhadores, sejam eles de um serviço público ou privado. E se não defender trabalhador, não se defende empresa. E para defender trabalhador, há que se defender nossas empresas brasileiras.

Então, eu quero dizer aqui ao povo brasileiro que esta reforma, do jeito que ela está apresentada aí, fazendo um homem neste País, em que mais de 70% só fica com carteira assinada durante seis meses por ano, então ele já leva 40 anos para ter 20 anos de contribuição. Se ele começou com 20, já fica com 60 para ele ganhar 60% do salário. E para ele conseguir contribuir os 40 anos, ele já tem 100 anos, gente.

E só para finalizar, acho que vale a pena perguntar: alguém acha que com trabalho intermitente, Emenda 95, que congelou os recursos da saúde e segurança pública por 25 anos, desemprego e subemprego de 30 milhões, segurança pública sem investimento, 60 mil assassinados



por ano, mais outros 60 mil que morrem de morte evitável, em fila de hospital, por falta de recurso, vai sobrar alguém para essa previdência aposentar, gente? Não!

Então, Senado, vamos revisar. Não é possível, porque já está provado que nem gera emprego e nem resolve o problema econômico deste País. Bote Minha Casa Minha Vida. Muito bem, Presidente da República, a Caixa Econômica chegue lá e diga: vai investir na construção civil, porque eu quero os empregos, porque, se não há empregados, o comércio não vende, e o Governo não arrecada. Se não há empregado, a indústria não vende, e o Governo não arrecada. Aí, sim, eu chamaria do abraço dos afogados.

Zenaide não bota digital numa reforma apresentada da maneira que está sendo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. PODEMOS - RN) – Senador Zequinha.

Daqui a alguns instantes, para as pessoas que estão assistindo e ouvindo a Rádio Senado e acompanhando pelas redes sociais, haverá aqui uma sessão em homenagem ao Dr. Bezerra de Menezes, diga-se de passagem que morou já no meu Estado, em Martins. Então, logo após a fala do Senador Zequinha e a minha, aí começa esta Sessão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, venho à tribuna nesta tarde para informar que ontem instalamos, aqui no Congresso, a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas. Na oportunidade, fui escolhido por meus pares para assumir, no biênio 2019/2020, a Presidência dessa Comissão, a qual reputo da mais alta importância para o País.

É fundamental este Parlamento se apropriar e participar ativamente da elaboração de políticas que visem mitigar os efeitos das mudanças do clima no Planeta, ainda mais neste atual momento, em que a Amazônia ganha notoriedade e passa a ser o centro de debates acalorados, que domina pauta nacional e internacional.

Gostaria aqui de agradecer o voto de confiança dos Srs. Senadores e Srs. Deputados que escolheram o meu nome para essa missão. Saúdo os colegas Deputados Sérgio Souza, do MDB do Paraná, e Edilázio Júnior, do PSD do Maranhão, eleitos, respectivamente, para a Vice-Presidência e Relatoria daquela Comissão. Juntos assumimos o compromisso de acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo permanente, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Louvo essa acertada e oportuna iniciativa do Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, que conduziu muito bem esse tema e deu, mais uma vez, a prova de sua sensibilidade para contribuir com assuntos de relevância nacional.

É necessário aprofundarmos a discussão sobre as mudanças climáticas, avançarmos sobre as ações de desenvolvimento sustentável para a nossa Amazônia, propondo um debate técnico, equilibrado e com a racionalidade que essa questão demanda.

Existem, por exemplo, algumas várias correntes teóricas que são opostas e, justamente por isso, tendem a enriquecer o debate, assim como são muitas as visões teóricas sobre o futuro da Amazônia. São inúmeras também as fontes de informação que revelam o nível do desmatamento ilegal da floresta. Temos o Inpe, o Prodes, o Sipam e até mesmo a Nasa, lá nos Estados Unidos. A Amazônia está devassada para o mundo todo, em centenas de milhões de imagens.

Infelizmente, senhores, o nível de precisão dessas imagens ainda não conseguiu focar na situação do homem amazônida. Enxerga-se tudo, menos o ser humano que ali está precisando de



ajuda, de uma mão amiga, para uma vida com mais qualidade. A população daquela floresta, neste momento, também pede por socorro.

Estava olhando como o mundo observa a Amazônia, como o mundo vê essa floresta, com carinho, com respeito, com uma visão de futuro, com a importância, enfim, com tudo que lhe é peculiar neste momento, mas, dentro daquela floresta, no meio daquela floresta, nós temos uma população de cerca de 20 milhões de brasileiros. Nós temos, naquela região, uma das menores rendas *per capita* deste País e nós temos, também naquela região, os piores índices de desenvolvimento humano do Brasil e do mundo. E, aí, é interessante a gente começar a aproveitar a oportunidade do debate sobre a floresta para também tentar colocar o ser humano, mais importante do que tudo, no meio desse debate.

A questão do fogo... E eu sou de lá, nascido e criado, conheço alguns biomas da região, e todo mundo sabe que nessa época, nestes meses de agosto, setembro, até outubro ainda, focos de incêndios são detectados naturalmente. Mas já houve momento em que isso foi muito mais intenso. Tivemos momentos de muito mais dificuldades. Infelizmente, naquele tempo, a importância e a visão não se detiveram sobre a Amazônia.

Aí a gente precisa, diante de tudo o que se discute no Brasil e no mundo, aqui no Congresso Nacional, começar a perguntar para a gente mesmo as razões, os motivos. Se a gente quiser o tempo todo ficar aqui discutindo efeitos, sem buscar a causa, nós não vamos sair do lugar, meu Senador Eduardo Girão.

Entendemos que o Congresso, principalmente esta Casa, o Senado Federal, deve ter a maturidade, a inteligência e a competência para não só combater na ponta, não só combater o problema, não só combater aquilo que aparece como crime, mas também procurar detectar, se informar e se apropriar das causas que levam àquilo tudo.

Lamentavelmente até agora, até agora – de repente, a partir de amanhã, a gente já começa a ter uma nova vida – o Governo Federal não tem uma política nem para a Amazônia nem para qualquer outra região. A legislação ambiental cuida de duas coisas. É claro que o Governo segue a legislação e aplica isto, com muita competência até: o Governo multa e o Governo reprime, e absolutamente nada mais. Eu não entendo isso como política pública de Governo para o meio ambiente. Meio ambiente não é só multar; fazer política pública do meio ambiente não é só reprimir; não é só a polícia pegar e prender, absolutamente.

Então, chegou a hora de a gente fazer um grande debate? Chegou. E a Comissão que trata sobre mudanças climáticas vai participar desse debate. O papel dela é monitorar, é fiscalizar, é acompanhar, é informar a sociedade e o Congresso Nacional sobre esse tema. E nós vamos naturalmente buscar cientistas, vamos buscar tecnologia, vamos analisar os últimos 10, 15, 20 ou 30 anos, vamos comparar dados e informações até para nos situar no tempo e no espaço, para poder, então, montar uma agenda de trabalho, para que amanhã nós possamos dizer que contribuímos, nesse período, com algum legado importante para a questão climática do Brasil e do Planeta.

Mas nós queremos também fazer uma grande reflexão, que é muito simples para quem mora lá, para quem vive lá, para quem vê os fatos, para quem conhece a realidade. A primeira coisa, por exemplo: a região da Amazônia Legal possui, Senador Girão, cerca de 2,2 mil projetos de assentamentos do Incra. Não é pouca coisa. Em torno de 2,2 mil projetos de assentamentos. Eu busquei apenas a Região Norte, os sete Estados, mas não consegui ainda separar o pedaço do Maranhão, que também é Amazônia, e outra parte do Estado do Mato Grosso, que também é



Amazônia. Então, é muita coisa. É muita gente da agricultura familiar andando, produzindo e vivendo naquela região, 430 mil famílias estão ali fazendo agricultura familiar, sobrevivendo da forma como podem.

E ali, meu Presidente, a agricultura familiar é feita da forma mais primitiva possível. Nós estamos no segundo instrumento de trabalho mais primitivo...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... que é a enxada. Primeiro, o homem se virou da forma como podia, inventou alguma coisa com pedra e tal e arrumava a terra. Depois disso, veio a enxada e nós esbarramos ali.

Nós não temos máquina. O produtor familiar não tem instrumento de mecanização. O produtor familiar não tem uma capacitação para produzir melhor e o produtor familiar, lamentavelmente, tem que usar o fogo, o fogo útil, o fogo para a limpeza da sua área para plantar a sua terra. Essa é a vida na Amazônia.

O Presidente da República baixou um decreto proibindo colocar fogo e apenas separou alguns grupos que poderiam usar o fogo...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... como indígenas. E é importante a gente lembrar que pouquíssimos indígenas, pouquíssimos, praticam a agricultura. Quem pratica a agricultura são os não índios. E aí, nós temos esse tanto de famílias; e, aí, nós temos os agricultores um pouco melhor de vida; e, aí, nós temos a agricultura mecanizada industrial, mas essa não usa fogo, essa usa máquina. Então, como é que eu vou melhorar a condição da Amazônia? Eu preciso permitir...

Meu querido Senador Styvenson, permita-me só alguns minutinhos a mais, por favor.

Eu preciso estimular o Governo a permitir que essa gente tenha acesso à mecanização agrícola, que deixe de lado um pouco a enxada, que planta apenas o legume da subsistência, para poder arar a terra. Não ter que fazer a roça itinerante, mas poder reaproveitar todos os anos a terra que foi usada no ano anterior. Poder ter acesso a insumos, como o adubo, como o calcário para a correção de solo. Isso é normal, isso é básico, mas o homem amazônida, coitado, não tem acesso a isso. Um trator agrícola custa mais caro do que um carro de luxo. Como é que nós vamos fazer a agricultura familiar num País deste? A gente precisa pensar um Brasil diferente para aquela região também. E aí, nós voltamos à prática primitiva: usar o fogo para fazer a limpeza do roçado. E eu convivi com o meu velho pai fazendo isso, nunca deixou em nenhum momento, em nenhum ano...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... o fogo passar do seu controle e invadir a floresta ou invadir a terra do vizinho – fogo útil, controlado, simplesmente para fazer a limpeza.

Eu quero aqui dizer, neste momento, que nós vamos, através da Comissão de Mudanças Climáticas, trabalhar, aproveitar esta oportunidade para mostrar ao Governo as causas, não só os efeitos. O Brasil daqui não conhece o Brasil de lá. É completamente ignorante, não absolutamente. Se conhecesse, estaria fazendo regularização fundiária, dando documento, vendendo terra para



quem quer produzir, identificando, colocando CPF, para que fossem cuidadas. Terra sem dono é terra onde o crime ambiental vai para a frente.

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Precisamos legalizar e precisamos permitir a mecanização para evitar as queimadas de qualquer tamanho, de qualquer porte.

Muito obrigado, Presidente, também pela complacência do tempo.

(Durante o discurso do Sr. Zequinha Marinho, o Sr. Styvenson Valentim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Obrigado Senador Zequinha Marinho, do Pará.

Neste momento, eu gostaria de já passar a palavra ao Senador Styvenson Valentim, que vai fazer o pronunciamento. Mas quero dizer a você que está assistindo à TV Senado agora, ouvindo a Rádio Senado, que, daqui a pouco minutos, nós vamos iniciar uma sessão solene em homenagem ao grande humanista, pacifista brasileiro, com repercussão mundial, Dr. Bezerra de Menezes. Teremos aqui palestrantes. Ele que faria aniversário hoje, se estivesse na Terra.

Neste momento, eu quero também registrar a presença aqui dos estagiários do Senado, do novo Senado, que estão aqui. Sejam muito bem-vindos!

Registro também a presença do ator Carlos Vereza, que inclusive fez papel já de Senador. Não é isso? Carlos Vereza fez o papel, interpretou o Dr. Bezerra de Menezes no cinema, em 2008. Muito bem-vindo Carlos Vereza a esta Casa! Daqui a pouco você vai falar aqui e as pessoas vão ouvi-lo, você que tem um conhecimento grande sobre o espiritismo, sobre o Dr. Bezerra de Menezes.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discursar.) – Gratidão.

Fui ser cavalheiro, deixei Zenaide passar na frente, depois Zequinha, pela idade... Vou ser curto, vou corroborar com a sua fala sobre corrupção, é um tema que eu não me canso de falar, é um tema que a população precisa estar ouvindo a toda hora para não achar que isso é normal.

Então, eu trago aqui uma situação, Senador Girão, todos que estão ouvindo pela TV Senado, todos que estão aqui presentes, qual a situação que eu trago hoje? Não vou nem ler. Dias atrás, eu vi num noticiário, domingos atrás eu vi num jornal, estava deitado e vendo, uma ofensa à população brasileira. Eu vi um cidadão chamado Arthur César de Menezes Soares Filho, conhecido, vulgarmente no mundo do crime, no Rio de Janeiro, como rei Arthur. O cara tira R\$3 bilhões de reais deste País, financia mais fraudes – como trazer as Olimpíadas que nada gerou para este País a não ser desgraça para aquele Estado – através de mais corrupção, e, durante essa matéria que eu estava assistindo deitado... O interessante é que sabem o local, sabem onde ele está, sabem o que faz, tem empresas lá nesse local – Miami, um paraíso hoje para esses corruptos brasileiros. E, pasmem, depois dessa matéria, Senador Girão, todos que estão aqui assistindo, eu enviei – está aqui – um ofício para o MPF para saber o que havia sido feito, qual a providência. Aqui está o ofício lá do gabinete do Senador do Rio Grande do Norte, Senador Styvenson, pedindo para saber o que estava acontecendo. O MPF responde para mim dizendo: "Senador, já foi pedido, já foi feito um pedido, nas datas de 12 de setembro de 2017, 23 de janeiro de 2018, 18 de setembro de 2018 e 2 de agosto de 2019, de extradição para aquele país e nada foi feito".



Então, o que eu levo em consideração é que vale a pena ser corrupto neste País. Vale a pena porque o STF está desconsiderando uma decisão que já foi tomada, porque há um detalhe técnico de não seguir ordem, ou sei lá o que foi que discutiram, que hermenêutica foi essa. E a população assistindo através de noticiários, de jornais, em pleno domingo à noite, um cidadão que extrai deste País, através de corrupção, R\$3 bilhões, usando carro importado, correndo, alimentando-se bem e trabalhando.

E você, cidadão, se quiser ir para os Estados Unidos, devido, agora, a um acordo recente do nosso País com aquele país americano, se você estiver ilegal, se você for para lá trabalhar, procurar uma vida melhor – porque neste País estamos com quantos milhões de desempregados? Treze? Catorze? Sem perspectiva? –, você vai ser deportado.

"Capitão, qual a diferença de deportação para extradição?" A diferença é curta. Você que está indo lá de forma muitas vezes ilegal, tem que ser deportado mesmo, mas não foi por crime, não foi por corrupção, não está se escondendo naquele país para se manter lá, gastando o dinheiro de todos os brasileiros aqui. Aonde eu quero chegar, Senador Girão, é que se este País tem uma relação tão boa com os Estados Unidos, se nós temos uma relação tão boa entre Presidentes, queremos até encaminhar o filho para ser embaixador, cumpra essa determinação, use dessa influência, use dessa boa relação para trazer esse bandido de volta para ele ser condenado aqui por crime, por organização criminosa, por corrupção, por desvio de dinheiro público. Não dá mais, Senador Girão, para ver contingenciamento de dinheiro na educação, na saúde, na segurança, falta de dinheiro para tudo e ver um cabra safado daquele lá no Estados Unidos, sinceramente, gastando todo esse dinheiro tranquilo.

"Ah, ele não pode ser extraditado." Por quê? Ele é o quê? Tem empresas nos Estados Unidos? Quer dizer que, então, para morar nos Estados Unidos para corrupto vale? Morar em Miami, então, para corrupto está valendo? Para o brasileiro que quer trabalhar, que quer procurar melhorar de vida, não! Então, quer dizer que esse acordo tem limitação.

Então, o que eu vim falar aqui, Senador Reguffe, é justamente isso. Se nós temos uma relação tão boa que devolva, que traga... Porque é muito simples, os Estados Unidos pedem com um estalar de dedos... O brasileiro que fraudou, em 2017 – se eu não me engano, deixe-me ver o dado aqui para não cometer um erro e dizer até o nome do cabra – foi em 2018, o brasileiro Marcos Eduardo Elias, acusado de fraude num banco de Nova York, US\$750 mil, foi extraditado para lá para responder. O Brasil mandou um brasileiro para lá porque fez uma fraude em um banco de Nova York.

Depois – eu vou citar dois casos, há mais –, aquele traficante chamado Carlos Ramírez Abadía, também foi extraditado bem rápido. Isso quer dizer que nossa cooperação não está sendo mútua. Quando se trata de interesse deles, a gente vai e cumpre rápido. Quando é interesse deste País, o MPF manda esses ofícios por quatro, cinco vezes para poder extraditar, e não é obedecido, não é considerado. Então, não entendo que relação é essa que só funciona para cá.

A população, Senador Girão, está de saco cheio. Sei que estou ocupando o tempo, mas vou tentar ser um pouco mais resumido – nem quis ler essas infinitas folhas.

Como qualquer outro brasileiro que está assistindo, que assistiu ao Fantástico, que assiste, todos os dias na televisão, ao dinheiro público sendo mal gasto, mal empregado e desviado por pessoas como essa, vivendo em outros países, tranquilamente, sem serem punidas, parece que vale a pena. "Então, vale a pena ser corrupto. Então, vale a pena, Senador Reguffe, vir aqui e desviar



dinheiro público". Vale a pena para mau caráter, vale a pena para bandido, vale a pena para gente como essa.

Eu acredito que, para se combater a corrupção, tem que haver uma dura punição. Deve ser, Senador Reguffe, a maior pena que este País deve aplicar para ladrões, bandidos, aqueles que se apropriam de patrimônio público, para desmotivar que eles façam isso.

Então, trago aqui a minha insatisfação, que eu creio que não é só minha, mas de todos os brasileiros que assistiram àquilo.

E questiono aqui, Sr. Presidente: por essa boa relação, cumpra-se! Cumpra-se o pedido do MPF para que ele venha aqui responder. Já que o nosso Presidente, Senador Girão, Jair Bolsonaro fez campanha contra a corrupção, que comece por isto agora: traga de volta esse pilantra, esse bandido, esse ladrão, para que aqui sofra as consequências, para que aqui ele seja punido pela Justiça brasileira e devolva, no mínimo, os R\$3 bilhões que extraiu dos cofres públicos.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Permita-me um aparte, Senador Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Claro, Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF. Para apartear.) – Senador Styvenson, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento muito oportuno e absolutamente cristalino no que V. Exa. coloca aqui. Isso que V. Exa. coloca é muito importante e tem todo o meu apoio e toda a minha solidariedade.

Agora, é importante também – V. Exa. falou muito bem da questão da corrupção e colocou exatamente o que eu penso – que a gente olhe para o nosso umbigo aqui no Congresso Nacional. Nós votamos aqui, na Legislatura passada, aprovamos aqui com meu voto, no Senado Federal, a PEC do fim do foro privilegiado, do fim do foro por prerrogativa de função, e simplesmente a Câmara engavetou isso. Eu já falei diversas vezes aqui neste microfone sobre isso e volto a falar. A Câmara engavetou, e o projeto fica lá, ninguém mexe. Então, eu acho que isso precisa ser levado em consideração, porque esse foro por prerrogativa de função, como existe no Brasil, não passa de um fermento e um instrumento para a impunidade que há neste País. É preciso, sim, que o Congresso Nacional faça a sua parte e acabe com o foro privilegiado.

Além disso, é importante, sim, que o Senado Federal cumpra a sua parte também e que altere a forma de escolha de ministros de tribunais superiores, que introduza mandato para os tribunais superiores, acabando com a vitaliciedade. Quando a pessoa fica muito tempo num cargo, ela começa a se achar proprietária dele. É preciso se instituir um mandato.

Então, eu concordo em gênero, número e grau com V. Exa. por trazer esse tema aqui. Quero parabenizar V. Exa. por trazer esse tema aqui. É um tema muito importante. V. Exa. está fazendo um pronunciamento extremamente oportuno. Quero, além disso, dizer que o Congresso Nacional também tem que fazer a sua parte, e há uma série de projetos aqui, engavetados, que poderiam melhorar a nossa legislação, no que tange o combate à corrupção neste País.

Mas parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Um minuto, um minuto para poder falar aqui para o senhor sobre isso que o senhor se refere sobre mim, não é só de mim, não, é das pessoas lá fora. As pessoas querem isso e elegeram a gente aqui, Senador Reguffe, para fazer essa função. Não é nada estranho, nada curioso que a CPI da Lava Toga, assinada por várias vezes, nas suas três edições, são sempre os mesmos. Os *impeachments* são sempre os mesmos. Parece que são sempre os mesmos preocupados em dar transparência e em combater a corrupção.



Eu não faço isso para buscar *likes*, não, porque os *likes* as pessoas estão dando de forma espontânea. Cada um que vem aqui está sendo observado. Hoje está meio difícil, Senador Reguffe, ficar escondido com a tecnologia que a gente tem disponível.

Então, esse pequeno grupo... E esse grupo eu espero que cresça, cada vez mais, aqui dentro do Senado, porque, como eu já disse, Senador Girão, se fomos eleitos, se estamos aqui, é para tudo o que a população quer, dentro da legalidade, claro, de uma transparência, de uma moralidade. Ela quer um serviço público melhor, mais eficiente.

Então, agradeço o aparte, agradeço esses minutos. E a todos, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Styvenson Valentim. Muito bem lembrado por V. Exa.

Eu assisti a essa matéria, Senador Reguffe, no Fantástico, sobre o Arthur, que é condenado, procurado pela polícia do Brasil, por corrupção, enfim. E a reportagem foi feita por Arthur Guimarães, Pedro Bassan e André Maciel. São jornalistas que fizeram essa matéria escandalosa, porque o foragido da polícia brasileira está lá, indo a *shopping*, curtindo a vida nos Estados Unidos, enquanto o povo do Rio de Janeiro, o povo brasileiro está, realmente, passando por uma dificuldade, muito, muito grande nas suas economias. E o Senador Styvenson Valentim está acabando de dizer aqui que o ofício não foi...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Nem respondido pelas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – ... respondido pelas autoridades.

Então, se nós temos essa boa relação com os Estados Unidos, é legítimo que se cobre do Governo Federal que se peça essa reciprocidade, para que traga uma pessoa que está condenada, fora do Brasil, para prestar contas com a Justiça aqui no nosso País.

Como falou o Senador Reguffe, o fim do foro privilegiado, que é um câncer neste País, foi aprovado pelo Senado, está lá parado na Câmara, sentado lá, em berço esplêndido, enquanto a população brasileira foi para as ruas, agora, cobrar o fim do foro privilegiado. Foi uma das pautas – Lava Toga, fim do foro privilegiado, veto total do abuso de autoridade, que está lá nas mãos do Presidente da República para deliberar. E a gente espera que ele seja coerente com as bandeiras dele contra a corrupção, que o levaram até o poder. Que ele possa realmente vetar integralmente essa lei absurda e inoportuna para o País.

Eu vou encerrar a sessão agora, neste exato momento, porque daqui a instantes nós vamos ter... Peço que você espere, você que está nos assistindo pela TV Senado, nos ouvindo pela Rádio Senado, uma sessão em homenagem a Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcante, esse grande político, médico dos pobres, o Kardec brasileiro, grande humanista, pacifista do mundo. Daqui a pouco.

A sessão está encerrada, e daqui a poucos minutos, precisamente cinco minutos, nós recommençaremos com essa sessão em homenagem ao Dr. Bezerra de Menezes, com a presença de Carlos Vereza, de Alexandre Caldini, Presidente da Federação Espírita Brasileira, e tantos outros palestrantes que estarão conosco aqui.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.*)

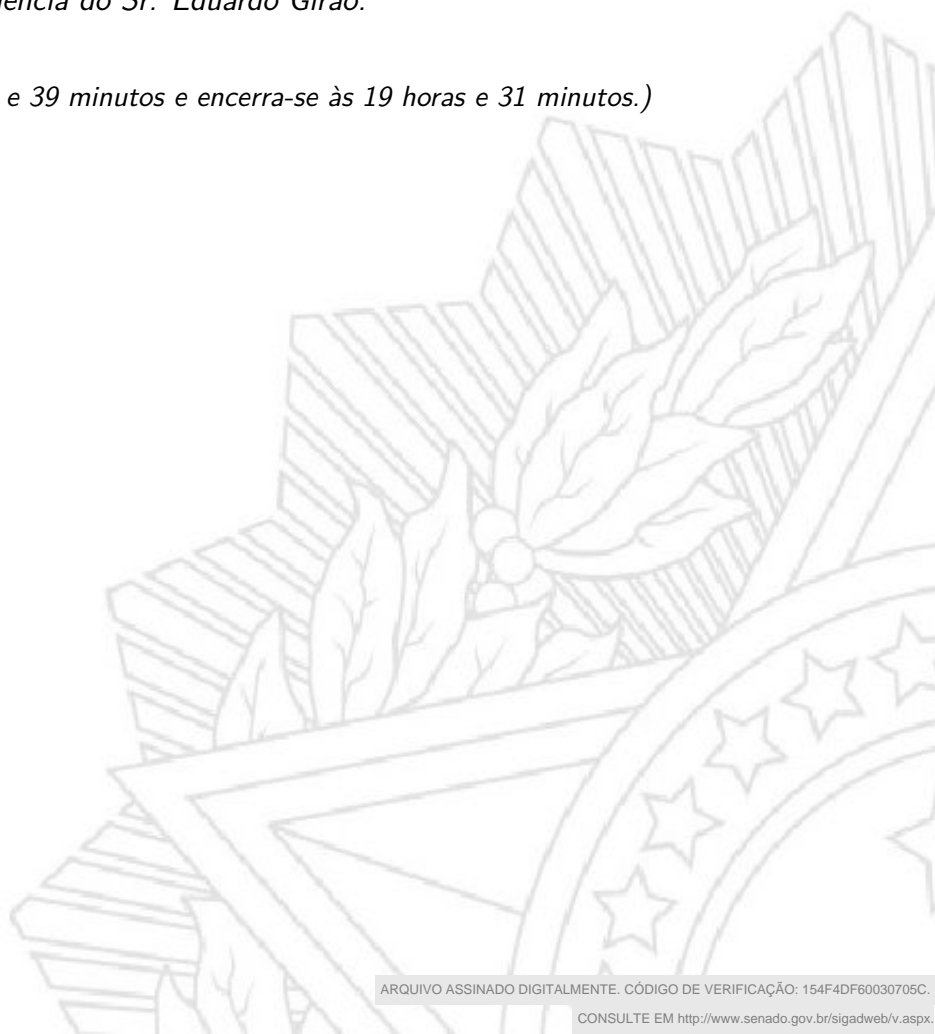


Ata da 149ª Sessão, Especial,
em 29 de agosto de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 39 minutos e encerra-se às 19 horas e 31 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, com Jesus no comando, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero agradecer a presença de todos vocês que estão aqui no Plenário do Senado da República Federativa do Brasil, a vocês que estão em casa nos assistindo pela TV Senado, ouvindo-nos pela Rádio Senado. É um trabalho dedicado e competente dos funcionários desta Casa.

É um dia muito especial o 29 de agosto, um dia que nos traz à memória, ao coração e à alma a lembrança de um grande brasileiro que transcendeu a pátria do Evangelho, o coração do mundo, e hoje a sua inspiração, pelo tempo que passou na Terra, no Brasil, já chegou a muitos países, em obras assistenciais, em trabalhos voltados à reforma íntima, em restabelecimento de saúde.

Ele foi considerado o médico dos pobres, Dr. Bezerra de Menezes, cearense da minha terra, que viveu uma parte da sua vida em Martins, no Rio Grande do Norte – e aqui nós temos a honra de ter um Senador do Rio Grande do Norte conosco –, e que foi para o Rio de Janeiro, fez sua vida, com o sonho de ser médico. E lá fez uma trajetória brilhante, de muita superação, levou muita luz para essa terra, como médico, como político, político libertário, um político que foi um dos grandes responsáveis pela abolição da escravidão no Brasil, um político preocupado com o meio ambiente. Naquela época, já estava preocupado com a indústria do fumo, combatendo-a, com o empreendedorismo também, levando estrada de ferro.

Dr. Bezerra de Menezes também ficou marcado na história do espiritismo. Nós vamos conhecer um pouco da história do Dr. Bezerra de Menezes aqui. Declarou-se espírita, escandalizou a sociedade carioca – naquela época era algo impensado se declarar espírita – e teve um trabalho belíssimo de unificação da doutrina espírita brasileira, uma doutrina que foi codificada por Allan Kardec, na França, mas que encontrou um território muito fértil aqui na nossa Nação, aqui no Brasil, e que, do Brasil, está voltando para o mundo inteiro através de abnegados trabalhadores espíritas, que têm feito esse trabalho.

Então, é uma honra muito grande para mim estar presidindo esta sessão e poder, de alguma forma, com todas as minhas limitações e imperfeições, servir de instrumento para que muitas pessoas que estão agora, aqui neste Plenário e no Brasil, recebam uma mensagem de luz, recebam inspiração de um grande homem, Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, no momento em que o Brasil passa por turbulências sob todos os aspectos.

A gente sabe que o destino desta Nação é um destino de prosperidade, de fraternidade, solidariedade, de muito amor. E a gente tem que ter fé, orar muito pela Nação, pelos governantes, mas também agir com muita sabedoria, serenidade, onde quer que estejamos, para o bem do Brasil.

A presente sessão especial é destinada a homenagear o grande pacifista e humanista do século XIX, Dr. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, nos termos do Requerimento nº 535, de 2019, de autoria nossa e de outros Senadores também.

Eu queria, neste momento, já iniciar a sessão aqui chamando à mesa, para fazer o uso da palavra daqui a pouco – cada um falando sobre um aspecto da vida do Dr. Bezerra, trazendo uma mensagem para todos nós –, o Senador, meu amigo, irmão, que esteve aqui no Senado no primeiro semestre, quando a gente fez uma homenagem ao Allan Kardec, e fez um depoimento que surpreendeu a todos, Senador Nelsinho Trad. Por favor, Senador Nelsinho Trad, venha à mesa. (*Palmas.*)



Eu gostaria também de chamar o Presidente da Federação Espírita Brasileira, meu amigo, irmão também, Jorge Godinho Barreto Nery, por favor. (*Palmas.*)

Eu chamo aqui à mesa também outro irmão querido, amigo, Presidente da Federação Espírita do Estado do Ceará, historiador, biógrafo do Dr. Bezerra de Menezes, Luciano Klein Filho, conhecido como Lucianinho. (*Palmas.*)

Eu queria também neste momento chamar outro... Aqui todos são meus irmãos e amigos, mas essa pessoa que eu vou chamar aqui, é um grande artista do Brasil, corajoso, ousado no bem. Eu tive o prazer de trabalhar com ele – as coisas de Deus – na produção de um filme sobre o Dr. Bezerra de Menezes, em 2008, o ator Carlos Vereza, por favor. (*Palmas.*)

Eu queria chamar à mesa, neste momento, outro irmão querido, o grande escritor, palestrante, que também tem um papel relevante na sociedade como ex-Presidente da Editora Abril e do jornal *Valor Econômico*, Alexandre Caldini, por favor. (*Palmas.*)

Eu também gostaria de chamar aqui, para, se possível, ficar aqui conosco, uma pessoa que eu aprendi a admirar muito, a aprender com ele aqui, nesta Casa, no Senado Federal, o ex-Governador, agora Senador, um homem que tem uma grande responsabilidade com a pauta da educação, que sempre está aqui conosco, combatendo o bom combate por uma educação de qualidade, o Senador Confúcio Moura.

Por favor, Senador Confúcio. (*Palmas.*)

Faço o registro da presença dos alunos do ensino médio do Colégio Estadual Jalles Machado, de Goianésia, Goiás, que estão visitando o Plenário do Senado.

Sejam muito bem-vindos. (*Palmas.*)

Para encerrar, eu queria chamar mais um querido, que eu admiro há muito tempo e que vou ter agora o prazer de conhecer pessoalmente, de ouvir sua palestra, que eu já vi pelo YouTube várias vezes, uma pessoa muito iluminada, que é José Carlos de Lucca, por favor, que é Juiz de Direito do Estado de São Paulo e orador espírita. (*Palmas.*)

Registro também a presença, no Plenário do Senado Federal, do Senador Alessandro Vieira, do Estado de Sergipe, novato como eu, que tem feito um grande trabalho, e do Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte.

Então, vamos iniciar agora, pessoal.

Vamos ao Hino Nacional.

Vamos, agora, por favor, de pé, ouvir a execução do Hino Nacional da República Federativa do Brasil.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Eu queria, neste momento, chamar à mesa também uma pessoa que eu tive a oportunidade de conhecer neste ano, que foi o pioneiro em fazer sessão solene aqui nesta Legislatura em homenagem ao espiritismo – e a gente sabe que nada é por acaso: o Deputado Federal que fez uma sessão solene em homenagem ao espiritismo, Deputado Rafael Motta, do Rio Grande do Norte.

Por gentileza, Rafael, venha para a Mesa. (*Palmas.*)

Inclusive, eu quero dar uma notícia a todos vocês aqui presentes, uma boa notícia. E o mundo precisa de boas notícias, não é mesmo? A gente conseguiu aprovar nesta semana, na terça-feira, na Comissão de Educação aqui do Senado Federal, dois projetos interessantes. Um, inclusive, foi iniciado pelo Deputado Rafael Motta, um projeto antigo, que infelizmente não



conseguiu se desenvolver na Câmara dos Deputados, foi arquivado, mas demos entrada em um este ano e nós conseguimos aprová-lo: o Dia Nacional do Espiritismo, aprovado já pelo Senado Federal nesta semana, que será o dia 18 de abril. E já falei com o Deputado Rafael Motta para ele pedir a relatoria, para a gente aprovar, se Deus permitir, ainda este ano, lá na Câmara dos Deputados. E outro projeto também: o que concede a Jaguaretama, no interior do Ceará, terra natal de Dr. Bezerra de Menezes, o lugar que ele escolheu para nascer, o título de Capital Nacional do Espiritismo. (*Palmas.*)

Vai para a Câmara dos Deputados também.

Então, vamos iniciar aqui as falas dos palestrantes. Eu queria já iniciar...

Antes disso, nós vamos ouvir a música do Pai Nosso executada pelo Lânio Silvério Thomáz, versão de Elizabete Lacerda, para nos harmonizarmos e iniciarmos as falas.

Eu gostaria da atenção de vocês.

Muito obrigado pela presença do senhor, que esteve já em outras sessões aqui. Seja muito bem-vindo.

(*Procede-se à execução musical.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua generosidade, pela sua gentileza. Parabéns pelo trabalho.

Eu queria registrar aqui as presenças ilustres dos seguintes convidados:

Representando aqui o Governador do Estado de Goiás, Sr. Claudio Jorge Siqueira Rodrigues. Muito obrigado pela presença;

Secretário de Audiovisual do Ministério da Cidadania, o meu amigo, irmão, Ricardo Rihan, aqui presente. Muito obrigado, Ricardo, a você, que é um pioneiro desse trabalho todo, no audiovisual, também da cultura da paz;

Presidente da Federação Espírita do Distrito Federal, Sr. Paulo Maia da Costa. Muito obrigado pela presença, Paulo;

Presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal, meu amigo, irmão, Marcos Linhares, que está aqui conosco também;

Presidente da Comunhão Espírita de Brasília, Sr. Adilson Mariz de Moraes. Muito obrigado pela presença. É um irmão que veio lá do interior de Minas Gerais, São João Nepomuceno; Minas Gerais, que é a terra do Chico Xavier.

Queria agradecer ao Claudinei Paulino, que está aqui conosco, prestigiando; à Presidente do Centro Espírita Paulo de Tarso, do Lago Norte, Sra. Verônica Maia Baraviera; à Vice-Presidente da Comunhão Espírita de Brasília, Sra. Maria Luiza Bezerra de Melo; ao Vice-Presidente do Centro Espírita Chico Xavier, Sra. Fernanda Negreiros; à Diretora-Geral da Universal Pictures do Brasil, Sra. Patricia Kamitsuji – muito obrigado pela sua presença; muito honrado –; assim como ao diretor e cineasta do filme Nosso Lar e do filme Kardec – a gente até passou o *trailer* aqui na sessão do Allan Kardec –, Sr. Wagner de Assis. Muito obrigado pela presença. Parabéns pelo talento!

Mais tarde, inclusive, teremos, no Cine Brasília, a estreia – nós vamos passar o *trailer* depois das falas – do filme de outro grande humanista brasileiro, grande orador espírita, um homem caridoso, chamado Divaldo Pereira Franco, filme que vai entrar em cartaz agora, dia 12 de setembro, em todo o Território nacional. É um filme muito bem produzido pela Cine e pela Estação Luz, que está aqui também representada pelo Sidney Girão de Araújo, que está conosco.



Eu queria, neste momento, passar a palavra para o Presidente da Federação Espírita Brasileira, uma entidade centenária, Godinho.

Por favor, pode ocupar a tribuna se desejar, Jorge Godinho Barreto Nery.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão; Senador Confúcio Moura; Senador Nelsinho Trad; Deputado Rafael Motta; nosso querido e conhecido no movimento espírita, Dr. Lucca, que é expositor espírita, conhecido de todos nós; Sr. Luciano Klein, que, na realidade, é Presidente da Federação Espírita do Estado do Ceará, aqui conosco presente; o ator Carlos Vereza, conhecido por todos nós, que protagonizou o Dr. Bezerra de Menezes no filme que tem o seu próprio nome; e Alexandre Caldini – acho que eu citei todos aqui presentes –, esta é uma grande oportunidade que nós estamos tendo. Neste momento, não vou tecer a biografia do Dr. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, mas eu vou pinçar, da sua vida, alguns pontos que nós achamos para trazer a público.

Era o ano de 1873. Naquele ano, pela primeira vez, uma instituição de nome Confúcio registrou-se, atendendo ao ordenamento jurídico do País, como uma instituição formalizada e que teve uma duração efêmera de três anos. Ali se encontravam espíritas pioneiros, como Bittencourt Sampaio, Antônio Luiz Sayão e Joaquim Carlos Travassos.

Joaquim Carlos Travassos se empenhou para fazer a tradução das obras da codificação: *O Livro dos Espíritos*, *O Livro dos Médiuns*, *O Evangelho*, *O Céu e o Inferno* e *A Gênese*. E ele, naquele momento, quando a primeira tradução foi feita no *Livro dos Espíritos*, na sua 1ª edição, destacou um exemplar e fez uma dedicatória, uma dedicatória a um homem público conhecido à época e respeitado por ser um político, um médico reconhecido, um católico praticante que, pelos seus exemplos, na sociedade, então, no Rio de Janeiro, no Segundo Império, era respeitado. Daí ele ter que levar às suas mãos o exemplar de *O Livro dos Espíritos* com essa dedicatória.

O Dr. Bezerra de Menezes escreve para nós – depois está isso no *Reformador* –, dizendo o seguinte: que ele morava em São Cristovão, e à época o deslocamento do centro da cidade para São Cristovão durava em torno de uma hora aproximadamente. E naquele momento, no bonde, ele estava com o livro à mão, que tinha recém-recebido do Dr. Carlos Travassos, e dizia assim:

Eu sou conhecedor de todas as filosofias. Tenho à mão uma filosofia espiritualista e eu acho que eu não vou para o inferno se eu ler essa filosofia, porque, na realidade, ficaria até incongruente eu conhecer todas as filosofias e esta não ser do meu conhecimento.

E ele diz assim:

Li, li como lia a Bíblia. E o interessante é que, à proporção que eu ia lendo, eu não encontrava nada de novo, apesar de tudo ser novo para mim. Isso me ocupou e me preocupou que, ao longo do trajeto da minha leitura, eu fui tomando consciência, achando que eu tinha nascido espírito – e como se diz, vulgarmente, eu nasci espírita – porque esses conceitos para mim não eram novos.

E a partir daquele momento da leitura do livro, ele passou, então, a se dedicar ao estudo e à leitura das obras que chegavam ao seu conhecimento.

Assim, passaram-se aproximadamente, desde aquela data, que gira em torno do ano de 1874, quando, no dia 16 de agosto do ano de 1886, diante de duas mil pessoas, no Salão da Velha Guarda, no Rio de Janeiro, ele teve a oportunidade de falar para um público de duas mil pessoas que tinham a expectativa de ouvir mais uma vez a palavra sábia, ponderada de um eminente



político, de um religioso, de um homem público, de um médico conhecido na sociedade. E é naquela oportunidade que ele, então, declara-se espírita. Por isso é que nós ouvimos no início da sessão solene o Senador Girão falar a respeito desse momento, que foi uma surpresa para todos, porque ninguém ali estava na expectativa dessa declaração dele. E, a partir de então, ele, de forma ostensiva e pública, foi reconhecido como um espírita que procurou ter um comportamento coerente com a doutrina de que até então ele tinha conhecimento e que estudou profundamente ao longo daqueles anos.

E passou a escrever, no jornal de maior circulação do País, de nome *O País*, e também na revista *Reformador*, que até hoje se encontra sendo editada todos os meses e que é um registro importante, porque só dois jornais no nosso País, desde a sua criação até os dias de hoje, jamais deixaram de ser publicados: um deles é o *Diário Oficial*, naturalmente; o outro é o *Reformador*. É uma revista da Federação Espírita Brasileira cuja Presidência o Dr. Bezerra de Menezes veio a assumir durante dois mandatos. Um mandato no ano de 1889, numa oportunidade em que ouviu uma mensagem póstuma do codificador Allan Kardec, que, no Grupo Fraternidade, através do médium Frederico Júnior, trouxe uma mensagem que alertava os espíritas à época para três aspectos: o estudo, a caridade e a unificação.

A partir desta mensagem, o Dr. Bezerra, estudando-a profundamente, aceitou o convite para ser Presidente da Federação Espírita Brasileira no ano de 1889. A partir daí, o seu objetivo era fazer cumprir aquela convocação que a mensagem póstuma de Kardec havia trazido ao conhecimento dos espíritas brasileiros. E ele assume a Federação Espírita Brasileira, faz reuniões para tratar do assunto, é aceita a sua ideia, faz a segunda reunião já com o objetivo de uma constituinte para criar um grupo que tivesse a oportunidade de coordenar o movimento espírita, já que ele no Brasil era um movimento incipiente e sentia-se a necessidade de uma coordenação porque o codificador, o líder do espiritismo no mundo, havia desencarnado no ano de 1869 e, a partir daquele momento, o movimento espírita ficou sem uma liderança.

Na Europa, procuraram substituí-lo, em vão. Nas Américas, os grupos que até então se constituíam procuravam, então, fazer em torno de si ou de outros grupos esta coordenação. E é assim que ele, na terceira reunião que procura fazer, não consegue êxito porque lembramos que o ano de 1889 é o ano que nós comemoramos a efeméride da Proclamação da República, que naturalmente o impediu, porque todo o ordenamento jurídico do País, saindo do Segundo Império, passou, então, para a Nova República. E naquele momento, na Nova República, o Código Penal brasileiro, no ano de 1890, contempla o espiritismo como sendo crime a sua prática, mas o Dr. Bezerra, no final do ano de 1889, ocupado bastante, porque, na sua família grande, dois filhos haviam desencarnado, entrega a presidência da Federação Espírita Brasileira e vai cuidar dos seus afazeres, que eram muitos.

Mas, no ano de 1890, quando o Código Penal foi promulgado, ao contemplar este fato, a Federação Espírita Brasileira teve naquele momento uma iniciativa de fazer uma carta aberta junto ao Ministro da Justiça para que explicasse o que era o espiritismo. Era uma ciência nova que tinha ao mesmo tempo uma característica importante, porque ela era uma doutrina filosófica e também uma ciência de experimentação, dizendo-lhes que, como ciência prática, ela vinha mostrar a comunicação que existe entre ambos os planos da vida: o plano material e espiritual; mas, como doutrina filosófica, vinha também mostrar todas as consequências morais decorrentes das relações que existem entre os espíritos, sejam eles encarnados ou desencarnados.



Em síntese, é uma ciência nova que vem falar da natureza do espírito, da sua origem, da sua destinação: o que nós estamos fazendo aqui? Para onde vamos? Responde a questões milenares para as quais a humanidade buscava respostas. O código não foi mudado, mas foi autorizado aos espíritas professarem a doutrina espírita, sem nenhuma perseguição ou alternativa que não fosse a liberdade de professar a doutrina espírita.

Nós vamos verificar que, no ano de 1895, o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes é convidado, pela segunda vez, para assumir a presidência da Federação Espírita Brasileira. Assim o fez e conseguiu, num momento muito crítico, porque lhe deram todos os poderes para que ele pudesse exercer a presidência da instituição num momento muito crítico, de fragilidade em todos os aspectos. A partir de então, com sua personalidade agregadora, buscando justamente cumprir aquela convocação que o codificador havia feito no ano de 1889, ele consegue reerguer a Federação Espírita Brasileira, que já tinha uma liderança, no movimento espírita, em torno dela já se aderiam, já se agregavam, muitas instituições espíritas em todo o País.

Assim, ele veio a desencarnar no ano de 1900, deixando a Federação Espírita Brasileira e o movimento espírita numa situação muito tranquila, de fraternidade, de compreensão, de entendimento, em que a união e a fraternidade eram buscadas, porque esse era o seu objetivo.

Mas gostaria, para ir finalizando a minha fala e para que outros também tenham a oportunidade de falar de outros aspectos da sua vida, de dizer algo que, certamente, os outros não diriam, porque isso cabe a mim, como Presidente da Federação Espírita Brasileira. Somos espíritos imortais.

O trabalho do Dr. Bezerra de Menezes, após a sua desencarnação, iniciou-se nos dias seguintes porque, no momento seguinte, ele teve a oportunidade de comunicar-se, em reuniões mediúnicas, dando continuidade àquele trabalho que, até os dias de hoje, vem fazendo de forma contínua, de forma amorosa, como ele diz, paternal, convidando não só os espíritas, mas toda a humanidade para um sentimento que ainda não desenvolvemos, que é o sentimento de fraternidade. É um sentimento que, no momento em que a humanidade desenvolver, certamente a união se fará como consequência. Como ele bem diz, não haverá unificação sem união, e não haverá união sem fraternidade. E é isso o que ele vem fazendo ao longo de todo esse período, principalmente desencarnado, nas oportunidades que tem hoje de forma ostensiva, pela mediunidade já consagrada e conhecida de Divaldo Franco, que, nas suas falas, de forma tão singular, tão singela, faz uma transição tão suave que nós observamos a fala do Dr. Bezerra de Menezes, através da psicofonia, porque suas falas fazem uma transfiguração no médium, dando-nos a oportunidade de ouvi-lo, dessa forma, de maneira paternal, amorosa, convidando todos à construção de um mundo melhor, de um mundo de paz, já que a Terra é de paz.

A humanidade conhece esta frase, em que se glorifica a Deus: Glória a Deus nas alturas, paz na Terra, boa vontade entre os homens. Para que haja paz é necessário a benevolência e ainda não construímos a paz, porque a boa vontade entre nós ainda não se configurou.

Que nós possamos ouvi-lo sempre, nos estimulando a esperança, a fortaleza para que o bem predomine, a paz predomine com a boa vontade entre os homens da Terra. Que Deus possa abençoá-lo nesse trabalho que vem executando no plano espiritual, não só no Brasil, mas, fora do Brasil, a sua presença também se faz através de...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – ... percepções mediúnicas daqueles que têm esta sensibilidade para observar a sua presença.



Agradeço a oportunidade que o Senador Girão nos dá de termos, nesta tribuna, a oportunidade de estarmos falando sobre esse grande brasileiro, sobre esse grande homem, que veio trazer à humanidade, pela sua missão, pelo seu trabalho, um exemplo a ser seguido não só pelos médicos, porque ele assim o foi, não só pelos espíritas, porque também o foi, não só pelos católicos, como também o foi, não só pelos políticos, como também o foi.

Foi um homem que teve atividades multidisciplinares, mas em todas elas desenvolveu a cidadania com honradez, tanto que nos dias de hoje nós comemoramos, 188 anos após o seu nascimento, uma efeméride como esta, na Casa do Povo, ou seja, no nosso Congresso, aqui, onde a representatividade do povo brasileiro se faz, e uma casa que no Rio de Janeiro ele frequentou também e conhece muito bem.

Que ele possa nela continuar inspirando os homens públicos, inspirando os Srs. Senadores, inspirando os Deputados e todos aqueles que buscam fazer com que este País cumpra o seu papel no concerto das Nações, um País de um povo bom, fraterno, que tem um papel na humanidade, que aos poucos o povo brasileiro vai construindo – coração do mundo e Pátria do Evangelho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito difícil falar sobre Dr. Bezerra de Menezes, Godinho, sem se emocionar, não é?

Então, muitíssimo obrigado por mais uma vez estar aqui conosco nesse momento de fé, de fraternidade, de luz.

Existem pessoas que têm a bênção também de aniversariar nesse dia, e algumas delas estão aqui, dia 29 de agosto. A Claudia, que nos ajudou, com muita dedicação, a organizar esse evento, a Claudia Nery – sua parente, ouviu? Ela, a Claudinha, a nossa Chefe de Gabinete aqui, aniversaria hoje. Também a Greicy de Oliveira, que trabalha no Gabinete do Senador Flávio Arns, aniversaria hoje. E a Fernanda Negreiros, que está aqui presente, a Vice-Presidente do Centro Espírita Chico Xavier, também aniversaria hoje.

Coincidência não existe, não é?

Quero mandar um abraço para Telma Bezerra lá de Fortaleza que está assistindo agora também a essa sessão.

Vou chamar à tribuna agora para fazer seu pronunciamento esse sensível Senador, médico, que deu um depoimento muito bonito aqui, que eu não sabia, na sessão do Allan Kardec, sobre Chico Xavier.

A família dele teve uma passagem muito marcante naquela psicografia... Foi seu pai, não é? Foi advogado naquela psicografia de Chico, que foi utilizada inclusive em tese de defesa, que resultou na inocência, na absolvição lá em Mato Grosso do Sul, que é a sua terra natal.

Senador Nelsinho Trad, por favor.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos ao Senado da República. E, com muito prazer, gostaria de cumprimentar os meus colegas. Senador Eduardo Girão, que é o Presidente requerente desta sessão de homenagem; Senador Confúcio Moura, meu colega médico, pessoa muito respeitada, um grande Senador, tem um conceito muito grande nesta Casa; os demais Senadores que aqui passaram e fizeram-se presentes, Senador Styvenson Valentim, Senador Alessandro Vieira. Olha o Styvenson lá!

E cumprimento o Deputado Federal Rafael Motta; o Presidente da Federação Espírita, Jorge Godinho; orador espírita e Juiz de Direito, Dr. José Carlos de Lucca; nosso querido ator e espírita,



Sr. Carlos Vereza; o escritor espírita, Alexandre Caldini; biógrafo do livro Bezerra de Menezes, Sr. Luciano Klein Filho, e todas as senhoras e os senhores.

Eu me chamo Nelson Trad Filho, sou médico na especialidade de cirurgia geral e urologia e tenho muito orgulho da profissão que escolhi, como um dom que sempre tive na minha vida. Para a minha surpresa, eu sabia, mas aqui me foi lembrado esse fato, Adolfo Bezerra de Menezes também foi médico, jornalista, escritor, militar e político e tornou-se um dos grandes nomes da chamada Doutrina Espírita.

Nasceu na antiga Riacho do Sangue, no Ceará, hoje Jaguarétama – tem até um projeto de lei aqui para denominar Jaguarétama a capital nacional do Espiritismo – e desencarnou no dia 11 de abril de 1900, no Rio de Janeiro. No ano de 1886, caro Senador Confúcio, proclamou-se espírita e trabalhou intensamente em prol da união e da liberdade dos estudiosos da doutrina. Imagina, naquela época, como deve ter sido laboriosa essa sua missão.

Por sua incansável atividade em benefício dos mais necessitados, ficou conhecido como o médico dos pobres, tendo sido por duas vezes presidente da Federação Espírita Brasileira. Tinha uma frase muito famosa, que eu vou partilhar com todos vocês aqui: "A vida, sob qualquer aspecto considerado, é dádiva de Deus que ninguém pode perturbar. Todos os seres sencientes desenvolvem um programa na escala da evolução demandando a plenitude e a perfeição que lhes é meta final de aperfeiçoamento".

Dr. Bezerra de Menezes atendia gratuitamente aqueles que não podiam pagar pelo seu atendimento. Sua fama se espalhou, e o consultório do centro da cidade começou a ficar movimentado também com clientes que se dignavam a lhe fazer algum pagamento. Esse dinheiro, que ele recebia no consultório, era gasto com os pobres que não tinham condição de comprar remédios, roupas ou simplesmente para o auxílio em dinheiro. Médico tem muito disso, não é, Confúcio? Aquele que realmente faz por amor e com dom na arte de salvar e de curar.

Eu queria até dar um testemunho aqui, sem nenhuma falsa modéstia. Eu me formei em 85, fiz minha residência médica durante quatro anos, e nunca, na minha vida profissional, me neguei a atender alguém. Aquele que podia pagar e aquele que não podia eram atendidos da mesma forma, com o mesmo carinho, com a mesma atenção. Dava-me muito mais prazer aliviar o sofrimento de uma pessoa e vê-la curada, com um sorriso, me dando um abraço, do que qualquer outra intenção material.

Bezerra de Menezes tinha também a função de médico no mais elevado conceito. Por isso, dizia ele, e é bem isso: "Um médico não tem o direito de terminar uma refeição, nem de perguntar se é longe ou se é perto, principalmente quando um aflito qualquer lhe bate à porta".

Eu costumo dizer que ninguém vai ao médico com a intenção de vê-lo, de lhe fazer uma visita; vai porque está precisando, está sofrendo e está necessitando de um auxílio.

Aquele que não acode por estar com visita, por ter trabalhado muito e achar-se fatigado, por ser alta hora da noite ou devido a um caminho tortuoso ou a um tempo longo e quando, sobretudo, não tem como ser paga consulta e a receita, não é um médico, mas um negociante de medicina, que trabalha para recolher capital e juros dos gastos com seu curso.

Esse anjo da caridade que faz exatamente o contrário deve ser cada vez mais evoluído no sentido de transmitir a sua energia àqueles que o procuram.

Assim, com essa bela doutrina que nos faz crer que a medicina é realmente um dom que tem muito a ver com a evolução espiritual daquele que a pratica, tem que também ser ressaltada nesta tarde em função dos grandes exemplos e do legado deixado por Bezerra de Menezes.



Por fim, gostaria de, mais uma vez, parabenizar o nobre colega, Senador Eduardo Girão, por nos dar essa oportunidade de participar junto com ilustres personalidades, que, com certeza, vão nos fazer sair muito melhor do que entramos aqui neste recinto.

Parabéns, Girão.

Viva Dr. Adolfo Bezerra de Menezes! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Nelsinho Trad. Obrigado mais uma vez.

Eu imediatamente já vou aqui passar a palavra para o biógrafo do Dr. Bezerra de Menezes, um pesquisador, historiador, hoje Presidente da Federação Espírita do Estado do Ceará, da minha terra natal, meu querido Luciano Klein. (*Palmas.*)

Por favor, Lucianinho, pode escolher a tribuna.

Enquanto o Lucianinho está se dirigindo à tribuna... Só estão usando esta tribuna por quê? Tem aquele outro lado, lá. Ah, está imprensado aí. Está certo.

Mas é só para dizer o seguinte: o Nelsinho aqui me contou algo em um momento tenso deste Plenário, em que eu tive a oportunidade de estar com ele aqui, e a gente aprende todo dia uns com os outros. Estávamos votando sobre a questão de armas de fogo, um debate acalorado aqui, e o Nelsinho me contou uma passagem, que é muito interessante, de como o bem volta. Tudo que você faz de bem volta. O que você planta, você vai colher. Aconteceu uma situação um pouco traumática com ele e a família dele, um assalto na casa dele. Ele foi rendido, a família e tudo, e, em um momento muito delicado, em que a vida dele estava correndo risco, o assaltante reconheceu que o Nelsinho tinha atendido de forma amorosa, de forma caridosa, tinha ajudado a avó dele. Naquele momento, poupou a vida dele perante seus familiares, não é isso? É muito marcante. É impressionante. O bem que você faz fica para a eternidade. Graças a Deus ele está aqui conosco.

Lucianinho, por favor, faça uso da palavra. Obrigado.

O SR. LUCIANO KLEIN FILHO (Para discursar.) – Exmos. Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes ou representadas, ilustres integrantes da Mesa, em especial o Presidente desta sessão solene, meu querido amigo e irmão, Luis Eduardo Girão, nosso cordial boa-tarde a todos e os nossos votos de muita paz.

De vez em quando, nascem na Terra grandes expoentes da espiritualidade humana, almas, poderíamos dizer, privilegiadas, se não soubéssemos, contudo, pela doutrina que professamos, que não existem privilégios, nem prerrogativas na obra da criação divina. São tão somente irmãos nossos, mas psiquismos mais maduros, mais burilados, mais refinados, que, mediante seus próprios esforços individuais no curso de múltiplas existências – como assim cremos –, galgaram degraus mais elevados na escala de ascensão das almas. E, por amor, tão simplesmente por amor a nós outros, que nos encontramos mais atrás nessa árdua, porém necessária caminhada de ascensão espiritual, volvem de quando em vez à nossa dimensão, recebendo o comando divino para virem ter conosco e, através não tão somente de suas palavras, mas, sobretudo, pelos seus exemplos de vida, nos ensinarem o abecedário do amor.

O nosso ilustre conterrâneo Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti é homenageado nesta sessão histórica especial – idealizada pela inspiração desse homem de bem, amigo, por quem tenho o ensejo e a oportunidade de privar com sua amizade há praticamente duas décadas –, algo que certamente vai marcar as nossas vidas.



Falar de Bezerra de Menezes é algo que nos emociona profundamente. Na condição de pesquisador de sua trajetória existencial há quase três décadas, debruçando-nos sobre documentos antigos nos escaninhos das nossas bibliotecas, temos a oportunidade de, sobretudo, através de velhos jornais, constatarmos a grandeza desse homem, muito, mas muito maior do que o mito talvez que alguns idealizaram. Porque, entendendo o médico, político, jornalista, vanguardista em várias ações na área da ciência, como aqui lembrado pelos expositores anteriores, quando nós nos debruçamos sobre esses documentos, nós constatamos que ele era, na verdade, muito mais do que as biografias escritas até hoje já disseram. Um homem que viveu no Brasil oitocentista e teve o ensejo de seguir a carreira política na vereança na então Corte Imperial do Rio de Janeiro, na deputação geral, que equivaleria hoje à função de Deputado Federal, como também, por seguidas vezes – e poucos sabem disso –, até quase a sua desencarnação em 1900, já após o advento da República, de pelear para tentar uma vaga no Senado do Império e depois no Senado Federal, que surge a partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Entretanto, mesmo sendo no Império o candidato à senatoria mais votado nas listas tríplexes então existentes – a primeira Constituição vigente, outorgada, de 1824, estabelecia o Senado vitalício, e, portanto, à medida que os Senadores iam falecendo, novas eleições eram convocadas –, ele sempre concorreu, quase que anualmente, mas, em razão das divergências políticas contra as autoridades que assessoravam o Imperador Dom Pedro II, ele sempre foi preterido, mesmo tendo uma votação maciça da população carioca e fluminense.

O Dr. Bezerra de Menezes, portanto, se nos apresenta como alguém que, diferentemente de muitos de nós, pregava o que vivia e vivia o que pregava cotidianamente. Isso nós constatamos *in loco*, nos jornais, vendo-o, portanto, como homem do século XIX. Avulta o seu nome nas várias áreas em que atuou, aqui já citado, como empreendedor, como homem que esteve à frente, poucos sabem, de algumas instituições financeiras, mas sempre tendo a preocupação precípua de atender alguém que padecia de algum mal, de alguma dificuldade, nos momentos de sua trajetória de vida.

O Dr. Bezerra de Menezes foi, como disse na introdução deste encontro o nosso Eduardo Girão, um homem que, muito à frente do seu tempo, seguindo os passos de José Bonifácio de Andrada e Silva – que de fato foi o pioneiro nesse mister. Teve a preocupação em defender a causa da ecologia, já se preocupando, além das indústrias que se montavam no Rio de Janeiro – naquela fase de industrialização do nosso País, sobretudo após a ação pioneira de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá –, ele que deu um contributo notável, assessorando nessa atividade, sobretudo em relação às ferrovias, mas também em relação às indústrias que surgiam e se preocupando também com o desmatamento da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Além das atividades espíritas que marcaram a sua vida, que são sobejamente conhecidas de todos nós e já foram aqui brilhantemente expostas pelo nosso querido Presidente da Federação Espírita Brasileira, não podíamos deixar de destacar o seu grande contributo à difusão do espiritismo, pouco lembrado, porque, além de sua feição de pacificador, de unificador – e ele tentou, tentou o quanto pôde, e quase desistiu; por vezes talvez tenha pensado na expressão dita por Bittencourt Sampaio, que era, como todos nós, humano e ciente de que o movimento espírita era, e é, conduzido por seres humanos falíveis, como todos nós, chegou a dizer em seu tempo: "A união vale para todos, menos para os espíritas". É algo que nos enseja sempre uma reflexão muito oportuna. À frente da Federação Espírita Brasileira, ele nos legou um contributo extraordinário, de cujos frutos ainda hoje, de alguma forma, nós podemos usufruir.



Mas o seu grande legado junto ao movimento espírita brasileiro, que fez com que ele merecesse com justiça o título de O Kardec Brasileiro, foi o seu projeto único, incrível, de pelejar, de 1887 até o seu regresso triunfal ao mundo espiritual, no dia 11 de abril de 1900, com o projeto Estudos Filosóficos, quando, valendo-se da mídia de então, a imprensa, escreveu, como jornalista talentoso, utilizando o pseudônimo de Max, nas principais folhas que circulavam no Rio de Janeiro e no Brasil – o jornal *O País*, o jornal *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* e o jornal *Gazeta da Tarde* –, numa linguagem simples, direta, objetiva, portanto, dirigida ao povo, veiculava, através dessas folhas, os postulados da doutrina que abraçara e pela qual se apaixonara desde a sua declaração definitiva, no dia 16 de agosto de 1886, de adesão ao espiritismo.

E por fim, para finalizar essa nossa afetiva exposição, não poderíamos deixar de mencionar uma faceta entre tantas outras do Dr. Bezerra de Menezes que nos comove, a de pai, de homem de família, casado por duas vezes, com Maria Cândida de Lacerda Prego, a primeira esposa, que desencarnaria prematuramente, aos 19 anos, em março de 1863, deixando-o com dois filhos pequenos, Antônio e Adolfo – Adolfo na verdade era o mais velho, Antônio era o segundo filho –, o que fez com que ele repensasse a sua vida e sofresse dolorosamente, a ponto de praticamente passar por um momento de melancolia, o que hoje talvez poderíamos diagnosticar, embora não sejamos da área, mas os sintomas sinalizam nesse sentido, por um quadro depressivo, mas que com sua resiliência ele supera, continua a trabalhar em prol dos seus ideais. Consorcia-se novamente, em 1865, com Cândida Augusta Bezerra de Menezes, que lhe daria mais 12 filhos, uma prole considerável de 14 filhos, honrando a tradição do meu Ceará e do nosso Nordeste, como todo bom nordestino de seu tempo.

Mas, pasmem, meus irmãos: desses 14 filhos que Deus lhe concedeu, no momento em que ele regressaria ao mundo espiritual, conforme constatamos no Arquivo Público do Rio de Janeiro, diante dos documentos a que tivemos acesso, especialmente o seu inventário, desses 14 filhos, 8 partiram antes dele, só restavam 6. Portanto, ele viu partir 8 filhos antes dele. E não eram filhos pequeninhos. Alguns nasciam e desencarnavam pouco tempo após, em razão das limitações da medicina de seu tempo. Imaginem sua dor, médico, impotente diante das enfermidades de um Brasil oitocentista, relegado ao abandono, ao esquecimento, sobretudo com as várias epidemias existentes, notadamente a febre tifoide, as crises de malária, de varíola, que assolaram a nossa gente. E o fato é que, mesmo assim, ele tudo suportou sem queixa, mesmo com a desencarnação de filhos de 21, 22, 23 anos de idade.

Em 1887, só para ilustrar, por exemplo, no dia 2 de abril daquele ano, desencarnaria o seu segundo filho do primeiro casamento, um jovem chamado Antônio Bezerra de Menezes, que, aliás, também cursava a faculdade de medicina, certamente inspirado na ação missionária de seu pai nessa área. E Antônio desencarnaria prematuramente, aos 25 anos. Aliás, será sobre esse filho que o Dr. Bezerra, mais tarde, irá se debruçar para escrever aquela obra que era, usando uma expressão do nosso Nordeste, o seu xodó, o seu bem-querer. A obra *Loucura sob Novo Prisma* foi publicada, entretanto, somente 20 anos após o seu falecimento, no ano de 1920, graças à dedicação extremosa de seus filhos queridos, que doaram os manuscritos dessa obra à Federação Espírita Brasileira.

O fato é que Antônio desencarna no dia 2 de abril. Dia, aliás, do nascimento de Chico Xavier, de 1887. E, nesse mesmo ano, com uma diferença de praticamente três meses, uma linda filha chamada Maria, do segundo casamento, aos 22 anos. Ele com febre tifoide; ela com tuberculose. Imaginem a dor de um pai! E o Dr. Bezerra era aquele pai tátil, aquele pai afetuoso,



aquele pai carinhoso, ao contrário talvez do que rezava a tradição oitocentista, em que o pai tinha que manter uma certa distância dos filhos. Mas ele falava fininho com os filhos, roçava a sua barba espessa no pescoço deles, externando ali o seu carinho. E o curioso é que punha, em todos eles, apelidos afetuosos, mais tarde homenageados em alguns dos seus romances.

Esse é o Dr. Bezerra mais humano, mais perto de nós. Esse homem que passamos a admirar, esse homem que passamos a amar e que pode e deve ser lembrado como um homem além de seu tempo, que poderia perfeitamente estar nesse panteão, nessa galeria dos grandes humanistas, dos grandes pacificadores desse período contemporâneo da história da humanidade terrestre. Alguém que está ao lado de Madre Teresa de Calcutá, de Irmã Dulce, de Allan Kardec, de Chico Xavier, de Mohandas Karamchand Gandhi, de Martin Luther King Jr., que tem uma frase admirável, muito sugestiva a todos nós neste momento em que o ranço da antifraternidade ainda nos faz pessoas insensíveis e frias nas nossas relações: ou nós aprendemos a viver juntos como irmãos ou pereceremos juntos como loucos. O Dr. Bezerra faz parte desse panteão, como outros que ainda se encontram entre nós: o Dalai-lama e o nosso sempre lembrado, admirado e muito querido – homenageado com justiça através de um filme que estreará em breve – Divaldo Pereira Franco.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO KLEIN FILHO – O nosso reconhecimento a você, Eduardo, pela oportunidade que nos concede de darmos o nosso testemunho acerca da vida desse homem que passamos a admirar. E algo até um tanto estranho, suspeito, para um biógrafo, mas não tem como não haver esse envolvimento afetivo.

E a ele, o homenageado deste dia, em face da celebração dos 188 anos do seu nascimento, em 29 de agosto de 1831, no nosso Ceará, as nossas mais doces e ternas vibrações de carinho, de reconhecimento e de gratidão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Lucianinho, muitíssimo obrigado mesmo, querido. Ele foi fundamental, o Luciano, para que a gente pudesse realizar, Patrícia, aquele filme por que você também foi tocada. Então, você estava como diretora da Fox do Brasil, da Fox Filmes, e o filme conseguiu ser surpreendente, emocionar muitas pessoas e abriu essa fresta para o cinema espírita no Brasil. Depois veio o Chico Xavier, depois veio o Nosso Lar. Foi através do filme do Dr. Bezerra de Menezes, e tinha que ser com ele o primeiro, porque ele foi o pioneiro.

Então, agradeço ao Ricardo Rihan, fundamental naquele filme do Bezerra, ajudou muito na produção; Alexandre Caldini, que foi na Fox fazer uma palestra para explicar para a equipe quem foi Dr. Bezerra de Menezes, e toda essa sinergia culminou com um filme que entrou para a história do cinema brasileiro. Fernando Lobo, que está ali também, quero registrar a importância do seu trabalho, Fernando, na Estação Luz Filmes; o Sidney, que eu já mencionei aqui, que fez pré-estreia no Brasil inteiro e conseguiu levar esse filme para muitas pessoas. Inclusive, quem puder assistir ao filme, já saiu do Netflix, está no YouTube. Está no YouTube, de graça, a história do Dr. Bezerra de Menezes, interpretado por esse homem que daqui a pouco vai usar a palavra aqui, esse grande ator, cidadão de bem, Carlos Vereza. Daqui a pouco, a gente vai poder ouvir o Carlos Vereza.

Eu queria registrar a presença da minha esposa amada, querida, Márcia Thé, que está aqui. Muito obrigado, Márcia.

Queria registrar a presença da Daniela Migliari, que é escritora. Esse livro aqui, dos bastidores do filme do Divaldo Pereira Franco, eu já estou com curiosidade aqui para lê-lo, recebi



agora. Parabéns pelo seu trabalho obstinado. A sua mãe, Elce Guimarães, que está aqui e também é escritora. Muito obrigado pela sua presença.

Um telespectador que está em Fortaleza agora, Sr. Ritomar, é espírita, está acompanhando a sessão, admira muito o Dr. Bezerra de Menezes, tem 81 anos. Muito obrigado, Sr. Ritomar.

Nazareno Feitosa, outro palestrante espírita aqui presente conosco.

Agradeço ao Francisco do nosso Gabinete, à Talita.

Agradeço também à Dona Maria, que estava aqui conosco nesse instante.

O Senador, que estava sentado aqui há pouco tempo, saiu, daqui a pouco volta, o nosso querido Vanderlan, Senador de Goiás, veio aqui prestigiar também essa sessão.

E agora nós vamos ouvir o Deputado Federal Rafael Motta, outro grande irmão, jovem, do Rio Grande do Norte, que foi o pioneiro aqui, neste ano, nesta Legislatura, em sessão em homenagem à doutrina da razão, à doutrina espírita.

Muito obrigado, querido.

O SR. RAFAEL MOTTA (Para discursar.) – Obrigado, Senador.

Amigos não se fazem, se reconhecem, e com V. Exa. eu tenho esse sentimento, essa sensação de que as nossas vibrações são muito parecidas. E pode ter certeza, Senador, de que a forma como você sempre me recebe, o carinho que você tem comigo, eu diria que quase paternal, é transmitido através desse afeto que eu tenho por V. Exa., por você, me permita.

O povo do Ceará tem muito orgulho do seu trabalho. Eu tenho acompanhado, sou um bom crítico, mas certamente a sua condução como Senador tem orgulhado muito o povo do Ceará, os meus irmãos do Ceará.

Eu queria fazer uma saudação especial ao Senador Confúcio, que esteve aqui conosco; ao Nelsinho. Queria também fazer uma saudação especial ao Presidente da FEB, Jorge Godinho. Tive o prazer de conhecê-lo lá na FEB. Sou frequentador daquele espaço que nos transmite muita paz. No momento, às vezes, de confusão aqui na Câmara, eu dou uma fugidinha ali entre uma votação e outra, dou um pulinho na FEB. A gente volta um pouco mais alimentado aí de paciência, que é importante neste ambiente em que a gente vive, mas de muita sabedoria.

Queria saudar também o Sr. José Carlos De Lucca, o Lucianinho, me permita chamá-lo de Lucianinho. Parabéns pelo conhecimento que tem dessa figura ilustre que tanto abençoa a nós brasileiros e temos orgulho. Eu, como político, como Parlamentar jovem, nordestino também, tenho orgulho de personalidades como Adolfo Bezerra de Menezes, que auxiliou o nosso País através da política também.

Queria saudar também o ator Carlos Vereza. Já fui noveleiro, viu, Carlos: vi Rei do Gado, Cara a Cara. Muito seu fã. Prazer dividir esta Mesa com o senhor.

Queria também saudar o Alexandre Caldini e dizer que, mais uma vez, eu me sinto muito honrado em vir aqui a esta Casa, ainda mais numa sessão tão especial, que trata de uma personalidade que tanto inspira a nós brasileiros. Eu queria cumprimentar todas vocês aqui da nossa audiência, em nome da esposa do nosso Senador, que aqui se encontra. Uma salva de palmas. O que seria de um homem se não tivesse uma mulher à sua altura ladeando a nós homens, né? (*Palmas.*)

É uma enorme satisfação, Sr. Presidente, ocupar esta tribuna para falar de Bezerra de Menezes, do progressista Bezerra de Menezes. Adolfo Bezerra de Menezes foi médico, militar, escritor, jornalista, político e filantropo. Cearense, passou parte da sua infância na antiga Vila de Maioridade, no alto da Serra de Martins, no meu querido Estado do Rio Grande do Norte.



Inclusive, Senador Girão, acho que a gente vai ter alguns problemas, viu? Porque esse seu PL que trata Jaguaretama como a Capital Nacional do Espiritismo, pode haver algum tipo de emenda lá na Câmara dos Deputados, porque existem registros da época em que Adolfo Bezerra de Menezes esteve na Serra do Martins e dizem pessoas daquela região, o Senador Styvenson pode ser testemunha disso, que, quando ele abria a janela e via aquela bela serra, ele dizia: olhe, eu nasci em Jaguaretama, mas o meu sonho e a minha vontade era ter nascido em Martins, no Estado do Rio Grande do Norte. Então, quem sabe na próxima encarnação ele seja realmente um potiguar.

Bezerra de Menezes foi defensor do abolicionismo. Defendeu não só a liberdade dos escravos, mas também a sua inserção na sociedade por meio da educação. Vejam que atual, se trocarmos a escravidão pela escravidão das ideologias conservadoras e, muitas vezes, o pensamento individualista que vivemos no nosso País.

Durante o Império, foi eleito Vereador na Câmara Municipal do Município Neutro que existia no território correspondente ao Município do Rio de Janeiro atualmente. Também foi eleito Deputado Provincial e Deputado Geral pelo Estado do Rio de Janeiro.

Pioneiro, ainda nos anos de 1860, buscou regulamentar o trabalho doméstico, conferindo direitos trabalhistas como o aviso prévio, e também combateu a poluição em tempos em que poucos tratavam do assunto. Um pensamento muito atual, um pensamento progressista, apesar do pensamento atrasado da época, conservador.

Conhecido como médico dos pobres, via a Medicina como sacerdócio. Não negou atendimento aos enfermos sem recursos. Assim como o Senador Nelsinho Trad, levou sua palavra. Atendeu o próximo sem saber o que aquele próximo tem a lhe oferecer. Uma frase famosa de sua autoria diz que o médico verdadeiro não tem o direito de acabar a refeição, de escolher a hora, de inquirir se é longe ou perto, de não atender por estar com visita, por ter trabalhado muito e achar-se fatigado, por ser alta noite, mau caminho ou tempo, ficar longe ou no morro. Dedicou sua vida à caridade e ao amor ao próximo, como prega a doutrina espírita. Viveu seguindo os exemplos de Cristo, e seu legado nos inspira.

Nunca devemos limitar as homenagens que prestamos aos homens e às mulheres, às pessoas que eles foram, mas, sim, manifestar publicamente o nosso respeito pelo legado que deixaram. Não se trata de uma questão religiosa ou de fé; trata-se de fazer o bem e reconhecer essa prática como norteadora de toda e qualquer ação do homem.

O entendimento entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal deve existir sempre que o tema interessar não aos seus membros, mas a quem está lá fora. Estamos diante de um desses casos.

Senador Girão, mais uma vez, eu queria agradecer pelo convite e dizer que o espiritismo em minha vida me auxiliou em muitos momentos de dificuldade. Eu não costumo muito expor minha vida particular, mas, nos momentos de escuridão, era onde eu via a claridade. Nos momentos de frio, era onde eu tinha a minha alma aquecida. E até hoje, nos momentos de dificuldade, de inquietude da minha jovialidade, apesar de ter 33 anos e já estar no segundo mandato de Deputado, mas com todas as dificuldades que nós temos, inquietudes e dúvidas, é através do espiritismo que eu encontro o caminho da claridade. É através do espiritismo que eu sempre procuro pensar naquelas pessoas que apostaram e depositaram sua confiança em um Parlamentar. É através do espiritismo que eu busco fazer o bem ao próximo que se inspira na gente, que busca na política realmente uma melhoria de vida. É para isso que a política existe, para auxiliar aquelas pessoas que não têm suas vozes ouvidas, que não têm seus direitos preservados, e eu, como



Parlamentar, jurei defender essas vozes que não são ouvidas pelo Parlamento brasileiro e assim continuarei fazendo, como você faz aqui, Senador Girão, e dizer a todos vocês que estaremos sempre à disposição, seja no tratamento legal, através de legislações, através do reconhecimento da doutrina espírita, mas especialmente através do tratamento humano.

Então, Senador Girão, mais uma vez, obrigado pela oportunidade. Agradeço a todos vocês por dividirem este tempo e esta era.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Rafael Motta. Muito honrado com a sua presença. Ele, como bem colocou, é da terra onde Dr. Bezerra de Menezes, em Martins – não é, Lucianinho? –, ensinou latim quando o professor faltava lá. Inclusive está no filme. O Dr. Bezerra de Menezes, com 13 anos, ensinava latim lá em Martins. Eu estive em Martins. Nós passamos – não é, amor? – uma passagem de ano lá em Martins, acho que uns dois anos atrás. Foi muito marcante. É uma terra abençoada. Faz frio, acreditem, faz frio lá no Rio Grande do Norte! Trinta e três anos não é uma data qualquer. Trinta e três é a idade de Cristo. Para mim, tem um significado especial. Que Deus continue abençoando a sua vida e que você consiga continuar fazendo um grande trabalho.

Candice, que é a esposa do Senador Styvenson, está aqui, estava aqui nas outras sessões também. Muito obrigado pela sua presença. Muito honrado, Candice.

Vamos agora imediatamente passar a palavra aqui, neste momento, para o nosso querido irmão, Alexandre Caldini, que é palestrante, fala fácil sobre o espiritismo. Não sei se ele vai contar para a gente, ele tem uns causos muito interessantes, algumas situações do dia a dia das pessoas, e ele consegue traduzir a doutrina espírita com muita simplicidade e força.

Eu quero agradecer à Secretaria de Turismo do GDF, que está trazendo aqui agora alguns convidados que estão conhecendo o Plenário aqui, nas galerias da Casa. Tudo de bom para vocês!

Registro a presença da Olga Freire, Presidente da Associação Peter Pan, que é referência no Brasil – é lá do Ceará – no tratamento do câncer infantil. Eu tenho certeza de que o Dr. Bezerra apoia o trabalho que é feito lá há décadas, que tem levado muita humanidade, muito amor para as crianças lá da Associação Peter Pan.

Meu amigo irmão Alexandre Caldini, fique à vontade para o seu pronunciamento.

Eu gostei que mudou agora, hein. Agora vai ser o seguinte. Tem que equilibrar. Ali é esquerda e aqui é direita.

O SR. ALEXANDRE CALDINI – Então eu vou para lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Então agora vai ser tudo aqui do lado direito, para equilibrar.

O SR. ALEXANDRE CALDINI (Para discursar.) – Exmos. Srs. Senadores, Senadoras aqui presentes, Deputado Rafael Motta, de cuja fala eu gostei muito – parabéns –, caros amigos espíritas e não espíritas presentes aqui hoje, é um prazer estar aqui. Como o Girão disse, nós todos acreditamos na imortalidade do espírito, não há pressa. Então, até meia-noite, meia-noite e quinze, eu sigo falando aqui. Não.

Eu queria agradecer ao Girão. Todo mundo já agradeceu. Eu conheço o Girão e a Márcia talvez há uns dez anos, doze anos, por época do filme, e tive a oportunidade de jantar na casa deles um dia.

E conto para vocês, se não estiveram lá, que coisa interessante: o Girão tem, tinha lá em Fortaleza – não sei se está aqui também –, na casa, quadros dos principais humanistas. Tem



Gandhi, tem Madre Teresa, tem Chico, tem Papa, tem o Dalai Lama, tem todo esse povo lá. Então, isso para mim mostra que beleza que é uma pessoa que preza as diversas vertentes da humanidade, do humanismo, da paz. Então, parabéns!

Se eu fosse definir Girão, eu definiria como uma pessoa extremamente aguerrida, convicta. Ele vai nas causas. E as causas dele são sempre muito nobres. A gente discorda até numa coisa ou outra, numa causa ou outra, no peso que se dá a uma causa ou outra, mas elas são todas muito nobres. E, neste momento, nesta Casa, neste País, quando se discute o armamento, complicadíssimo – e eu acho estranhíssimo se houver algum espírita que defende o armamento; basta ler Kardec para entender que isso não faz nenhum sentido –, e também outras pautas, como aborto, como o jogo, como a tortura, tantas coisas acontecendo, a própria preservação da natureza... Aqui foi falado: o Dr. Bezerra já falava disso há 120 anos. Então, são temas muito atuais, muito pujantes; fico muito feliz que nós tenhamos gente como o Senador Girão aqui atrás desses temas.

Bom, eu não vou falar de Bezerra. Curiosamente, é uma homenagem a Bezerra de Menezes, e eu não falarei de Bezerra de Menezes; porque todo mundo já falou, repetir as mesmas coisas acho que não faz sentido. Então, vou tentar passear por outros caminhos aqui, talvez abordar um pouquinho o que é espiritismo. Vários daqui conhecem o espiritismo muito bem – o Presidente da FEB está conosco –, mas estamos aqui na TV Senado também. E várias pessoas da TV seguramente têm uma vaga ideia do espiritismo, talvez não conheçam tanto. Eu queria falar algumas coisinhas para tentar esclarecer um pouquinho sobre isso.

Antes disso, pela manhã eu coloquei nas redes sociais, no Facebook, no Instagram – "instagram", para parecer mais americano, não é isso? – que eu estaria aqui para falar na homenagem ao Dr. Bezerra de Menezes. E choveu... Havia, até a hora que eu mostrei para o Girão, uns 11 mil *likes* lá dados. E pouquíssimos, alguns poucos criticando. Qual era a crítica de quem criticava? Falava: "Poxa, o Senado não tem mais o que fazer? Vão lá fazer homenagem agora? Vão trabalhar!". E eu fiquei pensando: puxa, será que tem razão? Não tem razão? Eu acho que não tem razão. Esta Casa trabalha pra caramba. Eu venho a Brasília com certa frequência, vinha mais ainda quando estava à frente de negócios, e vejo gente em Brasília trabalhando arduamente, 8h da noite, seja no Banco do Brasil, seja em outras instituições, no próprio Parlamento. Então, existe gente muito boa e existe gente muito ruim em todo canto; aqui também.

E acho que uma iniciativa como esta, Girão, é fundamental, porque esta é a Casa do povo: reconhecer uma pessoa de mérito, não por ele... E tenho certeza de que o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, sendo um espírito já um pouco mais evoluído do que a maioria de nós, seguramente muito mais evoluído do que eu, não está nem aí para uma homenagem. Ele ia falar: "Ah, bacana, legal, valeu, Girão, mas isso não importa". O que importa provavelmente para ele é o que nós estamos discutindo hoje aqui: o bem, seguir fazendo a tal da reforma íntima, cuidando de nós mesmos, tentando caminhar a passos bons, levando a humanidade para lugares melhores. Então, é um pouco isso que eu queria abordar hoje aqui.

Falando um pouquinho do espiritismo: quando o espiritismo surgiu? Bom, a conversa entre vivos e mortos, encarnados e desencarnados, espíritos que estão neste momento na carne ou fora da carne, isso existe desde sempre. As pitonisas na Grécia há 2.500 anos, 500 anos a.C., na época de Sócrates e Platão, já havia ali comunicação mediúnica. Os pajés aqui brasileiros, os incas, os maias, os astecas, aonde você for, sempre há comunicação, sempre há conversa entre os supostos



mortos e os supostos vivos. Então, o espiritismo não é pioneiro nisso. Aliás, ele é muito atrasado, chegou apenas há 160 anos mais ou menos.

Foi ali na França que Allan Kardec codificou – eu nunca entendi bem o que era essa história de codificar, que os espíritas falam: nada mais é do que organizar – esse conhecimento que já havia de uma forma palatável, para que a gente conseguisse entender e discutir um pouco isso.

E há o brilhante filme do Wagner de Assis, meu querido amigo, recém-lançado. Hoje estreia no Netflix para quantos países?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE CALDINI – Para 174 países, exceto China e mais dois ou três, que você me falou, não é?

Então, para quem não assistiu, eu recomendo muitíssimo que assista. Mostra Kardec inseguro em alguns momentos, o apoio da esposa dele, é um filme brilhante, muito interessante.

Bom, a partir daí, surge o tal do espiritismo, e eu queria comentar quatro pilares que eu acho que representam um pouquinho o que é o espiritismo para a gente. Dava para ser seis, oito, dezoito, um pilar só, não é? Mas escolhi quatro aqui, Girão.

Primeiro, a sobrevivência do espírito. Nós espíritas acreditamos que o espírito não acaba, não morre, continua, que a única coisa que fica é o que é material. Quem morre é a célula, o corpo físico. O espírito, não. "Ah, mas o que é o espírito, afinal de contas?" Somos nós. Espírito é você, espírito sou eu. Você que pensa que entende alguma coisa, isso é você, isso é o espírito que continua. "Ah, e como é que você sabe que continua?" Por conta da tal da mediunidade. Várias pessoas vêm e contam: "Olhe, assim, assim e assado..." – e falam coisas. E eu sempre tenho um pouco dessa dúvida: será que existe mesmo esse negócio de espiritualidade, espiritismo, espírito? E eu vejo depoimentos de gente não espírita, absolutamente insuspeita, absolutamente da minha maior confiança, que fala: "Olhe, eu estive numa reunião espírita, e o espírito do meu filho, do meu pai falou isso, isso, isso... Não era possível que não fosse, porque isso só ele e eu sabíamos". Então, eu acredito que, de fato, isso haja, isso exista, e está ali, a partir de Kardec, que diz.

Então, o primeiro pilar: sobrevivência do espírito. Isso já leva a uma série de considerações, não é? Se a gente vai continuar, é bom cuidar, para voltar melhor numa próxima volta, que seria o segundo item, o segundo pilar, que é a reencarnação. Quem sugeriu colocar reencarnação aqui foi o meu filho Pedro, ontem. Quando eu lia isso para ele, ele falou: "Pai, mas se você não falar da reencarnação, não é espiritismo. A base do espiritismo é a reencarnação". E aí é importante compreender que reencarnação não é punição divina. Vários de nós usamos a terminologia carma, aquela coisa pesada, vim aqui para sofrer, e eu não entendia isso quando eu comecei no espiritismo. "Esses espíritas são todos loucos, eles acham que sofrer é bom, que história é essa?"

E sofrer não é bom e não é necessário, e Deus não deseja que nós sofram. Os problemas existem para que nós pensemos a respeito: "Ah, está ruim, está difícil. Espera aí, espera aí... Ah, eu acho que vou por aqui. Não, não deu certo. Eu vou por ali. Opa, deu certo", para que nós achemos os caminhos, desenvolvamos o intelecto, nos desenvolvamos moralmente também. Só para isso existe a reencarnação. Então, o primeiro pilar é a sobrevivência do espírito. Segundo, a reencarnação, não como uma punição divina, mas como uma benção na verdade, uma oportunidade de conhecermos mais e mais, a todo momento, sobre tudo.

O terceiro pilar é a evolução, o progresso sem cessar do espírito. Mas todo mundo evolui? Sim, todo mundo evolui. Todos nós, que somos espíritos, criações divinas, temos a mesma oportunidade. E o mais picareta do mais picareta, o mais bandido do mais bandido, também esse



evolui? Sim, também esse evolui, só que não dá um pulo, não dá um salto. É lentamente, um pouquinho depois o outro.

Outro dia, o centro espírita que eu frequento em São Paulo, você conhece o Gerson, um dos fundadores, um senhor de oitenta e poucos anos, brilhante – Gerson Rodrigues e a Regina, esposa dele –, e o Gerson me falava que não há salto. Ele falava assim: "O traficante de droga, esse cara já evoluiu? Sim ou não?" Eu falava: "O traficante de drogas? Que difícil, não é, Vereza?" Ele falava: "Já evoluiu. Esse cara, em outra encarnação, era o traficante de humanos, traficava escravos". O que é melhor: traficar escravo ou traficar droga? Ah, nenhum dos dois é bom, mas, entre os dois, melhor é traficar droga. Então, vejam: não é um "saltaço", não é um bandidão que vira mocinho rapidinho. É aos pouquinhos, pelo esforço próprio, o nosso próprio esforço.

Então, primeiro, a sobrevivência do espírito; segundo, a reencarnação; terceiro, a evolução, o progredir sem cessar; e o quarto, que eu achei aqui, eu tentei pensar em dois termos que estão muito na moda hoje em dia, que eu acho que o espiritismo não usa esses termos, mas a significância é a mesma. O espiritismo tem 160 anos, esses termos devem ter 20 anos. Quais são eles? Empoderamento e meritocracia. Como assim, isso é espiritismo? Sem dúvida que é. Empoderamento em que sentido? O espiritismo eu acho que não é para todo mundo. Por que não é para todo mundo? Porque ele é "pauleira"! Se você vai a um centro espírita buscando milagre, queridão, queridona, não é aqui. Não vão ser resolvidos todos os seus problemas. Ninguém vai resolver o seu problema. "Ah, tira esse espírito encostado aqui em mim!" Não é assim que a coisa funciona.

O que o espiritismo faz pela gente? Ajuda-nos a compreender melhor as coisas; e, mais que tudo, compreender a nós mesmos de uma forma melhor. A partir dessa compreensão, "está aqui, é seu, se vira, eu te apoio, eu te explico, eu te ajudo, mas é você que resolve os seus problemas". E nem todos nós queremos isso porque dá trabalho. É mais fácil delegar para outro resolver o nosso problema, não é? Só que não funciona. Então, o tal do empoderamento está aí: você tem poder de resolver suas próprias coisas, e o espiritismo ajuda nessa compreensão. Mais uma vez: os problemas não acabam, o que muda é que nós aprendemos a encarar os problemas de uma forma diferente, agir de uma forma diferente e, por consequência, sofrer menos com os mesmos problemas.

E a história da meritocracia, onde é que vai? Vamos pegar um exemplo aqui. Duas pessoas, dois irmãos gêmeos univitelinos, iguaizinhos, um a cara do outro, são idênticos, são iguaizinhos. Sim ou não? Não são, são muito parecidos, mas parece que, para um, a vida sorri, tudo dá certo, tudo é bacana, tudo vai bem, é uma maravilha; e para o outro, a vida é um horror, tudo dá errado, só dá cabeçada, todo mundo meio que o sacaneia. Ele fala: "Mas como pode? Deus é injusto! Deu muita alegria, felicidade, tranquilidade para esse e nada para esse!" Não, é que não são o mesmo espírito; parecem um com o outro porque fisicamente parecem, mas são espíritos diferentes. Esse aqui já tem mais mérito ou, como foi dito aqui, já é um espírito mais antigo, já viveu mais, já aprendeu mais, já tirou de si os seus problemas, tirou a sua arrogância, a vaidade, o egoísmo, a maledicência. Tudo isso ele já retirou, então é só natural que ele encare melhor a vida e viva uma vida mais tranquila. Isso é mérito, progresso. O outro também chegará lá, só que talvez demore um pouquinho mais, vai depender da aceleração que ele der no seu próprio aprendizado.

Os quatro são: sobrevivência do espírito, reencarnação, evolução – progresso sem cessar – e o empoderamento, meritocracia.



Quando a gente fala dessa coisa de crescer, de meritocracia, eu canso de ouvir, no centro que frequento – vocês devem ouvir também –, você fala qualquer coisa e as pessoas falam assim: "Ah, mas não é fácil!" É fácil? Não é fácil. Estar encarnado na Terra não é fácil, aqui é duro, porque nós merecemos estar aqui. Ainda bem que estamos aqui, neste momento histórico, em um País como o Brasil, num perrengue danado. Que bom, estamos sendo mais forçados a resolver as questões! Vamos crescer provavelmente mais rapidamente, vamos desenvolver soluções mais rapidamente. Se não é fácil, eu sempre respondo: "Não, não é fácil, mas é possível". É isto: é possível, dá? Você tem que estar afim e tem que caminhar para tanto.

Falando um pouco mais do espiritismo. Fui pegar no censo do IBGE os dados que vocês conhecem – IBGE de 2010, que já está bem desatualizado – e que dizem o seguinte: o espiritismo é a terceira maior religião do País. É a religião de maior renda, em que as pessoas que frequentam, os espíritas têm a maior renda entre a população. É a religião das pessoas com maior número de anos de estudos – se não me engano, nove anos e meio ou coisa assim. Diz também que é a religião que mais pessoas têm nível superior – 31,5% dos espíritas têm nível superior de acordo com o censo de 2010; o próximo censo provavelmente vai, imagino, ser ainda melhor. Entre o penúltimo censo, 2000, para 2010, cresceu em 65% o número dos que se declararam espíritas, ou seja, mais ou menos 4 milhões de pessoas se autodeclararam espíritas – lembrando que muita gente tem vergonha de dizer que é espírita ainda hoje em dia, por incrível que pareça.

Eu acho, na verdade, que esse número é muito maior. E há uma série de especulações quanto a esse número. Eu acredito que talvez seja um quarto da população brasileira, talvez alguma coisa como 50 milhões de pessoas. Por quê? Porque todos vocês que nos assistem agora pela TV e que estão aqui hoje, seguramente, conhecem alguém – um tio, uma tia, um primo, um irmão – que fala assim: "Eu não sou espírita, eu gosto, eu simpatizo, de vez em quando até vou a um centro espírita". Já ouviram essa história ou não? São só 97,8% da população brasileira. Quando a coisa aperta, "opa, deixa eu tomar um passe", como se o passe resolvesse tudo. Passe não é Neosaldina, não é Cibalena, não é nada disso. O que resolve é mudar a si mesmo. O passe ajuda, mas não é a solução da lavoura.

Se você pensar, as pessoas que leem livros espíritas, romances espíritas, os que vão lá tomar um passe, os que estão atrás de psicografia, os que vão em busca de cura, tudo isso é gente que está orbitando em torno da filosofia espírita, mesmo não sendo espíritas confessos.

Falei aqui em filosofia espírita, e o Godinho, Presidente da FEB, falou um pouco de ciência, o espiritismo como ciência. Eu tenho uma grande discussão comigo mesmo, que é, afinal de contas, o que é o espiritismo? É religião? É ciência? É filosofia? O próprio Kardec abordou lá... No meu entendimento, ele deu uma escorregada ali para não ficar mal com ninguém e tal. Eu não acho, é a minha opinião, que o espiritismo seja uma religião. E eu não quero achar que o espiritismo seja uma religião, porque acho que daí fecha, trava. E os exemplos que a gente tem das religiões ao longo da história da humanidade são todos catastróficos: é poder, pressão, condução para onde eu quero. É muito complicado. Eu acho que o espiritismo está ainda passando batido nessa história toda, o que é muito bom.

Acho que a confusão talvez venha de Jesus. "Ah, vocês são cristãos? Ah, vocês estudam Jesus?" Sim, o espiritismo estuda Jesus, não como um Deus, não confunde Jesus com Deus, mas como um espírito "mega-hiper-blaster" evoluído. E, portanto, um exemplo a ser seguido. E os ensinamentos de Jesus estão a toda hora sendo analisados, estudados por nós, espíritas, claro como um belíssimo exemplo.



Mas há muitas diferenças entre o espiritismo e as religiões. Por exemplo, o espiritismo não tem profissionais. Ninguém vive do espiritismo. Todos são voluntários, o que é maravilhoso. Eventualmente, até conheço uma casa em São Paulo que tem uma gerente paga para cuidar, porque é uma casa grande. Então, ela é paga para cuidar da casa. Às vezes, você tem alguém que cuida do ambiente, mas não tem profissionais. Não tem um padre, um *sheik*, um rabino, um presbítero. Não, o espiritismo não tem ninguém profissional. Nós não temos objetos sagrados, tampouco temos locais sagrados. Agora, se passar essa capital brasileira do espiritismo, espero que não vire uma meca para os espíritas terem de ir lá uma vez por ano, uma vez na vida. Que seja para passear. Nós não temos um lugar sagrado, não temos nenhum objeto sagrado, o que é maravilhoso. Fiquemos firmes nisso.

Para mim o que é mais importante... Acho que hoje é um momento importante para a gente discutir isto: o espiritismo não tem um líder. O espiritismo não tem um ídolo. E é complicado. E pessoas famosas... E o Chico foi um cara maravilhoso, espetacular, mas ele mesmo fazia questão, quando alguém beijava a mão do Chico, o que ele fazia? Beijava de volta para falar: "Eu não sou mais que você. Eu sou igualzinho a você" – bárbaro, humilde, modesto. Seguramente, o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes a mesma coisa. Então, eu acho que a gente tem que ter cuidado com esses que se falam como a voz do espiritismo. O espiritismo não tem uma voz. E essa é a beleza do espiritismo.

Aí eu passo já para um outro caminho que são as casas. As casas espíritas também não têm uma central que cuida das casas, apesar da FEB. Cada casa cuida de si. Essa autogestão, essa autodeterminação para mim é uma coisa encantadora. Como é que pode haver 15 mil centros espíritas no País? Gordinho, é mais ou menos 15, 20 mil centros espíritas, cada um cuida... Eu dou palestras em vários lugares e cada uma cuida de um jeito e funciona. Isso é maravilhoso, é um exemplo de autodeterminação, autogestão.

Espiritismo não tem sacramentos – vocês sabem bem –, não tem casamento, não tem batismo, não tem crisma, porque a gente acha que não faz sentido apresentar uma criação de Deus para Deus. E quem não for apresentado, ferrou! Não, não faz sentido. Não tem promessas, não tem autoflagelação, porque não faz sentido quebrar o corpo. Tem que quebrar o espírito, mudar o espírito e não o corpo.

E importante para quem nos ouve agora, tudo no espiritismo é gratuito. Não há dízimo, não há venda de nada sagrado, de nada que seja bento, de nenhum amuleto. Mas eu vejo, nas cidades, nos postos, aquelas videntes espíritas falando que fazem amarração, que trazem a pessoa amada em nem sei quantos dias. Isso é espiritismo? Não, nunca foi. As pessoas usam da palavra espírita, espiritismo, porque ela goza de uma credibilidade, de uma seriedade, mas isso não é espiritismo. Se você vai a algum lugar que lhe cobram algo, ali não é espiritismo.

O espiritismo nada proíbe. Como assim? Eu posso fazer o que eu quiser? Posso abortar? Posso assassinar? Posso roubar? Posso estuprar? Posso matar? Bom, essa só a história da humanidade até hoje. Mas eu posso, só que causa e consequência. Arcarei, como foi bem dito aqui pelo Girão, no exemplo oposto, de arcar com o bem que se faz, mas também se arca com o mal que se faz. Mas você pode o que quiser.

Recentemente, estava dando uma palestra em Teresina... Essa não foi... Foi na Bahia. Uma senhora muito simpática estava me contando da sobrinha, que quis ir ao espiritismo – nunca tinha ido a um centro espírita – e falou: "Tia, mas eu posso me maquiar?" A tia falou: "Que pergunta é essa? Claro que pode." "O espiritismo não proíbe maquiagem?" Ela falou: "Não. Imagine! O



espiritismo nada proíbe." Por quê? Porque você faz o que quiser e arca, essa é a beleza, para o bem e para o mal, como foi dito aqui.

Por fim, entre as diferenças das religiões, o que eu acho mais bonito, talvez, é que o espiritismo não é exclusivista, claramente é dito o tempo todo: você não precisa ser espírita. Isso não importa nada, isso não garante nada, importa a prática da caridade, é o tal de fora da caridade não há salvação, ou seja, importa a prática do bem, seja você de que religião for, de que seita for ou de seita nenhuma, agnóstico, ateu.

E aí é preciso cuidar, também... Nós espíritas... Cansei de ver, sobretudo na época eleitoral: "Ah, mas eles não são cristãos, fulano não é cristão." E daí que não é cristão? Só os cristãos são filhos de Deus? Só os cristãos merecem alguma consideração? É claro que não! Os muçulmanos não merecem consideração? Os ateus, os agnósticos, os judeus não merecem consideração? Claro que sim. Então, é importante ampliar isso. E nós espíritas somos pela amplitude. Aqui nós falamos várias vezes, brincando, do Ceará e tudo o mais, mas eu penso, Girão – e você seguramente assim age –, que os Senadores e Deputados agem por suas bases eleitorais, mas não apenas. Sêneca, brilhante filósofo da época de Cristo, disse assim: "O mundo é a minha casa". Então, acho que quem está aqui nesta Casa defende, sim, a sua base eleitoral, mas não apenas, defende, sim, o Brasil, mas não apenas, defende o mundo, a humanidade, assim como cada um de nós aqui. O nosso compromisso é com a nossa casa, a nossa casa não é nem a humanidade, é o universo. Quando a gente entende isso, tudo melhora, tudo muda.

Por fim, três conceitos, rapidamente: livre arbítrio, um conceito claro do espiritismo. O que é livre arbítrio? Posso fazer o que eu quiser e arco com as consequências.

Aqui nesta Casa, fazem-se leis. O Senado Federal, a Câmara Federal fazem leis. O Poder Legislativo legisla e nós todos estamos subordinados a essas leis. Mas essas leis são temporárias, são falhas, são mutáveis. O que é permitido hoje no Brasil não era tempos atrás, ou ao contrário. Na época de Bezerra de Menezes, ele próprio abolicionista, era permitido ter um escravo ou você ser o escravo de alguém. Hoje isso não é mais permitido. Então, a legislação humana muda de acordo com o tempo, de acordo com o país, de acordo com o povo. Mas há uma lei que não muda nunca. Que lei é essa? A lei de Deus ou a lei moral, a lei da ética – chame como quiser chamar – ou a lei natural. É uma lei só. Que lei é essa? Dá para traduzir por amor, caridade, bem. Agir no bem é uma lei universal. Quando nós aprendermos isso, a Terra passa de qualidade, vira de prova e espiação para regeneração. É o tal do amor ao próximo, do amai ao próximo como a ti mesmo. A gente fala, fala, fala, para os outros, mas, para *nosostros acá nada*. Por que é que a gente fala de amor ao próximo e não ama o próximo? Por que a gente insiste em se armar para matar as pessoas?

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALEXANDRE CALDINI – Por que a gente pratica o aborto? Por que a gente pratica o suicídio? Por que a gente quer se livrar daquela pessoa incômoda via eutanásia? São temas atualíssimos. Por que a gente mata pessoas via lucro exacerbado? Ou isso não acontece? Pense em várias indústrias em que o lucro é... Pense num medicamento, num medicamento necessário que custa caríssimo, em uma pessoa não poder ter acesso e alguém está ficando muito rico com isso! Aliás, houve uma fala muito interessante de uma Senadora aqui sobre um tema parecido, logo antes desta sessão. Por que a gente mata via desvios de dinheiro, tão comuns? Via suborno, uma discussão tão frequente? Por que a gente opta pelo suborno, por subornar ou por aceitar suborno se a gente sabe que isso é errado, se a gente sabe que isso não é bom? Por que a



gente usa droga? Por que a gente mente? Por que existem as tais das *fake news*? Aliás, sobre isso, se vocês não viram, recomendo, na Netflix, um documentário chamado Privacidade Hackeada, muito interessante, muito importante, absolutamente necessário assisti-lo.

Mas, enfim, vamos pegar uma coisa mais simples: por que a gente fofoca? A gente sabe que a fofoca não faz bem a ninguém. Eu diria que a gente fofoca, faz tudo isso por ignorância. A gente ignora que agir mal é contra o nosso interesse. A gente acha que é bom agir mal, porque eu vou sair ganhando, vou ter alguma vantagem com isso – vantagem nenhuma.

Outra coisa é assim: "Ah, mas eu não fiz nada de ilegal". Pode não ter feito de ilegal, mas fez alguma coisa imoral. Então, a gente devia pautar a nossa vida pela moralidade, não só pela legalidade.

E a pergunta é: por que Deus permite? Porque Deus permite o livre arbítrio. A gente faz o que a gente quiser e existem as consequências disso. Deus não fica cuidando de cada um de nós. Mas, junto com o livre arbítrio, vem a Terceira Lei de Newton, ação e reação, ou causa e efeito. Faz e recebe, não há como não receber de volta. A história do plantio livre e a colheita obrigatória. Plantei coisa boa, recebo coisa boa, e o contrário também é verdadeiro.

Por fim, o outro item, o autoconhecimento, aquela história do conhece-te a ti mesmo, que estava lá no templo de Delfos, na Grécia antiga, 2.500 anos passados. O autoconhecimento é a chave. Quando nós conseguirmos compreender a nós mesmos, quando a gente se perguntar o tempo todo "Por que eu sou assim?", "Por que eu ajo assim?"...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CALDINI – ... e começarmos a mudar uma coisinha depois da outra, imagine cada um de nós fazendo isso, todos que nos assistem nessa hora fazendo isso, todo mundo cuidando de si, de se melhorar, em vez de falar mal do outro, em vez de querer que o outro mude, quando isso acontecer, está tudo resolvido.

Frequentemente, vários aqui são palestrantes espíritas, seguramente acontece com vocês, quando eu acabo uma fala no centro espírita que eu frequento, as pessoas falam: "Nossa! Ai, eu gostei tanto dessa fala, foi tão boa. Meu marido que tinha que ter ouvido" ou "Minha mulher que tinha que ter ouvido" ou "Meu filho", nunca sou eu, não é? Não, é conosco, não é com o outro. Você não muda o outro, mas você pode mudar a si mesmo.

Enfim, encerrando a coisa toda, voltando para o Dr. Bezerra de Menezes, eu diria o seguinte, que ele, como todos nós, é um espírito que encarnou aqui imperfeito, mas que ele, diferentemente de vários de nós, provavelmente, foi buscar a sua melhora. Ele reconheceu que precisava melhorar e foi atrás disso, teve compromisso consigo mesmo no bem e lutou para tanto. A gente viu os exemplos de quanta luta ele fez, usou o seu livre arbítrio.

E onde é que existe ação e reação com o Dr. Bezerra de Menezes? Está aqui a ação e reação. A ação foi lá, a reação é hoje, 188 anos depois do nascimento, do reencarne dele aqui, nós estamos na maior Casa do Parlamento brasileiro, homenageando essa pessoa. Olha, está aí a devolução, uma pequeníssima devolução de tudo que ele fez e é, mas é uma devolução. Quantos de nós, Senadores ou não Senadores, poderemos dizer que daqui a 188 anos, acho que dão em dois mil e qualquer coisa, sei lá quanto, daqui a 180, quase 200 anos, será que algum de nós será lembrado e falarão: "Poxa, o cara era porreta, hein? O cara era bom. Olha, o cara fez isso, aquilo, fez aquilo outro?". Dificilmente, mas a gente deveria querer isso. Não pelo legado, não pela glória de ser lembrado, porque eu tenho certeza de que para Bezerra de Menezes isso não importa nada, mas



pela beleza de ter contribuído, de ter crescido em si mesmo. Isso é que a gente devia sempre tentar e buscar.

Então, aos Senadores, Senadoras, a todos nós, eu digo o seguinte, sobretudo aos Senadores, Girão, e aí falo para você, representando todos os seus colegas: têm um poder muito grande na mão, pelo que representam aqui, e o poder não lhes pertence. O poder é de quem votou em vocês. Isso tem que ser claro o tempo todo, e é difícil. O poder, eu tive muito poder, você sabe, fui Presidente de duas grandes empresas e tal, e optei por não continuar. E a vida muda. Então, assim como o poder fascina, o poder vai embora rapidinho. Ele muda de mãos muito rapidamente, sobretudo se for feito mau uso dele.

Então, eu diria, se me permite, com toda a modéstia do mundo, sugerir, recomendar que não só os Deputados, Senadores, mas todos nós aproveitemos a oportunidade da reencarnação para agir, falar menos e agir mais. Agir de forma correta, no bem, na ética, no que a gente sabe que é o certo e não escorregar na justificativa que a gente sempre tem.

Caminheemos como o grande exemplo que foi Adolfo Bezerra de Menezes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido irmão, Alexandre Caldini. Muita paz para você.

Vamos aqui nesse momento agradecer também a presença do Fernando Girão, que está aqui conosco; do Roberto Lasserre, que nos ajudou também muito a fazer esse evento; de toda a equipe do Senado Federal, uma equipe comprometida. Muito obrigado mesmo.

E nós vamos imediatamente passar a palavra aqui para o nosso querido irmão, José Carlos de Lucca, orador espírita, Juiz de Direito do Estado de São Paulo. Por favor, pode ocupar ali a tribuna, fazer uso da palavra. De Lucca, grande escritor. (*Palmas.*)

Também quero agradecer a presença do João Rabelo, que é Diretor da FEB (Federação Espírita Brasileira). Muitíssimo obrigado pela sua presença, meu irmão querido.

Com a palavra José Carlos de Lucca.

O SR. JOSÉ CARLOS DE LUCCA (Para discursar.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Eduardo Girão, permita-me a informalidade, mas quero cumprimentar você, o espírita, o irmão, o cidadão e o representante desta Casa pela iniciativa, tão importante para esses dias.

Recordo aqui uma frase de Monteiro Lobato, conhecida: "Um país se faz com homens e livros"; o Brasil foi feito com a história de Bezerra de Menezes. E é essa a história que nós estamos recordando, não por mero saudosismo, mas porque queremos nos banhar nas mesmas águas em que Bezerra navegou, para que nós possamos também, da nossa parte, construir um País melhor, uma Terra melhor, um Planeta melhor.

Em seu nome, cumprimento todos os Senadores, funcionários desta Casa, servidores do seu gabinete e todos aqueles que se empenharam para que esta cerimônia pudesse se realizar.

Também cumprimento o nosso Presidente Jorge Godinho, da Federação Espírita Brasileira. Em seu nome, presidente, cumprimento não só V. Exa., o amigo, o dirigente da nossa federação, mas também a toda família espírita que está aqui conosco presente, toda família que ama Bezerra de Menezes, todos os espíritas que estão nos acompanhando pelas redes sociais, pela televisão.

É uma alegria poder participar desta cerimônia ao lado de V. Exa., ao lado também de presidentes das demais federações, do Ceará e também do Distrito Federal, a quem cumprimento.



Eu queria, com o perdão da ousadia, entrar nessa disputa de Bezerra de Menezes. Eu digo que ele nasceu no Ceará, passou ali pelo Rio Grande do Norte, mas tudo isso aconteceu porque ele não conheceu São Paulo. E, se tivesse conhecido, a história certamente seria outra. (*Risos.*)

Ouvimos a palavra de Jesus, um alerta importante: nem todos aqueles que dizem "Senhor, Senhor" entrarão no Reino dos Céus, mas somente aqueles que praticarem a palavra do Senhor. E Bezerra de Menezes, indiscutivelmente, foi o discípulo do Evangelho que se distinguiu não apenas por tê-lo ouvido, mas por tê-lo vivido em todos os âmbitos da sua vida, quer como pai, quer como esposo, quer como cidadão, quer como político, quer como médico. Em todas as áreas em que Bezerra enveredou em sua vida, tão rica, ali estava viva a ideia de alguém que tinha princípios, princípios que não estavam apenas nos templos religiosos, princípios que não estavam apenas nos livros, nos textos sagrados, mas que estavam entremeados na sua vida, na sua dinâmica, sobretudo, na minha modesta percepção, sobretudo na preocupação imensa dele com as pessoas que hoje a sociologia chama de pessoas invisíveis.

É fácil a gente notar as pessoas visíveis. É fácil estarmos aqui a reverenciar com justeza os Parlamentares, os políticos, as autoridades. Era muito bom e é muito gostoso tirar uma foto ao lado de um ator famoso, brilhante, mas Bezerra de Menezes olhava para os invisíveis, para os que não tinham nome, os que não tinham dignidade, os que não eram ouvidos pelo Estado, pelos Poderes Públicos, os que não tinham dinheiro para pagar uma consulta, os que não tinham dinheiro sequer para comprar o remédio das suas receitas. Por isso se tornou tão célebre o episódio, que todos nós conhecemos, que emociona, tão bem interpretado pelo Carlos Vereza, em que ele retira o anel de formatura, uma joia tão rara à época, tão importante, de tanto prestígio, para que, com aquele anel... Uma mãe cujo filho estava enfermo e que acabara de receber uma receita gratuita, como tantas e tantas outras, ele, então, ouvindo a súplica daquela mãe dizendo que não tinha dinheiro para comprar os remédios e sequer para comprar comida – talvez estivesse aí a razão da própria enfermidade: inanição. E ele, que também não tinha dinheiro algum, revirou os bolsos... Não era apenas o médico dos pobres, era um médico pobre e talvez, por isso, tinha empatia de saber o que é um estômago roncando, de saber o que é chegar em casa e talvez não ter nada para comer, como tantas vezes sua segunda esposa se preocupava: "Bezerra, a despensa está vazia". E ele dizia: "Confiemos em Deus". E Deus nunca faltou, mandando pessoas anônimas. E, quando Bezerra chegava em casa à noite, a esposa agradecida: "Bezerra, que bom que você mandou alimento!". Ele disse: "Eu?". "Sim, chegou uma entrega, uma encomenda." "Mas não fui eu." "Quem foi?" "A providência divina."

A providência que Bezerra foi para os invisíveis, a cura que ele foi. A sua pessoa curava. Apontamentos feitos pelos estudiosos, como Luciano, narram que Bezerra de Menezes, ao chegar ao seu consultório onde atendia à população desprovida de recursos, antes de entrar na sala, ia cumprimentar um por um dos pacientes, e os abraçava, e os olhava com aquele olhar que talvez a imaginação nos permita. Seus olhos esverdeados, como as praias do Ceará, os olhavam com ternura, eram pessoas importantes para ele. E muitos se sentiam curados com o abraço. Talvez não eram os remédios homeopáticos e alopáticos, os quais muitos talvez nem dinheiro tinham para comprar, era o acolhimento, certamente suprimindo a carência emocional de cada um, o que provavelmente seja o cerne das nossas enfermidades. Este olhar de Bezerra para as pessoas próximas e mais próximas, as que não eram notadas, as que são esquecidas e que ele jamais deixou de olhar e não apenas olhar, comprometer-se, tão diferente de nós que muitas vezes ouvimos apenas a palavra, nos encantamos com ela, mas não damos o próximo passo, como disse o Caldini.



Eu me recordei, não com uma certa tristeza, que, em uma noite de frio em São Paulo, eu passei por uma esquina, e havia ali um morador de rua em São Paulo. Havia muito frio, ele estava ali tremendo. Eu havia saído do centro, e estava então envolvido pela mensagem, pelas energias, e fui capaz então de parar. Olhei para ele e o que eu fiz foi uma prece: "Meu Deus, socorra este irmão, envie vibrações que possam aquecê-lo". Terminada a prece, eu estava tão feliz e orgulhoso de mim mesmo, e fui embora. Fui embora para a minha residência. Entrei, tomei meu banho quente, me agasalhei, pus touca, meia, fechei todas as janelas, e sentia muito frio. Deitei-me, depois da refeição, e fui fazer as minhas preces. E nas minhas preces, uma voz me disse: "Suas preces em favor daquele irmão foram ouvidas". Eu fiquei tão feliz! E perguntei à mesma voz: "Qual foi a solução?". "Bezerra de Menezes sugeriu seu nome para socorrer aquele irmão". Eu falei: "Eu – eu, que já estava todo enrolado nas cobertas?". "Sim".

E aí, com muita dificuldade, me vesti – ou desvesti – e fui em busca de algum agasalho, de algum alimento para aquele irmão, algo que em Bezerra de Menezes já teria acontecido naquele instante da prece, ou talvez ele nem tivesse orado, ou a sua oração teria sido a própria caridade. Ter tirado a roupa, ter tirado o próprio casaco, ter atravessado a rua para comprar um café com leite e ter se ajoelhado para conversar com aquele irmão. Ter perguntado o nome dele – e, muitas vezes, em nossos trabalhos sociais, no grupo espírita a que pertencemos, sempre temos essa lembrança: perguntar o nome desses irmãos de rua. Quando nós perguntamos qual é o seu nome, muitos deles se assustam, porque já perderam tanta dignidade que muitos nem sequer se lembram de quem são e como se chamam.

Mas Bezerra de Menezes era esse coração aberto, coração pronto; não era para depois. Embora fosse reencarnacionista, nunca deixou a sua salvação, a sua caridade para outra encarnação, para depois, para amanhã.

Quando altas horas da noite foram procurá-lo em sua casa, era uma mãe desesperada com a saúde do filho – e não havia quem o socorresse – que foi pedir ajuda a Bezerra de Menezes. Ele estava nos seus aposentos, estava com um filho doente, com febre. E a mãe dizia: "Bezerra, por favor, socorra meu filho". E a esposa de Dr. Bezerra dizia: "Meu marido, nosso filho está com febre". E ele disse: "Nosso filho está cuidado, está amparado por Deus; agora, este outro filho não tem ninguém que o vele". Saiu de casa altas horas da noite, foi a pé, subiu os morros do Rio de Janeiro, atendeu de graça, deu remédio de graça e voltou para sua casa altas horas da noite. E, ao entrar, viu o filho, cuja febre havia cedido.

Esse é Bezerra. Esse é o homem que, estando prestes a desencarnar depois de um provável acidente vascular cerebral, depois de quatro meses acamado, sentindo já a morte próxima, pediu para que o colocassem sentado na cama. A família, com esforço, deixou. E falaram: "O que você deseja, Bezerra?". E ele, com dificuldades, disse: "Estou preocupado com os meus doentes. Eles me aguardam, mas a senhora há de ampará-los". Esta fala a mim me tocou muito, quando ele diz comovido: "Os meus doentes me aguardam". Ele estava preocupado com os doentes.

Sr. Senador Girão, o povo nos aguarda. O povo aguarda esta Casa, aguarda V. Exa. e seus pares, aguarda os juízes, aguarda os médicos, os professores, os artistas; aguarda todos nós. Só assim a nossa homenagem a Bezerra de Menezes será viva.

Ainda ontem em nosso centro, fazendo um trabalho em homenagem ao Dr. Bezerra, um dos médiuns da instituição trouxe uma notícia de onde estaria o Dr. Bezerra naquele momento da homenagem, e a informação é de que ele estava num barraco da periferia de São Paulo, atendendo uma gestante tuberculosa, prestes a desencarnar.



Bezerra está nos esperando. O Cristo está nos esperando. E as nossas mãos não podem ficar mais ociosas. Gratidão a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito obrigado. Muito obrigado. Deus o abençoe.

Bom, parece que foi combinado aqui, mas a gente sabe que não existe coincidência, existe "Jesuscidência"; e há pouco tempo eu descobri que também existe a "Cristocidência". Enquanto De Lucca estava fazendo a palestra, ele citou uma cena do filme Bezerra de Menezes, O Diário de um Espírito, e a Ludmila e o Francisco, pessoas aqui muito comprometidas com esta sessão, tinham preparado uma surpresa. E, no momento em que eu vou chamar o último palestrante, Carlos Vereza, que interpretou o Dr. Bezerra no cinema, nós vamos passar essa cena, uma das cenas tocantes do filme. Não sei se o Vereza se lembra, mas a primeira entrevista nacional que ele deu sobre o filme, em 2008, antes do seu lançamento, no Jô Soares, essa cena foi passada lá, durante a sua entrevista.

Vamos à cena do filme Bezerra de Menezes – O Diário de um Espírito.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Carlos Vereza, por favor, suba à tribuna, você, que já interpretou um Senador da República, vai fazer uso da palavra. Eu queria dizer que a sequência dessa cena é tão linda quanto essa cena, porque vem aquela passagem em que ele diz que um médico não pode negar o atendimento, mesmo que esteja terminando a refeição, mesmo que não tenha um transporte. É linda a sequência dessa cena. E um trabalho belíssimo do cineasta Glauber Filho, que não pôde estar aqui hoje, mas fica a minha gratidão.

Carlos Vereza.

O SR. CARLOS VEREZA (Para discursar.) – Estimado irmão Eduardo Girão, Sr. Senador Confúcio Moura, Sr. Senador Nelsinho Trad, Sr. Deputado Federal Rafael Motta, Presidente da Federação Espirita Brasileira, Sr. Jorge Godinho Barreto Nery; orador espírita Juiz de Direito do Estado de São Paulo, Sr. José Carlos de Lucca; biógrafo do livro *Bezerra de Menezes: Fatos e Documentos* e Presidente do Centro de Documentação Espírita no Ceará, Sr. Luciano Klein Filho; escritor espírita, Sr. Alexandre Caldini, eu estava vendo essa cena e até hoje eu não entendo como é que escolheram um pecador para interpretar um santo. É sério! Quando o Girão me convidou, eu disse: "Tem que chamar o Chico Xavier, o Divaldo Franco para interpretar o Dr. Bezerra de Menezes". Mas eu fiquei pensando: eu não vou pesquisar. Eu sabia dos dados biográficos, enfim, mas eu não queria me preocupar com dados biográficos.

Eu pedi ao Dr. Bezerra de Menezes que encontrasse em mim o que eu poderia ter de melhor para chegar, ainda que modestamente, muito longinquamente, perto da grandeza do médico dos pobres. E eu pude perceber, durante a filmagem, que alguns elementos da equipe foram curados.

Olhando esta Casa, eu me lembro de um aspecto muito importante do Dr. Bezerra, que é o aspecto do homem político. Porque ele foi Vereador, ele lutou contra a escravidão, a favor da abolição, construiu a estrada Macaé-Campos. Enfim, era um homem voltado fortemente para o cotidiano, para a realidade.

Aí ocorre-me que esta Casa, que é uma Casa política... Remeto-me à etimologia da palavra política: *polis*, cidade, ação pelo bem comum. E penso também num certo pudor que alguns confrades têm...



Ficou faltando o boa noite para as senhoras e os senhores do Plenário. Eu estava um pouco emocionado com a cena, desculpem.

Certos confrades têm pudor de falar em política. Por favor, não confundam política com política partidária, é completamente diferente! Estamos vivendo um momento gravíssimo em que se travam dois tipos de combates: no plano espiritual e no plano da Terra. Espíritos resistentes, que sabem ou intuem que serão transferidos para orbes mais primitivos, mais atrasados, tentam desesperadamente conturbar e atrapalhar o desiderato do País, como pátria do Evangelho. São dois tipos de combate. E cabe aos espíritas esclarecerem aos confrades que nos visitam, que há uma estratégia de pegar primeiro as crianças, através da sórdida e sinistra ideologia de gênero.

O que é a ideologia de gênero? Eles confundem no noticiário, falam como se fosse discriminar o gênero feminino. Não tem nada a ver. Ideologia de gênero tem a ver com um critério absolutamente absurdo que diz que a criança não é menino nem menina, que durante a vida ela vai escolher se quer ser masculino ou feminino, indo contra o código genético, indo contra a própria determinação divina. O DNA não muda. É um outro dado que nós devemos colocar para as pessoas que frequentam as casas espíritas. Se nós não falarmos de política com as pessoas que frequentam a casa espírita, outras religiões o farão, e farão de uma maneira deturpada, farão de uma maneira dogmática, de uma maneira assustadora para que a gente tenha medo do divino e não amor pelo divino.

Por que esse pudor da maioria das casas espíritas, meu Deus, que não explicam que a cada 43 minutos há um suicídio no Brasil? Que, no mundo, a cada três segundos, há um suicídio? Não é feio, não é pecado falar de política; é feio falar de política partidária.

Gente, o maior político da história chama-se Jesus, o Cristo. Quando ele criticava os fariseus, os saduceus, quando ele entra no templo e expulsa os mercadores, isso é um ato político – é um ato político. Quando ele oferece a sua vida pela redenção da humanidade, é um ato político. Nós não somos, com todo respeito, escoteiros, plenos de ingenuidade. Enquanto os debates, as batalhas ocorrem às nossas vistas, Bezerra de Menezes, se encarnado estivesse, apoiaria a Lava Jato e apoiaria o Dr. Sergio Moro. (*Palmas.*)

Com absoluta certeza, eu falo isso.

É claro, todo mundo sabe que devemos falar de amor, de ternura, de fraternidade e de solidariedade, mas é preciso que os dirigentes das casas espíritas, sem fanatismo, com doçura, com calma, na paixão, expliquem para as pessoas que frequentam essas casas que nós não devemos ter uma atitude implacável com as jovens que cometem e praticam o aborto. São jovens ingênuas, mas, ao mesmo tempo, nós temos o dever de explicar a engenharia reencarnatória que determina o nascimento. Há destruição dessa engenharia reencarnatória quando é praticado o aborto, mas sem julgar as jovens. As jovens não sabem – não sabem. Há um esquema poderosíssimo de desinformação das pessoas, sobretudo da juventude – sobretudo da juventude.

Eu fiz aqui... A corrupção, de tanto repetir, baliza-se o que é absurdo. Isso é uma estratégia. Você começa a repetir o absurdo, você começa a repetir o absurdo, de repente, o cotidiano não te assusta mais, você perde a capacidade de se espantar, você perde a capacidade de ficar indignado. Isso é uma estratégia contra a comunicação. A corrupção começa com o primeiro degredado, Afonso Ribeiro, que foi trazido à força para o nosso País. Depois, foi o pau-brasil, o ouro, o diamante. A corrupção quase vira algo de genético, algo de DNA da nossa história.

Vocês sabiam que o Chanel nº 5, que a nossa estimada Marilyn Monroe, que Deus a tenha... O Chanel nº 5 era usado com pau-rosa, que foi levado daqui do Brasil. Tudo foi levado daqui do



Brasil. E, nas casas espíritas, assumimos posturas angelicais – nada contra –, mas, por outro lado, esquecemos de falar que existem 14 milhões de desempregados que mal têm tempo de rezar à noite. Como é que eles vão rezar à noite se eles têm fome? Como é que eles vão rezar à noite se eles não têm dinheiro para comprar comida para o filho? Isso são dados reais, não são metafísicos. Perdoem a empolgação, mas são dados reais.

Nós não podemos ficar falando apenas da angelitude da condição humana. Ela existe, claro. A angelitude da condição humana existe, mas nós temos que falar do cotidiano duro, difícil, difícil. Hoje este País é assaltado diuturnamente por organizações criminosas travestidas de partidos políticos!

E nós, espíritas, não podemos apenas, depois de cada reunião, dizer: vá com Deus. Sim, vá com Deus, mas vá também com a consciência, meu irmão, de que você deve questionar o seu cotidiano, que você deve questionar o seu partido político, que você deve questionar o seu governo. Sem ódio, com a calma na paixão, porque, irmãos, se nós não fizemos isso, outros o farão, e o farão de uma forma deturpada, alienando as pessoas.

Ainda que eu fale todas as línguas dos homens e dos anjos, se eu não tiver amor, seria apenas um bronze que ressoa, um címbalo que retine. Ainda que eu possua o dom das profecias e saiba todas as ciências, ainda que eu distribua meus bens entre os pobres e deixe, então, o fogo consumir o meu corpo, nenhum proveito tiro se eu não tiver amor.

O amor é paciente, o amor é bondoso, não é nada exigente, arrogante, orgulhoso, jamais é descortês, nunca interesseiro. O amor não se irrita, não guarda rancor no coração. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor não terá fim! As profecias, sim. As línguas se calarão. As ciências têm o seu termo imperfeito ao nosso conhecimento e também às profecias, mas, quando vier o que é perfeito, o que é imperfeito desaparecerá.

Quando eu era criança, eu falava como criança, pensava como criança, como criança raciocinava. Homem feito, me despojei dos atributos de criança. Por enquanto, enxergamos Deus obliquamente por um espelho, mas um dia teremos a visão de Deus face a face. Por enquanto, conheço apenas uma parte, mas logo conhecerei como sou por ele conhecido.

Temos agora a fé, a esperança e o amor, mas, dos três, o mais excelente é o amor. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Carlos Vereza, ator, cidadão de bem. Muito obrigado por sua presença aqui conosco.

Ele tocou num assunto que é uma epidemia hoje no mundo: o suicídio. Já tive pessoas próximas que cometeram, por desespero, para tentar findar uma dor, esse grave atentado contra a vida, essa afronta ao Criador.

Eu tive a oportunidade de ler um livro que espero que um dia nós possamos filmar para o mundo inteiro, chamado *Memórias de Um Suicida*.

Se você tiver algum conhecido, amigo, que esteja passando por um problema e que já passe por sua cabeça esse ato, é muito importante lhe dar esse livro, um livro psicografado por Yvonne Amaral Pereira, do espírito comunicante Camilo Castelo Branco. Ele vai perceber que a tormenta é muito maior depois da vida. A gente acha que está cessando a dor, mas a dor é muito mais delicada depois. Então, é muito importante a leitura desse livro esclarecedor.

Para encerrar esta sessão, eu queria atender à solicitação de um grande amigo, irmão, que veio do Ceará, da terra natal do Dr. Bezerra de Menezes, o Coronel Francisco Nunes, que vai tocar o Hino a Bezerra de Menezes, uma música muito bonita. Depois, nós vamos encaminhar



uma prece. Essa prece vai ser feita por uma pessoa que nem sabe que vai fazê-la aqui, mas ela vai fazer essa prece. Eu vou pedir que ela faça essa prece para a gente.

Antes do hino ao Dr. Bezerra, eu queria passar o trecho de um filme que vai entrar em cartaz, um filme de cultura de paz. É o *trailer* do filme sobre Divaldo Pereira Franco, outro grande espírita, caridoso, humanista, palestrante. Eu queria solicitar que a gente passasse o *trailer* desse filme, que estreia dia 12 de setembro.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Divaldo Franco muitas vezes psicografou Dr. Bezerra de Menezes. É um filme que vai levar muita luz para o Brasil e para o mundo.

Por favor, Francisco Nunes. Muito obrigado pela sua presença. Hino do Dr. Bezerra de Menezes para todos nós.

(Procede-se à execução musical.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito obrigado, meu irmão, Francisco Nunes, que veio acompanhado de seu filho, Wagner Nunes.

Para encerrar esta sessão, como foi bem convidativa a fala de todos aqui, eu agradeço a todos pela presença. Uma fala que tocou num ponto importantíssimo desta Casa, que é uma casa política, Carlos Vereza, nós temos muitas batalhas aqui diariamente. A guerra é espiritual sim. Passam pautas aqui para que peço a oração de todos, não apenas para o combate à corrupção, que é uma chaga que tem colocado este País de joelhos há muitos anos – se Deus quiser, nós estaremos em breve passando por essa etapa –, mas querem de qualquer maneira liberar o aborto; a maconha, que é uma droga; a jogatina, que também destrói famílias, que é uma porta aberta para a corrupção; e querem liberar as armas de fogo, o que é um retrocesso no processo civilizatório.

Nós estamos aqui combatendo o bom combate e contamos com todos vocês, não apenas em orações, mas com ações, conversando com o Parlamentar, participando mais da vida política do País. Como dizia Platão, 350 anos antes de Cristo: o destino das pessoas boas e justas que não gostam de política é serem governadas por pessoas nem tão boas nem tão justas que gostam de política. Então, vamos gostar de política, cada vez mais nos interessarmos por política. Fica o convite.

Para encerrar esta sessão, eu peço que a nossa querida irmã Olga Freire faça a prece de onde ela está sentada. Pode ser? Você vai ter que apertar um botãozinho aí, como a gente diz lá no Nordeste, um biloto. Vai ficar verde e você faz uma oração de encerramento, por favor, Olguinha.

A SRA. OLGA LÚCIA ESPÍNDOLA FREIRE – A prece é uma ponte que nos une ao mais alto.

Oh, Jesus, no teu evangelho, você nos falou do convite para uma festa de núpcias. Disse-nos que muitos não aceitaram os convites e foram para suas empresas, para suas casas, suas fazendas, seus interesses mundanos, mas você, Jesus querido, não desiste de nós, não desiste de nós, e busca sempre os missionários da luz, os mensageiros da paz, para fazer com que na Terra haja o amor, que se materializa sempre, sempre, na caridade. Allan Kardec nos diz que é a beneficência sim para com todos, mas que é também a indulgência para com as faltas alheias e o perdão das ofensas.



Oh, Senhor! Aqui, como foi falado, muitos não veem os invisíveis, os miseráveis, os doentes. Crianças com câncer morrem por falta de remédio, Jesus, enquanto governantes gastam dinheiro visitando aqueles que não merecem. Nós estamos aqui, Senhor, no Senado Federal, enquanto há a batalha da luz e da sombra. Sabemos que há aqueles que morrem nos hospitais, os miseráveis da comida, os que não têm cobertor, mas, Jesus, permite que te peçamos nesta tarde, nesta noite por todos os nossos Congressistas, para que eles entendam que a vida continua para muito mais além do túmulo, para onde eles não vão levar nada, nada a não ser, Senhor, o bem que fizeram, as lágrimas que enxugaram, os sorrisos que promoveram.

Oh, Senhor da luz e da paz! O nosso Mestre, que, pela própria vida, mostrou que o amor é o caminho, abençoa o nosso Brasil, chega ao coração de cada um que faz a lei. Àqueles que deveriam defender a lei daí forças, Senhor, daí coragem! Dai coragem, Jesus, a quem aqui está com o poder de dizer sim para um novo tempo, porque o homem velho só semeia a morte e a ilusão, mas um novo tempo vai surgindo num mundo mais irmão.

Derrama, neste instante, sobre os hospitais, sobre as escolas, sobre as ruas nas madrugadas frias; que os homens possam aceitar o convite de ser a mão de Deus. Permite, Senhor, permite, Jesus da vida, que nós possamos dizer, como esses mensageiros luminosos, como Bezerra de Menezes: de que vale um anel quando a vida está em jogo? Que nós possamos dizer, como Maria de Nazaré, Senhor, que disse sim à vontade de Deus sobre nós. Que tenhamos coragem de lutar o bom combate. E, no final, como foi, Senhor, que você se fez conhecido ao se apresentar a Tomé, mostrou as mãos calejadas das injustiças do mundo, mas estavam limpas.

Abençoa, Senhor, este Senado, este Congresso. Em nome do Senador Eduardo Girão, nós te pedimos por todos que aqui trabalham, todos – os assessores, os colaboradores, os que limpam esta Casa, os que servem o cafezinho.

Que o Brasil possa, sim, iniciar um tempo novo e que todos nós possamos dizer assim: "Ave, Cristo; Ave, Cristo!"

Nós que já entendemos o valor da caridade queremos te entregar a nossa vida, os nossos dias, o nosso amor. Que assim seja!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Amém! Assim seja!

Eu queria encerrar esta sessão com a frase do aniversariante do dia, Dr. Bezerra de Menezes: "Quanto mais auxiliardes aos outros, mais amplo auxílio recebereis da Vida Mais Alta".

Muito obrigado, Dr. Bezerra, por essa Nação, que é a Nação mais católica do mundo, mais evangélica do mundo, mais espírita do mundo.

Muito obrigado, meu Deus! Que Jesus nos abençoe.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 31 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 148ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 43/2018, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Recebidos os Ofícios nºs 182 e 184, de 2019, da CMA, comunicando a apreciação dos Projetos de Lei do Senado nºs 29/2018 e 251/2018, respectivamente, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OFÍCIO. nº 182/2019/CMA

Brasília, 17 de Agosto de 2019

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei do Senado

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 251 de 2018, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o registro das Cotas de Reserva Ambiental”, relatado pela Senadora Leila Barros.

Atenciosamente,


SENADOR FABIANO CONTARATO
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

17
Al





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OFÍCIO. nº 184/2019/CMA

Brasília, 28 de agosto de 2019

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei do Senado

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 29 de 2018, de autoria do Senador Lasier Martins, que “altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente”, com a Emenda nº 1-CAE/CMA, relatado pela Senadora Leila Barros.

Atenciosamente,


SENADOR FABIANO CONTARATO
Presidente da Comissão de Meio Ambiente



Recebido o Ofício nº 183, de 2019, da CMA, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 328/2017, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OFÍCIO. nº 183/2019/CMA

Brasília, 28 de agosto de 2019

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

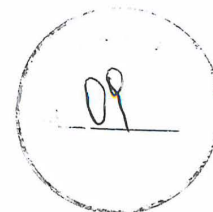
Assunto: Rejeição de Projeto de Lei do Senado

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão de Meio Ambiente rejeitou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 328 de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que “Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que ‘institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências’, para incluir como conteúdo obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a instituição do programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos”.

Atenciosamente,


SENADOR FABIANO CONTARATO
Presidente da Comissão de Meio Ambiente



Recebido os Memorandos n°s 27 a 33 e 36 de 2019, da CE, comunicando a apreciação das seguintes matérias, em caráter terminativo:

Projeto de Lei do Senado n° 36, de 2016; Projeto de Lei do Senado n° 292, de 2018; Projeto de Lei n° 636, de 2019; Projeto de Lei n° 1389, de 2019; Projeto de Lei n° 1397, de 2019; Projeto de Lei n° 1927, de 2019; Projeto de Lei n° 3789, de 2019 e Projeto de Lei n° 4227, de 2019.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3° a 5°, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 27/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PLS 292/2018.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou com a Emenda nº 1/CE – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2018, de autoria do Senador Otto Alencar, que “Altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para estender a preferência na aquisição de produtos para a merenda escolar aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária”.

Atenciosamente,


Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 28/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 1389/2019.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 1389, de 2019, de autoria do Senador Espiridião Amin, que “Confere ao Município de Urupema, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Frio”.

Atenciosamente,

Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 29/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PLS 36/2016.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, que “Institui o Dia do Policial Legislativo”.

Atenciosamente,


Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 30/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 1927/2019.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 1927, de 2019, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que “Inscreve o nome de Luiz Gonzaga do Nascimento no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”.

Atenciosamente,


Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 31/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

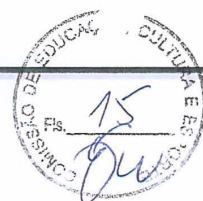
Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 636/2019.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou com as Emendas nºs 1, 2 e 3/CE – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 636, de 2019, de autoria do Senador Jorginho Mello, que “Cria o Dia Nacional do Endocrinologista”.

Atenciosamente,


Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 32/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 3789/2019.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 3789, de 2019, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “Institui o Dia Nacional do Espiritismo”.

Atenciosamente,


Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 33/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 1397/2019.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 1397/2019, de autoria Senador Styvenson Valentim, que “Inscribe o nome de Dionísia Gonçalves Pinto, Nísia Floresta, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.”.

Atenciosamente,


Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senado Federal – Anexo 2, Ala Alexandre Costa, Sala 17-A, CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-3498/2006 – E-mail: ce@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Memo. nº 36/2019/CE

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 4227/2019.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 4227/2019, de autoria do Senador Eduardo Girão, que “Confere ao Município de Jaguaratama, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Espiritismo.”.

Atenciosamente,


Senador DÁRIO BERGER
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



Aviso do Tribunal de Contas da União



Aviso do Tribunal de Contas da União nº 521/2019, na origem, encaminhando cópia do Despacho exarado pela Ministra Ana Arraes, nos autos do processo TC 005.930/2014-6, que trata de auditoria nos repasses financeiros feitos pelo Governo Federal à ONG Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, em resposta ao Requerimento nº 19, de 2014, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Aviso está disponibilizado na tramitação do referido Requerimento, que retorna ao Arquivo.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS

*A publicação
Em 29/08/19
Reul.*

Ofício-GSMJESUS 110/2019

Brasília, 28 de agosto de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor
FERNANDO SACHETTI
Diretor da Secretaria Legislativa do Senado Federal

Senhor Diretor,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste informar a Vossa Senhoria sobre a mudança de nome do meu partido, antigo PRB (Partido Republicano Brasileiro), o qual atualmente mudou para **Republicanos**.

Assim, solicito que sejam feitas todas as alterações necessárias no âmbito do Senado Federal.

Nada além a tratar, renovo meus votos de estima e consideração e me coloco a disposição para ulteriores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Senador Mecias de Jesus
Republicanos/RR

Recebido em 28/8/2019
Hora: 10:28

Alice Lima Lana
Matrícula 341864 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

GAB16
SENADOR JORGE
KAJURU

Ofício nº 041/2019 – GSJKAJUR

Brasília-DF, 28 de setembro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

A publicação
em 29/08/19
[Assinatura]

Assunto: Comunicado de liderança partidária

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe, que a partir da data de minha filiação (08/09/2019) ao Partido PATRIOTA, assumi também a Liderança partidária da sigla nesta Casa.

Renovando votos de estima e consideração agradeço a atenção.

Cordialmente,

JORGE KAJURU
Senador da República





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Designo o Senador
Antonio Anastasia para
integrar a CE, como
suplente.

Em 29/08/19.

Ofício nº 101/19-GLPSDB

Brasília, de agosto de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador **ANTÔNIO ANASTASIA** para integrar, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Recebido em 29/08/19

Hora 11:56

Eduardo A.
Estagiário - SLSF/SGM

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES

Publicado em 28/08/19.
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

MEMO GAB. 032/2019 – GSCGOMES

Brasília, 29 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **informa endereço do escritório de apoio 02**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do ATC nº 16/2009, o endereço do meu escritório de apoio em às Atividades Parlamentares no Estado do Ceará, em Fortaleza.

Av. Desembargador Moreira, 1300
Ed. BS Design Corporate Towers, salas 315, 317 e 319
Bairro Aldeota
60170-002 - Fortaleza - CE

Cordialmente,


Senador CID GOMES

Recebido em 28/08/19
Hora 14:55
Débora Rodrigues Matos - Mat. 257407
SGM - Secretaria Geral





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

GLBSI- Memo. 118/2019

Brasília, 27 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição de membro de Comissão

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em nome da Bancada do Bloco Senado Independente, a indicação de meu nome, membro suplente da *Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE*, para substituir o **Senador Marcos do Val**, membro titular daquela comissão.

Atenciosamente,

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Líder do Bloco Senado Independente

Recebido em 29/8/19
Hora: 14:39

Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM



Documentos encaminhados à publicação





*À Comissão de
Constituição, Justiça e
Cidadania, conforme
solicitação do Senador
Paulo Paim.
Em 27/3/2019*

ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS ESTADUAIS DO RIO
GRANDE DO SUL

Porto Alegre, RS, 28 de agosto de 2019.

Ofício nº 16/AOFERGS/2019 (circular)

Ao Exmº Sr PAULO PAIM, Senador, PT-RS

Excelentíssimo Senador

Me dirijo a Vossa Excelência para reivindicar solidariedade e reconhecimento aos Policiais e Bombeiros Militares do Brasil, no “sentido prático do seu voto e das medidas necessárias para a manutenção do texto do relator da Comissão de Justiça Senador Tasso Jereissati”, o qual manteve a paridade e integralidade dos Policiais e Bombeiros Militares na PEC 06.

Infelizmente recebemos a notícia de que nosso Governador/RS Eduardo Leite, foi a Brasília na tarde de 27 de agosto de 2019, com a “possível intenção de buscar um Senador para fazer uma Emenda Supressiva”, nos Policiais e Bombeiros Militares somos os representantes do Estado quando entramos em qualquer lugar, para combatermos os crimes e calamidades, que causam tanta insegurança a população, nossa pronta ação se realiza mesmo com o “risco da própria vida”,



isso faz parte do texto de nosso juramento quando entramos em nossas corporações.

Com certeza não somos perfeitos, mas combatemos diariamente a guerra urbana decorrente de crimes praticados neste país.

Esclareço que recentemente começamos a participar da política, e em nossa profissão permanecemos trinta anos ou mais na ativa, a maior parte de nós acredita no sistema, assistimos colegas morrerem em combate, acompanhamos colegas que ficarão o restante de suas vidas em cadeiras de rodas, outros com sequelas graves, sejam físicas e psicológicas, estes homens e mulheres são mães e pais de família, que enfrentam as dificuldades da vida e precisam ter garantias jurídica, para que tenham a certeza do amparo do Estado e exerçam com plenitude a nobre missão de bem servir a população na jornada de 24 horas diuturnamente.

Esclarecemos a aqueles que não nos compreendem que somos nós Policiais e Bombeiros, os primeiros a serem chamados pela sociedade quando ela se encontra em dificuldades; seja necessitando um salvamento, um resgate e quando são ameaçadas ou vítimas de violência no seu cotidiano.

Não percebemos adicional noturno, fundo de garantia e outros direitos civis, única garantia que nos ampara neste sentido é a carreira com paridade e integralidade de salários para os ativos e da reserva.

As estatísticas do ano 2014 demonstram a dedicação no combate ao crime e a consequente vitimização dos Militares Estaduais do Brasil;

Fonte: <https://aopm.com.br/nos-somos-o-brasil-que-mais-mata-policiais-no-mundo-o-brasil-vive-uma-guerra-civil-do-crime-e-da-impunidade-que-devastam-o-pais/>



“Em um artigo anterior, datado de 2 de fevereiro de 2014, . . . o número de policiais mortos no Brasil era na casa de 500 por ano. Esse número, absurdo e de guerra civil, é ainda mais chocante quando comparado aos da polícia dos Estados Unidos da América do Norte. Por lá, por ano, morrem em média 70 policiais., . . . Brasil tem 200 milhões de pessoas e os EUA 300 milhões, o que mostra que ao invés do paraíso utópico prometido pela esquerda, foi entregue um inferno real, já que o Brasil tem em média quase 70 mil homicídios por ano, enquanto nos EUA são 12 mil. (Olavo Mendonça)”.

Desejamos sucesso em seu mandato, e nos colocamos a disposição da mesma forma para as causas justas, e subscrevemos externando votos de estima e distinta consideração,

Respeitosamente.

Roberto Jose Larrossa
Presidente AOFERGS





ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre, RS, 28 de agosto de 2019.

Ofício nº 16/AOFERGS/2019 (circular)

Ao Exmº Sr PAULO PAIM, Senador, PT-RS

Excelentíssimo Senador

Me dirijo a Vossa Excelência para reivindicar solidariedade e reconhecimento aos Policiais e Bombeiros Militares do Brasil, no “sentido prático do seu voto e das medidas necessárias para a manutenção do texto do relator da Comissão de Justiça Senador Tasso Jereissati”, o qual manteve a paridade e integralidade dos Policiais e Bombeiros Militares na PEC 06.

Infelizmente recebemos a notícia de que nosso Governador/RS Eduardo Leite, foi a Brasília na tarde de 27 de agosto de 2019, com a “possível intenção de buscar um Senador para fazer uma Emenda Supressiva”, nos Policiais e Bombeiros Militares somos os representantes do Estado quando entramos em qualquer lugar, para combatermos os crimes e calamidades, que causam tanta insegurança a população, nossa pronta ação se realiza mesmo com o “risco da própria vida”, isso faz parte do texto de nosso juramento quando entramos em nossas corporações.

Com certeza não somos perfeitos, mas combatemos diariamente a guerra urbana decorrente de crimes praticados neste país.

Esclareço que recentemente começamos a participar da política, e em nossa profissão permanecemos trinta anos ou mais na ativa, a maior parte de nós acredita no sistema, assistimos colegas morrerem em combate, acompanhamos colegas que ficarão o restante de suas vidas em cadeiras de rodas, outros com sequelas graves, sejam físicas e psicológicas, estes homens e mulheres são mães e pais de família, que enfrentam as dificuldades da vida e precisam ter garantias jurídica, para que tenham a certeza do amparo do Estado e exerçam com plenitude a nobre missão de bem servir a população na jornada de 24 horas diuturnamente.

Esclarecemos a aqueles que não nos compreendem que somos nós Policiais e Bombeiros, os primeiros a serem chamados pela sociedade quando ela se encontra em dificuldades; seja necessitando um salvamento, um resgate e quando são ameaçadas ou vítimas de violência no seu cotidiano.

Não percebemos adicional noturno, fundo de garantia e outros direitos civis, única garantia que nos ampara neste sentido é a carreira com paridade e integralidade de salários para os ativos e da reserva.

As estatísticas do ano 2014 demonstram a dedicação no combate ao crime e a consequente vitimização dos Militares Estaduais do Brasil;

Fonte: <https://aopm.com.br/nos-somos-o-brasil-que-mais-mata-policiais-no-mundo-o-brasil-vive-uma-querra-civil-do-crime-e-da-impunidade-que-devastam-o-pais/>

“Em um artigo anterior, datado de 2 de fevereiro de 2014, . . . o número de policiais mortos no Brasil era na casa de 500 por ano. Esse número, absurdo e de guerra civil, é ainda mais chocante quando comparado aos da polícia dos Estados Unidos da América do Norte. Por lá, por ano, morrem em média 70 policiais., . . . Brasil tem 200 milhões de pessoas e os EUA 300 milhões, o que mostra que ao invés do paraíso utópico prometido pela esquerda, foi entregue um inferno real, já que o Brasil tem em média quase 70 mil homicídios por ano, enquanto nos EUA são 12 mil. (Olavo Mendonça)”.

Desejamos sucesso em seu mandato, e nos colocamos a disposição da mesma forma para as causas justas, e subscrevemos externando votos de estima e distinta consideração,

Respeitosamente.

Roberto Jose Larrossa
Presidente AOFERGS





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

*A Comissão
de Constituição, Justiça
e Cidadania, conforme
relatório
em 29/8/2019*

Brasília, 29 de agosto de 2019.

Excelentíssimo Senhor

Senador TASSO JEREISSATI (PSDB/CE)

Relator da PEC 06/2019 – Reforma da Previdência

Como desdobramento da reunião entre Vossa Excelência e a Central Única dos Trabalhadores - (CUT), Força Sindical - (FS), União Geral de Trabalhadores - (Brasil) - (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - (CTB), Nova Central Sindical dos Trabalhadores - (NCST), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - (CGTB), Central dos Sindicatos Brasileiros - (CSB), da qual tive a honra de participar, encaminho a Vossa Excelência as propostas abaixo, que visam corrigir algumas das injustiças e exclusões previdências constantes da PEC 06/2019. As principais mudanças são:

- **Carência (tempo mínimo de contribuição):** supressão do *caput* do art. 19 da PEC, que prevê a carência de 20 anos para os novos segurados. Assim, todos os segurados do Regime Geral terão carência de 15 anos.
- **Pensão por morte inferior a 1 SM:** supressão do art. 40, § 7º, e do do art. 201, V, alterado pelo art. 1º da PEC, para assegurar o piso de 1 salário mínimo a todas as pensões por morte de servidores e de trabalhadores do INSS.
- **Aposentadoria especial:**
 - Supressão das alíneas *a, b, c* do inciso I do art. 19 da PEC, que prevê a idade mínima de 55, 58 e 60 anos de idade para o acesso à aposentadoria especial.
 - Supressão do art. 21 da PEC, que prevê sistema de pontos crescente (66, 76 e 86 que aumentará anualmente até atingir 81, 91 e 101) + tempo mínimo de contribuição (15, 20 ou 25) para o acesso à aposentadoria especial.
- **Valor da aposentadoria por incapacidade permanente:** supressão do inciso III, do § 2º do art. 26, que reduz o valor da aposentadoria por incapacidade permanente para 60% do valor, acrescido de 2% para cada ano que exceder a 20 anos.
- **Elevação do valor da aposentadoria:** aprovação da emenda 31, que prevê a supressão do *caput* e do § 1º do art. 26 da PEC, segundo os quais o cálculo da média do valor da





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

aposentadoria será com 100% das contribuições do segurado. Com a supressão, prevalecerá o critério da lei na fixação da média (que hoje é de 80% das maiores contribuições do segurado).

- **Reversibilidade das cotas da pensão por morte:** supressão do § 1º do art. 23 da PEC para preservar o valor da pensão por morte, por meio da reversibilidade das cotas. A PEC prevê que, ao perder a condição de dependente, as cotas sejam extintas.
- **Contribuição dos servidores inativos a partir de 1 SM:** supressão da revogação do § 18 do art. 40 e supressão do § 1-A do art. 149, alterado pela PEC, que preveem que a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do RPPS será sobre o valor que exceder o salário mínimo quando houver déficit atuarial. Com a supressão, será mantido a redação atual da CF, com previsão de que a contribuição incida sobre o valor que excede o teto do RGPS (R\$ 5,8 mil). A mudança da PEC cria assimetria entre servidores e contribuintes do RGPS, em desfavor dos servidores.
- **Alíquota extraordinária no RPPS quando houver déficit atuarial:** supressão do § 1º-B e § 1º-C do art. 149, alterado pelo art. 1º da PEC, e do § 8º do art. 9º da PEC, que preveem contribuição extraordinária no RPPS para servidores, aposentados e pensionistas quando houver déficit atuarial. A contribuição extraordinária pode ter caráter confiscatório.
- **Abono salarial:** supressão dos §§ 3º e 3º-A do art. 239, alterado pelo art. 1º da PEC, e supressão do art. 27 da PEC, que reduzem de 2 SM para R\$ 1.364,43 o corte de renda para recebimento do abono salarial. A PEC prejudica 12,7 milhões de trabalhadores que recebem o abono do PIS.
- **Contratação por valor inferior ao salário mínimo/contrato de trabalho intermitente:** supressão do § 14 do art. 195, alterado pelo art. 1º da PEC, e supressão do art. 29 da PEC, que busca “dar segurança jurídica” para o empresário que contratar trabalhador por valor inferior ao salário mínimo, como no trabalho intermitente. Ele prevê que somente será reconhecida como tempo de contribuição aquela superior à contribuição mínima mensal exigida para a categoria. Além disso, prevê que o segurado que contribui sobre menos de um salário mínimo poderá complementar a contribuição. Isso prejudica os trabalhadores intermitentes e os mais pobres.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

- **Privatização dos benefícios não programados:** supressão do § 10 do art. 201, alterado pelo art. 1º da PEC, que prevê que os benefícios não programados sejam ofertados de forma concorrente pelo INSS e o setor privado. Esses benefícios, que representam cerca de 40% da Previdência Social, são os decorrentes do “inesperado”, ou seja, o segurado não se programou para eles, tais como auxílio doença, auxílio acidente, auxílio maternidade, pensão por morte, aposentadoria por incapacidade.
- **Privatização da previdência complementar:** supressão do § 15 do art. 40 e dos §§ 4º, 5º e 6º do art. 202, alterados pelo art. 1º da PEC, e supressão do art. 33 da PEC, que permitem que planos administrados pelo por fundos de pensão (Funpresp, Previ, Petros, entre outros) sejam administrados por entidades abertas de previdência (bancos, empresas privadas etc.).

Além das supressões indicadas acima, as Centrais solicitam que Vossa Excelência modifique o relatório visando, entre muitos outros pontos:

- redução da idade mínima;
- garantia de que o cálculo do valor do benefício tenha por base 70% da média das 80% maiores contribuições, mais 1 ponto percentual para cada ano de contribuição (partindo de 85%);
- melhoria das regras de transição;
- enquadramento por periculosidade (com a supressão dessa expressão constante do art. 19, § 1º, inciso I e § 4º do art. 21);
- eliminação da desconstitucionalização das regras dos regimes previdenciários.

Cordialmente,


Senador Paulo Paim
PT/RS



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução da Proposta de Emenda à Constituição nº 98/2019, a matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 147/2019/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,


Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 3.220, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 156, de 2015), que "Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 28.08.2019.

Atenciosamente,



Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 28/ 8/ 19
hora 10:57

Registra-Processo Legislativo - Mat. 315749
SGM/SLSF

24.579 (OUT/17)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 224/2019/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**


Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 8.240, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 377, de 2016), que "Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 28.08.2019.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 28 / 8 / 19
hora 10:57

Deputada Soraya Santos - Mat. 315740
GCM/GLOF

24.579 (AGO/18)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 225/2019/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**


Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram rejeitadas as emendas nºs. 1 e 2 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.438, de 2019, da Câmara dos Deputados (PLC nº 131, de 2018), que "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 28.08.2019.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 28/ 8/ 19
hora 10: 52

Soraya Santos, Primeira-Secretária, Mat. 315740
COM/GSEF

24.579 (AGO/18)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 243/2019/PS-GSE

Brasília, 28 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 3.715, de 2019, do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 28.08.2019.

Atenciosamente,



Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 28/ 8/ 19
Hora 10:57
Assinatura Soraya Santos Mat. 315749
PSI/PSGF

24.579 (AGO/18)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 773/2019/SGM-P

Brasília, 28 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Rejeição de Medida Provisória**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em sessão realizada no dia 20 de agosto de 2019, o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, em apreciação preliminar, o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 879, de 24 de abril de 2019, do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009", e determinou o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 82758 - 1

24.579 (AGO/18)



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4775, DE 2019

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, (Lei Eleitoral) para determinar a redução à metade e a limitação, pelo prazo de vinte anos, do volume de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, (Lei Eleitoral) para determinar a redução à metade e a limitação, pelo prazo de vinte anos, do volume de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 105-B:

“**Art. 105-B.** Os recursos destinados ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) a que se refere o art. 16-C desta Lei, serão reduzidos, nas eleições do ano de 2020, à metade de seu valor nominal utilizado nas eleições de 2018, e ficam a esse valor limitados, a partir de então, pelo prazo de vinte anos.

Parágrafo único. O limite a que se refere o *caput* deste artigo se refere ao volume global dos recursos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição legislativa se inscreve no contexto das necessárias mudanças nas legislações eleitorais e partidárias, nas quais nos encontramos envolvidos, no sentido de realizar de forma efetiva uma verdadeira mudança na natureza dos partidos políticos, refletindo a expressão da vontade da sociedade civil.

Nessa direção, parece-nos necessário reduzir, até o momento de eliminar, o financiamento público do funcionamento dessas instituições privadas, para lhes favorecer a autonomia e a independência em relação aos poderes públicos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

Um dos temas mais importantes nesse ambiente é sem dúvida a destinação de recursos públicos, oriundos da receita dos impostos que são pagos por toda a sociedade brasileira, para constituir o chamado Fundo Eleitoral, que tem como nome formal Fundo Especial de Financiamento de Campanhas.

Como o Brasil terá eleições municipais no ano de 2020, o relator na Comissão Mista de Orçamento do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, deputado federal Cacá Leão (PP/BA), pretende aumentar, como informa o jornal Valor Econômico do último dia 15 de julho, o valor desse Fundo de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 3,7 bilhões.

Na mesma matéria em que essa informação nos é fornecida, seu autor, Bruno Carazza, mestre em Economia, doutor em Direito e autor da obra *“Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”*, nos fornece, de forma concisa e didática, doze razões para ser conta essa medida, das quais destaco algumas:

1. Partidos e políticos até hoje não se conformam com o fim das doações de empresas. Entre 2012 e 2014, grandes companhias injetaram mais de R\$ 6,8 bilhões em campanhas eleitorais, e a Lava Jato demonstrou que boa parte desse montante era propina travestida de doações oficiais. Não faz sentido, portanto, querer que se compense, com dinheiro público, valores astronômicos alcançados quando as engrenagens da corrupção giravam em alta rotação;

2. Além do fundo eleitoral, os políticos já contam com o fundo partidário, que desde 2013 teve seu valor multiplicado por quatro e neste ano chega a R\$ 810 milhões.

3. Sem regras de governança, o poder de distribuição desses valores bilionários fica nas mãos dos caciques – ou seja, a fâta maior fica com os mesmos que sempre dominaram a política em seus redutos eleitorais.

4. Não cola o argumento de que no ano que vem serão necessários mais recursos porque as eleições serão realizadas em mais de 5.500 municípios. Campanhas para vereador e prefeito são bem mais baratas, pois são realizadas em territórios menores. Em 2016, 83,7% dos vereadores do país conseguiram se eleger usando menos de R\$ 10 mil. No caso dos prefeitos, 74,6% chegaram ao poder gastando abaixo de R\$ 100 mil.

Além desses argumentos, por si só suficiente, acreditamos, para fundamentar uma medida legislativa que reduza os valores do fundo eleitoral, o bem lançado artigo registra também que os casos de candidatos –



SF/19129.01695-88

ar2019-10175





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

de diversas e distintas formações partidárias – que foram bem-sucedidos sem se valer de tantos recursos, e as evidências empíricas de que “com menos dinheiro nas campanhas aumenta a competição eleitoral”, e indica trabalho acadêmico que assim o demonstra.

Bruno Carazza anota, na mesma senda, os novos mecanismos de financiamento de campanha reconhecidos pelas novas leis eleitorais, como as doações pela internet e o chamado “crowdfunding”. Embora ainda tímido nas últimas eleições, essa forma de financiamento pode se tornar mais efetiva, com o que concordamos.

As dificuldades estruturais da Justiça Eleitoral para realizar uma fiscalização mais efetiva crescem quando aumenta a quantidade de dinheiro envolvida, registra o articulista, o que nos parece evidente. Assim, o aumento desses recursos implica outro problema. O artigo, ao final, reconhece que a democracia tem o seu custo, e que realizar eleições no Brasil, país continental, não é barato, mas a solução não é alocar mais dinheiro público nas campanhas, pois “em vez de recorrer ao Erário, partidos e candidatos deveriam desenvolver programas de governo para conquistar não apenas corações e mentes dos eleitores, mas também os seus bolsos”.

Com efeito, entendemos que o dinheiro público destinado ao financiamento de partidos políticos deve ser congelado e progressivamente reduzido, e que essa nova norma jurídica se harmoniza, concretamente, com os melhores propósitos de aperfeiçoamento de nossa legislação eleitoral e partidária no sentido de fortalecer a autonomia da sociedade civil frente ao Estado, fato importante para consolidar a democracia no Brasil.

Ante o exposto, solicitamos aos eminentes pares o imprescindível apoio à tramitação, ao aperfeiçoamento e a à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GIRÃO

ar2019-10175

Página 4 de 5

Parte integrante do Avulso do PL nº 4775 de 2019.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - Lei das Eleições (1997); Lei Geral das Eleições (1997) - 9504/97

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9504>



O Projeto de Lei nº 4775, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4776, DE 2019

Dispõe sobre o uso da planta Cannabis spp. para fins medicinais e sobre a produção, o controle, a fiscalização, a prescrição, a dispensação e a importação de medicamentos à base de Cannabis spp., seus derivados e análogos sintéticos.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (REDE/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre o uso da planta *Cannabis spp.* para fins medicinais e sobre a produção, o controle, a fiscalização, a prescrição, a dispensação e a importação de medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o uso medicinal da planta *Cannabis spp.* e sobre a produção, o controle, a fiscalização, a prescrição, a dispensação e a importação de medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos.

Art. 2º A produção de *Cannabis* para fins medicinais será realizada por pessoa jurídica, autorizada na forma do regulamento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deve abranger, inclusive, associação criada especificamente para esse fim, com fornecimento exclusivo aos associados mediante prescrição médica.

Art. 3º Os medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos estão sujeitos a controle e fiscalização sanitária.

Parágrafo único. A autoridade sanitária federal determinará os requisitos técnicos de segurança e controle do cultivo da planta *Cannabis spp.* para fins medicinais e científicos, assim como os procedimentos específicos para registro e monitoramento de medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Art. 4º Aplica-se aos medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos, no que couber, o disposto nas Leis nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

§ 1º A dispensação de medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos está sujeita a controle especial.

§ 2º O comércio dos produtos a que se refere o *caput* será realizado exclusivamente em farmácias, nos termos da Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º A prescrição e a dispensação de medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), será realizada em conformidade com diretrizes terapêuticas definidas em protocolos clínicos.

Art. 6º A importação direta para uso pessoal de medicamentos à base de *Cannabis spp.*, seus derivados e análogos sintéticos, sem registro sanitário no País, terá procedimento simplificado e de tramitação rápida junto às autoridades sanitárias, aduaneiras e tributárias.

Art. 7º As ações praticadas em conformidade com esta Lei são consideradas lícitas e não caracterizam os tipos penais previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

São crescentes os estudos científicos acerca da planta *Cannabis spp.*, notadamente quando o assunto envolve o tratamento medicinal de doenças graves.



SF/19629.86012-10





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Com efeito, pesquisas evidenciam que substâncias encontradas na referida planta – principalmente o canabidiol (CBD) e o tetrahydrocannabinol (THC) – possuem eficaz aplicação no tratamento de diversas enfermidades severas, entre elas, epilepsia, Alzheimer, Parkinson, Esquizofrenia e esclerose múltipla¹. Há, inclusive, estudos no sentido da eficácia do uso de canabinoides para conter o avanço de câncer maligno².

Durante audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, no dia 09/07/2019, houve relatos de diversos casos de pessoas acometidas por doenças graves (hipotonia, fibromialgia, epilepsia, esclerose múltipla, entre outras) que apresentaram significativa melhora durante o tratamento com medicação à base de canabinoides³.

Diante disso, muitos países – a exemplo de Israel, Canadá, Holanda, Chile e Estados Unidos – permitiram o avanço da regulamentação para fins de pesquisa e produção de medicamentos à base de substâncias encontradas na *Cannabis*, o que possibilitou explorar comercialmente o potencial terapêutico da planta.

Em nosso país, contudo, além de não existir uma regulamentação adequada para fins de pesquisa e produção desses medicamentos, ainda persistem grandes dificuldades relacionadas ao acesso para o uso medicinal seguro da *Cannabis spp.* e seus derivados.

Os maiores prejudicados são os pacientes e seus familiares, que acabam tendo que recorrer à Justiça para fazer valer o direito à saúde. Nesse sentido, a determinação dada no Recurso Especial (REsp) nº 1.657.075 permitiu, pela primeira vez no Brasil, a importação direta de canabidiol para fins terapêuticos.

Atualmente, milhares de pacientes que necessitam do uso terapêutico do *Cannabis spp.* precisam solicitar liberação à Anvisa para

¹ Shrot & Hubbard, 2016; 2. Mahmud, 2016; 3. Prid'homme, 2015; 4. Grotenhermen, 2016; 5. Fischer, Malta, Messas, Ribeiro, 2019). Ver, também, <https://ghmedical.com/diseases>.

² Vide, a propósito, "Prospective analysis of safety and efficacy of medical cannabis in large unselected population of patients with cancer". In: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0953620518300232>, acesso em 27/08/2019.

³ Vide <http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=8734&codcol=834>.



SF/19629.86012-10





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

adquirir o medicamento de origem importada, o que torna o processo muito burocrático, oneroso e demorado.

De fato, regular a produção do *Cannabis spp.* no Brasil possui várias vantagens, como baratear, agilizar e facilitar o acesso de pacientes que precisam do princípio ativo, garantindo o direito à efetiva saúde de cidadãos acometidos por doenças tratáveis com as substâncias da planta, bem como permitir a regulação e fiscalização doméstica da qualidade dos produtos.

O presente projeto legislativo autoriza o plantio controlado do *Cannabis spp.* exclusivamente para fins medicinais por pessoas jurídicas devidamente autorizadas pelo órgão público competente, continuando, pois, proibidos o plantio por pessoa física e o uso recreativo da planta.

Ademais, a presente proposição submete os produtos à base de canabinoides ao regime de controle especial de medicamentos, a serem vendidos exclusivamente em farmácias, ressalvada a distribuição por associações especificamente constituídas para esse fim, mediante prescrição médica de seus associados.

Por essas razões, em face dos fundamentos aqui expostos, submetemos o presente projeto à apreciação dos pares, contando com o imprescindível apoio para que, desta iniciativa, resultem benefícios no sentido de garantir a efetividade do direito à saúde de milhares de pacientes no País.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO ARNS



SF/19629.86012-10



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.991, de 17 de Dezembro de 1973 - Lei de Controle Sanitário de Medicamentos - 5991/73
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;5991>
- Lei nº 6.360, de 23 de Setembro de 1976 - Lei de Vigilância Sanitária sobre Produtos Farmacêuticos - 6360/76
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976;6360>
- Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999 - Lei do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - 9782/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9782>
- Lei nº 9.787, de 10 de Fevereiro de 1999 - Lei dos Genéricos; Lei dos Medicamentos Genéricos - 9787/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9787>
- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>
- Lei nº 13.021, de 8 de Agosto de 2014 - LEI-13021-2014-08-08 - 13021/14
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;13021>



O Projeto de Lei nº 4776, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4779, DE 2019

Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam e atual Fundação Nacional de Saúde – Funasa, contaminadas pelos inseticidas DDT (dicloro-difenil-tricloreto) e Malathion.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam e atual Fundação Nacional de Saúde – Funasa, contaminadas pelos inseticidas DDT (dicloro-difenil-tricloreto) e Malathion.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É assegurada aos trabalhadores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam e, atual, Fundação Nacional de Saúde – Funasa, contaminados pelos inseticidas DDT (dicloro-difenil-tricloreto) e Malathion, pensão mensal especial vitalícia e transferível, correspondente a R\$ 2.075,00 (dois mil e setenta e cinco reais), conforme disposto em Regulamento.

Parágrafo único. A pensão de que trata o *caput* será ajustada anualmente conforme os índices concedidos aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Para a comprovação de condição de beneficiário será admitida a ampla produção de provas documental e testemunhal, e, só em caso necessário, prova pericial.

Art. 3º Para fins de observância do estabelecido no inciso II do art. 5º e no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será estimado o aumento de despesa decorrente do disposto no art. 1º que deverá ser incluído no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei, mantendo-se a referida obrigação financeira nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes, respeitando-se os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 95, de 2016.



Parágrafo único. O aumento de despesas previsto nesta Lei será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na lei de diretrizes orçamentárias que servir de base à elaboração do projeto de lei orçamentária de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 4º A pensão especial prevista no art. 1º, não é acumulável com indenizações que a União venha a pagar decorrentes de responsabilização civil sobre os mesmos fatos, nem impede a fruição de qualquer benefício previdenciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo o disposto no art. 1º produzir efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente àquele em que for implementado o previsto no art. 3º.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de projeto de lei originário de proposição de nossa autoria que havíamos apresentado na Câmara dos Deputados, em 2008, no exercício do mandato de Deputado Federal, que apresentamos, com adaptações, à apreciação deste Senado Federal.

O referido projeto foi arquivado naquela Casa ao final da Legislatura próxima passada, quando já dispunha de parecer favorável, aprovado por unanimidade, na forma de substitutivo, pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Também já contava com relatório favorável da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), pela adequação financeira e orçamentária do projeto e do substitutivo da CSSF, o qual, no entanto, não chegou a ser apreciado.

As autoridades e a sociedade em geral estão conscientes da imensa injustiça cometida contra os agentes de saúde contaminados pelos inseticidas DDT (dicloro-difenil-tricloreto) e Malathion quando realizavam trabalho de campo no combate à dengue, à malária, à febre amarela e a outras doenças endêmicas da Região Amazônica nas décadas de 80 e 90. Os trabalhadores lotados atualmente na Fundação Nacional de Saúde – Funasa eram vinculados à extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam. Manuseavam inseticidas em caráter habitual e permanente, desprovidos de quaisquer treinamentos em medidas de prevenção de danos à saúde e segurança do trabalho, tais como equipamentos de proteção coletivo e individual e esclarecimentos sobre a toxicidade dos produtos utilizados.



SF/19164.20539-14





SF/19164.20539-14

A primeira denúncia de contaminação por DDT e Malathion ocorreu na década de 90. Agentes de saúde da Sucam trabalharam nas campanhas de combate e controle das diversas endemias com produtos químicos sem qualquer proteção ou orientação para uso ou cuidados preventivos. O DDT é um potente inseticida da classe dos organoclorados utilizado para o controle de pragas e endemias. Pode ser absorvido pelas vias cutânea, respiratória e digestiva e, devido à sua lipossolubilidade, acumula-se no tecido adiposo humano, o que determina a sua lenta degradação, com capacidade de acumulação no meio ambiente e em seres vivos, contaminando o homem diretamente ou por intermédio da cadeia alimentar. Apresenta efeito cancerígeno em animais. Na intoxicação aguda grave, atua principalmente no sistema nervoso central provocando inquietação, desorientação, parestesias, alterações do equilíbrio, ataxia, fotofobia, escotomas, cefaleia intensa e persistente, fraqueza, vertigem, convulsões tônico-clônicas, depressão do centro respiratório, coma e morte. A inalação pode causar sintomas como tosse, rinorreia, rouquidão, irritação laringotraqueal, edema pulmonar e bradipneia. Quando ingeridos produzem também náuseas, vômitos, diarreia e cólicas abdominais. Manifestações crônicas descritas são perda de peso, anorexia, anemia leve, tremores, hiperexcitabilidade, ansiedade, cefaleia, insônia, fraqueza muscular e dermatoses (cloracne). O DDT não pode ser usado em lavouras brasileiras desde 1985, e seu uso já foi proibido há muitos anos em outros países.

O Malathion pertence à classe dos inseticidas organofosforados, agrotóxicos capazes de inibir a ação da enzima acetilcolinesterase, podendo levar à polineuropatia, arritmias cardíacas, dermatite alérgica de contato e intoxicação aguda. São substâncias lipossolúveis que podem ser absorvidas pelas vias cutânea, respiratória, e digestiva e distribuem-se por todo o organismo, inclusive o sistema nervoso central. Ao inibir a acetilcolinesterase, os inseticidas organofosforados provocam um estado de hiperestimulação colinérgica, caracterizados por sintomas muscarínicos – salivação, lacrimejamento, transpiração excessiva, miose, náuseas, vômitos, diarreia, tenesmo, incontinência fecal, rinorreia, tosse, broncoespasmo, secreção brônquica excessiva, dispneia, bradicardia, hipotensão arterial, urgência e incontinência urinária. Os sintomas nicotínicos são taquicardia, hipertensão arterial, fasciculação muscular, câimbras, diminuição de reflexos tendinosos e fraqueza muscular generalizada. No sistema nervoso central provocam sonolência, letargia, fadiga, confusão mental, cefaleia, respiração de Cheyne-Stokes, convulsões, coma e depressão do centro respiratório. O contato com o produto pode provocar irritações locais.

O Malathion pode provocar intoxicações graves com sintomas e sinais de comprometimento dos sistemas digestivo, cardiovascular e



nervoso, crises convulsivas generalizadas, coma e óbito. Os servidores da Funasa, que trabalharam sem proteção durante quase 20 anos borrifando casas pelo interior paraense na árdua missão de combater doenças endêmicas graves como a dengue, febre amarela e malária, sofrem hoje as consequências do envenenamento pelos pesticidas DDT e Malathion.

Sendo assim, é mais do que justo o resgate dessa dívida social e a garantia de um mínimo de dignidade aos servidores ainda vivos, que foram vítimas de doença profissional e se encontram atualmente abandonados e entregues à própria sorte. Levando em conta que em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados pela Comissão da Amazônia, foi relatado pelos servidores presentes, que a Funasa teria associado os problemas de saúde ao uso de fumo e álcool, bem como de vida desregrada, ignorando por completo os problemas de saúde enfrentados pelos servidores contaminados, atribuindo as reações a outras substâncias ingeridas.

O presente Projeto de Lei prevê a concessão do direito da pensão especial aos servidores da Funasa que tenham as reações provocadas pelo contato com DDT e Malathion e ficado doentes e incapacitados para o trabalho em virtude da exposição ocupacional. Prevê, ainda, o reajuste pelo Regime Geral de Previdência Social de modo a preservar o poder aquisitivo do beneficiário e protegê-lo de eventuais defasagens no valor do seu benefício.

A adoção da nossa proposta representará um avanço nas conquistas alcançadas pelas pessoas vítimas da contaminação pelos inseticidas citados, com sequelas graves, permitindo a inclusão social desse contingente populacional.

Tendo em vista a relevância da matéria, conto com o apoio dos ilustres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador ZEQUINHA MARINHO



SF/19164.20539-14



LEGISLAÇÃO CITADA

- Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Teto dos Gastos Públicos - 95/16
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2016;95>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - inciso II do artigo 5º
 - artigo 17



O Projeto de Lei nº 4779, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.



Realização de sessão



Realização de sessão especial, amanhã, às 14 horas, destinada a comemorar os 52 anos do Senac/DF, nos termos do Requerimento nº 520/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 721, DE 2019

Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 1284, de 2019.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.

AUTORIA: Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19995.68963-33 (LexEdit)

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 1284/2019, *que confere nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2019.

Senador Elmano Férrer
(PODEMOS - PI)
Vice Líder do Governo





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 722, DE 2019

Urgência para o Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP), Líder do bloco Bloco Paulo Rocha (PT/PA), Líder do bloco Bloco Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Líder do bloco Maioria Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Serra

Em 29/8/2019.

REQUERIMENTO Nº 722 DE 2019



SF/19523.53707-23 (LexEdit)

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 769/2015, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2019.

Recebido em 7 / 8 / 2019

Hora: 20 : 46

Alice Lima Lana
Matrícula 341864 SLSF/SGM

Senador José Serra

Nome do Senador	Assinatura
PAULO ROCHA	
CERONOLATO	
AZILANO DIAS	

Página: 1/4 07/08/2019 14:58:05

a2dc70ddacc91bdc02c5f346fb203e1fc5f63be1



Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 769/2015, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de...

[illegible]

SF/19523.53707-23 (LexEdit)

Página: 2/4 07/08/2019 14:58:05

a2dc70ddacc91bdc02c5f346fb203e1fc5f63be1



Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 769/2015, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de...

[illegible]

Página: 3/4 07/08/2019 14:58:05

a2dc70ddacc91bdc02c5f346fb203e1fc5f63be1



Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 769/2015, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confirmam sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de...

Nome do Senador	Assinatura



SF/19523.53707-23 (LexEdit)

Página: 4/4 07/08/2019 14:58:05

a2dc70ddacc91bdc02c5f346fb203e1fc5f63be1





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 723, DE 2019

Voto de pesar pelo falecimento do casal Eidi Rodrigues de Lima e Romildo Schmidt causado pelas queimadas em Rondônia

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19787.40304-88 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar às filhas, familiares e amigos, pelo falecimento do casal Eidi Rodrigues de Lima e Romildo Schmidt, causado pelas queimadas em Rondônia.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Matéria da BBC Brasil conta a “A trágica história do casal que morreu fugindo de queimada em Rondônia”. Segue um breve relato do caso.

A casa de madeira coberta por lona e palha representava a maior conquista da dona de casa Eidi Rodrigues de Lima, 36, e do companheiro, o produtor rural Romildo Schmidt, 39.

O casal morava no Assentamento Galo Velho, na zona rural de Machadinho D'Oeste, em Rondônia, município a pouco mais de 350 km da capital Porto Velho.

A maior preocupação deles era com as queimadas feitas na região, principalmente durante o período de estiagem. Nos assentamentos da região é comum que



SF/19787.40304-88 (LexEdit)

pequenos produtores coloquem fogo no mato para fazer renovação do pasto, ampliar áreas de criação ou para outras culturas agrícolas.

Desde que chegaram ao assentamento, o casal sempre temeu que as chamas pudessem atingir a propriedade. No dia 13 de agosto, o maior temor do casal se tornou realidade.

Eles viram a casa ser atingida pelas chamas e, enquanto tentavam fugir, morreram. "O fogo se espalhou muito rápido, porque estava ventando muito. Não deu tempo de eles saírem dali. Foi muito triste", diz a filha Jeigislaine à BBC News Brasil.

Relatos das testemunhas apontam que o fogo vinha em direção à parte traseira da propriedade rural do casal.

Conforme apurações iniciais, o segundo incêndio inesperado surpreendeu o casal, que até então planejava sair da propriedade pela frente, em direção contrária ao fogo.

O incêndio consumiu, segundo testemunhas, cerca de 43 hectares da região. A propriedade do casal foi completamente destruída, assim como outros dois sítios da região. Diversos animais também foram atingidos pelas chamas e morreram carbonizados.

O Corpo de Bombeiros não foi ao local na data do incêndio, segundo moradores. "O fogo só parou depois que atingiu toda a mata da região. Estava muito forte. Acho que até os bombeiros teriam dificuldades para controlar. As chamas pararam sozinhas, quando acabaram as partes de mata daquela área", disse um morador.

Os corpos do casal foram encontrados juntos, a cerca de 100 metros de distância da casa deles. Eidi e Romildo se tornaram símbolos do combate ao desmatamento no Brasil.

Em 2019, foram registrados os maiores números dos últimos sete anos.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram registrados, até agosto, 82,2 mil pontos de incêndio pelo país - o número representa 80% a mais que os registros do ano passado.




SF/19787.40304-88 (LexEdit)

Rondônia é o quarto estado com mais registros de queimadas no Brasil. De janeiro até agosto foram 6.441 focos de incêndio, segundo o Inpe.

A lista de estados brasileiros com mais incêndios neste ano é liderada por Mato Grosso (15,4 mil), Pará (10,7 mil) e Amazonas (7,6 mil).

A Nasa apontou que 2019 é o pior ano de queimadas na Amazônia brasileira desde 2010.

Fica registrado meu voto de pesar a morte do casal, Eidi e Romildo, em homenagem as mortes que acontecem diariamente em nosso país, pela brutal desigualdade de renda, pela violência, pelo racismo, pela homofobia e pela luta dos direitos humanos e sociais.

Descasem em paz, Eidi e Romildo.

Espero que a morte deste casal, exemplo de luta e resistência para mulheres e homens do campo e da cidade não fique impune.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2019.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Presidente da Comissão de Direitos
Humanos e Legislação Participativa - CDH



Término de prazos



Encerrou-se em 27 de agosto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 1.284, de 2019. Não foram oferecidas emendas. Foi apresentado requerimento, que será publicado na forma regimental, de audiência da CAE para a matéria. O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 27 de agosto o prazo de interposição de recurso para continuação da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 797, de 2015. Não houve interposição de recurso. Tendo sido rejeitada pela CDR, a matéria vai ao Arquivo.

Encerrou-se em 27 de agosto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2018. Não foram oferecidas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 28 de agosto o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 113, de 2015 – Complementar, 198, de 2015, e 59, de 2018. Não foram oferecidas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 47, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 1853, de 2019, do Senador Lucas Barreto, que Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a fibromialgia entre as doenças que autorizam isenção do imposto de renda das pessoas físicas sobre proventos de aposentadoria ou reforma.

PRESIDENTE: Senador Romário

RELATOR: Senador Flávio Arns

28 de Agosto de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 1.853, de 2019, do Senador Lucas Barreto, que *altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a fibromialgia entre as doenças que autorizam isenção do imposto de renda das pessoas físicas sobre proventos de aposentadoria ou reforma.*



Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 1.853, de 2019, de autoria do Senador Lucas Barreto, altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a fibromialgia entre as doenças que autorizam a isenção do imposto de renda das pessoas físicas sobre proventos de aposentadoria ou reforma – medida prevista no art. 1º da proposição.

O art. 2º, a cláusula de vigência, prevê que a lei originada da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor alega que a gravidade da doença e as dificuldades enfrentadas pelos portadores da moléstia, como a própria dificuldade de estabelecimento do diagnóstico e de acesso à assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), fazem com que os pacientes tenham que arcar com seus parcos recursos para custear o tratamento.

Em vista disso, acredita que a fibromialgia deva estar no rol das doenças graves que ensejam isenção de imposto de renda sobre proventos de aposentadoria ou pensão, de modo a aliviar a carga financeira que recai sobre as pessoas que vivem com a síndrome.



2³

A proposição foi distribuída para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais apreciar o projeto no que tange à proteção da saúde.

Com relação ao mérito, há que reconhecer que a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria de portadores de doenças é medida que busca auxiliar as pessoas com doença grave e incapacitante, que demanda maiores gastos com assistência médica, como é o caso da fibromialgia.

A fibromialgia é doença crônica que causa incapacitação e comprometimento da qualidade de vida. As pessoas por ela acometidas enfrentam inúmeras dificuldades para ter acesso ao diagnóstico e tratamento, haja vista as conhecidas deficiências do nosso sistema público de saúde.

Além disso, essas pessoas estão sujeitas a constrangimentos de diversas ordens, como problemas no âmbito do trabalho e indeferimento de benefícios previdenciários, conforme relatos de pacientes e da associação que os representa, a Associação Brasileira dos Fibromiálgicos (ABRAFIBRO), inclusive em audiência pública realizada no âmbito desta Comissão, em 2016.

De lá para cá, a situação não se alterou e, como doença crônica incapacitante, a fibromialgia demanda ações do Poder Público que contribuam para minorar o sofrimento e o impacto financeiro que provoca na vida de seus portadores.

Assim, acreditamos ser louvável a iniciativa ora analisada, de incluir a fibromialgia no rol das doenças graves que ensejam isenção de imposto de renda sobre proventos de aposentadoria ou pensão.



SF/19695.32784-11



4

3

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.853, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAS, 28/08/2019 às 09h30 - 37ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. MECIAS DE JESUS PRESENTE
EDUARDO GOMES	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCELO CASTRO	3. VAGO
LUIZ DO CARMO PRESENTE	4. MAILZA GOMES
LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE	5. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO
ROMÁRIO PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
LEILA BARROS PRESENTE	1. JORGE KAJURU PRESENTE
WEVERTON	2. CID GOMES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO PRESENTE
ELIZIANE GAMA PRESENTE	4. MARCOS DO VAL PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
HUMBERTO COSTA	1. PAULO PAIM PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO PRESENTE	2. PAULO ROCHA PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR
PSD	
TITULARES	SUPLENTES
NELSINHO TRAD PRESENTE	1. CARLOS VIANA PRESENTE
IRAJÁ	2. LUCAS BARRETO
OTTO ALENCAR	3. SÉRGIO PETECÃO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
JAYME CAMPOS PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 IZALCI LUCAS
 MAJOR OLÍMPIO
 AROLDE DE OLIVEIRA





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1853/2019)

NA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR FLÁVIO ARNS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO.

28 de Agosto de 2019

Senador ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 48, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 580, de 2019, do Senador Alvaro Dias, que Destina percentual da arrecadação de loterias para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap).

PRESIDENTE: Senador Romário

RELATOR: Senadora Rose de Freitas

28 de Agosto de 2019



PARECER Nº 48 DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o Projeto de Lei nº 580, de 2019, do Senador
Alvaro Dias, que *destina percentual da
arrecadação de loterias para o Fundo Especial
para Calamidades Públicas (Funcap)*.



Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

I – RELATÓRIO

Chega para o exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei (PL) nº 580, de 2019, do Senador Alvaro Dias, que *destina percentual da arrecadação de loterias para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap)*.

Pelo art. 1º da proposição, autoriza-se a Caixa Econômica Federal a destinar um ponto percentual da arrecadação total de todas as loterias para o Funcap, sendo deduzido do valor destinado ao prêmio bruto.

De acordo com o art. 2º, a cláusula de vigência é imediata à publicação da Lei.

Segundo o autor, *nos últimos dez anos, o fundo não tem recebido recursos. Assim, na ausência de recursos para esse atendimento imediato*, em situações de calamidade, os governos municipais e estaduais precisam recorrer à União, de maneira *desesperada [...] via de regra, sem muito êxito, pelo menos na velocidade requerida*. Afirma também que:

Somente essa fonte de recursos já geraria, no médio e longo prazo, um volume de recursos significativo para atender esse tipo de situação. [...] Além disso, os recursos serão destinados a atender situações emergenciais em qualquer parte do país.



2³

O projeto foi distribuído para o exame desta Comissão e, em decisão terminativa, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 100, incisos II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Assuntos Sociais *opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde*, assim como *outros assuntos correlatos*.

Previsto pela Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP) é de natureza contábil e financeira e vinculado ao atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). O Funcap tem por finalidade custear ações tanto *de prevenção em áreas de risco de desastre* quanto *de recuperação de áreas atingidas por desastres em entes federados que tiverem a situação de emergência ou o estado de calamidade pública*.

Segundo o estudo “Prejuízos Causados pela Seca de 2012 ao 1º Semestre de 2017”, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), foram realizadas 32.746 decretações de situação anormal nesse período, devidas a situações de emergência ou a estados de calamidade pública diversos no período. São prejuízos que correm na casa dos bilhões de reais.

Por isso, é de extrema relevância que se mantenha o Funcap com recursos suficientes para atender seus objetivos. Vemos que o fluxo constante dos recursos advindos das loterias é a melhor solução. Com o percentual pretendido pela proposição, seriam arrecadados ao Fundo cerca de R\$ 140 milhões por ano, se calcularmos os valores pelas arrecadações dos anos de 2017 e 2018.

Acreditamos que percentual de destinação pretendido possa ser retirado do pagamento de prêmios e do recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação sem causar prejuízos às diversas modalidades lotéricas.

Vemos, pois, que o PL nº 580, de 2019, é meritoso.

Com relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não observamos óbices.



SF/19574.55566-34



Quanto à boa técnica legislativa e à redação, é importante que corriamos alguns pontos. O principal é a necessidade de adequar a proposição à norma correta. Desde a Medida Provisória nº 846, de 2018, convertida na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a destinação do produto da arrecadação das loterias está bem regulada e não mais em leis esparsas. Por isso, a alteração pretendida deve ser feita nos dispositivos da lei correta.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 580, de 2019, na forma do Substitutivo que apresentamos.

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 580, DE 2019

Altera os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar 1% da arrecadação das modalidades lotéricas ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 15, 16, 17, 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 15.

.....

II -

.....

g) 17,39% (dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador da loteria federal;



4⁵

h) 59% (cinquenta e nove por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

i) 1% (um por cento) para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP).” (NR)

“Art. 16.

II -

h) 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos numéricos;

i) 42,79% (quarenta e dois inteiros e setenta e nove centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

j) 1% (um por cento) para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP).

..... ” (NR)

“Art. 17.

II -

j) 20% (vinte por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognóstico específico;

k) 49% (quarenta e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

l) 1% (um por cento) para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP).” (NR)

“Art. 18.

II -

h) 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos;



6

5

i) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

j) 1% (um por cento) para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP).” (NR)

“Art. 20.

VI - 18,3% (dezoito inteiros e três décimos por cento) para as despesas de custeio e manutenção do agente operador da Lotex;

VII - 64% (sessenta e quatro por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

VIII - 1% (um por cento) para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP).” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de agosto de 2019

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora ROSE DE FREITAS, Relatora





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CAS, 28/08/2019 às 09h30 - 37ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS		1. MECIAS DE JESUS	PRESENTE
EDUARDO GOMES		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MARCELO CASTRO		3. VAGO	
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	5. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARA GABRILLI		1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO	
ROMÁRIO	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	4. VAGO	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
WEVERTON		2. CID GOMES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	4. MARCOS DO VAL	PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. PAULO PAIM	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR	
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
IRAJÁ		2. LUCAS BARRETO	
OTTO ALENCAR		3. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 IZALCI LUCAS
 MAJOR OLÍMPIO
 AROLDE DE OLIVEIRA





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 580/2019)

NA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA ROSE DE FREITAS, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO).

28 de Agosto de 2019

Senador ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 112, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2019, que Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para estabelecer o regime de execução obrigatória das programações que especifica; dá nova redação ao art. 20 da Constituição Federal e aos arts. 107 e 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e revoga o § 1º do art. 167 da Constituição Federal.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Cid Gomes

28 de Agosto de 2019



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador CID GOMES

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2019, que “Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para estabelecer o regime de execução obrigatória das programações que especifica; dá nova redação ao art. 20 da Constituição Federal e aos arts. 107 e 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e revoga o § 1º do art. 167 da Constituição Federal”.

Relator: Senador **CID GOMES****I – RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 98, de 2019. A referida proposta teve origem a partir da PEC nº 34, de 2019, a qual, além de ter originado a esta PEC em análise, resultou também na Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019, que “altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal”.

A PEC nº 34, de 2019, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 5 de junho de 2019. O texto aprovado foi constituído por uma parte previamente aprovada pelo Senado Federal, em 3 de abril de 2019, a qual originou a Emenda Constitucional nº 100, de 2019. A outra parte, formada a partir de acréscimos em relação ao texto deliberado pelo Senado, foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados também no dia 5 de junho



2³

de 2019. Essa nova parte, com acréscimos em relação ao texto aprovado pelo Senado, constitui a proposição ora em análise.

Os seguintes dispositivos, em resumo, compõem a PEC nº 98, de 2019.

Alterações do art. 165 da Constituição Federal:

- a) delimitação e restrição do conceito de “dever de execução”;
- b) criação de um anexo nas leis de diretrizes orçamentárias para previsão de agregados fiscais e proporção de recursos a serem destinados a investimentos;
- c) autorização de que as leis orçamentárias anuais tragam previsões de despesas para exercícios seguintes ao que se refere, com ênfase em investimentos plurianuais;
- d) delimitação da obrigação do regime de orçamento impositivo apenas à União; e,
- e) instituição de um banco de projetos de investimentos centralizado da União.

Alteração no art. 166 da Constituição Federal:

Estabelecimento do limite de 1% da receita corrente líquida estimada no projeto encaminhado pelo Executivo para a aprovação das emendas de bancadas estaduais, nos moldes da sistemática existente para as emendas individuais. Desse montante, pelo menos metade deverá ser destinada a investimento.

Alteração no art. 167 da Constituição Federal:

Revogação do § 1º para retirar a exigência de que todo investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro somente



possa ser iniciado com prévia inclusão no plano plurianual, ou por lei que autorize essa inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Alteração no art. 20 da Constituição Federal:

Substituição da expressão “órgãos da administração direta da União” por, simplesmente, “União”.

Alteração no art. 107 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT):

Exclusão do Novo Regime Fiscal, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, conhecido como “teto de gastos”, das transferências a estados e municípios de parte dos valores arrecadados pela União com leilões de petróleo dos chamados excedentes da cessão onerosa e da despesa decorrente da revisão do contrato da cessão onerosa celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Inclusão do art. 115 no ADCT:

Estabelecimento dos percentuais a serem transferidos e da forma de definição dos critérios e condições para essas transferências.

Foram oferecidas 3 emendas à proposta. A emenda nº 1, de autoria da Senadora Eliziane Gama suprime os art. 2º e 4º da proposição; a emenda nº 2, de autoria do Senador Alessandro Vieira, altera o § 21 do art. 166 da Constituição Federal, na forma do art. 2º da proposição; e a emenda nº 3, também de autoria do Senador Alessandro Vieira, altera o art. 3º da proposta.

É o relatório.

II – ANÁLISE

1. Da Constitucionalidade, Juridicidade e Regimentalidade

Em relação à constitucionalidade formal da PEC, não há qualquer defeito que impeça sua tramitação ou aprovação. Com efeito, ela teve origem em PEC subscrita pela quantidade constitucionalmente exigida de parlamentares (art. 60, I, da Constituição), e não está em vigor qualquer



SF/19445.90928-70



das situações caracterizadoras do limite circunstancial ao poder constituinte derivado reformador (a saber, a intervenção federal, o estado de defesa ou o estado de sítio, nos termos do § 1º do mesmo art. 60).

Quanto à constitucionalidade material, não verificamos qualquer violação às cláusulas pétreas explícitas ou implícitas. Poder-se-ia considerar que a PEC, ao modificar a natureza jurídica de (parte) do orçamento (de autorizativo para impositivo) estaria violando a independência do Poder Executivo – e, por conseguinte, a cláusula pétrea da separação de poderes (art. 2º, combinado com art. 60, § 4º, III, da Constituição). Todavia, assim não entendemos, e por duas razões distintas e complementares.

Em primeiro lugar, porque, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o caráter de cláusula pétrea de um dispositivo não significa a intangibilidade literal do seu texto, mas apenas a proteção ao seu núcleo essencial (cf. STF, Pleno, ADI nº 2.024/DF). Ora, não se pode dizer que a transformação do orçamento em impositivo, ainda que fosse total, violasse o âmago da separação de poderes; basta lembrar que o país que adotou a mais rígida vertente da teoria de Montesquieu sobre a divisão das funções, os Estados Unidos da América, adotam um orçamento de caráter notadamente impositivo.

Demais disso, a iniciativa da lei orçamentária continua sendo exclusiva do Chefe do Executivo – que possui, nunca é demais lembrar, poder de veto em relação à versão aprovada pelo Congresso Nacional. Como se não bastasse, temos também o precedente da Emenda Constitucional nº 86, de 2015, que transformou em impositiva a execução financeira e orçamentária das emendas individuais, movimento em tudo semelhante ao que se está aqui propondo, e que nunca sofreu questionamentos sérios quanto à sua constitucionalidade no aspecto que aqui interessa, já que a cautelar deferida na ADI nº 5.595/DF trata de outras temáticas.

Em relação à juridicidade e à regimentalidade, verifica-se que estão atendidas, já que a tramitação da PEC respeitou o disposto no Regimento Interno deste Senado Federal, e a norma jurídica que se quer instituir é dotada de potencial coercitivo, além de veiculada pelo instrumento juridicamente adequado.



SF/19445.90928-70



Quanto às emendas apresentadas, todas atendem aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

2. Do Mérito

Inicialmente, frisamos que o presente parecer corrobora em seus aspectos essenciais o trabalho da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que apreciou a matéria, em especial do deputado federal Carlos Henrique Gaguim, relator da matéria naquela Comissão, e, em última instância, do Plenário da Câmara dos Deputados, conforme texto aprovado em 5 de junho de 2019.

2.1 Art. 165, § 11, da Constituição

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 100, de 2019, fica estabelecido “o dever de executar as programações orçamentárias” (art. 165, § 10, da Constituição). Ao determinar que a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, o texto permite diversas interpretações sobre quais programações geram ou não efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Com o acréscimo do § 11, pretende-se esclarecer o que é a impositividade do orçamento público, definindo de forma objetiva quais programações orçamentárias são objeto do dever de execução.

2.2 Art. 165, §§ 12 e 14, e revogação do § 1º do art. 167, da Constituição

Objetiva-se, ao introduzir os §§ 12 e 14 ao art. 165 da Constituição, criar ferramentas de transparência e controle visando um processo diferenciado para a alocação de recursos a projetos, mais especificamente, investimentos. Às leis de diretrizes orçamentárias é acrescentado um anexo que conterà, para o exercício a que se refere e pelo menos para os dois subsequentes, a previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento. No tocante às leis orçamentárias anuais, reforçando o caráter de planejamento do orçamento público, é permitido a elas conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com especificação dos investimentos plurianuais e os



SF/19445.90928-70



em andamento. Ressalte-se que esse dispositivo amplia o entendimento do consagrado princípio orçamentário da exclusividade, insculpido no § 8º do art. 165 da Constituição. Ademais, vale notar que, enquanto a lei orçamentária fixa a despesa para o exercício a que se refere, para os dois exercícios financeiros ela trará uma previsão (sem caráter vinculante) de despesas, com detalhamento dos investimentos.

Somada a essas iniciativas, há a determinação para que a União organize e mantenha registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira. Trata-se de iniciativa louvável, haja vista que esse banco de projetos poderá auxiliar o planejamento de alocação de recursos públicos.

Essas mudanças, de certa forma, estão alinhadas com a revogação do § 1º do art. 167, que prevê que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão. Com isso, o novo sistema orçamentário traz para o orçamento anual e a respectiva lei de diretrizes orçamentárias a previsão e a orientação dos investimentos, incluindo os planos plurianuais.

A lógica de transferir essa decisão do plano plurianual para os instrumentos anuais é interessante para reforçar um caráter mais estratégico daquele e mais tático destes. Afinal, as dotações orçamentárias são definidas em última instância nas leis orçamentárias anuais. Porém, consideramos essencial manter o mandamento constitucional atual (§ 1º do art. 167) de que todo investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. Isso porque o planejamento de médio prazo, sob encargo do plano plurianual, não pode prescindir de identificar os investimentos prioritários e a sua ligação com os programas e ações do governo. Sendo assim, estamos propondo apenas a suspensão temporária por quatro exercícios financeiros (vigência do próximo plano plurianual) para que os novos instrumentos propostos disponham de liberdade para serem concebidos e adaptados à prática orçamentária atual e, só após esse período, devem ser compatibilizados com as exigências do plano plurianual.

2.3 Art. 165, § 13, da Constituição



SF/19445.90928-70



O art. 165 da Constituição define o modelo de sistema orçamentário brasileiro, a ser observado não só pela União, mas também pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Trata-se do princípio da simetria, o qual impõe aos demais entes federados a adoção, sempre que possível, em suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, dos princípios fundamentais e das regras de organização existentes na Constituição da República, principalmente aquelas relacionadas à estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação. Portanto, eventuais alterações promovidas no art. 165 impactariam diretamente todos os entes federados.

Entretanto, com a introdução do § 13, fica claro que o novo modelo de sistema orçamentário impositivo deve ser aplicado somente aos orçamentos fiscal e da seguridade social no âmbito da União. De qualquer forma, não há impedimento para a adoção do orçamento impositivo por outros entes federados, caso assim decidam suas respectivas casas legislativas. Basta, para isso, que sejam alteradas suas constituições ou leis orgânicas no tocante ao orçamento.

2.4 Art. 166, § 21, da Constituição

O Substitutivo da PEC nº 34, de 2019, aprovado pelo Senado Federal em 3 de abril de 2019, não estendeu às emendas de bancada estadual o mesmo regime adotado para as emendas individuais quanto a seu montante máximo de aprovação no projeto de lei orçamentária anual, constante do § 9º do art. 166 da Constituição.

Aparentemente, haveria uma lacuna normativa quanto ao procedimento a ser adotado pelo Congresso Nacional quando da apreciação das emendas de iniciativa de bancada ao projeto de lei orçamentária anual. Essa lacuna, entretanto, não há.

As normas de regência das emendas de bancada resultam da combinação de disposições que já integram a EC 100/2019 com as novas regras que buscamos trazer por intermédio desta proposta de PEC. Em poucas palavras, a impositividade das emendas de bancada estará limitada à 1% da Receita Corrente Líquida, o que não impedirá, no entanto, que as emendas de bancada sejam origem, em seu conjunto, de programações que excedam esse valor.



SF/19445.90928-70



Desse modo, propomos a retirada do § 21 do art. 166 do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, em 5 de junho de 2019, que definiu em 1% da Receita Corrente Líquida do projeto de lei orçamentária o limite para a aprovação de emendas de bancada estadual.

2.5 Art. 20 da Constituição

A alteração promovida no § 1º do art. 20 da Constituição altera a expressão “aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União” para “à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”, direcionando a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais para o ente federativo titular da receita patrimonial a que se refere. Cabe ressaltar que essa alteração do texto constitucional foi incluída pela Câmara dos Deputados ainda quando da apreciação da PEC nº 34, de 2019, a partir do relatório, de 4 de junho de 2019, do relator na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim. Isso significa que a alteração não fazia parte do texto inicial da proposição e não foi objeto de análise anterior por parte do Senado Federal. Pela justificativa que agora acolhemos a alteração teria por objetivo apenas corrigir inadequação da Constituição de forma a promover a boa técnica legislativa.

2.6 Art. 107, § 6º, V, do ADCT

Assim como a alteração do art. 20 da Constituição, a alteração do art. 107, § 6º, V, do ADCT não fazia parte do texto original da PEC nº 34, de 2019 e foi incluído a partir do relatório, de 4 de junho de 2019, do Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim. O objetivo do dispositivo é excluir do chamado “teto de gastos” as transferências a estados e municípios de parte dos valores arrecadados pela União com leilões de petróleo dos chamados excedentes da cessão onerosa e a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa com a Petrobras. Julgamos oportuna a iniciativa do citado relator, uma vez que o assunto guarda relação com as regras orçamentárias e financeiras do Novo Regime Fiscal, mais especificamente com o rol de despesas que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Destaque-se, contudo, que o texto aprovado exclui da base de cálculo e dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, as “transferências, ‘autorizadas por lei’ (frisamos), a Estados, Distrito



SF/19445.90928-70



Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes (...). Na verdade, essas transferências devem ser obrigatoriamente realizadas pelo próprio comando do art. 115 proposto para o ADCT, e nos exatos percentuais por ele definidos. Portanto, propomos a supressão do trecho “autorizadas por lei”.

2.7 Art. 115 do ADCT

O art. 115 obriga a União a transferir 15% a Estados e ao Distrito Federal e 15% aos Municípios, segundo critérios e condições estabelecidos em lei, dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei 12.276, de 30 de junho de 2010, descontada a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa de que trata a mesma lei. Assim como a alteração do art. 20 da Constituição e do art. 107, § 6º, do ADCT, o dispositivo em tela não fazia parte do texto inicial da PEC nº 34, de 2019 e não foi objeto de análise anterior por parte do Senado Federal. A alteração do art. 115 do ADCT foi incluída a partir do relatório, de 4 de junho de 2019, do Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim.

Impende registrar que o citado relatório previa que os critérios e condições para as transferências seriam estabelecidos em lei de iniciativa do Presidente da República. Entretanto, o texto aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados foi aperfeiçoado no sentido de que a expressão “de iniciativa do Presidente da República” fosse suprimida. Manifestamo-nos favoravelmente à decisão do Plenário da câmara baixa de permitir a iniciativa de uma lei tão importante ao equilíbrio federativo não apenas ao Presidente da República, mas também a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional. Trata-se de decisão que valoriza a participação do Poder Legislativo em assunto da maior importância para nossa Federação.

Entretanto, em nossa avaliação, há espaço para aperfeiçoamentos adicionais no dispositivo. Nossa Constituição atribui papel de maior destaque ao desenvolvimento regional, sendo a redução das desigualdades regionais um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, um dos instrumentos centrais de sustentação do federalismo fiscal brasileiro é a partilha das receitas arrecadadas pela União, na qual se inserem os Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Assim sendo, para a distribuição dos valores arrecadados



SF/19445.90928-70



11
10

com os leilões dos volumes excedentes relativos à cessão onerosa à Petrobras do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, podem ser usados os já consagrados critérios do FPE e do FPM. Com isso, o processo de definição dos critérios de distribuição passa a ser não apenas célere e transparente, mas sobretudo justo, haja vista que a distribuição ocorrerá nos mesmos termos de fundos constitucionais que sustentam o federalismo brasileiro do ponto de vista fiscal desde antes mesmo do nascimento de nossa Carta Magna.

Com relação às emendas apresentadas, rejeitamos as emendas de nºs 1 e 2, porque a primeira exclui dispositivos que visam justamente a esclarecer o que é a impositividade do orçamento público, enquanto a rejeição da segunda baseia-se nas mesmas razões já apresentadas neste relatório para a exclusão do § 21 do art. 166.

Por sua vez, acolhemos parcialmente a emenda nº 3, na forma da subemenda que apresentamos, cujo objetivo é restringir a destinação dos recursos transferidos aos entes subnacionais para investimentos e aportes aos fundos previdenciários, e explicitar as destinações vedadas.

Para concluir, consideramos que a aprovação desta PEC constituirá um passo adicional no aperfeiçoamento de nossa Federação.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2019, e de todas as emendas apresentadas, e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2019, com as emendas que apresentamos, pela aprovação parcial da Emenda nº 3, na forma de subemenda, e pela rejeição das emendas de nºs 1 e 2.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Dê-se a ementa da PEC nº 98, de 2019, a seguinte redação:

“Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para estabelecer o regime de execução obrigatória das programações que especifica; dá nova redação ao art. 20 da Constituição Federal e ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; insere



SF/19445.90928-70



12

11

o art. 115 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e suspende o § 1º do art. 167 da Constituição Federal”.

EMENDA Nº 5 – CCJ

Exclua-se o § 21 do art. 166 da Constituição Federal na forma do art. 2º da PEC nº 98, de 2019.

EMENDA Nº 6 – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na forma do art. 3º da PEC nº 98, de 2019:

“Art. 107.

.....

§ 6º.

.....

V – transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa de que trata a mesma Lei.

.....” (NR)

EMENDA Nº 7 – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º da PEC nº 98, de 2019:

“Art. 4º Fica suspensa a eficácia do disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal por quatro exercícios financeiros.”

EMENDA Nº 8 – CCJ

Insira-se o seguinte parágrafo único no art. 5º da PEC nº 98, de 2019:



$$\begin{array}{r} 13 \\ 12 \end{array}$$

“Art. 5º

Parágrafo único. O § 12 do art. 165 da Constituição Federal somente produzirá efeitos a partir da execução orçamentária do segundo exercício financeiro subsequente à data de publicação desta Emenda Constitucional.”

SUBEMENDA N° 1-CCJ À EMENDA N° 3 – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na forma do art. 3º da PEC nº 98, de 2019:

“Art. 115. A União transferirá, dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, descontada a despesa decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa de que trata a mesma Lei, 15% (quinze por cento) a Estados e Distrito Federal e 15% (quinze por cento) aos Municípios, distribuídos segundo critérios, respectivamente, do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal, de que trata o art. 159, inciso I, alínea “a”, e do Fundo de Participação dos Municípios, de que trata o art. 159, inciso I, alínea “b”, ambos dispositivos da Constituição Federal, para serem destinados a investimentos e aportes a fundos previdenciários de servidores públicos dos respectivos entes.

Parágrafo único. É vedada a destinação dos recursos de que trata o *caput* para o pagamento de despesas de custeio, de pessoal ativo e inativo e de pensionistas, exceto quando se referirem a aportes aos fundos previdenciários mencionados no *caput*.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





14

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 28/08/2019 às 10h - 49ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS	PRESENTE	5. MAJOR OLIMPIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
CID GOMES	PRESENTE	2. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	PRESENTE
WEVERTON	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
PAULO PAIM	PRESENTE	2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR		1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	PRESENTE
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE





Senado Federal

15

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

STYVENSON VALENTIM

ZENAIDE MAIA

IZALCI LUCAS

JAYME CAMPOS



DECISÃO DA COMISSÃO**(PEC 98/2019)**

NA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA COM AS EMENDAS DE RELATOR NºS 4-CCJ A 8-CCJ, FAVORÁVEL À EMENDA Nº 3, NOS TERMOS DA SUBEMENDA Nº 1-CCJ, E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 1 E 2.

28 de Agosto de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 2130, de 2019, que Altera o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências, para estabelecer limites de emissão sonora para os fogos de artifício.

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

RELATOR: Senador Styvenson Valentim

28 de Agosto de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 2.130, de 2019, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *altera o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências, para estabelecer limites de emissão sonora para os fogos de artifício.*



Relator: Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Trata-se da apreciação, pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), do Projeto de Lei (PL) nº 2.130, de 2019, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que *altera o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências, para estabelecer limites de emissão sonora para os fogos de artifício.*

O art. 1º da proposição promove o acréscimo de art. 7º-A ao referido Decreto-Lei, de modo a vedar a fabricação, a comercialização e a importação de fogos de artifício das classes B, C e D, que não atendam às especificações regulamentares de emissão sonora. Conforme dispõe o parágrafo único desse artigo, os limites sonoros serão definidos de modo a proteger a saúde de pessoas e animais.

Por fim, o art. 2º do projeto prevê que a vigência da lei dele originada terá início após decorridos 180 dias da data de sua publicação.

O PL nº 2.130, de 2019, resultou da aprovação da Sugestão (SUG) nº 4, de 2018, originária da Ideia Legislativa nº 96.952, acerca da proibição de fogos de artifício que produzem ruídos.



2³

O projeto aprovado pela CDH, em vez de proibir totalmente o uso de fogos de artifício com estampido, determinou a regulamentação dos limites de emissão sonora desses produtos pelo órgão competente do Poder Executivo.

A matéria foi distribuída à apreciação da CMA, de onde seguirá para a análise do Plenário do Senado Federal, e não foi objeto de emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), dispor sobre matérias concernentes à defesa do meio ambiente. Esse é o objeto do PL nº 2.130, de 2019, que estabelece medidas de controle da poluição sonora provocada pelos fogos de artifício. A distribuição da proposição a este Colegiado atende, portanto, aos preceitos regimentais. Da mesma forma, foram obedecidos os requisitos previstos para a tramitação da iniciativa.

Quanto à constitucionalidade da proposição sob exame, nada há a obstar sua aprovação, visto ser competência da União legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conforme dispõe o inciso VI do art. 24 da Constituição Federal. Também não há reparos a fazer quanto à juridicidade e à técnica legislativa da matéria.

Em relação ao mérito, consideramos a medida oportuna.

Há diversos estudos que demonstram o efeito deletério do barulho intenso provocado pelos fogos de artifício nos animais silvestres, especialmente nos pássaros.

Um dos mais citados é um estudo multidisciplinar holandês, em que foram empregados radares para analisar o comportamento de aves aquáticas imediatamente após o foguetório da virada de ano. Os registros evidenciaram o voo desordenado e em massa de dezenas de milhares de animais, além da ocorrência de muitas mortes, resultantes do choque contra obstáculos invisíveis durante a noite.

Os animais domésticos também são muito afetados pelo barulho das explosões de fogos de artifício. São frequentes os relatos de cães e gatos que fugiram, se machucaram ou tiveram ataques de pânico quando



SF/19790.32076-10



ocorriam shows pirotécnicos nas proximidades. Com efeito, a audição muito sensível desses animais torna o ruído dos fogos ainda mais perturbador.

Não que os seres humanos estejam imunes aos efeitos perniciosos dos ruídos provocados por fogos de artifício. A diferença é que, por compreenderem o contexto e o significado dos fogos, as pessoas aprendem a lidar com esse agente estressor. Por outro lado, bebês, crianças pequenas e pessoas com transtornos mentais podem apresentar sofrimento quando expostas ao barulho dos fogos de artifício.

Nesse sentido, mas considerando, de outro lado, a importância que os fogos de artifício têm como manifestação cultural popular para os brasileiros, julgamos apropriada a forma como a CDH encaminhou a questão.

Em vez de instituir uma proibição total, aquele Colegiado propôs o estabelecimento de limites de emissão sonora para os fogos de artifício produtores de ruído, ou seja, para aqueles das classes B, C e D, conforme especifica o Decreto-Lei nº 4.238, de 1942. Os fogos da classe A não têm estampido ou têm quantidade de pólvora inferior a 0,2g por peça, por isso não provocam poluição sonora significativa.

Ressalte-se que o referido Decreto-Lei já determina em quais circunstâncias é possível utilizar cada classe de produto. Por exemplo, os fogos da classe C somente podem ser vendidos a maiores de 18 anos e sua queima depende de licença da autoridade competente, com hora e local previamente designados, quando feita dentro do perímetro urbano. Já os da classe D somente podem ser utilizados com licença prévia, independentemente do local de uso.

A matéria será regulada adicionalmente pelo Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018, que *aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados*. Esse decreto somente entrará em vigor 390 dias após a data de sua publicação, quando, então, revogará o atual regulamento, o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.

Cumpre salientar que ambas as normas são voltadas precipuamente para questões de segurança, e não abordam a questão tratada pelo PL nº 2.130, de 2019, qual seja, a proteção de pessoas e animais contra a poluição sonora provocada pelos fogos de artifício.



SF/19790.32076-10



4⁵

III – VOTO

Em visto do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.130, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CMA, 28/08/2019 às 14h - 34ª, Extraordinária
 Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCIO BITTAR	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	2. JOSÉ MARANHÃO	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ALVARO DIAS	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	4. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAQUES WAGNER		1. JEAN PAUL PRATES	
TELMÁRIO MOTA		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
OTTO ALENCAR		2. OMAR AZIZ	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

JORGE KAJURU
 RODRIGO CUNHA
 ESPERIDIÃO AMIN
 ZENAIDE MAIA
 NELSINHO TRAD
 DÁRIO BERGER
 IZALCI LUCAS
 JUÍZA SELMA





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA

ACIR GURGACZ

MARCOS DO VAL

PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2130/2019)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVOU O RELATÓRIO APRESENTADO PELO SENADOR STYVENSON VALENTIM QUE PASSOU A CONSTITUIR O PARECER DA CMA FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 2130 DE 2019.

28 de Agosto de 2019

Senador FABIANO CONTARATO

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei nº 3725, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015), que Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão.

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

RELATOR: Senador Plínio Valério

28 de Agosto de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o PL 3725 de 2019, Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão.*



SF/19142.83213-97

Relator: Senador **PLÍNIO VALÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o PL 3.725 de 2019, Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 773, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Lei n 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão.*

A Emenda acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, renumera o parágrafo único como § 1º e mantém as alterações promovidas no *caput* desse artigo pelo art. 1º do PLS nº 773, de 2015.

O referido § 1º adicionado ao art. 1º da Lei nº 6.567, de 1978, determina que o aproveitamento das substâncias minerais descritas no *caput* do art. 1º não dispensa o licenciamento ambiental, na forma da legislação vigente.

Ademais, obriga que a exploração de rochas britadas, de calcários empregados como corretivo de solo na agricultura, de rochas ornamentais e de revestimento, e de carbonatos de cálcio e de magnésio empregados em indústrias diversas, se sujeitem a levantamento dos



2³

patrimônios natural e cultural de sua área de ocorrência, conforme definição, caso a caso, pelo órgão ambiental competente.

De acordo com a análise realizada pela Câmara dos Deputados, o PLS nº 773, de 2015, ao acrescentar ao rol dos minerais passíveis de licenciamento “rochas ornamentais e de revestimento” e “carbonatos de cálcio e de magnésio empregados em indústrias diversas”, coloca em risco locais de ocorrência de rochas, tais como calcário e mármore, que apresentam imenso valor natural e cultural e que demandam levantamentos específicos, nos termos da legislação ambiental vigente. Daí, a ressalva promovida pela Emenda, que alega promover o resguardo do patrimônio natural e cultural, nos casos em que isso se fizer necessário, como ocorre nos terrenos onde existem rochas carbonáticas, que geralmente possuem grutas e cavernas, com flora e fauna cavernícolas típicas, além de elementos do patrimônio paleontológico, arqueológico e histórico.

II – ANÁLISE

Conforme comando do art. 102-F do Risf, compete à CMA apreciar assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, caso da Emenda em exame.

No mérito, discordamos da alteração proposta pela Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, a exigência de licenciamento ambiental já consta da legislação. É pacífica a necessidade de licenciamento. Além disso, ao determinar levantamento dos patrimônios natural e cultural, o art. 13 da Lei Complementar nº 140, de 2011, já estabelece que os órgãos intervenientes, como os órgãos ambientais, podem se manifestar a esse respeito no licenciamento. Determina também que sua manifestação não vincula a decisão do órgão licenciador. Ou seja, a emenda dá a quem não tem atribuição o poder de fazer pedido que lhe é estranho, criando um complicador que traz apenas o condão de gerar interpretação confusa.

Por essas razões, somos pela rejeição da Emenda.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 773, de 2015.

jo2019-08566



SF/19142.83213-97



4

3

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19142.83213-97

jo2019-08566





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CMA, 28/08/2019 às 14h - 34ª, Extraordinária
 Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCIO BITTAR	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	2. JOSÉ MARANHÃO	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ALVARO DIAS	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	4. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAQUES WAGNER		1. JEAN PAUL PRATES	
TELMÁRIO MOTA		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
OTTO ALENCAR		2. OMAR AZIZ	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

JORGE KAJURU
 RODRIGO CUNHA
 ESPERIDIÃO AMIN
 ZENAIDE MAIA
 NELSON TRAD
 DÁRIO BERGER
 IZALCI LUCAS
 JUÍZA SELMA





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

AROLDE DE OLIVEIRA

ACIR GURGACZ

MARCOS DO VAL

PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 3725/2019 (Emenda-CD))

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVOU O RELATÓRIO APRESENTADO PELO SENADOR PLÍNIO VALÉRIO QUE PASSOU A CONSTITUIR O PARECER DA CMA CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 3725 DE 2019 (EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 773 DE 2015).

28 de Agosto de 2019

Senador FABIANO CONTARATO

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2018, do Senador Wellington Fagundes, que Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para dispor sobre o registro das Cotas de Reserva Ambiental.

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

RELATOR: Senadora Leila Barros

28 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2018, do Senador Wellington Fagundes, que *altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para dispor sobre o registro das Cotas de Reserva Ambiental.*

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem à deliberação da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 251, de 2018, de autoria do Senador WELLINGTON FAGUNDES, que altera, por meio de seu art. 1º, os arts. 45, 48 e 50 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, instituidora do novo Código Florestal.

As alterações promovidas pelo art. 1º da proposição visam a desobrigar a averbação das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) na matrícula do imóvel no qual se situa a área vinculada ao título e na matrícula do imóvel beneficiário da compensação.

O art. 2º do PLS nº 251, de 2018, estabelece como vigência da lei resultante do projeto a data de sua publicação.

Segundo a justificação da proposta, a conciliação entre a preservação ambiental e a produção agropecuária no Brasil só será possível a partir da aplicação dos instrumentos econômicos e financeiros criados pela Lei nº 12.651, de 2012, destacando-se a CRA. O proponente arrazoa o seu





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

intento, afirmando que a exigência de averbação da CRA na matrícula do imóvel “não condiz com as características e funções que a nova lei florestal imprimiu às áreas de Reserva Legal”, que passaram a ser dispensadas da averbação, bastando seu registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Segue o autor afirmando que, “contudo, permaneceu no novo Código a exigência de que a CRA seja averbada na matrícula do imóvel, o que resulta numa situação não condizente com a regra geral da Reserva Legal”.

A iniciativa chega à CMA para apreciação terminativa, após ter sido aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-F, I e III do RIsf, compete à CMA opinar sobre proteção do meio ambiente, conservação da natureza, defesa da flora e conservação, defesa, exploração e manejo de florestas.

Por se tratar da última comissão a analisar a matéria, cabe ainda avaliar aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Não há inconstitucionalidade a alegar. A matéria diz respeito a florestas, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente e se encontra fundamentada nos dispositivos da Constituição Federal (CF) referentes à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, VI) e à competência do Congresso Nacional (art. 48, *caput*). Não se identificam vícios de injuridicidade nem tampouco problemas de técnica legislativa.

O mérito da questão que se apresenta no Projeto deve ser reconhecido. De fato, a Lei nº 12.651, de 2012, dispensou a averbação da Reserva Legal na matrícula dos imóveis, que era exigida pela lei florestal anterior. Essa medida foi fundamentada na necessidade de simplificação dos instrumentos de proteção da vegetação nativa para torná-los menos burocráticos e onerosos. Mas também, e sobretudo, na concomitante criação



SF/19624.20293-16





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

de um moderno instrumento que possibilita o registro e a organização das informações sobre as propriedades rurais, que é o CAR.

A Cota de Reserva Ambiental é um título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação, que se aplica a territórios sob regime de servidão ambiental, excedente de Reserva Legal, Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e propriedades localizadas no interior de Unidade de Conservação da Natureza (UC) de domínio público que ainda não tenham sido desapropriadas. Portanto, um dos tipos de área sujeita à instituição de CRA é a Reserva Legal, no que exceder a obrigação legal. Contudo, a Reserva Legal já foi dispensada de averbação na matrícula do imóvel pela nova lei florestal.

O CAR é um instrumento mais efetivo para controle das Cotas de Reserva Ambiental do que a averbação na matrícula do imóvel, pois é gerenciado dentro de um sistema informatizado capaz de vincular cada Cota emitida pela entidade pública competente ao imóvel cuja área se vincula à Cota e ao imóvel beneficiário dela. É incoerente permitir o controle da Reserva Legal apenas pelo CAR e exigir a averbação na matrícula do imóvel para a Cota de Reserva Ambiental.

A própria regulamentação da Cota de Reserva Ambiental, estabelecida pelo Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018, que conferiu ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) a competência para emitir a CRA, possibilita, nos termos do art. 19, § 10 do mencionado decreto, a substituição da averbação da CRA pelo registro da emissão e da transferência da Cota no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) quando a CRA for proveniente de Reserva Legal registrada no sistema. Contudo, entendemos que essa possibilidade deve ser estendida para as demais fontes de CRA (áreas sob regime de servidão, RPPN e propriedades não indenizadas em UC de domínio público). Dessa forma, ampliam-se a desburocratização da aplicação dos instrumentos da Lei nº 12.651, de 2012, e a harmonização entre esses instrumentos.



SF/19624.20293-16





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CMA, 28/08/2019 às 14h - 34ª, Extraordinária
 Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCIO BITTAR	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	2. JOSÉ MARANHÃO	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ALVARO DIAS	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	4. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAQUES WAGNER		1. JEAN PAUL PRATES	
TELMÁRIO MOTA		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
OTTO ALENCAR		2. OMAR AZIZ	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

JORGE KAJURU
 RODRIGO CUNHA
 ESPERIDIÃO AMIN
 ZENAIDE MAIA
 NELSINHO TRAD
 DÁRIO BERGER
 IZALCI LUCAS
 JUÍZA SELMA





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA

ACIR GURGACZ

MARCOS DO VAL

PAULO PAIM



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 251/2018, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. MARCIO BITTAR			
CONFÚCIO MOURA				2. JOSÉ MARANHÃO			
MARCELO CASTRO				3. JADER BARBALHO			
LUIS CARLOS HEINZE	X			4. CIRO NOGUEIRA			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PLÍNIO VALÉRIO	X			1. MAJOR OLÍMPIO			
SORAYA THRONICKE				2. ROBERTO ROCHA			
LASIER MARTINS	X			3. ALVARO DIAS	X		
STYVENSON VALENTIM	X			4. EDUARDO GIRÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEILA BARROS	X			1. RANDOLFE RODRIGUES			
ELIZIANE GAMA				2. ALESSANDRO VIEIRA			
FABIANO CONTARATO				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAQUES WAGNER				1. JEAN PAUL PRATES			
TELMÁRIO MOTA				2. PAULO ROCHA			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUCAS BARRETO	X			1. CARLOS VIANA			
OTTO ALENCAR				2. OMAR AZIZ			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. MARIA DO CARMO ALVES			
WELLINGTON FAGUNDES				2. CHICO RODRIGUES			

Quórum: TOTAL 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 28/08/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Fabiano Contarato
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 251/2018)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVOU O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251 DE 2018, NOS TERMOS DO RELATÓRIO DA SENADORA LEILA BARROS.

28 de Agosto de 2019

Senador FABIANO CONTARATO

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”, para incluir como conteúdo obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a instituição do programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos.

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

RELATOR: Senador Luis Carlos Heinze

28 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”, para incluir como conteúdo obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a instituição do programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos.*

Relator: Senador **LUIS CARLOS HEINZE**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 328, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”, para incluir como conteúdo obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a instituição do programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos.*

O art. 1º do PLS nº 328, de 2017, inclui o inciso XII ao *caput* do art. 15 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para acrescentar o programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos ao conteúdo mínimo do Plano Nacional de Resíduos Sólidos elaborado pela União, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

O art. 2º institui a cláusula de vigência a partir da publicação da lei de que resultar o projeto.

A proposição foi encaminhada exclusivamente a esta CMA, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.



II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Meio Ambiente (CMA) opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e controle da poluição, nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este Colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A iniciativa atende aos requisitos de regimentalidade e boa técnica legislativa. Os requisitos de constitucionalidade são, em parte, atendidos pela proposição, tendo em vista que compete à União estabelecer normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI, da Constituição Federal). Ademais, nenhuma cláusula pétrea restou vulnerada (art. 60, § 4º, da CF). No que concerne às atribuições do Congresso Nacional, a ele cabe dispor sobre as matérias de competência da União, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna.

Com relação ao mérito, a proposição procura garantir o reaproveitamento dos resíduos sólidos como insumos para a indústria de reciclagem. Por essa razão, o PLS nº 328, de 2017, institui um programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos cujo objetivo é alavancar o aproveitamento dos resíduos sólidos passíveis de reciclagem, para, desse modo, melhorar a situação econômica de famílias que dependem da coleta desses materiais e o desenvolvimento das empresas desse setor, bem como promover a significativa diminuição da quantidade de resíduos destinados a lixões e aterros.

Contudo, apesar dos nobres objetivos do projeto em análise, observamos que a proposição não atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade obrigatórios à matéria.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

O PLS nº 328, de 2017, pretende que o programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos seja incluído como componente obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que é elaborado pela União sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Desse modo, a proposição dispõe sobre um programa que integra o funcionamento da administração federal, cuja iniciativa é de competência privativa do Presidente da República, conforme dispõe o art. 61, § 1º, da CF.

Ao mesmo tempo, a matéria não inova o ordenamento jurídico. A despeito da louvável preocupação da autora do projeto, entendemos que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2010, em seus arts. 7º, 15, 17 e 19, já contempla as regras pretendidas pela proposição.

Diante do que apresentamos, concluímos que o PLS nº 328, de 2017, deve ser rejeitado.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2017.

Sala da Comissão em, de junho de 2019

Senador **Fabiano Contarato**, Presidente

Senador **Luis Carlos Heinze**, Relator



SF/19093.69277-90





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CMA, 28/08/2019 às 14h - 34ª, Extraordinária
Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCIO BITTAR	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	2. JOSÉ MARANHÃO	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ALVARO DIAS	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	4. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAQUES WAGNER		1. JEAN PAUL PRATES	
TELMÁRIO MOTA		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
OTTO ALENCAR		2. OMAR AZIZ	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

JORGE KAJURU
 RODRIGO CUNHA
 ESPERIDIÃO AMIN
 ZENAIDE MAIA
 NELSON TRAD
 DÁRIO BERGER
 IZALCI LUCAS
 JUÍZA SELMA





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA

ACIR GURGACZ

MARCOS DO VAL

PAULO PAIM



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 328/2017

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. MARCIO BITTAR			
CONFÚCIO MOURA				2. JOSÉ MARANHÃO			
MARCELO CASTRO				3. JADER BARBALHO			
LUIS CARLOS HEINZE		X		4. CIRO NOGUEIRA			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PLÍNIO VALÉRIO		X		1. MAJOR OLÍMPIO			
SORAYA THRONICKE				2. ROBERTO ROCHA			
LASIER MARTINS		X		3. ALVARO DIAS	X		
STYVENSON VALENTIM		X		4. EDUARDO GIRÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEILA BARROS				1. RANDOLFE RODRIGUES			
ELIZIANE GAMA		X		2. ALESSANDRO VIEIRA			
FABIANO CONTARATO				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAQUES WAGNER				1. JEAN PAUL PRATES			
TELMÁRIO MOTA				2. PAULO ROCHA			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUCAS BARRETO		X		1. CARLOS VIANA			
OTTO ALENCAR				2. OMAR AZIZ			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS		X		1. MARIA DO CARMO ALVES			
WELLINGTON FAGUNDES				2. CHICO RODRIGUES			

Quórum: TOTAL 9
Votação: TOTAL 8 SIM 1 NÃO 7 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 28/08/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Fabiano Contarato
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 328/2017)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE REJEITOU O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328 DE 2017, NOS TERMOS DO RELATÓRIO APRESENTADO PELO SENADOR LUIS CARLOS HEINZE.

28 de Agosto de 2019

Senador FABIANO CONTARATO

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2018, do Senador Lasier Martins, que Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

RELATOR: Senadora Leila Barros

28 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2018, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.



SF/19097.44862-15

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) para decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2018, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que institui o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

A proposição tem dois artigos. O primeiro altera o art. 5º da Lei nº 7.797, de 1989, para incluir, entre as aplicações de recursos financeiros consideradas como prioritárias, as destinadas para projetos nas áreas de prevenção, combate e remediação de desastres naturais e de desastres de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

O segundo artigo da proposição estabelece a vigência da lei resultante a partir da data de sua publicação.

Segundo seu autor, o FNMA tem como principal objetivo contribuir, como agente financiador, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente. Desde sua criação, o Fundo apoiou cerca de 1.450 projetos socioambientais, com recursos da ordem de R\$ 266 milhões em projetos e iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais. A matéria propõe que, entre os desastres de origem antrópica, apenas devem ser alvo de destinação dos recursos do FNMA aqueles cuja autoria não puder ser identificada, de modo a evitar que esses recursos sejam destinados a custear as responsabilidades civil, penal e administrativa dos autores que comprovadamente causaram degradação ambiental.

Fui a relatora da matéria na CAE, que decidiu pela sua aprovação com a Emenda nº 1-CAE. A proposição é examinada em decisão terminativa nesta Comissão de Meio Ambiente. Não foram apresentadas emendas. A análise que apresento reproduz o teor do Relatório que apresentei na CAE.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo e dos recursos naturais.

A proposição segue a técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. O projeto harmoniza-se, ainda, com as regras constitucionais sobre competência legislativa da União para tratar da proteção do meio ambiente e do controle da poluição (art. 24, inciso VI), e a iniciativa parlamentar sobre a matéria não é vedada pela Constituição Federal.

A matéria é oportuna e destaca-se sua pertinência no sentido de aperfeiçoar a legislação vigente.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

O projeto intende alterar a Lei do Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 7.797, de 1989) para incluir, entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros desse fundo, a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada.

De acordo com o art. 1º do Decreto nº 3.524, de 26 de junho de 2000, que regulamentou a Lei nº 7.797, de 1989, o Fundo tem natureza contábil e financeira, e se destina a apoiar projetos em diferentes modalidades, que objetivem o uso racional e sustentável de recursos naturais, consoante as prioridades da Política Nacional do Meio Ambiente, incluindo a manutenção, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental.

Entendemos que a proposição é meritória e aperfeiçoa a legislação vigente, sobretudo por possibilitar mais uma fonte de recursos para prevenção, combate e remediação de desastres naturais e de desastres de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada, considerando os elevados custos à sociedade decorrentes desses desastres.

Ainda que a redução do risco de desastres naturais seja um tema relativamente novo, que evoluiu desde a década de 1970, atualmente esses desastres representam um dos maiores problemas enfrentados, a ponto de a Organização das Nações Unidas coordenar, desde o ano 2000, esforços em torno de uma estratégia internacional para redução de sua ocorrência.

No plano doméstico, destacam-se as medidas de adaptação à mudança do clima, que têm no aumento da ocorrência de eventos extremos, como desastres naturais, um de seus principais efeitos previstos. Essas medidas de adaptação objetivam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da alteração climática, nos termos do que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Ainda em relação ao marco regulatório doméstico para prevenção e enfrentamento de desastres naturais, a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estruturou o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC).



SF/19097.44862-15





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Por sua vez, a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, “dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências”.

A CAE já se pronunciou sobre a viabilidade da matéria e seu impacto fiscal, no sentido de que o projeto é viável e se coaduna com os objetivos do FNMA e da legislação vigente.

A CAE também aprovou um ajuste redacional, de modo a não revogar indevidamente os §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 1989, que tratam, respectivamente, da previsão de que os programas ambientais serão periodicamente revistos e anualmente submetidos ao Congresso Nacional e da prioridade, sem prejuízos das ações de âmbito nacional, a ser concedida aos projetos cuja área de atuação ocorra na Amazônia Legal ou no Pantanal Mato-Grossense.

III – VOTO

Considerando o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2018, com a Emenda nº 1-CAE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19097.44862-15





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CMA, 28/08/2019 às 14h - 34ª, Extraordinária
 Comissão de Meio Ambiente

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCIO BITTAR	
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	2. JOSÉ MARANHÃO	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ALVARO DIAS	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	4. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAQUES WAGNER		1. JEAN PAUL PRATES	
TELMÁRIO MOTA		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
OTTO ALENCAR		2. OMAR AZIZ	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

JORGE KAJURU
 RODRIGO CUNHA
 ESPERIDIÃO AMIN
 ZENAIDE MAIA
 NELSINHO TRAD
 DÁRIO BERGER
 IZALCI LUCAS
 JUÍZA SELMA





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA

ACIR GURGACZ

MARCOS DO VAL

PAULO PAIM



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 29/2018 - Nos termos do relatório apresentado

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. MARCIO BITTAR			
CONFÚCIO MOURA				2. JOSÉ MARANHÃO			
MARCELO CASTRO				3. JADER BARBALHO			
LUIS CARLOS HEINZE	X			4. CIRO NOGUEIRA			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PLÍNIO VALÉRIO	X			1. MAJOR OLÍMPIO			
SORAYA THRONICKE				2. ROBERTO ROCHA			
LASIER MARTINS	X			3. ALVARO DIAS	X		
STYVENSON VALENTIM	X			4. EDUARDO GIRÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEILA BARROS	X			1. RANDOLFE RODRIGUES			
ELIZIANE GAMA	X			2. ALESSANDRO VIEIRA			
FABIANO CONTARATO				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAQUES WAGNER				1. JEAN PAUL PRATES			
TELMÁRIO MOTA				2. PAULO ROCHA			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUCAS BARRETO				1. CARLOS VIANA			
OTTO ALENCAR				2. OMAR AZIZ			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. MARIA DO CARMO ALVES			
WELLINGTON FAGUNDES				2. CHICO RODRIGUES			

Quórum: TOTAL 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 28/08/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Fabiano Contarato
Presidente





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29 DE 2018

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“**Art.5º**

VIII – Prevenção, Combate e Remediação de Desastres Naturais e de Desastres de Origem Antrópica cuja autoria não puder ser identificada”.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de agosto de 2019

, Presidente
Senador Fabiano Contarato

, Relatora
Senadora Leila Barros



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 29/2018)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVOU O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29 DE 2018 COM A EMENDA Nº 1-CAE/CMA, NOS TERMOS DO RELATÓRIO APRESENTADO PELA SENADORA LEILA BARROS.

28 de Agosto de 2019

Senador FABIANO CONTARATO

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 41, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2019, do Senador Izalci Lucas, que Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Marcos do Val

29 de Agosto de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2019, do Senador Izalci Lucas, que *cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar*.



Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2019, de autoria do Senador Izalci Lucas, que cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar.

A proposição foi apresentada em 22 de fevereiro de 2019 e, em seguida, designada para esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesta Comissão, foi distribuída ao Relator signatário em 25 de fevereiro subsequente.

Cuida-se de proposição vazada em dez artigos, instituindo a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar (FPAFM) cujos objetivos são:

I – acompanhar políticas e ações que visem à união e à defesa da família militar;

II – promover debates, simpósios, seminários, e outros eventos pertinentes ao tema, divulgando seus resultados;



III – promover, sempre que possível, o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos e entidades de outros países, objetivando o intercâmbio de ações congêneres;

IV – acompanhar a tramitação de matérias no Senado Federal e Congresso Nacional que tratem de assuntos de interesse da FPAFM;

V – defender os temas de interesse do seguimento, sejam os relacionados aos militares das Forças Armadas, quanto aos de militares que integram as Forças Militares nos estados, Distrito Federal e municípios, incluídos os da ativa, da reserva, reformados, pensionistas, ex-combatentes e respectivos dependentes.

A Frente considera Família Militar os profissionais das três Forças Armadas, quais sejam, os integrantes da Pasta do Exército, Marinha e Aeronáutica e, de semelhante modo, os que abraçaram a carreira ou fileira militar, isto é, os policiais militares, os que servem junto aos corpos de bombeiros militar ou brigadistas militares, como são denominados esses últimos em alguns Estados ou municipalidades (art. 7º).

A Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem a ata da sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros do Senado Federal (art. 6º) e reger-se-á por regulamento próprio, aprovado por seus membros, observado o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal (art. 8º).

II – ANÁLISE

A constituição de frentes parlamentares no Senado Federal está fundamentada, essencialmente, na liberdade de organização política no seio do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar lateralmente às organizações típicas congressuais que são os partidos políticos.

A falta de menção nos regimentos não significa falta de importância das frentes parlamentares, mas antes é reveladora do princípio da liberdade de organização no seio do Congresso no que concerne a grupos e



SF/19947.96999-37



frentes parlamentares. Seu substrato são as diversas possibilidades de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou enfrentamento de um problema específico.

Observe-se, contudo, a Resolução nº 14, de 2015. Ela dispõe especificamente sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. Porém, adicionou um dispositivo sobre a instituição de grupos e frentes parlamentares internacionais em geral, com a seguinte dicção:

Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.

§ 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos políticopartidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.

§ 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.

§ 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.

§ 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.

§ 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

§ 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais



5
4

referidos no caput, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Sem embargo de se dirigir nominalmente a “frentes parlamentares internacionais”, tem-se como plausível que tal dispositivo se destina a balizar também as frentes parlamentares de assuntos internos. Razão pela qual merece a aplicação analógica.

Registre-se, portanto, a ausência de óbice regimental à proposição, além do advento da norma de aplicação análoga, que é a Resolução nº 14, de 2015.

Cabe, por outro lado, reparo à proposição em exame. Seu art. 2º define que “a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar – FPAFM, é uma entidade de direito privado, de natureza não governamental, instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração e integrada por parlamentares do Senado Federal”. Considera-se que fica ao alvitre da frente parlamentar registrar-se nos foros civis competentes, se não houver conflito com a legislação partidária. Entretanto, não compete ao Senado Federal, seja por meio de resolução ou qualquer outro, dar personalidade civil a tais agremiações. Além de incabível, a criação e funcionamento das frentes e grupos parlamentares no âmbito do Congresso Nacional prescindem de registro estatutário, sendo seu trabalho completamente sustentado pelas próprias regras regimentais da casa legislativa.

Dessarte, recomendamos a supressão do referido artigo 2º, o que, de forma alguma, comprometerá os anseios inscritos na proposição, qual seja a de instituir uma frente de Senadores que trabalhe pela defesa da família militar.

III – VOTO

Não havendo também objeção quanto ao mérito, e com apoio na juridicidade da proposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 9, de 2019, com a seguinte emenda:

SF/19947.96999-37



6

5

EMENDA Nº 01 - CRE
(ao PRS nº 9, de 2019)

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Resolução nº 9, de 2019,
renumerando-se os demais.



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença

CRE, 29/08/2019 às 10h - 45ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
MECIAS DE JESUS	1. RENAN CALHEIROS
JARBAS VASCONCELOS PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCIO BITTAR	3. SIMONE TEBET
ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO
CIRO NOGUEIRA	5. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
MARA GABRILLI	2. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE
MAJOR OLÍMPIO	3. SORAYA THRONICKE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
KÁTIA ABREU	1. ACIR GURGACZ
RANDOLFE RODRIGUES	2. FLÁVIO ARNS PRESENTE
ELIZIANE GAMA	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. VAGO
JAQUES WAGNER	2. TELMÁRIO MOTA
HUMBERTO COSTA	
PSD	
TITULARES	SUPLENTE
NELSINHO TRAD PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE
ANGELO CORONEL PRESENTE	2. CARLOS VIANA PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
CHICO RODRIGUES	1. MARCOS ROGÉRIO
ZEQUINHA MARINHO	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
PODEMOS	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS DO VAL PRESENTE	1. ROMÁRIO

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 9/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA, COM A EMENDA Nº 1 - CRE.

29 de Agosto de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 42, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2018, do Senador Jader Barbalho, que Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Esperidião Amin

29 de Agosto de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2018, do Senador Jader Barbalho, que *altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 215, de 2018, do Senador Jader Barbalho, que *altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior.*

O projeto é estruturado em dois dispositivos. No art. 1º, propõe-se a alteração do *caput* do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a inserção dos §§ 4º e 5º no referido dispositivo, para prever que a não incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre lucros ou dividendos distribuídos apenas alcança o residente ou domiciliado



SF/19434.45608-98



2³

no exterior caso o país ou dependência de residência ou domicílio do beneficiário conceda ao Brasil reciprocidade de tratamento.

Segundo o texto do § 5º a ser inserido no art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, ausente a reciprocidade de tratamento, os lucros ou dividendos sujeitar-se-ão ao IRRF à alíquota de 15%, salvo se o beneficiário for residente ou domiciliado em país com tributação favorecida ou gozar de regime fiscal privilegiado, caso em que a alíquota será de 25%.

No art. 2º do PLS, é prevista a cláusula de vigência, ao dispor que a lei entrará em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação.

O autor, na justificação, sustenta que a atual isenção incidente sobre lucros e dividendos, que alcança as remessas a esse título realizadas ao exterior, “estimulou as empresas transnacionais a transferir recursos para suas matrizes na mesma proporção do investimento direto que realizaram no Brasil”. Alega, ainda, que a “renúncia de tributação pelo Fisco brasileiro propicia vantagem para o país receptor do lucro ou dividendo” por cobrar o imposto integralmente, sem compensação com os tributos pagos no Brasil.

O PLS nº 215, de 2018, foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 103, incisos I e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é da competência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a emissão de parecer sobre proposições referentes a atos e relações internacionais e a outros assuntos correlatos,



como é o caso da manutenção da concessão de benefício fiscal condicionada à reciprocidade de tratamento conferido ao Brasil pelos demais países.

No aspecto constitucional, registre-se que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre sistema tributário e que há legitimidade na iniciativa parlamentar nos termos dos arts. 48, inciso I, e 61 da Constituição Federal. Além disso, conforme prevê o inciso III do art. 153 do Texto Constitucional, o Imposto sobre a Renda, cujo benefício fiscal de não incidência em relação a lucros e dividendos é disciplinado pelo projeto, é tributo de competência exclusiva da União.

No mérito, há que se concordar com o objetivo da proposição. O cenário atual, previsto pelo art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, é de não incidência de Imposto sobre a Renda em relação a lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas a seus sócios ou acionistas, sem distinção quanto ao país de residência ou domicílio do beneficiário.

Assim, mesmo nos casos em que o beneficiário é residente ou domiciliado no exterior, em país que tributa a distribuição de lucros ou dividendos, o Brasil deixa de cobrar o Imposto sobre a Renda. A tributação desses rendimentos fica, portanto, integralmente com o País em que domiciliado o sócio ou acionista.

É bastante razoável a regra proposta pelo PLS no sentido de afastar a não incidência do Imposto sobre a Renda apenas nos casos em que o País de residência ou domicílio do beneficiário conceder ao Brasil a reciprocidade de tratamento.

Essa reciprocidade de tratamento, de acordo com uma interpretação abrangente do texto do projeto, pode ser compreendida como a existência de regra de desoneração semelhante à brasileira para distribuição de lucros e dividendos no País de residência ou domicílio do beneficiário, seja essa regra geral, extensível a beneficiários situados em qualquer País estrangeiro, seja essa regra específica a beneficiários situados no Brasil. Em



SF/19434.45608-98



ambos os casos, estará, sob essa visão, atendida a reciprocidade prevista na proposição.

Ausente reciprocidade de tratamento em razão da previsão de incidência do Imposto sobre a Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos a beneficiários situados no Brasil na legislação do país estrangeiro ou, de modo geral, a beneficiários situados no exterior, haverá incidência de IRRF à alíquota de 15% ou 25%, a depender do caso. Em outras palavras, verificada a ausência de reciprocidade, estará afastada a não incidência prevista no *caput* do art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, o que onerará os lucros ou dividendos remetidos ao exterior.

Haverá, com a aprovação do PLS, segundo consta da Nota de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 10, de 2018, que acompanha o avulso inicial do projeto, aumento da arrecadação do Imposto sobre a Renda em R\$ 8,17 bilhões de reais por ano.

É inequívoca, portanto, a importância de aprovar o PLS nº 215, de 2018, de sorte a estabelecer regramento adequado no tocante à incidência do Imposto sobre a Renda em relação a lucros ou dividendos remetidos ao exterior, bem como aumentar a arrecadação tributária em momento de crise fiscal e promover alívio para a equalização das contas públicas.

É recomendável, no entanto, emendar a proposição para postergar para o mês de janeiro de 2020 o marco temporal previsto no *caput* do art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, na forma do art. 1º do PLS. O objetivo é adequar o texto à sua efetiva produção de efeitos, pois a lei não retroagirá para alcançar fatos geradores ocorridos e terá de respeitar o princípio da anterioridade tributária, conforme objetiva o art. 2º da proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2018, com a seguinte emenda:



SF/19434.45608-98



6

5

EMENDA Nº 01 - CRE

Dê-se ao *caput* do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2018, a seguinte redação:

“**Art. 10** Os lucros ou dividendos distribuídos com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2020, pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no País, não ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), nem integrarão a base de cálculo do Imposto sobre a Renda do beneficiário.

.....” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19434.45608-98





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença

CRE, 29/08/2019 às 10h - 45ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
MECIAS DE JESUS	1. RENAN CALHEIROS
JARBAS VASCONCELOS PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCIO BITTAR	3. SIMONE TEBET
ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO
CIRO NOGUEIRA	5. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
MARA GABRILLI	2. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE
MAJOR OLÍMPIO	3. SORAYA THRONICKE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
KÁTIA ABREU	1. ACIR GURGACZ
RANDOLFE RODRIGUES	2. FLÁVIO ARNS PRESENTE
ELIZIANE GAMA	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. VAGO
JAQUES WAGNER	2. TELMÁRIO MOTA
HUMBERTO COSTA	
PSD	
TITULARES	SUPLENTES
NELSINHO TRAD PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE
ANGELO CORONEL PRESENTE	2. CARLOS VIANA PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. MARCOS ROGÉRIO
ZEQUINHA MARINHO	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
PODEMOS	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS DO VAL PRESENTE	1. ROMÁRIO

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA

PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 215/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA, COM A EMENDA Nº 1 - CRE.

29 de Agosto de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 43, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei nº 2519, de 2019, do Senador Jayme Campos, que Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Esperidião Amin

29 de Agosto de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei nº 2519, de 2019, do Senador Jayme Campos, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Lei nº 2.519, de autoria do Senador Jayme Campos, que altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Cuida-se de uma proposição vazada em dois artigos, além da cláusula de vigência que a complementa.

O primeiro acrescenta um inciso doze ao art. 5º da Lei nº 13.756, de 2018, para incluir no rol dos destinatários do Fundo Nacional de Segurança Pública os “investimentos em serviços e obras para defesa e segurança da Faixa de Fronteira”.



SF/19423.27091-38



2³

O segundo agrega um inciso III ao *caput* do art. 7º da Lei nº 13.756, de 2018, para disciplinar de que parte do Fundo Nacional de Segurança Pública virão os recursos para a Faixa de Fronteira. No caso dessa proposta, 5% dos fundos previstos na alínea *a* do inciso II do *caput* do art. 3º da Lei, que são justamente receitas decorrentes de loterias, nos termos da legislação.

No dia 24 de abril de 2019, o projeto de lei foi lido em Plenário e despachado para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não recebeu emendas no prazo regimental. Em 7 de maio, houve a designação para minha relatoria.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes a questões de fronteiras, conforme o inciso quinto do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao projeto de lei em apreço, inexistem imperfeições no que diz respeito a sua juridicidade e técnica legislativa, nem padece de vícios de constitucionalidade.

O pilar da proposta reside no fato de considerar que o objeto do PPIF, instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, é, forçosamente, uma questão de segurança nacional e, portanto, deve estar incluído na lista dos beneficiários do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Convenhamos que não há o menor retoque a se fazer a este argumento. Além de, historicamente, o tema da “fronteira” ser intrinsecamente uma questão de segurança, a criação do PPIF deveu-se precipuamente à situação da segurança nas fronteiras.

O documento do Gabinete de Segurança Institucional que apresenta o PPIF estabelece como diretriz do programa “a atuação integrada e coordenada dos órgãos de **segurança pública**, dos órgãos de inteligência,



SF/19423.27091-38



da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, nos termos da legislação vigente” e como objetivos:

I – integrar e articular **ações de segurança pública da União**, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima; (grifamos)

II – integrar e articular com países vizinhos as ações previstas no inciso I;

III – aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada **à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços**; e

IV – buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF. (*grifos nossos*)

Do lado do PPIF, portanto, constata-se a sua exata pertinência e vinculação com o aspecto da segurança pública.

Examinando-se o FNSP, reforça-se a justificativa para atrelá-lo, também, à problemática das fronteiras, por meio do PPIF. Seu objetivo está descrito no art. 2º da Lei nº 13.756, de 2018, que é o de “garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social”.

Considero, portanto, que, em verdade, houve um lapso na concepção do FNSP, ao olvidar o PPIF, que passa ser sanado com esta alteração legislativa proposta pelo eminente Senador Jayme Campos.

Por outro lado, para além do discurso e da norma, cabe reforçar a aplicação do FNSP. Ele foi criado em 2001 com o valor de 406,4 milhões de reais, dos quais 396 milhões foram executados. Em 2007, ele alcançou 973 milhões, com 836 milhões empenhados. Teve muita variação de valor com o decorrer do tempo, mas com índice baixo de execução. Nos três últimos anos, seu valor foi de 469,9 milhões com 313,8 milhões empenhados



SF/19423.27091-38



4⁵

(2016); 1,01 bilhão com apenas 683,2 milhões empenhados (2017); e, no ano passado, 636,4 milhões e 491,9 milhões empenhados.

Nesse sentido, incumbe não apenas, nos termos do projeto de lei em apreciação, incluir o tema da segurança nas fronteiras na cobertura do FNSP, como também agir para que as políticas públicas previstas nesses dois programas sejam efetivamente realizadas.

Cabe, no entanto, um pequeno ajuste na redação que o Projeto propõe para o inciso doze do art. 5º da Lei nº 13.756, de 2018, a fim de conferir clareza ao sentido e ao alcance da norma, evitando problemas interpretativos, haja vista que a abrangência do PPIF extrapola a área da Faixa de Fronteira terrestre, conforme o inciso primeiro do art. 3º e o inciso primeiro do art. 4º do Decreto nº 8.903, de 2016.

III – VOTO

Ante o exposto, sendo jurídico, constitucional e de boa técnica legislativa, e considerando sua conveniência e adequação ao ordenamento jurídico brasileiro, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2519, de 2019, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº 01 - CRE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2519, de 2019:

“**Art. 1º** O *caput* do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:

‘**Art. 5º**
.....

XII – investimentos em serviços e obras para defesa e segurança da faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e da costa marítima, áreas abrangidas pelo Programa de Proteção



6

5

Integradas de Fronteiras (PPIF), instituído pelo Decreto nº 8.903,
de 16 de novembro de 2016.

.....' (NR)''

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença

CRE, 29/08/2019 às 10h - 45ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
MECIAS DE JESUS	1. RENAN CALHEIROS
JARBAS VASCONCELOS PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCIO BITTAR	3. SIMONE TEBET
ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO
CIRO NOGUEIRA	5. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
MARA GABRILLI	2. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE
MAJOR OLÍMPIO	3. SORAYA THRONICKE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
KÁTIA ABREU	1. ACIR GURGACZ
RANDOLFE RODRIGUES	2. FLÁVIO ARNS PRESENTE
ELIZIANE GAMA	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. VAGO
JAQUES WAGNER	2. TELMÁRIO MOTA
HUMBERTO COSTA	
PSD	
TITULARES	SUPLENTE
NELSINHO TRAD PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE
ANGELO CORONEL PRESENTE	2. CARLOS VIANA PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
CHICO RODRIGUES	1. MARCOS ROGÉRIO
ZEQUINHA MARINHO	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
PODEMOS	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS DO VAL PRESENTE	1. ROMÁRIO

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2519/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA, COM A EMENDA Nº 1 - CRE.

29 de Agosto de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 44, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 51, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Mecias de Jesus

RELATOR ADHOC: Senador Marcos do Val

29 de Agosto de 2019





SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de
Resolução do Senado nº 51, de 2019, do Senador
Antonio Anastasia, que *institui o Grupo
Parlamentar Brasil-Panamá e dá outras
providências.*



SF/19065.88977-93

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 51, de 2019, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá.

A proposição foi apresentada em 28 de maio de 2019 e foi designada para tramitar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Mesa Diretora.

Nesta Comissão, a matéria foi distribuída ao Relator signatário em 4 de junho subsequente.

Cuida-se de projeto composto de seis artigos, com as cláusulas típicas para esse tipo de resolução, com as finalidades do grupo parlamentar e sua forma mínima de organização.

II – ANÁLISE

Anteriormente fundada essencialmente na liberdade de organização política do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar



2³

lateralmente às organizações típicas congressuais, que são os partidos políticos, os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina a partir da Resolução nº 14, de 2015.

Apesar de ela dispor especificamente sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, adicionou-se um dispositivo sobre a instituição de grupos e frentes parlamentares internacionais em geral, com o seguinte texto:

Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.

§ 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no caput, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.

§ 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.

§ 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no caput, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.

§ 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no caput realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.

§ 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no caput não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

§ 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no caput, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Portanto, o Grupo ou Frente além de ter seu substrato na liberdade de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou enfrentamento de um problema específico, agora tem-se também



uma regra geral para orientar a instalação e trabalho dessas agremiações – a Resolução nº 14, de 2015.

Com base nesses princípios e respeitando esses dispositivos, o Senador Antonio Anastasia propõe a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Panamá com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos do Brasil e do Panamá (art. 1º).

A liberdade de associação é reforçada no art. 2º, que determina que o Grupo *será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem*, e ainda no art. 4º, onde se define que o Grupo Parlamentar *reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor*.

Do ponto de vista do mérito, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual, expressa principalmente nas palavras do Senador Antonio Anastasia, quando diz que:

A importância adquirida pelo Panamá devido a sua economia dinâmica e sua base logística de comércio e serviços motiva, cada vez mais, a ampliação dos laços bilaterais.

O então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, em 2018, ressaltou a importância desse relacionamento durante encontro com a Vice-Presidente e Ministra das Relações Exteriores do Panamá, Isabel de Saint Malo Alvarado, no Fórum Econômico Mundial para América Latina, em São Paulo.

De outro lado, o empenho e experiência do Brasil no combate à pobreza abriu espaço para o estabelecimento de cooperação e diálogo com o Panamá na área social.

Em 2018, o comércio entre Brasil e Panamá totalizou US\$ 1,94 bilhão. As exportações brasileiras somaram US\$ 1,92 bilhão, ao passo que as importações totalizaram US\$ 13,94 milhões. A balança bilateral é marcadamente favorável ao Brasil, com superávit de US\$ 1,91 bilhão.

A pertinência, portanto, de tal Grupo Parlamentar reside na importância que as relações bilaterais atingiram. Nesse sentido, acrescentar mais um mecanismo parlamentar só trará benefícios a este cenário.



SF/19065.88977-93



4⁵

III – VOTO

Ante o exposto, levando em conta ainda a adequação jurídica e técnica da proposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 51, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CRE, 29/08/2019 às 10h - 45ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
MECIAS DE JESUS	1. RENAN CALHEIROS
JARBAS VASCONCELOS PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCIO BITTAR	3. SIMONE TEBET
ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO
CIRO NOGUEIRA	5. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
MARA GABRILLI	2. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE
MAJOR OLÍMPIO	3. SORAYA THRONICKE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
KÁTIA ABREU	1. ACIR GURGACZ
RANDOLFE RODRIGUES	2. FLÁVIO ARNS PRESENTE
ELIZIANE GAMA	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. VAGO
JAQUES WAGNER	2. TELMÁRIO MOTA
HUMBERTO COSTA	
PSD	
TITULARES	SUPLENTES
NELSINHO TRAD PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE
ANGELO CORONEL PRESENTE	2. CARLOS VIANA PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. MARCOS ROGÉRIO
ZEQUINHA MARINHO	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
PODEMOS	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS DO VAL PRESENTE	1. ROMÁRIO

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA

PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 51/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA.

29 de Agosto de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

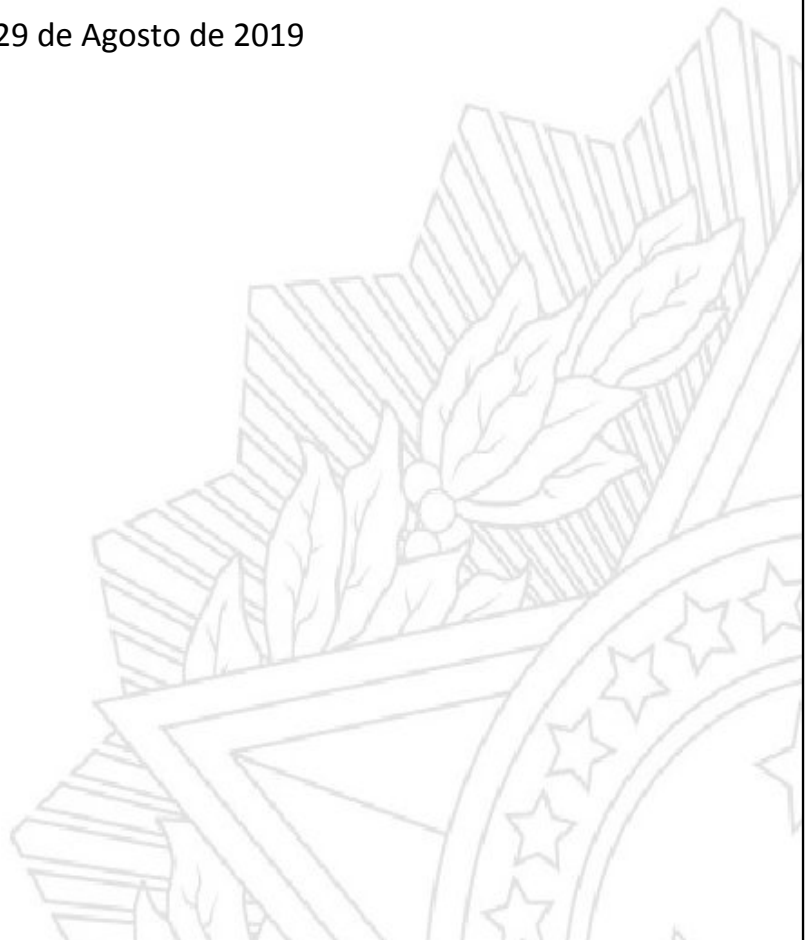
PARECER (SF) Nº 45, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Carlos Viana

29 de Agosto de 2019



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

PARECER Nº , DE 2019

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul e dá outras providências.

SF/19645.90968-08

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame da Comissão Diretora do Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 55, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul.

O art. 1º do PRS estabelece que se cuida de *serviço de cooperação interparlamentar*, o qual tem a finalidade de incentivar e desenvolver as relações entre os parlamentos nacionais do Brasil e da Coréia do Sul, facilitar a aprovação congressual de atos bilaterais acordados pelas instâncias negociadoras dos dois países e tratar de questões de interesse legislativo comum.

Na justificação, o autor destaca o papel da diplomacia parlamentar na obtenção de *expressivos resultados em prol da aproximação dos povos e da convivência harmoniosa entre Nações*. Ressalta, nesse sentido, que a iniciativa da criação do Grupo-Parlamentar Brasil-Coréia do Sul, tem grande potencial para incrementar as relações entre os dois países, tradicionalmente amistosas.



A proposição foi despachada para exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nessa Comissão, fui designado relator no dia 14 de agosto.

II – ANÁLISE

Os chamados grupos parlamentares constituem expressivo instrumento de diplomacia parlamentar e propiciam intercâmbio de experiências entre os legislativos nacionais. Eles trazem, por igual, importantes contribuições para as relações bilaterais.

Cuida-se de prática entendida como própria do mandato e da atividade de Senador. Ela, contudo, não encontra amparo tampouco vedação regimental. Assim, tendo em vista que é livre a organização política no âmbito do Poder Legislativo, sua prática foi endossada pelos usos e costumes da Casa. Convém, entretanto, registrar que, a partir da Resolução nº 14, de 2015, os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina de maneira a evidenciar sua regimentalidade.

Referida resolução dispõe, de forma específica, sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. No entanto, ela adicionou dispositivo que deverá ser aplicado aos grupos parlamentares em geral, como este que se pretende criar por meio do PRS nº 55, de 2019. Confira-se:

Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.

§ 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no caput, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.

§ 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.

§ 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no caput, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.



4

3

§ 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no caput realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.

§ 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

§ 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no caput, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Essas as circunstâncias, a proposição merece ser aprovada. Ela, de um lado, não destoa da nossa prática; de outro, fortalece os vínculos com país de sólidos laços de amizade com o Brasil.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2019.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença

CRE, 29/08/2019 às 10h - 45ª, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
MECIAS DE JESUS	1. RENAN CALHEIROS
JARBAS VASCONCELOS PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCIO BITTAR	3. SIMONE TEBET
ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO
CIRO NOGUEIRA	5. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
MARA GABRILLI	2. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE
MAJOR OLÍMPIO	3. SORAYA THRONICKE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
KÁTIA ABREU	1. ACIR GURGACZ
RANDOLFE RODRIGUES	2. FLÁVIO ARNS PRESENTE
ELIZIANE GAMA	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. VAGO
JAQUES WAGNER	2. TELMÁRIO MOTA
HUMBERTO COSTA	
PSD	
TITULARES	SUPLENTES
NELSINHO TRAD PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE
ANGELO CORONEL PRESENTE	2. CARLOS VIANA PRESENTE
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. MARCOS ROGÉRIO
ZEQUINHA MARINHO	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
PODEMOS	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS DO VAL PRESENTE	1. ROMÁRIO

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 55/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA.

29 de Agosto de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA





**SENADO FEDERAL
GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – REPÚBLICA POPULAR
DEMOCRÁTICA DA COREIA**

1ª REUNIÃO DE 2019

**DIA 28 DE AGOSTO, QUARTA-FEIRA, ÀS 16H30, NO GABINETE DO
SENADOR HUMBERTO COSTA.**

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2019 do Grupo Parlamentar Brasil - República Popular Democrática da Coreia, realizada em 28 de agosto de 2019, quarta-feira, às 16h30, no Gabinete do Senador Humberto Costa, destinada à seguinte pauta: ITEM 1 - Adesão de membros, eleição e posse da Diretoria do Grupo Parlamentar Brasil – República Popular Democrática da Coreia; ITEM 2 - Deliberação do estatuto. Compõem esta ata a lista de presença e documentos anexos, que devem ser enviados para publicação no Diário do Senado Federal.

Senador **HUMBERTO COSTA**

Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - República Popular Democrática da Coreia





SENADO FEDERAL
GRUPO PARLAMENTAR
BRASIL - REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA

COMISSÃO EXECUTIVA ELEITA NA 1ª REUNIÃO DE 2019

- Presidente: Senador Humberto Costa
- Primeiro Vice-Presidente: Deputado David Soares
- Segundo Vice-Presidente: Senador Fernando Collor
- Primeiro Secretário: Deputado Orlando Silva





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 1ª Reunião da GPCOREIADONORTE

Data: 28 de agosto de 2019 (quarta-feira), às 16h30

Local: Gabinete do Senador Humberto Costa (Anexo 2, Ala Ruy Carneiro,

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA -
GPCOREIADONORTE

TITULARES	
Orlando Silva (PCdoB)	
Humberto Costa (PT)	<i>Humberto Costa</i>
Lidice da Mata (PSB)	
Fernando Collor (PROS)	<i>Fernando Collor</i>
David Soares (DEM)	
Antonio Anastasia (PSDB)	
Wellington Fagundes (PL)	
Jandira Feghali (PCdoB)	
Acir Gurgacz (PDT)	
Paulo Rocha (PT)	
Erika Kokay (PT)	
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	
Gonzaga Patriota (PSB)	
Paulo Paim (PT)	
Arlindo Chinaglia (PT)	





SENADO FEDERAL
GRUPO PARLAMENTAR
BRASIL - REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA

AUTORIDADES PRESENTES À 1ª REUNIÃO DE 2019

- Excelentíssimo Sr. Embaixador Kim Chol Hak, Embaixador da República Popular Democrática da Coreia;
- Ex-Senadora Vanessa Grazziotin, ex-presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Republica Popular Democrática da Coreia.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

ESTATUTO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil – República Popular Democrática da Coreia, criado pela Resolução do Senado Federal nº 11 de 2018, de 30 de maio de 2018, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo Único. O grupo parlamentar internacional referido no caput, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destina-se a exercer a diplomacia parlamentar.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional no exercício do mandato que a ele aderirem.

Art. 3º O Grupo Parlamentar, com sede e foro em Brasília – DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do Congresso Nacional.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa o Grupo Parlamentar.

§ 2º No início de cada Legislatura, o grupo parlamentar referido no caput realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo.

Art. 4º O Grupo Parlamentar tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República Popular Democrática da Coreia, sobretudo nos aspectos político, econômico,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

comercial, cultural, técnico-científico e do desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

Art. 5º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a República Popular Democrática da Coreia;

III – intercâmbio de experiências parlamentares;

IV – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 6º O Grupo Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

§ 1º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

§ 2º. As reuniões do Grupo serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 02 (dois) dias.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DOS MEMBROS

Art. 7º O Grupo Parlamentar será integrado pelos parlamentares do Congresso Nacional que o fundaram e pelos que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato eletivo.

§ 1º Ao filiar-se, o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP).

Art. 8º São direitos e deveres dos membros plenos:

I – Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo;
- c) propor a criação e participar de subgrupos e missões do Grupo Parlamentar;

II – Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo e dos órgãos de que for integrante.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS

Art. 9º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I – Comissão Executiva;

II – Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar poderá ser constituído por Senadores e Deputados, tanto da Comissão Executiva como do Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, sendo exigida a maioria de votos, com a presença da maioria dos membros em primeira chamada, ou com qualquer número, em segunda chamada.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

SEÇÃO III

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 10 A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros, ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra são os Presidentes do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu tempo na presidência da respectiva Casa.

Art. 11 Compete à Comissão Executiva:

- I – organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II – notificar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;
- III – coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV – constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;

V – indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais;

VI – comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII – propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII – propor e homologar a alteração do Estatuto;

IX – delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

X – divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;

XI – resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 12 O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 13 São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

- I – representar o Grupo em suas atividades;
- II – convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III – fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV – manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V – conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI – submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII – submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII – dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX – decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X – votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI – distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;
- XII – trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;
- XIII – acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;
- XIV – sugerir nomes para o Conselho Consultivo;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

XV – propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XVI – outras que decorrem da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 14 Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 15 Compete à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) secretariar as reuniões e dar apoio administrativo ao grupo parlamentar, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que o integram.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 16 O Conselho Consultivo é composto por um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os membros do Grupo Parlamentar, pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares. Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

§ 2º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo a seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do Colegiado.

§ 3º O Conselho Consultivo será acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 17 Compete ao Conselho Consultivo:

I – auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II – participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, economia e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV – difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V – exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV

DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Art. 18 As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades, na forma prevista no Regimento Interno de cada Casa.

Parágrafo único. Fica proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões estrangeiras que visitem o Brasil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 20 Serão eleitos para novo mandato os membros integrantes da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo na data da aprovação deste Estatuto.

Art. 21 No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente.

Art. 22 Esse Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2019.

Senador Humberto Costa

Presidente do Grupo Parlamentar Brasil- República Popular Democrática
da Coreia



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PATRIOTA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PDT-4 / REDE-3 / CIDADANIA-2 / PSB-2

PATRIOTA-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PATRIOTA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 12

PSDB-8 / PSL-4

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juiza Selma.	PSL / MT
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

PODEMOS - 9

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Ruggie.	DF
--------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	12
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
PODEMOS.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (PATRIOTA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juiza Selma** (PSL-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 20</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP ⁽²⁹⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga ^(3,28,35)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar ⁽⁴⁴⁾</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro ⁽¹⁾</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira ⁽⁴⁾</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 12</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB ^(32,45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha ⁽²⁰⁾</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas ^(33,40) Rodrigo Cunha ^(32,45)</p> <p>Líder do PSL - 4 Major Olimpio ⁽⁹⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/REDE/CIDADANIA/PSB/PATRIOTA) - 12</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB ⁽¹⁹⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton ⁽⁵⁾</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues ⁽²¹⁾</p> <p>Líder do CIDADANIA - 2 Eliziane Gama ⁽²⁾</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira ⁽⁴²⁾</p> <p>Líder do PSB - 2 Leila Barros ⁽⁵¹⁾</p> <p>Líder do PATRIOTA - 1</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT ⁽³⁷⁾</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia ^(17,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa ^(13,18)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho ⁽³⁶⁾</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota ⁽²²⁾</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia ^(17,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL ⁽¹⁴⁾</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco ^(7,16) Jorginho Mello ^(11,15) Zequinha Marinho ^(23,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco ^(7,16)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério ⁽⁴³⁾</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello ^(11,15)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho ^(23,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD ⁽⁸⁾</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 9</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS ⁽¹⁰⁾</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão ^(24,46) Oriovisto Guimarães ^(26,47) Rose de Freitas ^(27,48)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB ^(3,28,35)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB ⁽³⁴⁾</p> <p>Vice-Líderes Elmano Férrer ⁽³⁹⁾ Izalci Lucas ^(33,40) Chico Rodrigues ⁽⁴¹⁾</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE ⁽²¹⁾</p>		

Notas:

1. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
5. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
6. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
9. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
11. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
22. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
23. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSIKAJUR).
50. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSIKAJUR).
51. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁾	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 03/09/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽⁸⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(1,6)	9. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,11,12)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).

10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).

11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).

12. Em 06.06.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 164/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar ^(2,26)
Senador Carlos Viana ^(2,25)	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. VAGO ^(8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁷⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	4. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).

13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD).

12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).

7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).

5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾	5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹³⁾	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,16,19,36,37)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ⁽¹¹⁾	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Carlos Viana ⁽¹⁾	2. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Irajá ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)

2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁰⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. VAGO ^(19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22)	1. Senador Carlos Viana ^(2,22)
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz ^(2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹³⁾	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecão ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²²⁾	2.

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁴⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,17,21)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²³⁾	
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val ^(20,26)	1. Senador Romário ^(20,26)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Cufúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,18)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).

3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(1,20,21)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLI).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁰⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²⁰⁾	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Eduardo Girão ⁽¹⁹⁾	1. Senadora Rose de Freitas ^(19,20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 02/07/2019

Prazo final: 22/12/2019

TITULARES	SUPLENTEs
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

